

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

MARTHA REBELATTO

**FÁBRICAS E TENDAS DE FERRO EM DINÂMICAS ESCRAVISTAS, TERMO DE
SANTA BÁRBARA, MINAS GERAIS, 1822 – 1888**

Belo Horizonte

2012

MARTHA REBELATTO

**FÁBRICAS E TENDAS DE FERRO EM DINÂMICAS ESCRAVISTAS,
TERMO DE SANTA BÁRBARA, MINAS GERAIS, 1822 – 1888**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby

Belo Horizonte

2012

981.51 REBELATTO, MARTHA

R289f Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas, termo de Santa Bárbara,
2012 Minas Gerais, 1822-1888 / Martha Rebelatto. – 2012.

258 f.

Orientador: Douglas Cole Libby

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de
Filosofia e Ciências.

1. História - Teses. 2. Economia – Teses. 3. Trabalho escravo – Teses. 4.
Siderurgia – Minas Gerais – Séc. XIX -Teses.5. Minas Gerais – História –
Teses. I. Libby, Douglas Cole. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia. III. Título.

MARTHA REBELATTO

**ECONOMIA ESCRAVISTA E ESTRUTURAS DE POSSE NA REGIÃO CENTRAL
DE MINAS GERAIS, 1822 – 1888**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2012.

Aprovada por:

Dr. Douglas Cole Libby (UFMG) - Orientador

Dr. Clotilde Andrade Paiva (CEDEPLAR/UFMG)

Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG)

Dr. Zephyr Frank (Stanford)

Dr. Francisco Eduardo de Andrade (UFOP)

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2012.

AGRADECIMENTOS

A terminar esta tese de doutoramento faz-se necessário registrar os nossos sinceros agradecimentos às pessoas e instituições que contribuíram para a construção deste trabalho.

Gostaria de começar agradecendo à FAPEMIG, pelo suporte financeiro que me proporcionou, bem como à CAPES, pelo apoio por meio do doutorado sanduíche; e ao ICAM, pela ajuda fornecida com a bolsa ICAM-USIMINAS. Agradeço também à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

A Douglas Cole Libby, meu orientador, agradeço por acreditar no meu projeto e aceitar-me como sua orientanda, demonstrando, durante todo este período, muita dedicação e disponibilidade. Agradeço também pela disponibilidade e generosidade reveladas ao longo destes anos de trabalho, assim como pelas críticas, correções e sugestões feitas durante a orientação.

Agradeço a José Newton, a Clotilde Paiva, a Zephyr Frank e a Francisco Eduardo de Andrade por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora. Aos professores José Carlos e Clotilde Paiva, agradeço-lhes também por terem lido, criticado e proposto melhorias ao trabalho durante o processo de confecção do mesmo. Ao professor Zephyr, agradeço por ter me recebido em Stanford e proporcionado um ambiente fecundo ao conhecimento.

Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público Mineiro e do Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG) – pela atenção e disponibilidade com que sempre me atenderam. Agradeço, em especial, aos funcionários do Arquivo Público Dr. Hέλvio Moreira dos Santos e dos Cartórios do 1º e 2º Ofício de Santa Bárbara, pela atenção e carinho durante estes quatro anos de pesquisa, sem apoio dos mesmos o trabalho teria se tornado bem mais penoso.

Não poderia deixar de mencionar alguns amigos que foram de extrema importância durante estes dois anos. Primeiramente, meus queridos colegas Adriano Paiva, Marcus Neves e Carlos Malaquias. Também, não poderia deixar de citar minhas colegas e inestimáveis amigas Geosiane e Myrian, que sempre estiveram no meu lado, nos momentos de alegria e também nos de angústia, com as quais aprendi muito durante estes anos de convivência. Muitos outros nomes aqui poderiam ser citados, pois bons amigos não me faltaram durante este período e a todos agradeço pela amizade e companhia.

Tenho uma enorme gratidão ao meu marido André, que sempre me apoiou e esteve ao meu lado. Deco sempre me estimula a crescer científica e pessoalmente, acima de tudo, pelo inestimável apoio familiar e pela paciência e compreensão reveladas ao longo destes anos.

Gostaria, finalmente, de agradecer aos meus irmãos Raquel e Faísca, por toda a ajuda que sempre me deram. Agradeço também a minha adorável e carinhosa afilhada Bianca e ao meu fofo sobrinho Caca, verdadeiramente, as alegrias da minha vida. Agradeço, ainda, aos meus pais Isidoro e Elena, pelo apoio incondicional, sem os quais nada disso teria acontecido.

Obrigada a todos...

RESUMO

Esta tese trata das atividades econômicas que envolviam mão de obra escrava, unicamente ou em conjunto com outras formas de trabalho, no período de 1822-1888, no termo de Santa Bárbara, Minas Gerais. A pesquisa baseou-se na análise de fontes diversas: listas nominativas, mapas de população, censo de 1872, inventários, listas de impostos e a correspondência entre Presidente da Província e autoridades locais. Identificar as limitações e oportunidades que a geografia espacial, conectada com as tecnologias da época, impôs nas atividades regionais ajuda a entender as variações no uso da mão de obra cativa, atividades cernes e complementares, transformações econômicas e comerciais. O termo de Santa Bárbara mostrou-se um espaço interessante para o estudo, pois, durante o século XIX, agregava grande variedade de atividades econômicas, desde as regionalmente tradicionais, como a mineração de ouro e a agricultura, até atividades de transformação (como, por exemplo, siderurgia e têxtil), que ganharam destaque maior no período, como a siderurgia e a tecelagem. Essa diversidade possibilitou identificar as adaptações que foram moldando a economia regional. Em outras palavras, as estratégias utilizadas pelos indivíduos ali residentes para gerenciarem seus bens e capitais, fossem estas pequenas ou grandes fortunas. A análise de um longo período de tempo em um espaço relativamente restrito possibilitou explicar a economia e o emprego da mão de obra escrava, marcando transformações, adaptações e continuidades nas práticas econômicas e “trabalhistas” locais.

Palavras-Chave: economia, trabalho escravo, siderurgia, Minas Gerais, século XIX.

ABSTRACT

This thesis deals with the economic activities involving slave labor, alone or in conjunction with other forms of labor, in the period of 1822-1888 within the boundaries of Santa Barbara, Minas Gerais, Brazil. The research was based on the analysis of several sources: nominative lists, population maps, the 1872 census, inventories, tax lists and correspondence between the President of the Province and local authorities. Identifying constraints and opportunities that the spatial geography in connection with the technologies of the time had on regional activities helps to understand the variations in the use of captive labor, core and complementary activities, commercial and economic transformations. The surroundings of Santa Barbara proved to be an area of interest for the study since during the nineteenth century, it aggregated a wide variety of economic activity from the regionally traditional, such as gold mining and agriculture, to manufacturing activities (such as ironworks and weaving, for instance), which gained greater prominence in the period. This diversity enabled the identification of adaptations that have shaped the regional economy. In other words, the strategies used by individuals living there to manage their assets and capital, be they small or large fortunes. The analysis of a long period of time in a relatively restricted space allows us to explain the economy and employment of slave labor, marking changes, adaptations and continuities in the local economic and "labor" practices.

Keywords: Economics; slave labor; ironworks; Minas Gerais, Brazil; nineteenth century.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 4.1- Foto da Sede da Fazenda Monlevade.....	162
Figura 4.2 - Forno e sistema de sopro da forja catalã.....	169
Figura 4.3 - Catálogo de preços e produtos da Fábrica Monlevade, século XIX.	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1- Distribuição da população livre por sexo e faixa etária, termo de Santa Bárbara, 1831.....	28
Gráfico 1.2 - Distribuição da população escrava por sexo e faixa etária, termo de Santa Bárbara, 1831.....	29
Gráfico 1.3 - Distribuição da posse de escravos, termo de Santa Bárbara, 1831	37
Gráfico 1.4 - Distribuição das mulheres e crianças escravas, por faixa de posse, 1831	40
Gráfico 2.1 - Distribuição da posse de terras ao longo das décadas, termo de Santa Bárbara, 1822-1888	78
Gráfico 4.1 - Distribuição dos Escravos por Sexo e Faixa Etária, 1840.....	188
Gráfico 4.2 - Distribuição dos Escravos por Sexo e Faixa Etária, 1875.....	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Distribuição da população por localidades segundo a condição e o sexo, 1831.....	20
Tabela 1.2 - Distribuição da População por Atividades Econômicas Prestadoras de Serviços	23
Tabela 1.3 - Comparação entre o comércio nos termos de Santa Bárbara e Itabira, 1854/1855	25
Tabela 1.4 - Distribuição da população por freguesias segundo a condição, século XIX	27
Tabela 1.5 - Distribuição dos fogos segundo a posse de escravos, 1831	32

Tabela 1.6 - Distribuição da população escrava por localidades e faixas de posse, 1831.....	33
Tabela 1.7 - Medidas de Tendência Central e Coeficiente de Gini, 1831(distribuição da população escrava por fogos escravistas).....	35
Tabela 1.8 - Distribuição da posse de escravos, termo de Santa Bárbara, 1831	37
Tabela 1.9 - Distribuição dos escravos por sexo e faixa de posse, 1831.....	39
Tabela 1.10 - Distribuição das mulheres e crianças escravas, por faixa de posse, 1831	40
Tabela 1.11 - Distribuição da população cativa segundo localidades e qualidades, 1831	42
Tabela 1.12 - Distribuição da população livre por sexo e localidade,1831	43
Tabela 1.13 - Distribuição da população livre casada segundo sexo, qualidade e localidade, 1831.....	45
Tabela 1.14 - Distribuição dos domicílios, segundo a composição dos residentes, 1831	48
Tabela 1.15 - Chefes de domicílios escravistas, segundo cor, tamanho da posse e faixa etária, 1831.	51
Tabela 1.16 - Atividades Ocupacionais dos Chefes dos Fogos, 1831	55
Tabela 2.1 - Total de inventários do APHMS, segundo residência do inventariado e data de início do processo, termo da Vila de Santa Bárbara - 1822/1888.....	63
Tabela 2.2 - Listas de Impostos, segundo local e data, Câmara Municipal de Santa Bárbara, 1850 - 1888.	67
Tabela 2.3 - Visão geral dos dados encontrados: Inventários <i>Post mortem</i> , 1822-1888	70
Tabela 2.4 - Distribuição média do Monte-Mor, escravos e animais segundo a faixa de posse de terras, termo de Santa Bárbara, 1822-1888.....	76
Tabela 2.5 - Relação dos Bens Móveis (profissionais) listados no inventário de Antônio Thomas de Figueiredo Neves, São Gonçalo do Rio Abaixo, 1871.....	81
Tabela 2.6 - Distribuição dos animais por categoria e período, termo de Santa Bárbara, 1822-1888*.....	83
Tabela 2.7 - Distribuição dos animais por localidade e plantel, termo de Santa Bárbara, 1822-1888*.....	83

Tabela 2.8 - Cobrança de impostos nominal, 1850-1888	85
Tabela 2.9 - Cobrança de impostos nominal segundo a frequência ao longo das décadas, 1850-1888.	85
Tabela 2.10 - Distribuição das Casas de Negócio, segundo localidade e especificações do comércio realizado, termo de Santa Bárbara, 1850-1888.*	87
Tabela 2.11 - Distribuição dos bens dos inventariados com Monte-Mor de até 3:000\$000, por categoria e período, termo de Santa Bárbara, 1822-1888.	91
Tabela 2.12 - Distribuição das dívidas ativas, segundo n° de devedores e o valor médio das dívidas, termo de Santa Bárbara, 1822-1888	94
Tabela 2.13 - Lista de dívidas ativas do inventário de Paulo Antonio Ferreira da Motta, 1874.	96
Tabela 3.1 - Estimativa de matérias-primas e tempo de trabalho necessários para....	104
Tabela 3.2 - Relação de inventários com bens relacionados ao trabalho com ferro,..	105
Tabela 3.3 - Fábricas de ferro, Termo da Vila de Santa Bárbara, 1850 - 1888	108
Tabela 3.4 - Distribuição dos bens inventariados de proprietários de fábricas de ferro, termo de Santa Bárbara, 1822-1888	110
Tabela 3.5 - Ferreiros segundo a condição e a posição no fogo, 1831	127
Tabela 3.6 – Ferreiros chefe de fogo segundo a escravaria, 1831	127
Tabela 3.7 - Proprietários de fábrica de ferro segundo participação em atividades passíveis de impostos, termo da vila de Santa Bárbara, 1850 -1888.	137
Tabela 3.8 - Fábricas de ferro segundo o tempo de permanência em atividade, termo da vila de Santa Bárbara, 1850 -1888.	147
Tabela 3.9 - Fábricas de ferro segundo informações de produção e distribuição, termo da Vila de Santa Bárbara, Minas Gérias - século XIX.	149
Tabela 4.1 - Produção de ferro da Fábrica Monlevade, décadas de 1850,1860 e 1870	175
Tabela 4.2 - Escravos da família Monlevade, 1875.....	190
Tabela 4.3 - Reprodução e vida nas fazendas dos Monlevade, 1872	192
Tabela 4.4 - Distribuição dos escravos por sexo, ocupação e habilidade, 1875.....	195

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM - Arquivo Público Mineiro

APHMS - Arquivo Público Dr. Hέλvio Moreira dos Santos

A. N. - Arquivo Nacional

B. N. - Biblioteca Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E SOCIAL	17
1.1 ESPAÇO: PROBLEMÁTICAS E ESCOLHAS.....	18
1.2 ESTRUTURA SOCIAL DA POPULAÇÃO CATIVA.....	26
1.3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO LIVRE	43
2 ECONOMIA DE ABASTECIMENTO: AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO...	60
2.1 FONTES E ABORDAGENS METODOLÓGICAS: BREVES COMENTÁRIOS	61
2.2 FLUTUAÇÃO DOS PADRÕES DE RIQUEZA AO LONGO DO PERÍODO PROVINCIAL.....	68
2.3 ATIVIDADES ECONÔMICAS EM REDE: ALAVANCAS E DEPENDÊNCIA EM UM SISTEMA BASEADO NO TRABALHO ESCRAVO	73
2.4 REDES DE CRÉDITO LOCAL: CONTAS DE ROL E EMPRÉSTIMO A JUROS	93
3 MINERAÇÃO, FUNDIÇÃO E MANUFATURA DO MINÉRIO DE FERRO: PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES PROPRIEDADES.....	100
3.1 A INDÚSTRIA DO FERRO EM MINAS GERAIS, NO SÉCULO XIX: BREVE APANHADO.....	101
3.2 SENHORES DE ESCRAVOS E FÁBRICAS DE FERRO	106
3.3 CASOS DE FAMÍLIA, FABRICAÇÃO DE FERRO E RIQUEZA.....	128
3.4 FÁBRICAS DE FERRO: PRODUÇÃO E DURAÇÃO NO TEMPO	141
3.5 TENDAS DE FERREIRO: CONSERTANDO FERRAMENTAS E TRANSFORMANDO FERRO FUNDIDO EM INSTRUMENTOS	150
4 UMA FAZENDA DE FABRICAÇÃO DE FERRO: A FÁBRICA DE JOÃO MONLEVADE, RITMO INDUSTRIAL E TRABALHO ESCRAVO.....	157
4.1 BREVE HISTÓRICO	158
4.2 ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE.....	160
4.3 A FORJA: CARACTERÍSTICAS, PRODUÇÃO E COMÉRCIO	171
4.4 RELAÇÕES SOCIAIS: PARENTESCO E AMIZADES	181

4.5 OS ESCRAVOS DA FAZENDA MONLEVADE: DIFERENTES ATIVIDADES E RITMOS DE PRODUÇÃO	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
REFERÊNCIAS.....	209
FONTES	215
ANEXO A.1 – CAPÍTULO 1: MAPA 1.....	217
ANEXO A.2 – CAPÍTULO 1: TABELA 1	218
ANEXO A.3 – CAPÍTULO 1: TABELA 2	219
ANEXO A.4 – CAPÍTULO 1: GRÁFICO 1.....	220
ANEXO A.5 – CAPÍTULO 1: TABELA 3.....	221
ANEXO A.6 – CAPÍTULO 1: GRÁFICO 1.....	222
ANEXO A.7 – CAPÍTULO 1: TABELA 4.....	223
ANEXO A.8 – CAPÍTULO 1: TABELA 5.....	224
ANEXO A.9 – CAPÍTULO 1: TABELA 6.....	225
ANEXO A.10 – CAPÍTULO 1: TABELA 7	226
ANEXO A.11 – CAPÍTULO 1: TABELA 8.....	75
ANEXO B.1 – CAPÍTULO 2: TABELAS 1 E 2	228
ANEXO B.2 – CAPÍTULO 2: TABELA 1	232
ANEXO B.3 – CAPÍTULO 2: GRÁFICO 1.....	238
ANEXO B.4 – CAPÍTULO 2: GRÁFICOS 1 A 3.....	239
ANEXO B.5. – CAPÍTULO 2: GRÁFICO 1.....	241
ANEXO B.6 – CAPÍTULO 2: TABELAS 1 E 2	242
ANEXO B.7 – CAPÍTULO 2: TABELA 1	243
ANEXO C.1 – CAPÍTULO 3: FIGURA 1.....	244
ANEXO C.2 - CAPÍTULO 3: FIGURA E TABELA 1	245
ANEXO C.3 – CAPÍTULO 3: TABELA 1.....	247
ANEXO C.4 – CAPÍTULO 3: TABELA 1	249
ANEXO D.1 – CAPÍTULO 4: FIGURA 1.....	252
ANEXO D.2 – CAPÍTULO 4: TABELA 1.....	253

INTRODUÇÃO

O fio condutor da tese, nossa(s) problemática(s), são os mundos do trabalho no século XIX, especialmente, o trabalho escravo. Sendo assim, esta tese pretende dar luz às atividades econômicas que envolviam mão de obra escrava – unicamente ou em conjunto com outras formas de trabalho – analisando, nessa perspectiva, as mudanças provocadas na economia em razão das alterações na disponibilidade dessa força de trabalho.

Seguindo essa linha de pensamento, escolhemos um recorte temporal relativamente amplo: da proclamação de independência até o fim oficial da escravidão no Brasil. Essa escolha possibilitou-nos uma série de análises complementares de caráter econômico e social. Almejamos, assim, identificar variações no uso da mão de obra cativa, atividades cernes e complementares, transformações econômicas e comerciais, mudanças populacionais, entre outras. Além disso, interessava-nos individuar as limitações e oportunidades que a geografia espacial, conectada com as tecnologias da época, impôs nas atividades regionais.

Para viabilizar a escolha de um período de observação extenso, limitamos nosso espaço físico ao termo da vila de Santa Bárbara. O espaço econômico (especialmente escravista) interessa-nos em específico, pois partilhamos da ideia de que o intercâmbio de mercadorias, informações, amizades, etc. era delimitado, mesmo que com fronteiras elásticas e graduais, pelas relações entre as pessoas. O pesquisador de história regional deve respeitar as margens de relacionamentos, possíveis de serem identificados, para a época de acordo com o seu objeto de análise. Não estamos aqui afirmando que as relações econômicas e sociais estavam limitadas dentro da região de análise. Pautamos as escolhas, durante a pesquisa, na observação da dispersão destas relações, que, nas localidades selecionadas, apresentaram ligações de interdependência mais profundas do que as demais áreas externas aos seus limites.

Pode-se referir que a região em foco teve a criação de suas primeiras povoações no período da mineração aurífera, como muitas outras localidades mineiras. No final do século XVIII e durante o século XIX, todavia, a economia diversificava-se, mas a extração do ouro não foi abandonada; pelo contrário, ela continuou presente durante todo o século XIX, seja em proporções maiores, representadas especialmente pelas mineradoras britânicas que tiveram presença constante na região, como em pequenas fazendas de mineração e faiscação ligadas também a outras atividades. Entretanto não é o ouro que mais chama nossa atenção para a região, e sim a diversificação, inclusive com presença de atividades manufatureiras ligadas à extração de outro mineral abundante nestas localidades: o ferro.

A vila de Santa Bárbara – e suas respectivas freguesias – fica situada em uma região cuja locomoção de longa distância era dificultada por barreiras naturais. Esse obstáculo intensificou as atividades comerciais entre as localidades próximas, que tentaram abastecer a região dentro do possível com produtos locais, dessa maneira, evitando os custos do transporte. Esse relevo acidentado também abrigava riquíssimas reservas de mineral de ferro que, embora sua extensão ainda não fosse totalmente conhecida na época, possibilitou o aparecimento de diversas atividades com proporções variadas, desde simples tendas de ferreiro, forjas de pequeno e médio tamanho até siderúrgicas de maior porte, como a do Monlevade, que receberá atenção especial neste trabalho.

A região de estudo possui graduações diversificadas de propriedades escravistas, ligadas à mineração, atividades de transformação (como, por exemplo, siderurgia e têxtil), agropecuárias, entre outras. Assim, possibilitando desvendarmos o “efeito multiplicador” proporcionado pelas grandes propriedades no desenvolvimento das atividades que utilizavam pequenas e médias posses escravas – ou mesmo que não usufruíam da mão de obra cativa – e que não estavam inseridos diretamente no mercado exportador. Essas propriedades menores alimentavam-se e moviam as economias locais suprindo esses mercados exportadores (regional, nacional e internacional) com produtos os quais não produziam, ou não na quantidade necessária. As contribuições feitas, principalmente, por Douglas Libby (1988) e Robert Slenes (1988), a respeito do tema, inspiram novos estudos sobre a diversidade e o dinamismo econômico das Minas oitocentistas. Para os autores, a complementaridade entre as atividades industriais e a agricultura mercantil de abastecimento foi uma realidade em Minas Gerais, sendo que setores diretamente ligados à exportação nutriam outros setores, particularmente, a agricultura de abastecimento. Considerando ainda que nos focalizamos prioritariamente nas atividades que utilizavam trabalhadores cativos, observamos uma economia diversificada que exigia flexibilidade e adaptação de seus trabalhadores (na maioria cativos), tanto nas adequações a processos produtivos de graus diferentes de complexidade quanto no reforço de mecanismos de incentivo à produtividade e de sistemas de locação da mão de obra. Sendo assim, a análise de um longo período de tempo, focada em um termo do interior Mineiro, possibilita explicar a economia e o emprego da mão de obra escrava, marcando transformações, adaptações e continuidades nas práticas econômicas e “trabalhistas” locais.

Desta maneira, pretendemos mesclar análises de cunho econômico e social, utilizando dos recursos metodológicos da micro-história e/ou microeconômicos – preferências e escolhas dos indivíduos - combinadas com o exame do contexto social que, com certeza, influenciava

nas escolhas pessoais. Como nos lembra Hobsbawm (2005), a economia é sempre historicamente específica, os modos de produção estão sempre relacionados a certo estágio de desenvolvimento social e feitos por indivíduos sociais.

Com estas questões em mente, organizamos a distribuição de nossa pesquisa em quatro capítulos. O primeiro versa sobre as questões demográficas da população que residiu na região de Santa Bárbara ao longo do período provincial. As fontes utilizadas são, na sua maioria, quantitativas, como as listas nominativas da década de 1830, mapas de população das décadas de 1850 e 1860 e o censo de 1872. O caráter distinto destas fontes não permite comparações precisas, desafiando o historiador a construir arranjos metodológicos que permitam algumas análises comparativas. O segundo capítulo aprofunda as análises econômicas, trazendo ao debate questões relativas às atividades desenvolvidas nas unidades produtivas, as conexões destas com o trabalho escravo e com o mercado de abastecimento, além da oferta de crédito. Os inventários e as listas de impostos fornecem dados quantitativos e qualitativos que permitem o desenvolvimento das análises propostas.

O terceiro e o quarto capítulos abordam as atividades envolvendo a mineração e o preparo do minério de ferro, além da sua transformação em ferramentas úteis às demais atividades presentes na região. A presença ampla e consistente, ao longo dos anos, das fundições e forjarias de ferro deram um caráter singular para a região, estando presentes, geralmente, mescladas com outras atividades no interior das unidades produtivas. O terceiro capítulo elabora um panorama geral das atividades siderúrgicas do termo de Santa Bárbara, destacando a variedade de empreendimentos existentes e seus atrelamentos com as demais atividades econômicas da região. O último capítulo debruça-se sobre a vida de um personagem em específico: João Antônio de Monlevade. Este foi um dos maiores e mais bem-sucedidos metalurgistas residentes no Brasil, do século XIX. Desta maneira, dedicou-se um capítulo com o escopo de desvendar as estratégias utilizadas pelo mesmo para alcançar prosperidade através das atividades siderúrgicas.

Esperamos, com este trabalho, contribuir, humildemente, para os estudos regionais acerca das Minas Gerais oitocentistas. Bem como dar luz ao papel das atividades agrícolas de abastecimento, então, traçando suas conexões com as demais economias praticadas. Além, é claro, de destacar o importante papel exercido pela siderurgia, na nossa região de estudo.

1 ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E SOCIAL

A região do termo de Santa Bárbara, na porção central de Minas Gerais, possui um percurso comum também a outras localidades da região, com a ocupação e formação das primeiras paróquias no período próspero da mineração aurífera (COSTA, 1997).¹ No início do período provincial brasileiro, a população da região já havia se ajustado à diminuição da extração do ouro e possuía uma economia diversificada, com engenhos para produção de aguardente e rapadura, cultivo e transformação de mandioca, agricultura de milho e outros gêneros alimentícios, criação de gado, porcos, carneiros, tecelagem, fundições de ferro, etc. Algumas vilas e freguesias desenvolviam-se rapidamente, com isso, aumentando sua população e ampliando as atividades comerciais, já outras sentiram de forma mais penosa as mudanças econômicas do final do século XVIII e início do XIX. O período de 1822 até 1888 engloba problemáticas que extrapolam a questão do ouro. Durante quase todo o século XIX, o carro chefe da economia foi as atividades agropecuárias, todavia os laços com o passado não se romperam por completo e o extrativismo mineral também se fez presente. Além disso, algumas economias, como, por exemplo, a siderurgia, que ganharia maior destaque apenas no século XX, também, já tinham seu papel inicial.

As movimentações demográficas, sociais e econômicas integram processos articulados. Assim, alterações em um dos campos indicam a possibilidade de rearranjo, geralmente em processo, na estrutura do espaço de estudo, envolvendo, ou mesmo sendo motivadas por questões de caracteres diferenciados. Para fins metodológicos é possível fazer cortes analíticos, privilegiando determinados aspectos/períodos para posteriormente integrá-los. Neste primeiro capítulo, iremos privilegiar as análises demográficas. A análise seccionada do período provincial (1822 a 1850 e 1851 a 1888) ajuda-nos a pensar essa sociedade e a entender quais os arranjos que foram se configurando. Essa periodização faz-se necessária por duas razões distintas, uma relacionada ao contexto histórico e outra às fontes utilizadas. Primeiramente, a posse e o governo de D. Pedro II proporcionaram significativas mudanças nas regras vigentes uma vez que o mesmo consegue confirmar-se como um líder político forte, abrindo o caminho para mudanças em relação ao comércio atlântico de escravos, ao

¹ A Paróquia de Santa Bárbara foi criada pelo Alvará de 16 – II – 1724 com o nome de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara, tornou-se município e vila pela lei nº 134 de 16 – II – 1839. Quando utilizamos a expressão “termo de Santa Bárbara” neste trabalho nos referimos as seguintes freguesia e/ou distritos: Santa Bárbara, São Miguel do Piracicaba, São Domingos do Prata, Rio de São Francisco, São João do Morro Grande, Brumado, Cocais, São Gonçalo do Rio Abaixo, Bom Jesus do Amparo do Rio de São João e Catas Altas.

direito comercial e ao direito sobre a posse da terra. O impacto destas mudanças no cotidiano dos cidadãos nem sempre foi sentido na mesma forma e com a mesma intensidade pelos diferentes grupos sociais e/ou diferentes locais do Brasil. Deste modo, observar as características da sociedade antes e depois destas mudanças pode ajudar a entender o impacto das mesmas nos arranjos econômicos e sociais que foram se configurando. Em segundo lugar, os conjuntos de dados que possuímos para a primeira e a segunda metade do século XIX apontam características distintas. Para a primeira metade do século XIX existe a possibilidade do uso das listas nominativas, já para a segunda metade os dados demográficos mais significativos e confiáveis provêm do censo de 1872. As listas nominativas possuem informações, como o nome já indica, nominais, sendo que o censo de 1872 apresenta apenas as somatórias dos dados coletados por paróquias.

1.1 ESPAÇO: PROBLEMÁTICAS E ESCOLHAS

A História, enquanto disciplina, passa por transformações periódicas. Os historiadores – envolvidos pelos questionamentos do meio em que vivem, pela literatura e pelo diálogo constante entre os pesquisadores – passam a criar ou revisitar abordagens e metodologias, buscar fontes inéditas ou novas formas de olhar e explorar aquelas já conhecidas, descobrir e aprofundar seus conhecimentos em técnicas e tecnologias aplicáveis à pesquisa. Deste modo, novos questionamentos e metodologias estão sempre colocando a prova teorias explicativas.

Várias correntes historiográficas tiveram praticantes que se dedicaram ao exame da história tendo o espaço como um dos seus eixos centrais. Dentre tais correntes, a escola francesa dos *Annales* destaca-se, talvez, como a de maior influência na historiografia brasileira. A *geohistoire*, de Fernand Braudel, enfatiza uma geografia humana retrospectiva, uma compreensão histórica do território e das atividades humanas ali ocorridas (BRAUDEL, 1983; BRAUDEL, 1992). Na segunda metade do século XX, novas linhas de pesquisa distinguem-se por um entendimento diferente e com mais nuances do espaço. Essa mudança teve início, primeiro, nas ciências sociais e, depois, conquistou adeptos nas ciências humanas. Trabalhos recentes, nos campos dos estudos literários, sociologia, ciência política, antropologia e história, têm adicionado cada vez mais questões espaciais a suas problemáticas e fundamentações.² Disciplinas, antes balizadas predominantemente por marcos temporais, têm ampliado o foco em aspectos regionais e espaciais como, por exemplo, as diásporas, as

² Ver: LEFEBVRE, 1991; FOCAULT, 1980.

conexões atlânticas e as fronteiras. A história tem acompanhado esse processo em estudos que abrangem temáticas variadas, desde trabalhos sobre o regional e o meio ambiente até aqueles que abordam a cultura material e a escravidão. Seguindo estas mudanças na historiografia, nas últimas décadas, muitas teorias globalizantes caíram por terra, os estudos das grandes atividades exportadoras nacionais, dos ciclos econômicos passaram a dar espaço a análises espaciais menos pretensiosas como, por exemplo, a história regional e/ou a micro-história. A história regional evidencia, para além das atividades econômicas exportadoras, uma diversidade muito grande de formas através das quais as pessoas conseguiam ganhar dinheiro e sustentar a si e/ou as suas famílias. Assim, os estudos regionais conquistaram seu lugar na historiografia brasileira.

A vila Santa Bárbara e suas respectivas freguesias situam-se na parte central de Minas Gerais. O Mapa 1, no anexo A.1, ajuda a entender e problematizar esse espaço. Os limites ampliados fazem fronteira, a oeste, com a Serra do Espinhaço, composta pelas Serras da Lapa e da Piedade; ao sul, com a Serra do Caraça e de São Bartolomeu; a leste, com os rios Piracicaba e Doce; e, ao norte, com a Serra das Correntes. Interessa particularmente o conhecimento da população que ocupava esse espaço, suas características econômicas, sociais, a presença e as ligações entre escravidão e a economia. Compreender as características da população ajuda a entender como a mesma ocupou esse espaço e o utilizou para fins econômicos e vice-versa, uma vez que as características físicas (neste caso, especificamente, relevo e geologia) contribuíram para o resultado dos arranjos econômicos resultantes e suas mudanças ao longo dos anos. O relevo acidentado e as dificuldades de locomoção, aliados ao custo dos transportes, favoreceram a diversificação das atividades econômicas e o desenvolvimento de um intenso comércio de abastecimento. Desta maneira, a população ali residente adaptou-se à realidade local do período de acordo com as suas possessões, relações sociais, experiências e ambições.

Antes de iniciar a análise demográfica propriamente dita, faz-se necessário enfatizar que foram inúmeras as mudanças ocorridas nos limites das unidades político-administrativas ou religiosas no longo período de análise. Tais alterações podem induzir ao erro ao encontrar variações na somatória dos dados que são originados não por questões demográficas, mas pela perda ou anexação de distritos por meio de uma reorganização do município ou da comarca (GRAÇA FILHO, 2009). Sendo assim, procurou-se minimizar as implicações dessas mudanças espaciais sobre os resultados utilizando as menores divisões político-administrativas da província: distritos e freguesias. Isso nos auxilia a pensar o espaço como um todo, sem nos preocuparmos excessivamente com as subdivisões políticas e religiosas,

tomando apenas o cuidado para que a amostragem seja compatível ao longo do período estudado (PAIVA; BOTELHO, 1995).

Tabela 1.1 - Distribuição da população por localidades segundo a condição e o sexo, 1831.³

Localidades	Livre		Escravo		Total Geral	Livre Total	Escravo Total	Livre %	Escravo %
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino					
Brumado	290	343	259	120	1.012	633	379	62,5	37,5
Catas Altas	582	760	462	285	2.089	1.342	747	64,2	35,8
Cocais	686	743	1.026	549	3.004	1.429	1.575	47,6	52,4
N. Senhora do Socorro	395	225	295	218	1.133	620	513	54,7	45,3
Santa Bárbara	496	631	223	165	1.515	1.127	388	74,4	25,6
São Domingos do Prata	596	657	581	326	2.160	1.253	907	58,0	42,0
São Gonçalo do Rio Abaixo	806	935	678	415	2.834	1.741	1.093	61,4	38,6
São Gonçalo do Rio Acima	121	140	68	47	376	261	115	69,4	30,6
TOTAL	3.972	4.434	3.592	2.125	14.123	8.406	5.717	59,5	40,5

Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM). Listas Nominativas, 1831/1832. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Em linhas gerais, aproximadamente, 60% da população era livre e em torno de 40% era escrava, todavia esses valores desviam um pouco desse padrão em algumas freguesias. São justamente esses desvios que nos saltam aos olhos primeiramente. Nas freguesias onde a população escrava é relativamente maior, a presença masculina de escravos é mais intensa e isso ocorre nas freguesias de São Domingos do Prata, Cocais e Socorro, que possuíam contingências de escravos acima ou próximo a 45% das suas populações. Especialmente nas duas últimas freguesias, esses altos índices de trabalhadores escravos entre a população total estavam relacionados com o envolvimento em atividades mineradoras. A expressiva mina do Gongo Soco⁴, pela grande quantidade de ouro dela extraído, ficava próxima ao povoado de Socorro.

Santa Bárbara tinha um papel mais urbano, tornou-se vila ainda na década de 1830 e concentrava funções administrativas e jurídicas. Santa Bárbara agregava tarefas propriamente urbanas, como, por exemplo, cartórios, câmaras municipais, comércio mais intenso, entre outros. Assim, a presença dessas atividades teve impacto em Santa Bárbara, tornando-a um

³ Temos 7 casos sem informação quanto à condição na lista de 1831, 1 de Cocais, 1 de Socorro e 5 de São Gonçalo.

⁴ A mina do Gongo Soco foi explorada pela Imperial Brazilian Mining Association durante os anos de 1825 a 1856. Já a Mina de Cocais foi explorada, de 1828 a 1912, pela Nacional Brazilian Mining Association.

dos pontos de encontro entre a população, dispersa pelas várias freguesias que circundavam essa vila. A necessidade de locomover-se até essas vilas, em busca de um serviço especializado, acabava por gerar oportunidades comerciais, como desenvolvimento de ranchos, vendas e boticas. Neste contexto urbano, os cativos não eram necessários em grande número, pois eram empregados em tarefas domésticas ou urbanas, nas quais um ou dois trabalhadores já davam conta do serviço. No entanto, não podemos esquecer que, como a maioria das aglomerações urbanas nesse período, as vilas também possuíam áreas rurais um pouco mais afastadas do centro e mesmo pequenas plantações nos quintais das casas, como veremos mais adiante. Segundo Saint-Hilaire, que visitou boa parte da região de nosso estudo, Santa Bárbara passava por um período de decadência no início do século XIX:

Esta povoação (Santa Bárbara) depende da justiça de Caeté e da Comarca do Rio das Mortes, e é a sede de uma paróquia que compreende 6 sucursais e cerca de 12.000 habitantes. É fácil perceber que Santa Bárbara teve outrora grande importância; mas este vilarejo está atualmente de tal forma abandonado, que um proprietário que aí possui várias casas garantiu-me que ninguém queria habitá-las, mesmo de graça (SAINT-HILAIRE, 1975, p.98).⁵

É provável que Santa Bárbara tenha passado por maiores dificuldades na sua adequação à crise mineradora, isso porque tinha uma característica urbana. Muitas famílias que possuíam moradia em fazendas afastadas eram também proprietárias de residências em Santa Bárbara. Com as dificuldades enfrentadas com a diminuição do ouro de fácil extração, é bem possível que essas pessoas tenham abandonado, mesmo que temporariamente, suas casas, no povoado de Santa Bárbara, com o intuito de economizar nos gastos com a manutenção. Desse modo, é compreensível a observação de Saint-Hilaire de que Santa Bárbara passava por certo abandono populacional, pois o proprietário que tivesse sua renda vinculada ao campo facilmente optaria por investir nele e não na cidade, onde, provavelmente, não tinha nenhum investimento que lhe gerasse renda.

Devemos lembrar que os arraiais e vilas geravam demandas de produtos, pois as suas populações não conseguiam cultivar os alimentos necessários ao sustento. Ademais, as áreas mais urbanizadas são geralmente detentoras de uma organização mais especializada do trabalho e de uma oferta mais variada de produtos disponíveis ao consumo. Já nas áreas rurais, devido tanto ao custo do transporte quanto ao tempo gasto no percurso – ausência do trabalho durante as idas à vila – era frequente a substituição dos bens mercantilizados por

⁵ Saint-Hilaire permaneceu no Brasil de 1816 a 1822 e viajou pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

produtos domésticos ou locais (RODARTE, PAULA; SIMÕES, 2004). O que distingue o urbano do rural no século XIX são os aspectos administrativos existentes no meio urbano, cartório, câmara, igrejas. Todavia as conexões entre as áreas rurais e urbanas são inegáveis, resta apenas tentar qualificar as escalas de dependência dessas relações. Essa perspectiva ajuda a melhor entender o comportamento tanto das zonas mais urbanizadas quanto das dedicadas à agropecuária. Segundo Rodarte (1999), a análise do nível de importância de um núcleo urbano pode ser feita tendo como metodologia o número e a intensidade com que são ofertadas certas atividades econômicas existentes. O setor de serviços é o segmento de atividade econômica mais apropriado para a análise do nível de centralidade de um lugar, porque os serviços, comumente, determinam a importância das áreas urbanas em relação às respectivas zonas rurais. Quando o serviço é especializado, ele restringe-se apenas aos maiores aglomerados populacionais, voltando-se ao atendimento das populações residentes no local e nas vizinhanças. Quando uma cidade passa a proporcionar volume considerável de bens e serviços centrais - são assim considerados quando produzidos e ofertados em poucos pontos centrais, para serem consumidos em um espaço maior - ela adquire uma centralidade maior e o domínio sob uma maior área de influência. Também podemos ter, todavia, uma distribuição mais uniforme da oferta desses produtos no espaço, criando mercados menores com um alcance espacial também menor. Os centros de menor centralidade tendem a ter apenas estruturas de ofertas de bens e serviços de primeira necessidade, enquanto os centros de maior centralidade ofertam, além desses, bens mais raros e especializados, de alcance espacial e mercados amplos.⁶

⁶ Rodarte (1999) considerou próprio para o estudo da centralidade dos núcleos as ocupações liberais (exceto religiosos, para melhor captar o aspecto econômico), os comerciantes e parcela dos artesãos. Optamos por manter as mesmas escolhas feitas por Rodarte, todavia excluímos os artesãos, pois a tabela ficava de difícil análise e os resultados eram praticamente os mesmos. Além do fato de termos, em nossa região, muitos artesãos, especialmente de tecidos, nas áreas rurais.

Tabela 1.2 - Distribuição da População por Atividades Econômicas Prestadoras de Serviços

Ocupações /Localidades										
		Catas Altas	Cocais	Santa Bárbara	S. G. do Rio Abaixo	S. D. do Prata	S. J. do Morro Grande	S. Mi. do Piracicaba	Rio de São João	
1831	Pedreiro	15	5	8		1				
	Negociante	36	41	42	25	19				
	Escrivão	1	1							
	Func. Públ. e Militar		1							
	Cirurgião	2	4		1					
TOTAL		54	52	50	26	20				
1872	Advogados			1						
	Artistas				2			2		
	Cirurgião		1	1						
	Comerciantes	37	35	46	23	11	33	56	21	
	Empregados Públicos			2						
	Farmacêuticos		3	1		1				
	Juízes			1						
	Médicos	1	1		1					
	Notário ou Escrivão	1		2		1	1	1		
	Oficiais de Justiça					1	1			
	Parteiras		4	1	3					
	Procuradores	66		1						
	Prof. e Homens de Letra	2	2	3	6		5	2	5	
TOTAL		107	46	59	35	14	40	61	26	

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica. Recenseamento Geral de 1872. Biblioteca do IBGE.

Quando analisamos núcleos urbanos maiores, as profissões tipicamente urbanas (profissionais liberais e comerciantes) são mais frequentes, todavia, quando analisamos núcleos urbanos menores, essas ocupações aparecem de forma menos consistente. Podemos estabelecer algumas comparações com a vila de Itabira, próxima à Santa Bárbara, para identificarmos os diferentes níveis de centralidade das áreas urbanas.⁷ Itabira, nos dois momentos, aparecia com um número de atividades muito superior às demais localidades próximas. Além disso, suas freguesias vizinhas - Sant'Anna dos Ferros, Itambé e Antônio Dias, presentes na lista nominativa de 1831 - possuíam um caráter mais deficiente no que se

⁷ Itabira do Mato Dentro (1831): 14 pedreiros, 112 negociantes, 2 escrivães, 11 cirurgiões. Itabira do Mato Dentro (1872): 6 advogados, 7 artistas, 136 comerciantes, 5 empregados públicos, 7 farmacêuticos, 2 juízes, 1 médico, 3 notários ou escrivães, 2 oficiais de justiça, 2 parteiras, 7 professores e homens de letras.

refere à oferta e à prestação de serviços. Para o ano de 1872, a posição central de Itabira não se altera muito. Além das freguesias citadas, pertenciam ao termo de Itabira: Joanezia, Carmo, Santa Maria, São João da Alagoa e Sant'Anna do Alfíe. Todas essas freguesias ofertavam uma pequena variedade dessas atividades, sendo que várias não possuíam sequer um advogado, farmacêutico ou médico. Imaginamos que cada localidade tivesse seus “práticos de médico” e variantes menos especializadas para outras ocupações, todavia isso não minimiza o papel central dos maiores núcleos urbanos, especialmente, como prestador de serviços especializados. Como podemos perceber, Santa Bárbara não se encaixa muito bem nessa análise. Aqui, recorreremos novamente aos apontamentos feitos por Rodarte (1999). Em sua dissertação de mestrado, o autor analisa algumas freguesias nas quais é possível identificar, por meio das listas nominativas da década de 1830, distinções entre a área rural e urbana, sendo que, do nosso espaço de análise, apenas os dados referentes à Santa Bárbara geram essa possibilidade de apreciação. Santa Bárbara tinha sua população distribuída da seguinte forma: 1.080 na zona urbana e 434 na zona rural. Para Rodarte (1999, p. 51), Santa Bárbara, apesar de ter um núcleo urbano consistente, não possuía uma “estrutura urbana” muito bem definida. É fácil chegarmos à mesma conclusão que o autor pela análise da tabela abaixo. Santa Bárbara apresenta-se como um núcleo urbano intermediário em nosso conjunto, se considerarmos apenas os dados indicados nessa tabela. Acredita-se, todavia, que o diferencial de Santa Bárbara estava no fato de ter sido uma localidade rica e próspera no período aurífero, a criação da sua Paróquia data de 1724, com o nome de Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara. Mesmo com uma importância econômica diminuída no século XIX, especialmente, pelo desenvolvimento de áreas vizinhas, ainda, manteve sua importância como um ponto de referência, sendo elevada à vila em 1839 e adquirindo funções de cartório e câmara. Assim, ela manteve sua importância jurídico/administrativa, mesmo perdendo espaço no que se refere ao comércio, que se ampliava em pequenas medidas nas freguesias circunvizinhas (RODARTE, PAULA; SIMÕES, 2004).⁸

⁸ Rodarte, Paula e Simões (2004) classificam algumas localidades mineiras do século XIX de acordo com o nível de centralidades. Essa classificação abrange quatro níveis, sendo que Itabira é listada no nível 2 e Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Catas Altas, Socorro, Sant'Anna de Ferros e Cocais aparecem no nível 3.

Tabela 1.3 - Comparação entre o comércio nos termos de Santa Bárbara e Itabira, 1854/1855⁹

	Localidades/Atividades Comerciais	Lojas ou Vendas	Boticas	Armazéns	Tavernas ou Molhados	Loja e Molhados	TOTAL
Termo de Santa Bárbara	Santa Bárbara	16	1		2	6	25
	Catas Altas	19			2	4	25
	Cocais	13	1		2	7	23
	São Miguel do Piracicaba	27	4		1	4	36
	S. João do Morro Grande	10				5	15
	Socorro	4				1	5
	Brumado	13			1	2	16
	S.Gonçalo do Rio Abaixo					13	13
	São Domingos do Prata	5	1		6		12
	Termo de Itabira	Itabira	32	6	23	98	
Sant'Anna dos Ferros		10			19		29
Joanezia		1			3		4
Antônio Dias		4			5		9
Sant' Anna do Alfié		2			17		19
São José da Alagoa		4			27		31

Fonte: APM. Seção Provincial: SP – 570, folhas 648, 649, 650 e folhas 243-248.

Por meio dos mapas demonstrativos das atividades comerciais, podemos identificar a concentração ou dispersão dessas atividades nos termos das vilas de Itabira e Santa Bárbara, para meados da década de 1850. A classificação apresentada pelas autoridades responsáveis de cada vila não segue exatamente os mesmos padrões. Para o termo de Itabira, é comum o uso das designações vendas, boticas, armazéns e tavernas, já para o termo de Santa Bárbara, as qualificações são lojas, boticas, molhados e lojas e molhados. Mesmo sabendo que podemos estar cometendo alguns erros, consideramos vendas e lojas como semelhantes também a tavernas e molhados. Como o objetivo principal não é a quantificação entre os termos, e sim dentro deles, acreditamos que essas comparações não prejudicam a análise.

Os dados apresentados nas tabelas 1.2 e 1.3 mostram que Itabira possuía um papel centralizador mais significativo do que Santa Bárbara, no que diz respeito às demais freguesias de seus respectivos termos. Na vila de Itabira, havia em média 32,6 pessoas livres para cada estabelecimento comercial, sendo que, nas suas freguesias, esse número era de 45,9 para Sant'Anna de Ferros e 142,2 em Antônio Dias. Já em Santa Bárbara, essa média de

⁹ 1) As informações do termo de Santa Bárbara são do ano de 1855 e do Termo de Itabira do ano de 1854. 2) A freguesia de São Domingos do Prata aparece aqui como pertencente ao termo de Itabira, em outros momentos ela aparece como pertencente ao Santa Bárbara.

habitantes por estabelecimento comercial era de 45, sendo que, em algumas freguesias, os valores eram próximos, Brumado possuía 39,5 habitantes/comércio; em São Miguel do Piracicaba, esse número era de 42,1; em Catas Altas, de 53,6; e, em Cocais, 62,1.¹⁰ Algumas freguesias próximas à Santa Bárbara alcançaram relevante atividade comercial em seus arraiais. Mesmo supondo que esse comércio ofertasse produtos com pouca variedade, com certeza, era o suficiente para diminuir as viagens até a vila de Santa Bárbara. Além do desenvolvimento das freguesias, que estimulava os negócios em seus arraiais, podemos imaginar que as dificuldades do terreno solicitassem viagens mais curtas para a compra de mantimentos, incentivando, assim, o aparecimento de um maior número de comerciantes distribuídos de forma relativamente uniforme no espaço. Assim, embora a vila de Santa Bárbara tivesse um papel centralizador, especialmente, pelo título de vila e os benefícios que isso proporcionava, este era minimizado pelo desenvolvimento urbano comparável das freguesias vizinhas.

1.2 ESTRUTURA SOCIAL DA POPULAÇÃO CATIVA

As características históricas analisadas sejam políticas, econômicas, religiosas, etc., foram vivenciadas por grupos de pessoas que, geralmente, tendem a comportamentos parecidos, pois compartilhavam de ambientes e noções de vida similares. Conhecer as linhas gerais dessa sociedade possibilita uma posterior análise de casos, recortes diversos de acordo com os interesses da pesquisa em curso, ampliando o entendimento do contexto em que os fatos narrados ocorreram e minimizando distorções e generalizações inapropriadas.

¹⁰ Se incluirmos os escravos os valores ficam: Santa Bárbara (60,6), Catas Altas (83,56), Cocais (179,86), São Miguel do Piracicaba (65,13), São João do Morro Grande (69,53), Socorro (226,6), São Domingos do Prata (180), Brumado (63,25), São Gonçalo do Rio Abaixo (246,9231), Itabira do Mato Dentro (50,09), Sant'Anna de Ferro (79) e Antônio Dias (181,11). Para as localidades de S. Miguel do Piracicaba e São João do Morro Grande foram utilizadas informações populacionais dos mapas de população do ano de 1833/35.

Tabela 1.4 - Distribuição da população por freguesias segundo a condição, século XIX¹¹

Localidades	1831/32		1833/35		1862		1872	
	Livre	Escravo	Livre	Escravo	Livre	Escravo	Livre	Escravo
Brumado	633	379	755	564				
Catas Altas	1.342	747	1.573	849	1.087	512	5.613	2.171
Cocais	2.049	2.088	1.352	1.465			5.071	1.693
Santa Bárbara	1.127	388	1.656	682			3.826	556
São Miguel do Piracicaba			1.517	828			8.659	967
S. Domingos do Prata	1.253	907	1.319	942	1.763	1.101	4.063	1.114
S. G. do Rio Abaixo	2.002	1.208	610	508	2.368	752	6.043	756
S. J. do Morro Grande			721	322			7.459	353

Fontes: APM. Seção Provincial: SP – 570; Listas Nominativas; Mapas de População- MP- Rolo 01, Pacotilhas 15 e 16. IBGE - Recenseamento Geral de 1872.

Os dados acima apresentados foram retirados de diferentes fontes. As informações de 1831/32 provêm das listas nominativas de habitantes. Os dados de 1833/35 foram retirados dos mapas de população. Esse material é resultado da observância do decreto de 17 de julho de 1832, que encarregava os juízes de paz de preencherem um mapa padrão fornecido e impresso pelo Governo Provincial (MARTINS, 1990).¹² Alguns documentos, todavia, têm a assinatura do pároco e não do juiz de paz, indicando que nem sempre foi este quem de fato executou a tarefa. Já os números de 1855 fazem parte de alguns esparsos levantamentos que não tiveram uma abrangência tão ampla quanto às listas nominativas e os mapas de população. Nesses, costumavam aparecer informações sobre a população (sexo, condição, estado civil, entre outras), bem como algumas características sobre o comércio e a economia local. As informações de 1862, também, não se mostraram abrangentes sobre a província de Minas Gerais como um todo. Os dados de 1862 não apresentaram um padrão de coleta, sendo que, para algumas localidades, o modelo é semelhante ao das listas nominativas; e, para outras, identifica-se mais com os mapas de população (apresenta o somatório das informações). O Recenseamento Geral de 1872 tem uma importância ímpar, sendo esse o

¹¹ Em alguns casos, foi necessário juntar valores, pois, nas datas seguintes, os mesmo estavam agregados: freguesia do Rio de São Francisco foi incorporada a Santa Bárbara (1833/1835); Brumadinho foi incorporado a Brumado (1833/1835); Os dados de São Gonçalo do Rio Abaixo (1833/35) representam apenas aqueles provenientes do distrito de Pacas. Os dados de São Gonçalo do Rio Abaixo e do Rio Acima foram agregados no ano de 1831/32; o distrito de Socorro foi incluído em Cocais em 1831/32; Rio de São João foi incluída em Cocais em 1872; Os dados de Catas Altas listados na coluna “1833/35” foram retirados na lista nominativa de 1838.

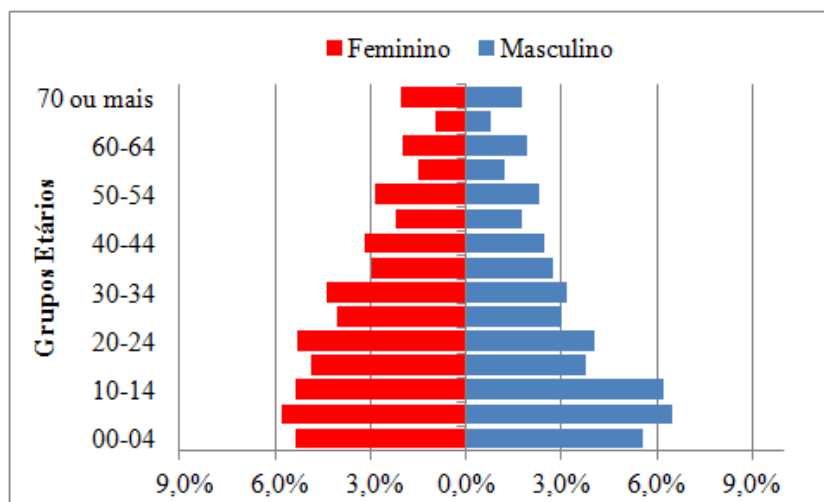
¹² Martins (1990) observou alguns defeitos na confecção dos mapas referentes à distribuição das idades da população: a idade-limite de cada faixa etária é repetida na faixa subsequente. Nesse caso, supõe-se que os juízes de paz, ao preencherem os mapas, não fizeram uma contagem dupla dos indivíduos localizados nas idades limites. Além disso, o *status* viúvo não consta nos mapas, o que certamente não significa que não existissem viúvos na província.

único censo de abrangência nacional do período imperial e escravista brasileiro. Esse foi o arrolamento populacional que melhor retratou a população e a sociedade, tanto pela riqueza e abundância das informações levantadas quanto pela cobertura e qualidade das mesmas. Esclarecida a procedência das informações, gostaríamos de ressaltar que a diversidade de documentos analisados pode gerar algumas incorreções. A escassez de informações sobre a população no século XIX faz com que nos apeguemos às poucas contagens populacionais existentes, claro com o cuidado de questionar e testar a veracidade dos mesmos.

Quando analisamos informações populacionais, a observação da estrutura etária é fundamental para, de certo modo, assegurar a qualidade e precisão do conjunto amostral em questão. Sabemos, *a priori*, por exemplo, que a pirâmide etária da população escrava do Brasil, na primeira metade dos oitocentos, teria a base mais estreita que a população livre, porque a maioria dos escravos entrava no Brasil, via tráfico atlântico, já em idade juvenil ou adulta. Por esse mesmo motivo, a pirâmide etária dos cativos deve ser mais larga no centro. Assim, se a nossa pirâmide etária apresentar um padrão muito fora do esperado, devemos, ao menos, desconfiar que nossos dados não representem, de forma aceitável, a população no que diz respeito não apenas à análise da estrutura idade/sexo, mas em relação a todas as demais.

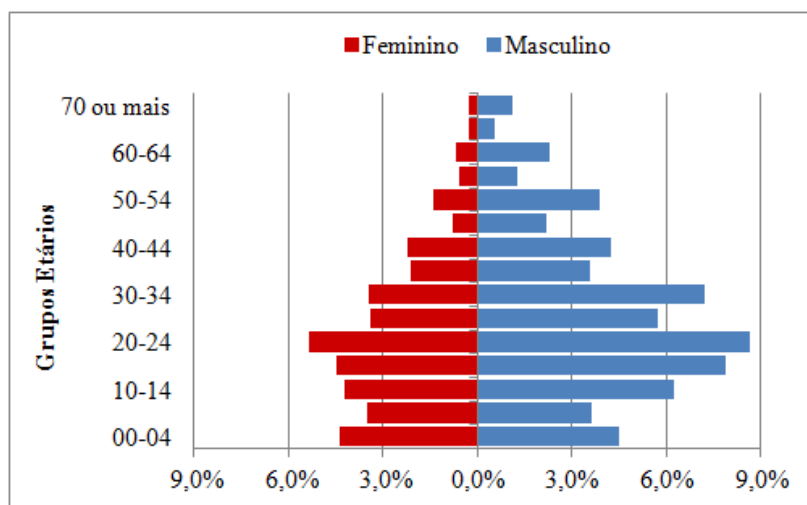
Nos gráficos a seguir, o lado direito do eixo vertical é representado pelas mulheres e o esquerdo pelos homens. Quando se trata de proporções, ao invés de números absolutos, como no nosso caso, deve-se tomar como base o total da população; e não o total de cada sexo (CARVALHO; SAWYER, 1994).

Gráfico 1.1- Distribuição da população livre por sexo e faixa etária, termo de Santa Bárbara, 1831



Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Gráfico 1.2 - Distribuição da população escrava por sexo e faixa etária, termo de Santa Bárbara, 1831



Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFGM – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

A migração compulsória, como os demais movimentos migratórios em geral, tende a ser seletiva por sexo e idade. As regiões, nas quais a entrada do elemento cativo, via tráfico, foi intensa, mostram maior diferença entre o número de homens e de mulheres, a migração desequilibra, de forma inversa, a razão de sexos nos pontos de origem e de destino. No período em análise, era comum a falta de precisão quanto à idade. As pessoas tendiam a dizer valores redondos de idade quando a memória falhava e não era possível identificar o número com certeza.¹³ Esse problema, todavia, não compromete a análise porque era comum a toda a população e não apenas a uma faixa etária, além disso, não causa grandes distorções na estrutura da pirâmide. A diferença entre a estrutura etária dos livres e dos cativos é evidente em 1831/32. Após o final do tráfico atlântico de escravos, em 1850, cessou a entrada de africanos como cativos no Brasil, e o comércio passa a depender da oferta interna/nacional, que, por sua vez, vai depender cada vez mais da capacidade de reprodução natural da massa escrava (PAIVA; BOTELHO, 1995).

A estrutura etária, ilustrada no gráfico 1.2, é comum a populações cativas em quase todo Brasil. A base mais estreita indica a pequena importação de crianças via tráfico atlântico. O alargamento da região central da pirâmide enfatiza a preferência por indivíduos jovens e adultos que possuíssem a capacidade desempenhar ao máximo as funções a eles designadas. O grande estreitamento no topo também é típico das sociedades escravistas, pois as condições de vida e de trabalho geralmente levavam à mortalidade em idades menores do que as

¹³ Problema comum até os dias de hoje, claro que em menor quantidade, devido à facilidade em consultar os documentos que informam sobre o nascimento. Existem fórmulas estatísticas que suavizam esse problema, todavia, devido à complexidade, não foram utilizadas neste trabalho.

apresentadas pela população livre - mesmo nessa camada da população, as mortes ocorreriam em idades inferiores às presentes nos censos atuais ou mesmo do século XX. A maior desigualdade entre os sexos dá-se na parte central da pirâmide, o que era esperado porque sabemos que as faixas etárias preferíveis para o tráfico atlântico eram as dos jovens e dos adultos, preferencialmente, do sexo masculino. No que se refere às pessoas livres, a distribuição entre os sexos é mais harmônica, o que indica uma situação de normalidade, sem grandes migrações que pudessem favorecer apenas um dos sexos. No mais, é possível visualizar uma sociedade com número de filhos relativamente alto, pois possui um alargamento na base e com poucos idosos, fato observável pelo afinilamento do topo da pirâmide. A média de idade entre homens livres era de 27,2 e a mediana de 25. Para as mulheres livres, esses valores eram respectivamente de 27 e 23. Quando se trata da população escrava masculina, a média de idade era de 27,9 e a mediana de 25. Para as mulheres escravas, esses valores eram respectivamente de 23,7 e 21. As medidas de tendência central se aproximam para livres e escravos, mas por motivos diferentes.¹⁴ Os primeiros possuíam uma maior expectativa de vida, em contrapartida, também, tinham um grande número de crianças mantendo, assim, as medidas abaixo dos 30 anos. Quanto aos segundos, as medidas apontam justamente para as idades em que há uma maior concentração de pessoas.

Podemos ainda inferir, por meio da conjugação dos dados da tabela 1.1 e do gráfico 1.1, que, entre os livres, existia um predomínio de mulheres e, entre os cativos, uma maioria masculina. Enquanto entre os escravos, a razão de masculinidade¹⁵ nunca é inferior a 135, entre os livres, ela predomina abaixo dos 100, chegando a 78,6 em Santa Bárbara e 76,5 em Catas Altas. Não podemos esquecer que estamos focalizando sociedades com populações relativamente pequenas, assim, os impactos nas diferenças da razão, tanto para mais como para menos, são sentidos de forma mais intensa pela população, particularmente, no que se refere às escolhas afetivas. O maior contraste entre livres e escravos foi encontrado na freguesia de Brumado. Nessa, a razão de masculinidade, entre os livres, é de 84,5 e, entre os escravos, é de 215,8. Vamos buscar algumas explicações para esses números ao analisarmos as atividades relacionadas às freguesias tanto nos relatos de viajantes como nas próprias listas nominativas.

¹⁴ As medidas de tendência central, tais como a média, a moda e a mediana, convertem as informações dispersas em apenas um número, de forma a apresentar uma tendência. Essas medidas são chamadas de tendência central por apresentarem valores que, de alguma forma, dividem o banco ao meio. Por ser uma forma de síntese dos dados, as medidas de tendência central são passíveis de distorções e devem ser analisadas com cuidado.

¹⁵ O cálculo estabelece a razão de homens em relação às mulheres, utilizando como padrão o número de 100 mulheres. Fórmula: $Rm = (n^{\circ} H / n^{\circ} M) \times 100$.

Quando falamos em sociedades escravistas, é importante definirmos o papel do trabalho cativo diante de todo o conjunto dos trabalhadores. Isso porque, durante os séculos XV a XIX, grande parte do mundo ocidental experimentou alguma forma de mão de obra cativa. Todavia, apenas em algumas colônias ou países, para ser mais específico em partes desses, esta exploração foi efetiva e sistemática.

O que distinguia as sociedades com escravos era o fato de que estes eram marginais aos processos produtivos centrais. Nas sociedades deste tipo, a escravidão era apenas uma forma de trabalho entre outras. Os proprietários de escravos travam-nos com extrema impiedade e crueldade, às vezes, porque este era o modo como tratavam todos os subordinados, fossem eles servos, devedores, prisioneiros de guerra, camponeses ou talvez simplesmente pessoas pobres. Nas sociedades com escravos, ninguém supunha que a relação senhor - escravo fosse exemplar. Nas sociedades escravistas, diferentemente, a escravidão estava no centro da produção econômica, e a relação senhor - escravo fornecia o modelo para todas as relações sociais: marido e mulher, pai e filho, empregador e empregado. Desde as mais estreitas ligações entre homens e mulheres até as conexões mais públicas entre governante e governado, todas as relações mimetizavam as da escravidão. [...] Enquanto nas sociedades com escravos os proprietários de escravos eram apenas uma fragmentação de uma elite abastada, nas sociedades escravistas eles eram a classe governante. Nas sociedades escravistas, quase todo o mundo – livres e escravos – aspirava a entrar na classe dos proprietários de escravos, e em certas ocasiões alguns antigos escravos lograram fazê-lo. Relutava-se em aceitá-los, na medida em que portavam o estigma do cativo em sua linhagem e, no caso da escravidão norte-americana, da cor em sua pele. Mas o direito de entrar na classe proprietária de escravos raramente era negado, porque a propriedade de escravos estava aberta para todos, independente de família, nacionalidade, cor ou origem (BERLIN, 2006, p.21).

Seguindo as orientações de Berlin (2006), podemos inferir que Minas Gerais, de uma forma geral e mais especificamente a região central onde nosso estudo se concentra, era uma sociedade escravista e não apenas uma sociedade com escravos. A historiografia sobre Minas Gerais possui uma vasta literatura que aponta para a diversificação da economia e a presença do trabalho escravo em praticamente todas as atividades econômicas (MARTINS, 1982; MARTINS; MARTINS FILHO, 1983; SLENES, 1988; LIBBY, 1988, entre outros). Ademais, a possibilidade de adquirir escravos era aberta a pessoas com poder aquisitivo necessário para a compra, sendo que o mercado de escravos não ficava restrito apenas aos grandes escravistas ou a senhores brancos. Para evidenciar tal afirmação, em atenção às vilas de Itabira e Santa Bárbara e suas freguesias, vamos identificar, primeiramente, os percentuais de cativos na sociedade, analisando a sua distribuição, ou seja, a concentração ou dispersão dos trabalhadores cativos no espaço e entre o grupo de pessoas analisado. Posteriormente, faz-se necessária uma análise das atividades exercidas por livres e por escravos, bem como as praticadas em conjunto. Assim, podemos melhor entender a efetiva importância e as articulações dos cativos com as sociedades em que estavam presentes.

O percentual de propriedades que usufruíam do trabalho cativo observado para o ano de 1831 assemelha-se ao número encontrado por outros autores (LUNA; KLEIN, 2005). Optamos, na análise dos fogos, por separar os dados por localidades, pois, como podemos observar na tabela abaixo, a distribuição dos escravos por fogo¹⁶ não era uniforme em todo nosso espaço de análise. É fundamental que prestemos atenção a essas diferenciações, pois elas são como peças de um cenário que estamos montando e ajudarão a compor, mais adiante, o quadro geral das estruturas sociais e econômicas da região. A comparação entre os fogos que eram providos e os que eram desprovidos de trabalhadores cativos fica exemplificada na tabela que segue:

Tabela 1.5 - Distribuição dos fogos segundo a posse de escravos, 1831

	Sem Escravos	Sem Escravos (%)	Com Escravos	Com Escravo (%)	TOTAL
Brumado	122	75,3	40	24,7	162
Catas Altas	302	73,5	109	26,5	411
Cocais	248	66,5	125	33,5	373
Nossa Senhora do Socorro	113	81,3	26	18,7	139
Santa Bárbara	209	73,1	77	26,9	286
São Domingos do Prata	157	56,1	123	43,9	280
São Gonçalo do Rio Abaixo	276	65,7	144	34,3	420
São Gonçalo do Rio Acima	40	64,5	22	35,5	62
TOTAL	1.467	68,8%	666	31,2%	2.133

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Uma rápida comparação com outras localidades mineiras evidencia uma média aproximada de 30% dos fogos com escravos. No termo de Itabira, estes fogos eram 28,5% do total (Itabira, Itambé, Ferros e Antônio Dias).¹⁷ Na a freguesia de S. José do Rio das Mortes, segundo Malaquias (2010, p. 16), neste mesmo período, os escravos estavam presentes em aproximadamente 40% dos fogos, sendo que predominavam os fogos com poucos escravos: 61,5% não contavam com mais do que cinco trabalhadores cativos. Para ampliarmos nosso campo de visualização, vamos comparar alguns dados sobre os fogos escravistas com informações de faixas de posse

¹⁶ Utilizamos, no decorrer da pesquisa, os termos “fogo”, “domicílio” e “unidades domésticas” como sinônimos.

¹⁷ APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Tabela 1.6 - Distribuição da população escrava por localidades e faixas de posse, 1831.

Localidades	Nº escravos por fogo							Total	Escravos na população (%)	Fogos com Escravos (%)
	1	2-5	6-10	11-20	21-50	51-100	Mais de 100			
Brumado	10	49	57	17	61	0	185	379	37,5	24,7
Catas Altas	22	137	173	165	176	74	0	747	35,8	26,5
Cocais	29	112	173	204	474	315	268	1575	52,4	33,5
N. S. do Socorro	7	43	31	18	22	0	392	513	45,3	18,7
Santa Bárbara	29	88	92	46	133	0	0	388	25,6	35,5
S. D. do Prata	18	166	215	281	227	0	0	907	42	26,9
S. G. do Rio Abaixo	39	189	186	134	326	0	219	1093	38,6	43,9
S. G. do Rio Acima	4	22	42	24	23	0	0	115	30,6	34,3

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

A freguesia de Cocais é o único caso, em nosso banco, que os escravos são mais numerosos que os livres. Pertinentemente à distribuição dos escravos por fogos, todavia, 33,5% dos domicílios possuíam cativos, ou seja, a presença expressiva de escravos, em relação à população total da freguesia, não garantia o acesso da população em geral a esses trabalhadores, que estavam concentrados nas mãos de senhores cujo poder aquisitivo era suficiente para a formação de grandes ajuntamentos de escravos. Na freguesia de Cocais, 30% dos escravos estavam concentrados em posses entre 21 e 50 cativos, se somarmos todos os escravos que estavam trabalhando em ajuntamentos maiores de 20 escravos, temos um total de aproximadamente 67%. A freguesia de Socorro, localizada muito próxima a de Cocais, possuía a concentração de trabalhadores escravos mais impressionante, esses representam 45,3% da população, mas apenas 18,7% dos fogos possuíam mão de obra cativa. Além disso, 77% dos escravos estavam concentrados em faixas de posse com mais de 100 cativos. Essas duas freguesias tinham uma particularidade que já mencionamos, eram palco de mineradoras britânicas que utilizavam grande quantia de mão de obra livre e escrava (Imperial Brazilian Mining Association, Nacional Brazilian Mining Association). Essa alta concentração de escravos, muitas vezes, era sinônimo de processos produtivos organizados e com certo ritmo, dificultando a diversificação da produção dentro de uma mesma propriedade. Assim, é comum o aparecimento de atividades suplementares em torno desses domínios como forma de aproveitar o mercado existente, mercado esse que poderia ser de vestimentas, alimentos, utensílios variados – tanto domésticos quanto profissionais – etc. (LIBBY, 1988, p. 302). Nesses casos, tanto os pequenos proprietários como os trabalhadores livres podiam aproveitar a demanda existente para se inserirem no mercado vendendo seus produtos ou sua força de

trabalho. Vamos analisar melhor essa questão quando trabalharmos com as ocupações de livres e escravos.

Antes de continuarmos a análise das posses, gostaríamos apenas de tecer alguns comentários sobre o trabalho dos escravos nessas mineradoras britânicas. Na continuidade, colocamos alguns comentários feitos por viajantes estrangeiros que visitaram a região e conheceram as atividades desenvolvidas e os métodos empregados na extração do ouro.

(Mina de Cocais) A maneira de explorar a mina contrastava muito com a que eu já vira adotada pelos brasileiros. Todo o maquinismo era acionado por água e era bem interessante observar como uma pequena corrente de água, trazida de várias léguas de distância, podia ser utilizada para tantos fins úteis. [...] Ao tempo de minha visita trabalhavam, dentro e fora da mina, trinta mineiros ingleses, cerca de trezentos escravos e trinta brasileiros livres contratados. (Mina do Gongo Soco) O minério, metal rico é lavado e pisado em pilão, ao passo que o inferior é enviado para as máquinas de moer e, depois separado pela lavagem na bateia, ou amalgamado. Não obstante a riqueza superior desta mina, era seu maquinismo muito inferior ao de Cocais (GARDNER, 1975. p. 218-220).

(Gongo Soco) O maquinismo era importante e se encontrava na melhor ordem possível: havia máquina de puxar (*hauling machine*), que deslocava (disseram-me) 1.200 pés cúbicos de matéria por dia, fazendo o trabalho de 120 cavalos; três moinhos de serrar [...] e uma calha ou condutor havia sido construída a pouco tempo com grande trabalho e perícia para o fim de levar madeira mais rapidamente da parte mais alta da montanha para baixo (BUNBURY, 1981, p. 74-90).

Esses apontamentos deixam transparecer a convivência entre trabalhadores livres e escravos em ambientes mais industrializados e com ritmo de trabalho regular, além de corroborar a teoria de que o trabalhador escravo não era inferior ao livre e tinha inteligência para conduzir processos mais complexos de produção. Essa questão já foi bastante discutida por Douglas Libby. Para o autor, as entidades produtivas do sistema escravista – seus donos, seu pessoal de supervisão e, sobretudo, sua mão de obra escrava – vão se adaptando às mudanças à sua maneira (LIBBY, 1983). Não foram apenas nas minas de Cocais e do Gongo Soco que conseguiram, em Minas Gerais, conjugar trabalho cativo e livre em prol de um processo produtivo ao mesmo tempo dinâmico e estruturado. Podemos citar outros exemplos, como a fundição de João de Monlevade – a ser tratada em um capítulo específico. Temos ainda outras mineradoras britânicas, tais como a North d'El Rey Mining Company, com suas explorações no Morro de Santa Anna, a Santa Bárbara Mining Company, trabalhando a Mina do Pary e, principalmente, a Saint John d'El Rey Mining Company, com a mina de Morro Velho. Contudo, tornando às formas de organização da mão de obra cativa, queríamos apenas ressaltar que estamos trabalhando com uma região que foi um dos focos dessa diversidade,

tanto do uso como das metodologias empregadas para alcançar bons resultados com a forma de trabalho disponível em larga escala. Quando um indivíduo ou um grupo de pessoas decidia sobre uma determinada forma de conseguir recursos financeiros, ele passava necessariamente pela decisão de que tipo de trabalhador teria de utilizar. Caso o empreendimento fosse pequeno, o seu próprio trabalho, provavelmente, era suficiente, mas talvez fosse necessária a ajuda de mais alguns trabalhadores, livres ou escravos. Quando o empreendimento era grandioso, era necessária a utilização de cativos, assim é difícil imaginar que os proprietários, que investiram recursos na compra ou aluguel dos mesmos, não se preocupassem em instruir e incentivar os mesmos a um bom trabalho, deixando-os apenas com tarefas periféricas.¹⁸

A descrição de conjuntos de dados numéricos torna-se mais clara quando se obtêm, através de um tratamento estatístico, medidas que resumem as informações necessárias. Medidas de tendência central são medidas utilizadas com objetivo de auxiliar como os dados estão distribuídos, melhor ainda, seria como estão centralizados, agrupados os dados. Dá-nos noções como os dados estão centralizados ou tendem a concentrar os valores. Já o Coeficiente de Gini é um parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda, quanto mais próximo do um, maior a concentração de renda. Neste estudo, o coeficiente de Gini foi usado para analisar a distribuição dos escravos na sociedade, por isso, utilizamos apenas as informações dos fogos com escravos.

Tabela 1.7 - Medidas de Tendência Central e Coeficiente de Gini, 1831(distribuição da população escrava por fogos escravistas)

Localidade	Média	Mediana	Moda	Gini
Brumado	9,48	2,5	1 e 2	0,7341
Catas Altas	6,81	3	2	0,5648
Cocais	12,6	4	1	0,6851
Socorro	19,73	3,5	1	0,8367
Santa Bárbara	5,04	2	1	0,5851
Prata	7,37	5	1	0,4931
São Gonçalo do Rio				
Abaixo	7,56	3	1	0,6416
São Gonçalo do Rio				
Acima	5,23	3	2	0,4723
GERAL	Média: 8,57	Mediana: 3	Moda: 1	

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

¹⁸ Para mais informações sobre as mineradoras inglesas em Minas Gerais no século XIX ver: SILVA (1997).

As três medidas de tendência central apresentadas ajudam-nos a compreender a distribuição dos escravos entre os proprietários de mão de obra cativa. Todos os fogos sem cativos foram excluídos da análise. A moda é particularmente útil, em nosso caso, para identificar qual o tamanho da posse mais frequente em nosso banco. A mediana é uma medida de localização do centro da distribuição dos dados que a divide ao meio, isto é, 50% dos dados da amostra são menores ou iguais à mediana e os outros 50% são maiores ou iguais à mediana (MARCONI; LAKATOS, 2006, p.164-167). Em nossa tabela, por exemplo, na freguesia de Antônio Dias, temos o mesmo número de fogos com mais e com menos de três cativos. Podemos, por conseguinte, inferir que quanto maior a diferença entre a média e a mediana maior será a desigualdade na distribuição da população cativa entre os donos de escravos. A irregularidade do tamanho das propriedades escravistas é mais facilmente identificada pelo índice de Gini. Esse indicador é uma medida de concentração ou desigualdade, comumente utilizada para calcular a disparidade da distribuição de renda. O índice de Gini pode ser utilizado para medir o grau de concentração de diferentes distribuições estatísticas e, aqui, foi usado para calcular o grau de desigualdade existente na distribuição dos cativos segundo os proprietários escravistas. A maioria das freguesias possui um índice de Gini superior a 0,5. Assim, podemos afirmar que havia uma significativa desigualdade entre as propriedades escravistas no que diz respeito ao número de cativos empregados.¹⁹ As localidades de Socorro e Brumado apresentam as maiores discrepâncias. Essa irregularidade pode ter diversas explicações: 1) Nessas localidades, estavam presentes alguns empreendimentos que exigiam um número muito superior de cativos do que a maioria das atividades da região; 2) A desigualdade da posse de mancipios pode refletir a desigualdade de riqueza da própria sociedade; 3) Muitas pessoas tinham condições financeiras para adquirir um ou dois cativos, mas não conseguiam ter acesso a um número maior porque a atividade em que estavam empregados não gerava o retorno necessário para investir em mais mão de obra (ver Tabela 1 e Gráfico 1 do Anexo A).

Compreender como se deu a distribuição dos escravos auxilia na resolução de questões cruciais para entendermos a economia e a sociedade em estudo. Quando conjugados esses dados com outros referentes a ocupações de proprietários, livres e escravos, podemos identificar estratificações sociais e distribuição de renda. Optamos, por questões metodológicas, em apresentar primeiro todas as informações de cunho demográfico, para,

¹⁹ Devemos lembrar ainda que nossa análise compreende apenas os fogos escravistas. Se incluirmos os fogos sem escravos no cálculo, o índice de Gini seria ainda maior.

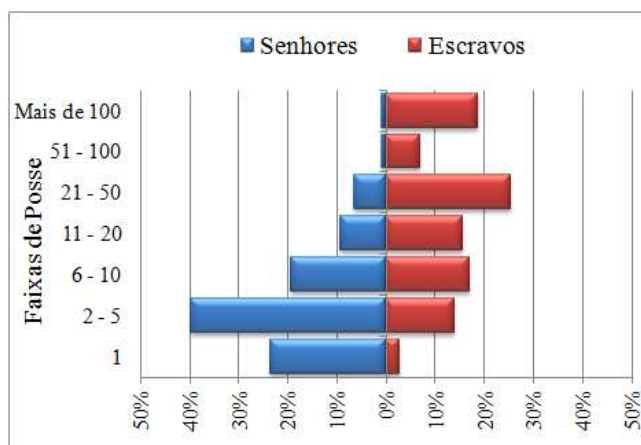
posteriormente, analisarmos as ocupações e arranjos sociais. A tabela 1.8. e o gráfico 1.3. mostram como estavam arranjadas as posses de mão de obra cativa.

Tabela 1.8 - Distribuição da posse de escravos, termo de Santa Bárbara, 1831

Faixas de Posse	Senhores	Escravos
1	157	157
2 – 5	264	797
6 – 10	129	969
11 - 20	62	889
21 - 50	43	1442
51 - 100	5	389
Mais de 100	6	1064
Total	666	5707

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.²⁰

Gráfico 1.3 - Distribuição da posse de escravos, termo de Santa Bárbara, 1831



Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

O gráfico permite observar como estava posta a relação quantitativa entre proprietários e escravos, com base no tamanho dos agrupamentos de escravos, sob três ângulos: 1) A distribuição dos escravos; 2) A distribuição dos detentores de mão de obra cativa; 3) A proporção entre proprietários e escravos. O tamanho dos plantéis observados vai ao encontro de toda uma historiografia recente, que demonstra, como já mencionamos, que um

²⁰ Foi excluída uma senhora escrava quartada, da vila de Santa Bárbara, listada como chefe de família com um escravo, mas tratava-se da sua filha também quartada (imaginamos tratar-se de duas escravas que não residem mais com o senhor, mas isso não significa que a filha seja escrava da mãe). Também excluímos um caso da freguesia de São Gonçalo do Rio Abaixo, em que aparece um fogo com apenas dois escravos, pois se tratava de marido e mulher.

significativo conjunto dos escravos não estava nas mãos de grandes proprietários agrícolas, e sim espalhados em pequenos domínios. Cerca de 17% dos cativos eram controlados por 63% dos proprietários, em faixas de posses pequenas, abarcando de 1 a 5 escravos. Em outras palavras, parcela significativa da escravaria era controlada por um grande número de pequenos proprietários. A aquisição de força de trabalho cativa, mesmo que pequena, representava a possibilidade de aumento da produção, simbolizava uma forma de riqueza tanto no que se refere aos benefícios materiais quanto ao prestígio social oriundo dessa posse. O investimento teria retorno nos produtos gerados pelas atividades em que esses trabalhadores estavam envolvidos, seja por meio do aumento do cultivo agrícola, abrindo assim as portas para o ingresso em uma economia mercantil, seja pelo aluguel da força de trabalho e prestação de serviço. Também os donos de uma escravaria mediana concentravam percentagens significativas de cativos, cerca de 33% dos cativos estão concentrados em posses entre 6 e 20 cativos. As grandes posses de escravos, agrupamentos entre 21 e 100 escravos, eram responsáveis por aproximadamente 32% da escravaria e 7% dos fogos escravistas. Deixamos os ajuntamentos de mais de 100 cativos separados, pois se tratam de exceções e como tal devem receber um cuidado especial, tanto para não corromperem os demais dados como para não deixarmos escapar informações excepcionais, as quais somente esses dados podem nos revelar. As posses de mais de 100 cativos não eram comuns na região, representando 18% dos escravos e apenas 0,9% dos proprietários. Assim, esses empreendimentos possivelmente lucrativos e que exigiam grande número de trabalhadores nos revelam características regionais ou de ligação com economias nacionais e internacionais, mas não devem ser tratados como algo típico, pois, mesmo que a atividade desenvolvida seja comum a outros estabelecimentos, o porte de investimentos envolvido a torna pontual.

Pertinentemente à distribuição por sexo, optamos por analisar a população livre e escrava por meio de metodologias diferenciadas. Analisamos, então, os escravos através das faixas de posse, pois o fato desses pertencerem a alguém e de terem sua mobilidade restringida acabava por tornar também limitadas as oportunidades afetivas. Em outras palavras, é mais provável que os cativos tenham desenvolvido relações amorosas dentro da propriedade de seus senhores. Essa mesma observação não faz sentido quando tratamos da população livre, pois essa tendia a constituir família com parceiros que não habitavam inicialmente o mesmo fogo (isso não significa que não fossem próximos). Assim, apresentamos os dados que seguem em relação à distribuição da população livre e escrava por sexo.

Tabela 1.9 - Distribuição dos escravos por sexo e faixa de posse, 1831.

Faixa de Posses	Masculino	Idade Média ²¹	Feminino	Idade Média	Total	Razão de Masculinidade
1	101	33,48	57	30,96	158	177,19
2 - 5	448	28,52	358	24,84	806	125,13
6 - 10	544	26,62	425	22,73	969	128,00
11 - 20	550	27,59	339	22,87	889	162,24
21 - 50	957	27,82	485	24,47	1442	197,31
51 - 100	279	28,53	110	20,07	389	253,63
Mais de 100	713	28,14	351	24,05	1064	203,13
Total	3592	27,97	2125	23,81	5717	169,03

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

As Listas Nominativas não trazem a informação sobre o sexo, todavia essa informação é de fácil constatação pelos pesquisadores, principalmente por meio da observação do nome. A diferença considerável entre os sexos na população cativa pode ser vista como um resquício da fase mineradora, em que a mão de obra masculina foi mais apreciada.²² A tabela 1.9 permite identificar em quais propriedades as mulheres eram mais presentes, ajudando a entender a reprodução escrava. Quando o sexo feminino é representativamente baixo em relação ao masculino, ou quando só há o sexo feminino – como no caso de posses de apenas um cativo – existem obstáculos à procriação. Quando estamos falando de posses pequenas, as chances de relacionamentos diminuem, pois as opções de parceiros são menores. Não podemos esquecer, todavia, ao tratarmos da população cativa, que os relacionamentos entre pessoas de propriedades diferentes eram uma realidade. As listas nominativas apresentam informações de caráter mais quantitativo do que qualitativo, o que dificulta um pouco a percepção do envolvimento afetivo de cativos de diferentes senhores. Um dos momentos em que podemos observar a existência de relacionamentos extradomicílio é quando separamos os cativos por sexo, estado civil e domicílio. A agregação dessas informações mostrou que, pelo menos, 29% dos fogos com escravos possuem um número ímpar de escravos identificados como casados. Esses dados podem representar situações variadas, entre elas, a formação de relacionamentos amorosos com membros pertencentes a diferentes senhores.

A análise segmentada por faixas de posse mostrou-se a mais apropriada à identificação de questões matrimoniais e reproduzíveis entre a população escrava. Nas posses de 1 a 5

²¹ A idade média foi calculada apenas com os casos em que havia informação sobre idade. Tanto para o sexo feminino quanto para o masculino possuímos informações de idade em 99% dos casos.

²² Ver: Martins (1983); Slenes (1985); Costa; Slenes; Schwartz (1987); Luna (1981; 1982; 1983; 1986; 1988; 1990); Gutiérrez (1987,1988).

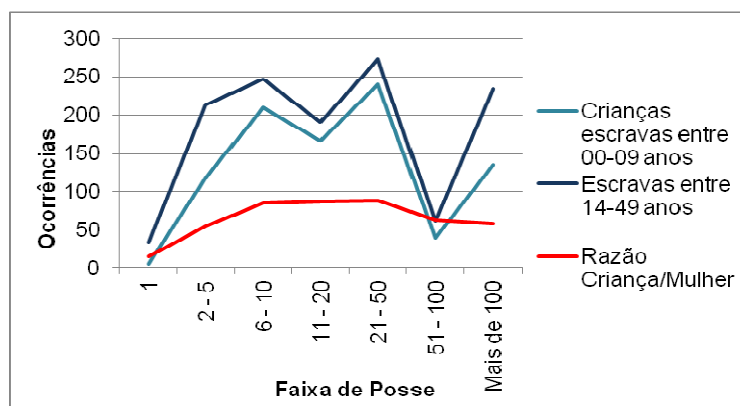
escravos, encontramos um favorecimento à aquisição de escravos do sexo masculino, especialmente quando tratamos de apenas 1 cativo. Com exceção das posses de apenas 1 cativo, quanto maior o conjunto de escravos maior a taxa de masculinidade, enfatizando que, quando se tratava de usar essa mão de obra extra como base para o desenvolvimento de uma atividade, a preferência tendia pela compra de homens. Nos ajuntamentos com mais 50 cativos, a desigualdade entre a quantidade de homens e mulheres é ainda mais aguda. O sexo masculino é representado por mais que o dobro das mulheres. Essa grande desigualdade entre os sexos, nas grandes posses, corrobora a suposição de que esses plantéis eram direcionados para a produção voltada ao mercado, em maior escala e com condições mais rígidas de trabalho. Acreditamos que essas situações também dificultavam a formação de casais. Assim, cruzamos duas variáveis fundamentais quando analisamos a possibilidade de reprodução: 1) Número de mulheres escravas entre 15 e 49 anos; 2) Existência de crianças escravas entre 00 e 09 anos, indicando o nascimanto em cativeiro.

Tabela 1.10 - Distribuição das mulheres e crianças escravas, por faixa de posse, 1831

Faixas de Posse	Crianças escravas entre 00 e 09 anos	Escravos casados e ou viúvos
1	5	5
2 - 5	115	88
6 - 10	210	137
11 - 20	165	140
21 - 50	233	279
51 - 100	39	37
Mais de 100	121	228
TOTAL	888	914

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Gráfico 1.4 - Distribuição das mulheres e crianças escravas, por faixa de posse, 1831



Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Ilustra-se, dessa forma, a relação número de mulheres em idade reprodutiva e a presença de crianças. Resumidamente, a presença de crianças foi mais corriqueira nos plantéis que possuíam maior quantidade de cativos e um relativo equilíbrio entre os sexos – dentro das condições do escravismo mineiro apresentadas no decorrer do trabalho – permitindo a escolha de parceiros e a formação de casais. Essas condições estavam presentes, principalmente, nas posses médias. É possível que os próprios senhores incentivassem o matrimônio e a reprodução a fim de manter e até aumentar suas posses. Essa prática, embora pudesse ser comum também nas grandes propriedades, não tinha o mesmo resultado devido a a maior taxa de masculinidade. Talvez a comparação com a realidade norte-americana, que possuía reprodução positiva desde o século XVIII, tenha induzido alguns pesquisadores à falsa impressão de que, no Brasil, e em Minas Gerais, a reprodução escrava era muito baixa. Não vamos, todavia, ater-nos ao debate, que perdura já há algum tempo na historiografia mineira, sobre a reprodução cativa ter sido ou não uma das responsáveis pela manutenção do plantel escravo mineiro, pois esse não é foco deste trabalho. Podemos afirmar que a reprodução cativa esteve presente na nossa região de análise de forma até bastante intensa, uma vez que aproximadamente 16% dos escravos tinham ente 0 e 9 anos. Mas não acreditamos que apenas ela pudesse manter o alto número de mão de obra escrava presente (ver Tabela 4 do Anexo A).

A referência no tocante à cor da pele ou à origem dos cativos contribui tanto para iluminar questões de cunho econômico quanto demográfico/social. Uma população formada por maioria crioula aponta para o comércio interno e para a reprodução dos escravos em cativeiro. Já altos percentuais de africanos ou pretos validam suposições de abastecimento de mão de obra via tráfico atlântico e uma economia robusta, capaz de sustentar essa importação. Optamos por fazer a distribuição respeitando a população de cada freguesia, pois, como está tornado-se claro no texto, essas possuíam aspectos sociais e econômicos diferenciados, que podem ser identificados na formação da sua escravaria.

Tabela 1.11 - Distribuição da população cativa segundo localidades e qualidades, 1831²³

Localidades	Preto	Crioulo	Pardo	Cabra	Africano	TOTAL	Preto + Africano (%)
Brumado	224	105	50	0	0	379	59,1
Catas Altas	31	383	61	1	271	747	40,4
Cocais	0	660	76	89	750	1.575	47,6
Nossa Senhora do Socorro	264	139	7	1	102	513	71,3
Santa Bárbara	0	185	25	18	160	388	41,2
São Domingos do Prata	0	483	88	19	316	907	34,8
São G. do R. Abaixo	0	591	62	23	415	1.093	38,0
São Gonçalo do R. Acima	1	51	10	18	35	115	31,3
TOTAL	520	2.597	379	169	2.049	5.717	44,9

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Conquanto saibamos que a maioria dos escravos classificados como pretos, na Lista Nominativa de 1831, para a província de Minas Gerais, eram africanos, optamos por manter a distribuição como ela é apresentada na lista. O resultado é surpreendente, visto que a parcela de africanos na população cativa era de 35,8%; se considerarmos esses somados com os pretos, esse valor chega a 44,9%. Esse número é expressivo, principalmente, se lembrarmos que, na maioria das freguesias, a economia era movimentada pelas atividades de agropecuária, e não estamos falando de uma região ligada diretamente ao mercado exportador. A observação assinala que, nas freguesias que possuíam grandes ajuntamentos de cativos, era mais intensa a presença africana. A freguesia de Socorro é um exemplo disso. O percentual de pretos e africanos entre a escravaria atinge mais de 71,3%. Era necessário maior volume de recursos para comprar um “escravo novo” no auge ou prestes a atingir o topo da sua força produtiva. As unidades produtivas com maior poder de compra permitiam um crescimento rápido das posses, já as posses menores enfrentavam crescimento mais lento. Para colocar a prova a ideia de que os africanos estavam presentes onde o poder de compra era maior, comparamos a distribuição dos cativos segundo a cor e faixas de posse. Nas posses que tinham de 1 a 5 cativos, a presença de africanos e pretos juntos soma em torno de 40% do total dos escravos, nas posses com 6 a 20, esse percentual cai para aproximadamente 32% (devemos lembrar que esse grupo se mostrou mais propício à procriação, o que elevava o número de crioulos, no caso crianças). Nos agrupamentos com 21 a 50 e com 51 a 100

²³ Com o intuito de deixar os dados mais precisos, comparamos todas as informações de Qualidade com as de Origem. Isso mostrou que vários escravos que apareciam com a qualidade desconhecida eram africanos, e assim foram classificados na tabela 1.10. Também os pretos que possuíam origem definida de algum lugar da África foram retirados da categoria Preto e colocados na categoria Africano.

cativos, a presença de africanos atinge respectivamente 44,1% e 57,1%, e, quando o número de escravos por fogo é superior a 100, os africanos respondem por 66,7% da escravaria.

A idade dos cativos é um requisito importante a ser observado quando estamos trabalhando com a origem dos cativos, pois a presença de africanos pode indicar tanto a entrada de novos escravos, via tráfico atlântico, como a existência de uma população cativa idosa. A análise das idades segundo a cor/origem dos escravos revelou que dos cativos com mais de 60 anos, 63,7%, eram pretos ou africanos, mostrando que havia sim uma parcela da escravaria de origem africana já bem idosa para os padrões da época. Mas o percentual de africanos, entre a população jovem e adulta, também, era expressivo – 48,5% entre as pessoas de 10 a 19 anos; 53,5% entre 20 e 39 anos; e 55,4% entre os cativos de 40 a 59 anos – mostrando que as duas situações eram compatíveis. Em outras palavras, havia, na população escrava vinda da África, uma parcela que era oriunda ainda do tráfico praticado no século XVIII, mas a presença intensa de africanos na porção da escravaria jovem e adulta mostra que a entrada de africanos era marcante até o final da década de 1840.

1.3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO LIVRE

Compreender os arranjos de uma sociedade escravista passa necessariamente pela análise conjunta da população livre e escrava. É preciso ir além do exame do contingente cativo e da quantificação das propriedades escravistas, observando características de comportamento e práticas dos grupos livres presentes na região. A tabela 1.12 individua a distribuição e os percentuais de homens e mulheres pelas freguesias.

Tabela 1.12 - Distribuição da população livre por sexo e localidade, 1831

Localidades	Masculino	(%)	Feminino	(%)	Total
Brumado	290	45,8	343	54,2	633
Catas Altas	582	43,4	760	56,6	1342
Cocais	686	48	743	52	1429
Nossa Senhora do Socorro	395	63,7	225	36,3	620
Santa Bárbara	496	44	631	56	1127
São Domingos do Prata	596	47,6	657	52,4	1253
São Gonçalo do Rio Abaixo	806	46,3	935	53,7	1741
São Gonçalo do Rio Acima	121	46,4	140	53,6	261
TOTAL	3.972	47,3	4.434	52,7	8.406

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

A proximidade entre o número de homens e mulheres livres aponta para uma sociedade estabelecida, que não estava passando por grandes processos migratórios ou dificuldades que impusessem a movimentação ou a mortalidade de parcela de um dos sexos. De acordo com Paiva e Botelho (1995)²⁴, em todos os municípios da região Mineradora, o número de mulheres livres na população era superior ao de homens, para os anos de 1831/32. Nesse momento, também o peso da camada mais velha da população era mais elevado e as razões de dependência maior.

Para entender a formação e a organização das famílias, a historiografia mais recente tem recorrido frequentemente a conhecimentos oriundos inicialmente de outras disciplinas, como a demografia, a antropologia e a sociologia. Esses trabalhos abordam a temática da família observando a multiplicidade de valores e atitudes de cada grupo social, respeitando a pluralidade de organizações familiares existentes no passado brasileiro. O núcleo familiar, muitas vezes, ultrapassava as dimensões da vida social, atingindo aspectos da produção material e da organização política (ALVES, 2009). As opções matrimoniais revelam características importantes da sociedade, como, por exemplo, a flexibilidade ou não das relações entre pessoas de cores ou categorias sociais diferentes. A escolha de um parceiro representava um posicionamento pessoal e, ao mesmo tempo, coletivo, uma vez que era baseado em noções maiores sobre como deveriam ser as relações sociais em uma sociedade escravista. Não nos referimos aqui apenas à possibilidade de relacionamento entre livres e escravos – visto que esse é de difícil identificação em nossas fontes, especialmente, pelo seu caráter não oficial – mas à formação de famílias mistas, originadas pela junção de pessoas de cor/qualidade²⁵ diferentes. A cor nas sociedades escravistas era uma entre as muitas marcas simbólicas de distinção social e representava uma ligação com a escravidão, mesmo que remota. Para identificar casais livres, segundo a cor dos dois parceiros, elaboramos a tabela a seguir. Como na lista nominativa nem sempre conseguimos identificar os casais, a montagem da tabela foi feita da seguinte forma – primeiramente, separamos a população livre casada segundo a cor e o fogo, posteriormente, analisamos cada fogo para identificar os casais. Repetimos a operação para cada freguesia. Em alguns casos, não é possível afirmar que se trate de marido e mulher, ou porque aparece um número ímpar de pessoas casadas, sem identificação do cônjuge, ou porque o fogo tem apenas um membro casado. Esses casos em

²⁴ Conforme Paiva e Botelho (1995, p.105), razão de dependência é calculada dividindo-se a soma da população de 00-15 e de mais de 60 anos pela população de 15 a 60 anos.

²⁵ Optamos, em alguns momentos, por utilizar o termo “qualidade” no lugar de cor, pois a classificação da época trata cor/raça como uma categoria ampla, incluindo ali elementos que não são necessariamente referentes à pigmentação da pele ou à origem da pessoa.

que não foi possível identificar o parceiro foram sinalizados ao lado, pois acreditamos que para algumas freguesias essa é uma informação que também merece análise.

Tabela 1.13 - Distribuição da população livre casada segundo sexo, qualidade e localidade, 1831

Catas Altas				Nossa Senhora do Socorro				São Gonçalo do Rio Acima			
Esposo/Esposa	Nº	%	S/Ident. Cônjuge	Esposo/Esposa	Nº	%	S/Ident. Cônjuge	Esposo/Esposa	Nº	%	S/Ident. Cônjuge
Branco/Branca	30	19,7		Branco/Branca	26	33,8		Branco/Branca	3	9,4	
Crioulo/Crioula	16	10,5		Crioulo/Crioula	16	20,8	4 fem.	Crioulo/Crioula	4	12,5	
Pardo/Parda	87	57,2	10 fem.	Pardo/Parda	21	27,3	branca, 3	Pardo/Parda	21	65,6	
Preto/Preta	5	3,3	parda, 4 fem.	Preto/Preta	1	1,3	masc.	Cabra/Cabra	2	6,3	2 masc.
Crioulo/Preta	2	1,3	crioula, 2	Crioulo/Preta	1	1,3	crioulo, 9	Pardo/Cabra	2	6,3	parda, 1
Pardo/Crioula	3	2,0	masc. pardo,	Pardo/Crioula	1	1,3	masc. pardo,				fem.
Branco/Parda	5	3,3	2 masc.	Branco/Parda	5	6,5	3 fem. parda,				branca
Crioulo/Parda	1	0,7	crioulo, 1	Crioulo/Parda	4	5,2	59 masc.				
Preto/Crioula	3	2,0	masc. preto	Preto/Crioula	2	2,6	branco, 1				
Total	152	100		Total	77	100	fem. crioula	Total	32	100	
Cocais				São Gonçalo do Rio Abaixo				São Domingos do Prata			
Esposo/Esposa	Nº	%	S/Ident. Cônjuge	Esposo/Esposa	Nº	%	S/Ident. Cônjuge	Esposo/Esposa	Nº	%	S/Ident. Cônjuge
Branco/Branca	72	38,3		Branco/Branca	56	23,1		Branco/Branca	74	45,1	
Crioulo/Crioula	23	12,2		Crioulo/Crioula	28	11,6		Crioulo/Crioula	22	13,4	
Pardo/Parda	67	35,6		Pardo/Parda	111	45,9		Pardo/Parda	53	32,3	2 fem.
Africano/Africana	2	1,1	3 masc. pardo	Africano/Africana	4	1,7		Cabra/Cabra	1	0,6	branca, 10
Cabra/Cabra	2	1,1	, 10 fem.	Branco/Crioula	1	0,4	4 fem. parda,	Africano/Africana	1	0,6	masc.
Africano/Crioula	1	0,5	parda, 1	Branco/Parda	14	5,8	7 fem. parda,	Branco/Parda	1	0,6	branco, 1
Crioulo/Africana	1	0,5	masc.	Crioulo/Parda	5	2,1	crioula, 4	Branco/Crioula	1	0,6	masc.
Crioulo/Cabra	5	2,7	africano, 3	Crioulo/Africana	1	0,4	fem. crioula,	Crioulo/Cabra	1	0,6	crioulo, 4
Crioulo/Parda	2	1,1	fem. branca, 3	Pardo/Branca	7	2,9	2 masc.	Pardo/Branca	1	0,6	masc.
Branco/Parda	4	2,1	fem. crioula,	Pardo/Crioula	11	4,5	crioulo, 9	Pardo/Branca	1	0,6	parda, 1
Pardo/Branca	4	2,1	4 masc.	Pardo/Crioula	11	4,5	masc. pardo,	Pardo/Crioula	1	0,6	fem.
Pardo/Cabra	3	1,6	branco, 1	Pardo/Africana	1	0,4	2 masc.	Pardo/Crioula	1	0,6	africana, 2
Cabra/Crioula	1	0,5	masc. crioulo	Africano/Crioula	2	0,8	branco	Africano/Crioula	7	4,3	fem. parda,
Cabra/Parda	1	0,5		Africano/Crioula	2	0,8		Pardo/Índia	1	0,6	fem. parda,
Total	188	100		Africano/Parda	1	0,4		Total	164	100	2 fem. crioula
Brumado				Santa Bárbara							
Esposo/Esposa	Nº	%	S/Ident. Cônjuge	Esposo/Esposa	Nº	%	S/Ident. Cônjuge				
Branco/Branca	4	4,5		Branco/Branca	15	11,7					
Crioulo/Crioula	16	18,0		Crioulo/Crioula	35	27,3					
Pardo/Parda	56	62,9		Pardo/Parda	57	44,5	6 fem. parda,				
Preto/Preta	3	3,4	2 masc.	Africano/Africana	3	2,3	2 fem.				
Branco/Parda	1	1,1	branco, 2	Cabra/Cabra	3	2,3	branca, 4				
Preto/Parda	1	1,1	masc. pardo,	Branco/Crioula	1	0,8	masc. pardo,				
Crioulo/Parda	2	2,2	2 masc.	Branco/Crioula	1	0,8	4 fem.				
Pardo/Branca	1	1,1	crioulo, 6	Branco/Parda	2	1,6	crioula, 1				
Pardo/Crioula	4	4,5	fem. parda, 1	Crioulo/Cabra	2	1,6	masc. branco,				
Pardo/Preta	1	1,1	fem. preta	Pardo/Crioula	3	2,3	1 fem.				
				Africano/Crioula	2	1,6	africana				
				Cabra/Crioula	5	3,9					
Total	89	100		Total	128	100					

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

O que mais nos chama a atenção na tabela anterior é a enorme proporção de casamentos entre pessoas identificadas como sendo da mesma cor. Esse percentual é superior a 80% dos casamentos em todas as freguesias. As uniões endogâmicas entre pardos são as mais frequentes. Esse resultado sugere que o processo de miscigenação racial propriamente dito era pouco intenso na década de 1830. Podemos inferir assim que a maior miscigenação

racial identificada por historiadores colonialistas não suportou as mudanças econômicas e sociais advindas do declínio da mineração (LIBBY, 2010).

Podemos supor também, como sugere Libby, que, durante o século XIX, ocorreu uma simplificação nas representações identitárias, que acaba por gerar uma supernumeração de pardos em detrimento dos crioulos. Ainda de acordo com Libby, essas práticas classificatórias, pautadas nos tons de pele “básicos” – agora reduzidos a branco, pardo e crioulo²⁶ – cada vez mais encaixavam os casais dentro de uniões consideradas endogâmicas. Deixando um pouco de lado os debates sobre a questão do embranquecimento, salientamos a aparente necessidade, cada vez mais característica do Oitocentos mineiro, de identificar casais como portadores de uma mesma cor. Em algumas freguesias, a simplificação das cores em poucas categorias fica bem evidente, Sant’Ana dos Ferros e Antônio Dias, por exemplo, possuem apenas designações de branco, pardo e crioulo. Como são muito restritos os casos de uniões conjugais entre pessoas identificadas como possuindo cor de pele diferente, acreditamos que essas distinções só eram evidenciadas quando, por algum motivo, a distinção saltava aos olhos. Ou seja, a observação da distinção da cor tinha como objetivo evidenciar a diferença. Assim, por exemplo, as uniões entre brancos/as e crioulos/as clamavam-nas pela menção da ligação com a escravidão do segundo, em casos de uniões de pretos/as e crioulos/as ou pardos/as, o que necessitava ser explícito era o vínculo do primeiro com um passado na África. Também observamos que, quando é mencionada a cor preto/a, não aparece africano/a, reforçando a ideia de que essas nomenclaturas eram utilizadas como sinônimos.²⁷

De acordo com o estudo de Libby (2010), a constatação de que a identificação da pigmentação da pele tendia a ser a mesma entre cônjuges também é verdadeira quando eram mencionadas as cores de pais e filho. Assim, acreditamos que a sociedade mineira Oitocentista, principalmente no nosso recorte espacial, estava baseando parte importante dos seus relacionamentos sociais em questões identitárias. Ou seja, as representações identitárias tendiam a ser formuladas levando em consideração grupos de cor restritos, sendo menos aceitáveis as uniões exogâmicas.²⁸

Ainda no que diz respeito à tabela 1.13, é curiosa a quantia de homens brancos livres sem identificação do cônjuge na freguesia de Socorro. Esses somam 59 indivíduos no total. Em nenhuma outra localidade, a falta de informação, ou melhor, a ausência do companheiro

²⁶ O termo preto também aparecia eventualmente na lista de 1838 e ainda era usado como uma designação genérica para pessoas naturais da África.

²⁷ Apenas em Itabira encontramos a menção de Africano e Preto juntas.

²⁸ Ver também: Lott (2008).

foi tão significativa. Essa irregularidade levou-nos a investigar mais intensamente a freguesia de Socorro. Assim identificamos que a grande maioria dos homens casados residentes nessa localidade, sem a companhia de suas esposas, era europeu e trabalhava em mineradoras inglesas, pois os fogos, nos quais residiam, vêm descritos logo acima da “Companhia do Gongo”, com seus inúmeros escravos. Nem todos tinham sua origem identificada, mas é fácil reconhecer os estrangeiros pelo sobrenome. A maioria dos estrangeiros eram homens solteiros ou casados desacompanhados da família. Havia, também, a presença de casais, mas em menor número. A escolha ou necessidade de viajar para o Brasil por causa do trabalho - fosse ele braçal, técnico ou administrativo - causou uma mudança na estrutura das famílias tanto nas localidades de origem desses europeus como no seu destino. Na Europa, ficaram as mulheres, provavelmente com seus filhos, e, no Brasil, os homens. Alguns estrangeiros moravam com outros conterrâneos no mesmo domicílio, mas também encontramos fogos com apenas um estrangeiro e seus escravos.

A família é um elemento muito importante para a compreensão de qualquer sociedade, pois não se trata apenas de um elemento de ligação afetiva, embora esse possa ser o motivo da formação dos elos entre os membros, mas de um grupo de pessoas que produzem e consomem. Assim, suas decisões como consumidores e produtores de mercadorias estavam interligadas tanto à economia local quanto ao poder aquisitivo do grupo. A riqueza ou o *status* familiar eram quesitos importantes na concepção de alianças matrimoniais, principalmente, para as famílias tradicionais que buscavam manter seu poder econômico ou prestígio na sociedade. Ademais, quando tratamos de sociedades escravistas, a estrutura familiar era muito importante, principalmente, para a sobrevivência de pequenos produtores desprovidos de trabalhadores cativos, uma vez que fornecia a mão de obra necessária para trabalhar a terra. A falta do braço escravo estimulava o envolvimento da família no trabalho, favorecendo ainda a formação de unidades produtivas compostas por elementos alheios à unidade familiar básica - pai, mãe e filhos - como agregados (FARIA, 1998). A existência de agregados e parentes nos domicílios era uma forma de ampliar a produção, especialmente, naqueles com poucos filhos ou mesmo sem a presença dos mesmos. Já para o agregado ou parente representava a oportunidade de poder usufruir da terra/moradia que ele ainda não possuía, ou ao menos não em quantia suficiente para a sua sobrevivência e, possivelmente, de sua família.

Compreendendo a importância da unidade familiar tanto nas estratégias pessoais de melhoria de vida quanto no seu impacto na economia local, vamos tentar entender a composição dos domicílios e a distribuição dos seus residentes entre as categorias agregados, escravos e parentes, observando as diferentes organizações de família. Utilizou-se a

classificação proposta por Eni Mesquita para tipificar os domicílios. (SAMARA, 1989) A primeira consideração sobre este modelo é que a categoria Singular representa apenas as pessoas que moravam sozinhas. O tipo Nuclear representa pessoas livres, casais, e indivíduos com filhos e netos, sem a presença de escravos e/ou agregados. O tipo Extenso seria o Nuclear acrescido de mais parentes. Assim, estas três categorias representam domicílios constituídos apenas por pessoas livres. Os tipos Aumentado e Desconexo caracterizam-se pela presença marcante de escravos e/ou agregados vinculados a eles. A distinção entre ambos se faz, no caso dos domicílios Aumentados, pela presença de um núcleo familiar composto pelo casal/indivíduo e seus filhos e netos, seguido ou não de parentes.

Tabela 1.14 - Distribuição dos domicílios, segundo a composição dos residentes, 1831²⁹

Localidades	Livres				Livres + Escravos			Total
	Singular	Nuclear	Extenso	Com indivíduos sem relação de parentesco	Desconexo	Aumentado	Com indivíduos sem relação de parentesco	
Brumado	16	60	18	29	11	19	9	162
Catas Altas	84	93	0	126	28	20	61	412
Cocais	48	84	1	115	28	47	50	373
N. S. do Socorro	11	26	1	75	5	5	16	139
Santa Bárbara	40	107	27	37	22	39	14	286
S. D. do Prata	15	105	11	27	27	57	38	280
S. G. do Rio Abaixo	45	167	46	18	39	103	2	420
S. G. do Rio Acima	4	10	0	26	4	5	13	62
Total	263	652	104	453	164	295	203	2.134
%	12,3	30,6	4,9	21,2	7,7	13,8	9,5	100

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Nas listas nominativas, nem sempre é possível identificar a relação de parentesco entre os membros do fogo. Essa ligação é deduzida levando-se em consideração a ordem como os indivíduos são relacionados, a condição, a idade e o sobrenome (quando o mesmo aparece, pois é comum apenas o chefe ter seu sobrenome identificado). Todavia, como podemos perceber pela tabela precedente, existe um grande número de pessoas cuja conexão com o

²⁹ **Singular:** representa apenas as pessoas que moravam só – **Nuclear:** representa pessoas livres, casais e indivíduos com filhos (SEM escravos ou agregados) – **Extenso:** representa o nuclear acrescido de parentes ou agregados – **Desconexo:** representa o casal/indivíduo mais escravos e/ou agregados – **Aumentado:** representa o casal/indivíduo e sua prole (seguido ou não de parentes) mais escravos e/ou agregados – **Com indivíduos sem relação de parentesco:** representa os fogos onde não foi possível identificar com clareza as relações de parentesco entre os membros do mesmo com o chefe.

chefe do domicílio é difícil de ser precisada. É possível mencionar, com certa segurança, que a maioria desses indivíduos era parente ou agregado, visto que a identificação da unidade familiar básica é mais fácil de ser percebida. Alguns poucos indivíduos, todavia, podem ser filhos e netos, pois a ausência de sobrenome ou mesmo a diferença desse entre os membros de uma mesma família pode ter levado à classificação como “sem relação identificada com o chefe”. A imprecisão dos dados quanto ao quesito do domicílio não inviabiliza a nossa análise por diversos motivos. Primeiramente, não temos como objetivo criar padrões de formação familiar, muito menos tomar esses dados como definitivos no estudo dos fogos. Segundo, são raros os documentos do século XIX que nos permitem identificar os agrupamentos que vão além do núcleo familiar acrescido de escravos. Assim, a possibilidade de visualizar, mesmo com certa flexibilidade, os diferentes tipos de ajuntamentos familiares e sua frequência amplia o conhecimento do pesquisador estudioso da família.

Podemos observar que os domicílios singulares eram frequentes em localidades com uma população urbana maior, como Itabira, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo.³⁰ Uma pessoa que não pudesse contar com o apoio de familiares ou companheiro, com certeza, tinha mais chances de conquistar melhores condições de vida nos arraiais, onde poderia vender sua força de trabalho mais facilmente. O fato de viver na cidade, talvez, não gerasse urgência na demanda do casamento, a população urbana tinha menor necessidade de mão de obra auxiliar, o que pode ter contribuído para a formação de domicílios singulares ou nucleares. O domicílio nuclear tem um peso importante para os indivíduos desprovidos do acesso a mão de obra cativa. Em nossa análise, ele representa 30,6% do total dos fogos e 44,3% dos fogos sem cativos. Os fogos classificados como “Com indivíduos sem relação de parentesco” podem ser analisados juntamente com os denominados extenso, pois a maioria, com certeza, pode ser encaixada nesta categoria. Esses representam justamente as famílias com agregados e parentes, podendo ou não ter a presença dos filhos. Os agregados constituem uma categoria bastante heterogênea e sem posição definida no quadro econômico-social. Os agregados eram homens e/ou mulheres geralmente desprovidos de propriedade fundiária, que apareciam em muitos domicílios como forma alternativa de mão de obra (OLIVEIRA, 2006, p.81). Esse tipo de domicílio evidencia situações complexas de relacionamento, podendo englobar parentes, pessoas com ligações afetivas com o chefe do fogo ou sua família, podendo apresentar variações na sua formação dependendo, especialmente, da localidade

³⁰ Mesmo não conseguindo identificar com clareza as áreas limítrofes entre urbano e rural, existem outros fatores que auxiliam na identificação de localidades mais urbanizadas, como já vimos anteriormente. Todas as freguesias possuíam comércio em seus arraiais, apenas o que variava era a oferta tanto de estabelecimentos quanto de produtos.

onde se situa. Acreditamos que a sua maioria era composta por indivíduos que não tinham acesso à mão de obra cativa, sendo assim necessitavam agregar outras pessoas à sua propriedade para complementar e fortalecer a rotina de tarefas, especialmente, nas zonas rurais. Nesse caso, funcionava como um auxílio mútuo, não necessariamente igualitário ou justo, pois supria a necessidade tanto de quem tinha a terra, mas precisava de mais recursos humanos para melhor trabalhá-la, como para quem não tinha ainda recursos suficientes para adquirir sua própria propriedade. Os domicílios extensos poderiam também ser formados, como ocorria corriqueiramente na freguesia de Socorro e de Cocais, por pessoas que prestavam algum tipo de serviço ou administravam propriedades longe da residência de suas famílias. Assim, representavam ajuntamentos de funcionários ou trabalhadores que poderiam ser temporários ou mesmo fixos, mas estavam distantes de sua família ou residência de origem.

Quando tratamos de fogos com escravos, não devemos imaginar, de imediato, pessoas abastadas. Com certeza, a posse de cativos era um indicativo de riqueza, mas poderia ser o resultado de muitos anos de economia ou de uma dívida ainda não saldada. O trabalhador cativo representava tanto um patrimônio, que poderia ser vendido em caso de necessidade financeira, quanto um ativo (que se depreciava com o tempo), uma vez que era responsável por um incremento constante na renda da família. Provavelmente, o escravo gerava mais rendimentos que um agregado, especialmente por ter menor liberdade de escolha, tanto no que concerne aos horários, à quantidade e à forma do trabalho. A possibilidade de escolhas poderia, inclusive, ser utilizada pelos senhores como forma de tornar o trabalho rentável. Como demonstraram Fogel e Engerman (1974), a escravidão não era um sistema irracional, o trabalho dos escravos, geralmente, era negociado diretamente entre o senhor e a pessoa interessada nos serviços ou pelo próprio cativo. Assim, as motivações dos escravos ao trabalho e as estratégias utilizadas pelos senhores para melhorar a produção perpassavam por formas de gratificações não pecuniárias. Ou seja, incentivos não monetários, como, por exemplo, morar próximo a familiares, ter uma moradia individual por família, melhor alimentação, direito a visitar amigos, entre outros, acabavam tornando a compra e venda de escravos muito rentável. Os senhores tinham grande leque de opções para motivar os seus escravos, mesclando doses de autoridade e de complacência ou generosidade, cada proprietário tentava estabelecer o ritmo de trabalho que achava adequado. Já com os agregados, é provável que o autoritarismo não pudesse ser exercido com tanta voracidade. É certo que devia haver alguma ligação de dependência entre senhores e agregados ou familiares que viviam no mesmo domicílio, variando o grau de subordinação de acordo com

cada fogo. Mas essa não pode ser equiparada com a dos cativos, que eram uma propriedade do senhor. Deixemos claro que não estamos afirmando, de modo algum, que os escravos não tinham liberdade para barganhar mudanças na sua rotina, mas que, possivelmente, as mudanças almeçadas pelos cativos eram um tanto diversas das desejadas por agregados e demais moradores do mesmo fogo. Com isso, queremos enfatizar que a posse de escravos era um reforço importante tanto para o proprietário, que o utilizava apenas para prover a família (seja de alimentos, serviços domésticos ou conforto), como para aquele que tinha seus produtos no mercado, competindo com outros produtores (LARA, 1995).

A posse de cativos geralmente é analisada apenas do ponto de vista dos escravos, suas ocupações, distribuição por fogos, sexo, estado conjugal, cor e/ou qualidade. Isso é muito válido e fundamental para que se possa compreender a estrutura da sociedade. Acreditamos, todavia, que é necessário entender também os senhores que compravam essa mão de obra cativa para poder formar um quadro de análise mais amplo. Assim, vamos elaborar questões sobre cor, idade e ocupação desses senhores.

Tabela 1.15 - Chefes de domicílios escravistas, segundo cor, tamanho da posse e faixa etária, 1831.

Faixa de Posse/Cor	Cor					Cor (%)		Faixa Etária			
	Branco	Preto	Crioulo	Pardo	Cabra	Branco (%)	Demais (%)	15-29	30-49	50-69	70 ou mais
1	60	1	7	87	1	38,5	61,5	17	61	61	18
2 - 5	158	1	3	101	0	60,1	39,9	20	119	93	30
6 - 10	97	0	0	30	1	75,8	24,2	9	59	45	14
11 - 20	57	0	0	5	0	91,9	8,1	2	19	35	6
21 - 50	40	0	0	3	0	93,0	7,0	4	10	21	8
51 - 100	4	0	0	0	0	100,0	0,0	0	2	2	0
Mais de 100	5	0	0	0	0	100,0	0,0	0	0	5	0
TOTAL	421	2	10	226	2	63,7	36,3	52	270	262	76

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Como já mencionamos, a cor era um elemento muito importante no Oitocentos mineiro, pois identificava possíveis relações com um passado escravista, revelando características importantes sobre a mobilidade ou *status* social. Logicamente que não era apenas a cor que determinava a posição de um indivíduo na sociedade, as relações sociais e a riqueza eram fatores muito importantes. Entender os aspectos que permeavam a mobilidade social e garantiam o acesso à riqueza é uma tarefa das mais árduas. Em uma sociedade escravista, logo, com hierarquias sociais aparentes, era importante limitar o acesso à riqueza

como forma de manter, ou mesmo ampliar, as desigualdades e relações de poder. Por sua vez, ex-escravos e livres pobres lutavam para melhorar de vida e alcançar privilégios dos quais eram privados, tanto por questões financeiras quanto sociais. Assim, podemos dizer que os jogos de força entre senhores e escravos também podiam ser vistos de forma semelhante na sociedade em geral. A teia de relações que embasou a ação de diversos sujeitos, ao longo do período escravista, pode ser caracterizada como um jogo de forças, desiguais na grande maioria das vezes, mas que caracterizam a atividade das pessoas que, por estarem submetidas a um determinado sistema, tentavam desembaraçar-se, ressignificando algumas práticas e buscando maior espaço para atuar e melhorar sua condição material (CERTEAU, 1994).

Na tabela 1.15, podemos perceber que a grande maioria dos senhores era de cor branca. Além disso, quanto maior a posse menor a presença de chefes não brancos. A presença de chefes de cor só é maior que a de brancos nas posses de apenas 1 cativo. Os casos de crioulos são muito peculiares, pois indicam que esses eram provavelmente ex-escravos, já que, no Brasil, a designação crioulo é utilizada para identificar os escravos nascidos no Brasil. Assim, é inegável a flexibilidade na estrutura social. Mas quando comparamos o percentual de chefes de cor na sociedade como um todo (72,1%) com o percentual dos mesmos entre os que tiveram acesso à mão de obra cativa (36,3%), compreendemos que as mudanças no arcabouço social andavam a passos curtos e, às vezes, até retrocediam. Esse quadro evidencia uma sociedade formada por patamares. Era possível alcançar alguns privilégios, como adquirir mão de obra extra. Todavia, também, estavam presentes elementos que reforçavam as diferenças.

As comparações com a década de 1872, infelizmente, só podem ser feitas de maneira imprecisa porque, como já mencionamos, os dados do censo de 1872 são apenas somatórios e não nominais.

A observação das faixas etárias predominantes entre os proprietários nos ajuda a entender as facilidades ou dificuldades encontradas por aquela sociedade para adquirir bens materiais. A simples observação da tabela 1.15 mostra uma maior concentração de senhores de escravos entre a faixa de idade de 30 e 69 anos, sendo que a média de idade encontrada é de 48 anos. Esse achado indica proprietários com idade madura, o que é justificado pelo fato da posse de escravos, muitas vezes, ser fruto de aquisições bastante caras. Não podemos esquecer que o escravo representava um investimento, sendo que muitas famílias comprometiam parcela de seu capital na aquisição de sua escravaria. A posse de escravo representava um ativo acumulado ao longo de uma vida de ganhos (LUNA; KLIEN, 2005).

Assim sendo, não nos surpreende que a posse de cativos fosse pequena na faixa etária mais baixa (15 e 29 anos), porque os senhores estavam começando a sua vida produtiva, alta nas faixas etárias intermediárias (30 e 59 anos), devido aos senhores atingirem o auge na sua vida produtiva; e baixa, novamente, a partir dos 60 anos, em função da morte de muitos proprietários ou adiantamento de heranças e dotes, que ocasionavam a repartição dos escravos entre os membros da família. Os proprietários mais jovens eram donos de poucos cativos, sendo que os maiores ajuntamentos de escravos estavam concentrados nas mãos de pessoas adultas, o que é bem lógico, admitindo-se que a maioria dos senhores provavelmente comprava um ou dois cativos por vez, aumentando suas possessões com o passar do tempo. Devemos lembrar, ainda, que o conjunto de escravos de um proprietário podia ser formado tanto pela compra quanto pela procriação. A compra de um escravo, no auge da sua força produtiva (entre aproximadamente 20 e 35 anos), era um negócio de alto custo. A reprodução também exigia um investimento, pois era necessário tempo até que o cativo, nascido dentro da propriedade, atingisse a idade adulta.

Para finalizar nossos apontamentos sobre a posse, a distribuição dos escravos e a relação dessa com as atividades econômicas e riqueza dos proprietários, vamos observar as ocupações apontadas na lista nominativa de 1831. Por questões metodológicas, separamos os chefes de fogo por faixas de posse e comparamos as suas ocupações, inclusive os que não possuíam nenhum escravo. Com isso, queremos identificar se o tamanho do plantel esteve ligado diretamente a algumas ocupações. A categoria ocupação já teve seu uso questionado por diversos autores, tanto pela diversidade dos padrões informativos e falta de parâmetros, que permitam a verificação da consistência dos dados, quanto pela sua utilização em larga escala e sem a atenção às limitações dessa fonte. Para tentar nortear os pesquisadores que trabalham com a variável ocupação, por meio de listas nominativas, Godoy e Paiva (2008, p. 3-4) elaboraram um estudo metodológico específico com o intuito de avaliar a qualidade da informação e possibilitar a redução ou eliminação dos efeitos da omissão ou distorção nas informações.³¹ Nesse trabalho, os autores buscaram identificar fatores que levavam à não identificação da ocupação e à maior ou menor frequência com que ocorria, tais como condição, raça ou cor, sexo, etc. O banco de dados que utilizamos neste trabalho já faz uso da criação de “ramos de atividades”, sendo o resultado de um vasto e exaustivo trabalho por parte dos pesquisadores apenas mencionados – e de outros – para tornar a categoria ocupação mais confiável.

³¹ Ver também: PAIVA; MARTINS (1986).

Para minimizarmos os possíveis erros na análise da ocupação, tomamos o cuidado de verificar a validade e abrangência dessa informação para nosso espaço, uma vez que o registro da atividade ocupacional variou de freguesia para freguesia (ver Tabelas 6 e 7 do Anexo A). O chefe do fogo tem uma abrangência de informações de 97,4% para o sexo masculino e 94,4% para o sexo feminino, já os demais membros do domicílio não foram tão amplamente contemplados quanto a essa informação. Pessoas sem relação com chefe, agregados e parentes tiveram em torno de 60,2% a 61,3% do total da população com indicações quanto à ocupação. Para os cônjuges e filhos, a menção de uma atividade esteve presente em apenas 42,2% dos casos. Os escravos possuíam o menor percentual de informação, tanto para homens quanto para mulheres, alcançando apenas 22,4% da escravaria.³² Claramente, podemos perceber que se destacou o chefe do fogo, minimizando a importância da informação sobre a ocupação dos demais indivíduos do domicílio. Essa tendência de informar a ocupação do chefe e omitir a ocupação dos demais integrantes do fogo também foi percebida por Godoy e Paiva (2008) e parece ser uma constante em todas as freguesias, variando apenas o grau de privilégio dado ao chefe. Ainda segundo esses autores, a metodologia de arrolamento provavelmente se baseava no pressuposto de que a profissão ou setor de atividade do chefe acabava por determinar a ocupação dos demais membros do domicílio.

Feitas essas colocações, vamos utilizar a informação da ocupação, encontrada nas listas nominativas mais para esclarecer questões referentes à posse, e não para criar padrões ou generalizações sobre as atividades mais em voga nas Minas Gerais Oitocentistas. Assim, separamos os chefes de domicílio segundo a sua atividade principal e a quantia de cativos que possuíam, inclusive os que não possuíam cativos, para tentarmos observar que correlação havia entre as ocupações do chefe e o domínio sobre a mão de obra cativa.³³ Ou seja, existiam algumas atividades que necessitam ou geravam capital suficiente para a aquisição de maior quantia de trabalhadores escravos?

³² Para esse cálculo, excluímos as crianças de 00-09 anos, pois as referências à ocupação eram muito escassas. Além disso, acreditamos que a falta de informação nesta faixa etária está ligada à baixa idade que dificulta a definição de uma ocupação, e não com descuido ou inobservância da(s) autoridade(s) que coletaram os dados.

³³ Posteriormente, vamos tentar cruzar as informações dos maiores escravistas com o banco de inventários, criando uma rede de informações sobre riqueza mais consistente.

Tabela 1.16 - Atividades Ocupacionais dos Chefes dos Fogos, 1831

Ocupações/ Localidades		Cocais	N. S. do Socorro	Santa Bárbara	S. D. do Prata	S. G. do R. Abaixo	Brumado	S. G. do R. Acima	Catas Altas	%
1 a 5 Cativos	(a)	26	2	6	50	52	3	2	16	39,2
	(b)	1	2	0	0	0	1	1	3	2,0
	(c)	4	0	1	2	4	1	0	3	3,7
	(d)	7	0	3	3	1	2	3	1	5,0
	(e)	1	0	4	0	1	1	0	1	2,0
	(f)	13	1	18	3	12	3	1	23	18,5
	(g)	0	0	0	0	0	1	0	0	0,2
	(h)	0	0	0	0	0	1	0	0	0,2
	(i)	11	5	9	7	10	7	2	9	15,0
	(j)	0	2	0	0	0	0	1	0	0,7
	(k)	0	0	1	1	0	1	0	1	1,0
	(l)	5	6	4	1	16	3	0	5	10,0
	(m)	0	0	2	0	2	0	0	6	2,5
6 a 20 Cativos	(a)	26	1	2	48	24	1	0	16	63,4
	(b)	0	2	1	0	0	2	0	1	3,2
	(c)	3	0	0	0	0	0	0	2	2,7
	(d)	0	2	0	0	2	0	3	2	4,8
	(e)	0	0	1	0	0	0	0	1	1,1
	(f)	2	0	4	0	0	0	0	2	4,3
	(i)	5	0	2	0	1	4	0	1	7,0
	(j)	0	0	0	0	0	0	2	4	3,2
	(k)	0	0	2	0	0	0	0	3	2,7
	(l)	1	0	0	0	8	1	0	0	5,4
	(m)	0	0	1	0	0	1	0	2	2,2
21 a 99 Cativos	(a)	7	0	0	7	4	0	0	4	47,8
	(b)	8	0	3	0	0	2	1	1	32,6
	(f)	0	0	0	0	0	0	0	1	2,2
	(l)	1	1	0	0	5	0	0	1	17,4
100 Cativos ou Mães	(a)	2	0	0	0	0	0	0	0	33,3
	(a) e (b)	0	0	0	0	2	1	0	0	50,0
	(b)	0	1	0	0	0	0	0	0	16,7
Sem Escravos	(a)	49	1	3	37	54	3	6	19	12,2
	(b)	1	18	20	0	3	14	4	25	6,0
	(c)	16	9	16	11	15	6	1	11	6,0
	(d)	10	5	10	6	9	4	3	11	4,1
	(e)	9	0	13	4	5	6	0	14	3,6
	(f)	79	13	87	34	79	47	8	151	35,3
	(g)	1	3	6	1	0	4	0	7	1,6
	(h)	0	1	8	0	3	1	0	4	1,2
	(i)	19	17	9	10	11	8	4	16	6,7
	(j)	1	3	2	1	5	1	0	0	0,9
	(k)	2	1	1	1	0	0	0	1	0,4
	(l)	42	40	25	34	75	26	4	9	18,1
	(m)	0	0	6	0	9	1	8	31	3,9

Legenda: Agropecuária (a), Mineração (b), Art. Madeira (c), Art. Metais (d), Art. Couros e peles (e), Art. Vestuário e tecidos (f), Art. Constr. Civil (g), Art. Outras (h), Comerciante (i), Serviço doméstico (j), Funcionário público (k), Associações Ocupacionais (l), Desocupado (m).

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Podemos identificar que tanto os pequenos proprietários quanto os chefes de domicílios sem escravos abarcavam praticamente o mesmo grupo de ocupações, o que variava um pouco era a concentração em determinadas atividades. As duas atividades de maior destaque entre os desprovidos da mão de obra cativa eram o vestuário e tecido e a agropecuária. A produção de tecidos teve um papel importante na economia Oitocentista mineira e já foi alvo de vários estudos. Como aponta Libby (1988), a participação de escravas, nesse setor, era proporcionalmente menor que a de livres, sendo a atividade muito comum entre as mulheres, tanto de pessoas mais ricas quanto mais pobres. Era uma atividade basicamente doméstica e, assim, podia adaptar facilmente a escala de produção à mão de obra e ao tempo disponível. O rendimento dessa atividade, quando exercida nesse caráter doméstico, não gerava renda para a compra de uma ampla escravaria, o que não significa que a aquisição de um cativo não era importante para alavancar a produção ou para proporcionar o tempo necessário à sua dona para uma maior dedicação aos teares e rodas de fiar.

Quanto à atividade agropecuária, ela foi destaque em todas as escalas de análise, especialmente para indivíduos com escravos. Aqui, as conclusões fazem uso do bom senso, proprietários sem escravos provavelmente possuíam terra e trabalhadores disponíveis em menor quantidade exercendo o plantio e o cultivo da terra ou a criação de animais em menor escala, ligada a uma lógica regional/local. As associações ocupacionais (ferreiro, feitor, carreiro, carvoeiro, etc.), também, têm um papel importante entre os chefes sem cativos. Essas geralmente exigiam alguma habilidade ou conhecimento específico que poderia ser o diferencial do trabalhador na hora de conseguir um emprego. Estavam relacionadas com outras atividades e sua importância estava em colaborar para que a atividade principal tivesse um bom resultado. Assim, trabalhadores que não tinham recursos necessários para ter o seu próprio negócio eram os candidatos a ocupar essas vagas, tendo a chance de melhorar suas habilidades e buscar melhores condições de vida. Assim, a compra de um escravo era um diferencial que poderia viabilizar o estabelecimento de seu próprio negócio.

Os pequenos proprietários também possuíam ocupações diversificadas, embora um percentual de aproximadamente 45% estivesse ligado ao setor agropecuário. Possivelmente, esses pequenos proprietários utilizavam essa mão de obra extra na mesma atividade que a sua, como um complemento ou nos afazeres do dia-a-dia, liberando, assim, o seu tempo para a dedicação integral a atividades com algum grau de vinculação com o mercado. Podemos ainda pensar que alguns desses cativos eram escravos de ganho ou alugados pelos seus senhores a outros indivíduos mediante o pagamento de um jornal estipulado entre o proprietário e o escravo, no caso do ganho, e entre senhor e o locador, no caso do aluguel. Em

outras palavras, a posse de um escravo representava a possibilidade concreta de aumento da renda familiar, seja por meio da entrada no comércio local ou de qualquer outra forma de receita oriunda do trabalho de seu cativo. O indivíduo que possuía um cativo tinha a possibilidade de aumentar sua produção, passando, então, a vender seu produto ou sua força de trabalho constantemente no mercado. Os lavradores aqui identificados estão abarcados dentro dessa possibilidade, não se trata dos grandes proprietários, mas sim de pequenos produtores agrícolas que, com o auxílio de força de trabalho extra, poderiam produzir um pequeno excedente direcionado ao comércio.

Devemos lembrar que alguns desses pequenos proprietários, bem como indivíduos sem escravos, deveriam viver à custa de prestar serviços às propriedades maiores. As atividades de maior rentabilidade tinham um efeito multiplicador, proporcionando o desenvolvimento regional. Pequenos e médios proprietários, que não estavam inseridos diretamente no mercado exportador, alimentavam e moviam as economias locais, abastecendo esses mercados - ou mesmo as grandes propriedades voltadas ao comércio interno e inter-regional - com produtos que eles não produziam, ou não na quantidade necessária. Além disso, o desenvolvimento das vilas gerava a especialização cada vez maior das atividades, criando uma demanda por produtos diversificados. Podemos citar, como exemplo, o caso analisado por Libby da vila de Socorro, influenciada pela existência da Mina do Gongo Soco:

Como o vilarejo de Socorro existia quase que exclusivamente em função da mina, convém examinar a ocupações do resto de sua população em 1831. Três grupos ocupacionais quase certamente se empregavam em Gongo: 36 “trabalhadores livres”, 32 “jornaleiros” (incluindo 11 escravos), além de 11 feitores livres. Outros indivíduos muito provavelmente forneciam seus serviços à mina em tempo parcial, ou mesmo integral. Estes incluíam, entre livres e escravos, 30 carpinteiros, 12 carreiros, quatro pedreiros, e dois tropeiros. A categoria ferreiros é muito numerosa, incluindo 22 livres e 54 escravos. [...] Também os 27 negociantes e 4 alfaiates devem ter dependido em maior ou menor grau do comércio gerado pela presença das instalações da mina. As onipresentes fiandeiras e costureiras compunham o maior grupo cujas atividades produtivas independiam do empreendimento vizinho, se bem que uma parte de sua produção poderia ter sido destinada ao armazém do Gongo (LIBBY, 1988, p. 302).

A presença da Imperial Brazilian Mining Association criou oportunidades indiretas de trabalho, fortalecendo atividades complementares. Esse fato ajuda a entender a economia de uma localidade e conhecer o mercado consumidor dos produtos por ela cultivados, fabricados ou produzidos. Acreditamos que a participação da mineração aurífera estrangeira, principalmente na primeira metade do século XIX, desenvolveu um mercado de mantimentos em torno dessas companhias, não apenas de produtos agrícolas, mas também de pequenas

fundições de ferro, que supriam a demanda por instrumentos agrícolas e de mineração, bem como faziam reparos nessas ferramentas. A análise detalhada dos inventários, testamentos e de outras fontes que nos mostram as atividades econômicas da região nos ajuda a definir melhor as relações comerciais entre diferentes propriedades.

Com o aumento do número de cativos nas propriedades, observamos que a diversidade dos setores de atividades vai se afunilando progressivamente. Há uma relação inversa entre o número de escravos e de ocupações, mas isso não significa que as maiores propriedades escravistas possuíssem atividades restritas, conservando seus esforços em apenas um tipo de ofício ou mercadoria. Muito pelo contrário, os estudos recentes têm apontado para a diversidade dentro da produção das fazendas e sítios mineiros durante o século XIX (GODOY, 2004). O que sugerimos é que poucas atividades geravam recursos suficientes para viabilizar a compra e manutenção de uma grande escravaria. Quando tratamos de posses de mais de 100 cativos, as ocupações concentram-se predominantemente nos setores agropecuário e mineração, e isso possibilita pensarmos que esses senhores seriam grandes fazendeiros, com uma produção de excedentes e ligados ao comércio de abastecimento, sem esquecer-se que as fazendas geralmente possuíam outras atividades complementares, geralmente ligadas à manutenção da atividade principal. É importante salientar que o chefe do fogo, provavelmente, declarava a atividade mais lucrativa da propriedade, o que não significa que essa fosse a única fonte de renda da mesma, muito menos que todos os escravos estivessem empregados em apenas uma função.

A mineração aurífera esteve presente em todo o século XIX, em nossa região de estudo. O sonho de enriquecer por meio da exploração do ouro persistiu por muito tempo na mentalidade da população local, fazendo com que muitas pessoas investissem em terras minerais – isso será mais detalhado quando trabalharmos com os inventários. Tal como na agropecuária, apenas as pessoas mais ricas ou grupos de pessoas formando sociedades conseguiram manter, com relativo sucesso, a extração de ouro após a escassez dos veios próximos à superfície da terra. Justamente porque tal exploração demandava altos investimentos em tecnologia e mão de obra, para poder participar de empreendimentos de maior porte era necessário ter capital para investir.

Para finalizar, é importante ressaltar-se que as atividades descritas nas listas nominativas provavelmente não representam todas as atividades que eram praticadas dentro das unidades produtivas. Mesmo assim, foi possível identificar a concomitância entre várias atividades dentro de uma mesma propriedade. Dos 2.068 fogos nos quais foi possível

identificar características ocupacionais, 973 identificavam apenas uma atividade ocupacional, 757 pontuavam duas atividades distintas, 232 descreviam 3 atividades, 70 fogos possuíam membros com 4 atividades diferentes, 24 domicílios englobavam 5 atividades, 7 fogos abarcavam 6 atividades e, finalmente, 5 unidades produtivas tinham descritas 7 atividades distintas.³⁴ Essa diversificação das atividades econômicas dentro de uma mesma unidade produtiva serão melhor analisadas no capítulo seguinte, mas cabe, aqui, pontuarmos esse fato como uma estratégia de adaptação posterior ao auge da mineração, quando a economia, antes voltada para o mercado externo, muda seu foco e privilegia o mercado interno. A região de Santa Bárbara possuía uma grande diversidade econômica liderada pelas atividades agropecuárias, áreas urbanas originadas ainda no século XVIII, recursos minerais e hidráulicos, relevo que dificultava o comércio de longa distância, impulsionando, por sua vez, a produção local. Ademais, a forte presença da escravidão garantia a mão de obra necessária para tocar as atividades.

³⁴ Categorias utilizadas para diferenciar as atividades ocupacionais: Agropecuária, Art. - Tecidos e afins; Art. - Constr. Civil; Art. - Couros e peles; Art. - Madeira; Art. - Outras; Associações ocupacionais; Comerciante; Funcionário público; Serviço doméstico; Mineração.

2 ECONOMIA DE ABASTECIMENTO: AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO

O peso da agricultura de abastecimento para as economias regional, provincial e mesmo nacional, muitas vezes, foi ignorado pela historiografia nacional devido à suposta baixa produtividade, inúmeros problemas para aquisição de crédito e altos custos de transporte. Por longo período, apenas, as grandes produções despertaram o interesse dos historiadores, todavia esse quadro vem alterando-se, especialmente, nas últimas décadas, com o fortalecimento da História Social e Cultural e da História Regional (FRANK, 2006). A História Social e Cultural focaliza as análises atinentes à construção e reconstrução das realidades sociais a partir das percepções dos vários grupos sociais, sejam estes nacionais, regionais, sociais ou políticos. Assim, as várias dimensões das experiências e práticas culturais, materiais e imateriais ampliam os horizontes de análise, lançando o olhar também para as economias regionais e locais e suas conexões com o contexto nacional. Essa nova guinada historiográfica intensificou a interdisciplinaridade, dessa maneira, estreitando laços com a antropologia, literatura, psicologia, arte, geografia, semiótica e linguística, entre outras áreas. Sem renunciar, contudo, à sua própria especificidade, que é o princípio do tempo e da mudança, sem a qual a explicação historiográfica perde o seu sentido. Deste modo, as formas de viver, produzir, comercializar e socializar das localidades menos povoadas, bem como da população menos favorecida economicamente, conquistaram espaço na historiografia nacional. Seguindo os passos de uma tendência mundial, a literatura nacional passou a valorizar o estudo das localidades e populações fragilmente conectadas com as economias exportadoras, mas que tiveram papel importante, especialmente, nos contextos regionais. Vale ressaltar que o Brasil do século XIX era fortemente rural, desta maneira, o modo de vida agrícola e familiar teve grande importância, pois foi efetivamente a forma de sociedade mais comum naquele contexto temporal e espacial.

Esse quadro geral, formado por pequenas vilas e freguesias com áreas rurais mais amplas do que as urbanas, também, fez parte da realidade da região central de Minas Gerais e do termo de Santa Bárbara, como já foi apresentado no capítulo anterior. Compreender a organização econômica e trabalhista desta sociedade é o desafio principal deste capítulo. Sabemos que similar a uma teia de aranha, os laços de solidariedade e dependência foram mais intensos e imbricados dentro das freguesias e nas localidades próximas, quanto mais distantes espacialmente mais escassos eram os fios que conectavam as pessoas. Consequentemente, quanto mais próximas às localidades mais entrelaçadas e dependentes eram também as suas

economias, já quanto mais afastadas, embora houvesse correlações, os impactos de possíveis mudanças eram menores e, muitas vezes, retardados. Isso não significa que a dependência entre as freguesias e vilas em relação à capital da província ou mesmo à capital nacional não fosse importante. Se um fio que prende a teia ao tronco cair, mesmo que distante do centro da teia, esta será afetada, tanto de forma mais ou menos intensa, dependendo da importância daquele fio para a estrutura e manutenção do centro e, mesmo, de toda a teia. Ou seja, mudanças periféricas e distantes das freguesias afetaram-nas de acordo com a dependência local do fator que foi alterado como, por exemplo, a cobrança de imposto sobre um determinado produto, mudanças na forma de mão de obra ou oferta de crédito.

Para melhor entendermos sob quais pilares estava estruturada a economia no termo de Santa Bárbara, quais suas conexões e dependências com a economia provincial e nacional, bem como as alterações sociais e econômicas ao longo do período provincial, utilizaremos, basicamente, inventários *post mortem*, listas de impostos e correspondência entre autoridades locais e provinciais. Esta documentação permitirá compreender as bases da economia familiar de diferentes faixas de poses, suas inter-relações e estratégias para manutenção e/ou melhoramento da renda familiar. A metodologia utilizada nas análises será melhor exemplificada adiante, quando da exposição das mesmas.

2.1 FONTES E ABORDAGENS METODOLÓGICAS: BREVES COMENTÁRIOS

As fontes são elementos importantes de uma pesquisa histórica, no entanto são suas análises que delineiam o caráter do trabalho. Um mesmo conjunto de fontes pode gerar trabalhos com temáticas e/ou abordagens diferentes. Assim, tornam-se necessárias algumas palavras sobre as fontes utilizadas neste capítulo e as metodologias atinentes a estas aqui empregadas. Esse esclarecimento contribui para que o leitor tome conhecimento das especificidades da nossa documentação, bem como das escolhas metodológicas e recortes utilizados de acordo com os questionamentos propostos pela pesquisa.

O grupo de fontes utilizado, neste capítulo, já é de conhecimento da historiografia nacional há um bom tempo, trata-se, especificamente, de dois conjuntos: 1) Inventários *post mortem*; 2) Listas de cobrança de Impostos Municipais. Os Inventários *post mortem* eram elaborados no momento da partilha dos bens de um indivíduo que havia falecido, possuíam algumas informações de caráter pessoal (nome, naturalidade, local de residência, estado conjugal, filiação, herdeiros, etc.) e outras de caráter econômico e/ou social (descrição de

bens, avaliação dos bens, contas, disputas judiciais, partilha, etc.) que poderiam variar no seu detalhamento de caso para caso. As listas de impostos eram elaboradas com o intuito de contabilizar os empreendimentos que deviam pagar impostos à Câmara Municipal de um determinado local e assegurar o controle sobre os ativos e os dividendos de um determinado período (geralmente anual). Vamos iniciar tecendo alguns comentários sobre o conjunto de inventários utilizados neste capítulo.

Essa documentação está depositada sob os cuidados do Fórum de Santa Bárbara, no Arquivo Público Dr. Hélio Moreira dos Santos (APHMS). A documentação ali disponível não está organizada ou catalogada¹, tendo sido necessária a abertura das mais de duzentas caixas para conhecer a gama documental e, assim, poder decidir sobre o melhor caminho a seguir. Conseguimos identificar 896 inventários *post mortem* em estado adequado de conservação (para o período de 1822-1888), ou seja, que permitia identificar um mínimo de informações. Essa triagem inicial foi necessária para evitar-se a contabilidade de dados que posteriormente se mostrariam pouco úteis, por não apresentarem uniformidade com os demais do banco, seja pelo estado de conservação do material, páginas faltantes ou mesmo a não conclusão do processo.²

Uma vez conhecida a totalidade dos dados, foi possível estabelecer os critérios para a elaboração da amostragem. Construiu-se, então, uma amostra com 358 inventários (40% do total), observando-se os seguintes critérios: 1) Local de moradia do inventariado; 2) Data da elaboração do documento³; e 3) Monte-Mor líquido⁴. Estes três critérios foram selecionados com o intuito de representar o total da documentação nos tópicos mais relevantes para esta pesquisa, especialmente, no tocante à distribuição das atividades econômicas e riquezas pelas várias freguesias, movimentação econômica e social ao longo do período provincial. Deste modo, o tópico um, anteriormente citado, propiciou a coerência com o número de dados coletados por freguesia, evitando supervalorizar ou minimizar o papel de uma localidade em

¹ Existe um catálogo manuscrito feito por um pesquisador com algumas informações da documentação disponível em parcela das caixas que arquivam as fontes históricas, mas este não está completo.

² Faz-se necessário esclarecer que é possível que tenhamos deixado alguns documentos sem contabilizar, isso porque o arquivo não está organizado e, possivelmente, exista algum material extraviado ou alocado em locais, pastas, caixas aos quais não tivemos acesso.

³ A escolha pela data de início da elaboração do documento e não a do falecimento do inventariado se deu pela própria estrutura legislativa da época. Mesmo que o inventariado tivesse falecido uma década antes da abertura do inventário e partilha, seus bens seriam contabilizados até aquela data, incluindo lucros e prejuízos da sua fortuna no intervalo entre a morte o início do processo.

⁴ Optou-se pela observação do Monte-Mor líquido e não do Monte-Mor bruto na hora de elaborar a amostragem para evitar que um grande passivo distorcesse o valor da fortuna do falecido no momento da partilha dos bens. Em outras palavras, o Monte líquido nos dá uma ideia mais precisa do valor a ser deixado aos herdeiros após o pagamento das dívidas, assim, evitamos acreditar em “falsas riquezas” no momento da elaboração do banco e que só seriam descobertas na análise detalhada dos dados.

relação às demais. O item dois avalizou a amostra no quesito temporal, minimizando distorções em relação à quantia de inventários existentes para o período. Já o terceiro item permitiu que a amostra fosse pertinente com as faixas de riqueza encontradas. Os três itens conjugados formaram um lastro que possibilitou análises e conclusões sólidas em relação ao que encontraríamos na observação da totalidade dos dados. Os dois primeiros itens foram seguidos à risca na elaboração da amostra, já quanto ao terceiro – Monte-Mor – foi impossível a transposição literal, neste caso, optou-se por escolher exemplos proporcionalmente mais próximos de todas as faixas presentes no banco geral, garantindo a representatividade das faixas de riqueza (ver Anexo B.1).

A tabela a seguir evidencia o conjunto de dados presentes no Arquivo de Santa Bárbara, bem como a amostra elaborada a partir destes dados. O anexo B.2 elenca a relação completa dos inventários coletados com dados nominais, localização e faixa de riqueza.

Tabela 2.1 - Total de inventários do APHMS, segundo residência do inventariado e data de início do processo, termo da Vila de Santa Bárbara - 1822/1888

LOCAL	Amostra							Geral						
	1822 - 1829	1830 - 1839	1840 - 1849	1850 - 1859	1860 - 1869	1870 - 1879	1880 - 1888	1822 - 1829	1830 - 1839	1840 - 1849	1850 - 1859	1860 - 1869	1870 - 1879	1880 - 1888
B. Jesus do Amparo	0	0	0	2	4	3	5	0	0	0	6	11	7	12
Brumado	0	0	4	3	2	2	1	0	1	10	7	4	4	3
Catas Altas	1	3	8	11	8	6	2	2	7	20	27	18	15	6
Cocais	2	0	4	4	6	7	4	6	1	9	11	15	17	9
Rio de S. Francisco	0	1	2	0	2	3	2	0	2	4	0	6	8	5
Santa Bárbara	3	6	11	15	7	6	3	8	15	28	37	17	16	8
S. D. do Prata	1	1	11	21	15	12	7	2	2	28	52	37	31	17
S. G. do Rio Abaixo	2	1	10	13	7	6	8	5	3	25	32	17	16	19
S. J. do Morro Grande	1	1	3	4	2	1	3	3	2	9	10	4	3	9
S. M. do Piracicaba	6	10	10	20	11	10	8	14	24	26	50	30	24	20
TOTAL	16	23	63	93	64	56	43	40	57	159	232	159	141	108

Fonte: APHMS, Inventários *Post mortem*, Caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

O grupo amostral formado pelos inventários foi utilizado nas análises pertinentes à riqueza e à sua distribuição. Esse tipo de documento apresenta alguns problemas referentes à composição de um banco de dados coeso, todavia é rico em dados relativos às atividades econômicas das famílias, mesmo que indiretamente, por meio da descrição dos bens que o falecido inventariado possuía. Ademais, tal fonte permitiu adentrarmos no mundo das relações

peçoais através da observação das relações matrimoniais, empréstimos e sociedades. A visualização de um quadro maior, envolvendo relações pessoais e econômicas, foi extremamente elucidativa acerca da sociedade estudada, particularmente, em um período onde tais relações estavam imbricadas e, muitas vezes, eram não apenas complementares, mas, de certa forma, determinantes umas as outras. Um dos principais problemas enfrentados foi a incompatibilidade das somas dos bens apresentados no documento com a soma dos valores apresentados individualmente para cada bem. Nestes casos, duas soluções diferentes foram tomadas, primeiramente, quando a diferença era pequena, optou-se pela soma dos valores individuais, assumindo assim que o erro foi efetuado pela soma de grande quantia de dados, muita vezes, de valores pequenos e fracionados. Quando a diferença era muito grande, todavia, optou-se por descartar o documento e substituí-lo por outro com as mesmas características amostrais. Elegeu-se esse critério por acreditar-se que um erro muito grande foi efetuado pelos indivíduos que elaboraram o documento ou mesmo que este estaria incompleto. De qualquer forma, quando não foi possível identificar a procedência de informações conflituosas, o documento foi substituído, evitando-se, assim, dados imprecisos.

Alguns outros cuidados também são necessários quando trabalhamos com inventários e especialmente com conjuntos amostrais dos mesmos. A população inventariada costuma ser mais velha e rica que a maioria da população de proprietários vivos, isso porque acumularam riquezas ao longo da vida, enquanto a população mais jovem ainda está formando sua fortuna. Além disso, os indivíduos mais pobres eram menos sujeitos à confecção de inventários, pois a existência de poucos bens, ou melhor, de bens de pouco valor, inviabilizava os custos do processo, sendo assim, a família partilhava os bens informalmente, evitando perdas no patrimônio. Portanto, fez-se necessário submeter os dados a alguns testes a fim de analisar as distorções causadas pela idade e pela sub-representação das camadas mais pobres, visto que pretendíamos comparar a composição e a distribuição da riqueza ao longo do tempo. O pesquisador Frank apresenta algumas estratégias para validar os dados de riqueza baseados em documentos *post mortem*. Segundo o autor, é preciso conhecer a estrutura etária da população estudada, assegurando-se de que esta não se alterou radicalmente e de que a taxa de sub-representação dos pobres não mudou. Se estes fatores forem mantidos relativamente constantes é possível proceder à comparação da riqueza em momentos distintos com mais segurança (FRANK, 2006).

A estrutura etária da população, apresentada em detalhes no capítulo anterior, manteve-se estável durante o período de análise. Não encontramos referências sobre fatores que poderiam transformar a estrutura etária de forma abrupta como, por exemplo, guerras,

migrações ou epidemias. Quanto à estabilidade na sub-representação da população pobre, não há evidências de que tenha ocorrido alguma mudança na forma de registrar as pequenas fortunas que inibissem ou diminuíssem o seu registro. Ademais, como podemos observar no anexo B.1, os inventários com Monte-Mor líquido pequeno sempre estiveram presentes, inclusive foram encontrados alguns documentos cuja soma dos bens não cobria as dívidas, sendo necessária uma espécie de rateio dos bens entre os credores proporcional às dívidas que o inventariado possuía com cada um.

Elaborou-se, também, uma comparação entre o coeficiente de GINI da década de 1830, formulado a partir da dispersão dos escravos na sociedade, utilizando as listas nominativas como fonte, com o coeficiente de GINI, para o mesmo período, utilizando, como base para os cálculos, as informações sobre posse de escravos dos inventários. O resultado encontrado, através do uso das listas nominativas, é o valor de 0,651029, e, através do uso dos inventários, o resultado é 0,522222. Alguma diferença apontando uma distribuição de renda mais igualitária (usando a posse de escravos e sua dispersão pela sociedade como base) já era esperada, uma vez que sabemos que há uma sub-representação da população mais pobre nos inventários, enquanto as listas nominativas abarcam toda a população. Todavia a diferença de aproximadamente um ponto fica dentro do esperado, indicando a confiabilidade dos dados dos inventários *post mortem*.⁵ Essa confiabilidade também é atestada pela comparação entre o tamanho médio das posses de escravos na década de 1830. Na década de 1830, é possível a confrontação de dados das listas nominativas com os dos inventários. Utilizando a primeira fonte, a média de escravos por fogos foi de 9,20875 e, com a segunda, o resultado foi de 9,666667. As informações posteriores, infelizmente, não possuem a distribuição da população por fogos, o que dificulta comparações relativas à distribuição da posse de escravos. A única exceção é o arrolamento dos fogos da freguesia São Domingos do Prata no ano de 1862. Essa documentação existe para várias freguesias, todavia, na maioria delas, é menos detalhada do que as listas nominativas, apresentando apenas as somatórias resultantes do número de fogos e moradores das freguesias. Deste modo, não é possível saber quais fogos possuíam e quais não possuíam escravos. A freguesia de São Domingos do Prata, porém, possui uma relação bem-detalhada por fogos, o que possibilita comparar os dados encontrados com os adquiridos com a análise dos resultados dos inventários. A média de escravos por fogo encontrada (excluindo os fogos sem escravos) é de 10,3; já o valor encontrado para tal cálculo, utilizando os dados inventariais, é de 7,4. A diferença não é extravagante e pode ser justificada pela não

⁵ O cálculo do índice de GINI foi feito utilizando posses de escravos iguais ou superiores a um.

compatibilidade total do período de análise (um ano *versus* uma década). De qualquer modo, essas comparações servem para atestar certa compatibilidade quantitativa aos resultados encontrados através dos inventários e de outras fontes semelhantes para o mesmo período, validando, assim, a amostra de dados inventariais elaborada.

O segundo conjunto de fontes analisado compõe-se das Listas de Impostos Municipais. Essa documentação pertence ao acervo documental da Câmara Municipal de Santa Bárbara e, no momento de nossa pesquisa (2009/2010), estava depositada no Arquivo Público Dr. Hélvio Moreira dos Santos.⁶ Tal fonte permite análises quantitativas sobre as atividades econômicas desenvolvidas nas freguesias do termo de Santa Bárbara, bem como cruzamento com os inventários, gerando análises mais sofisticadas. O cruzamento de informações permite a mescla de questionamentos quantitativos e qualitativos, uma vez que os inventários não evidenciam abertamente a atividade, ou melhor, as atividades econômicas que a família do inventariado estava envolvida. Da mesma forma, as listas não permitem estabelecer redes de solidariedade e dependência como os inventários possibilitam. Por conseguinte, a conjugação destas fontes possibilita minimizar dúvidas a respeito da economia familiar dos inventariados, ademais, viabiliza traçar continuidades e rupturas das atividades desenvolvidas entre as freguesias e, nestas, ao longo dos anos.

Como a maioria dos dados sequenciais, não foi possível encontrar a totalidade das Listas de Impostos. A primeira lista encontrada data de 1844, o que é compreensível, uma vez que, apenas, no ano de 1839, Santa Bárbara tornou-se município e vila (COSTA, 1997). A partir da década de 1850, as listas são mais frequentes, todavia, somente em alguns anos, foi possível localizar documentação para todas ou quase todas as freguesias. Deste modo, selecionamos uma data em cada década na qual as informações mostraram-se mais sólidas. Esse recorte foi utilizado sempre que se fizeram necessárias análises quantitativas, diminuindo, assim, a possibilidade de incorrerem em erros. Outro problema encontrado neste tipo de fonte foi a designação do indivíduo em uma determinada freguesia. Identificou-se que, em determinado momento, as listas eram elaboradas com maior detalhamento no quesito residência do tributado; em outras palavras, as listas descreviam freguesias menores e mesmo distritos. Mas esse detalhamento não era a regra, assim, algumas listas alocam indivíduos de freguesias menores na relação da localidade vizinha mais próxima ou mesmo, em

⁶ Como já mencionamos, o APHMS é de responsabilidade do Fórum que, nos anos de 2011/12, passou por reformas, tendo a referida documentação sido transferida para o Memorial Afonso Penna, também em Santa Bárbara. Não sabemos se essa mudança é temporária ou permanente, tampouco se a catalogação original foi mantida. Sendo assim, sempre que nos referirmos a essa documentação, nesta pesquisa, utilizaremos a catalogação encontrada no APHMS.

determinado momento, os dois locais formaram uma só freguesia. Com o intuito de driblar esse problema, foram agrupadas as informações das localidades que apresentaram tal situação, de tal modo, que os dados agregados - mesmo que não permitam identificar exatamente onde o empreendimento taxado estava localizado - não dão margem a incertezas quanto à perícia ou perspicácia do(s) indivíduo(s) que elaborou/elaboraram as listas.

A seguir, encontram-se relacionadas às informações quantitativas das listas de impostos já organizadas de acordo com as datas selecionadas e as localidades agregadas (ver Anexo B.3).

Tabela 2.2 - Listas de Impostos, segundo local e data, Câmara Municipal de Santa Bárbara, 1850 - 1888.

Local/Data	1856	1865	1874	1886
Bom Jesus do Amparo (Rio de São João)		59	68	55
Catas Altas	146	78	32	61
Cocais	46	55	57	73
S. Gonçalo do Rio Abaixo	131	129	114	91
S. João do Morro Grande/Brumado	116	89	126	90
S. Miguel Piracicaba/S. Domingos do Prata	280	203	199	177
Santa Bárbara/R. S. Francisco	112	109	122	118

Fonte: APHMS, Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

Tomados os cuidados mencionados, as listas de impostos mostram-se uma fonte que, por si, permite responder a questionamentos como, por exemplo, quais as atividades econômicas mais comuns na região? Pelo seu caráter serial, elas servem também para elucidar informações faltantes ou complementares a outras fontes. Sabemos que tais listas não evidenciam todas as atividades desenvolvidas na região, mas apenas aquelas pagadoras de impostos, essas questões, bem como outras que possam surgir, serão exploradas no andamento das análises.

Com estes apontamentos definidos, utilizamos os dados obtidos através dos inventários *post mortem* para analisar o grau de concentração da riqueza. Posteriormente, identificamos as atividades econômicas praticadas, suas agregações, os possíveis efeitos multiplicadores sobre outras atividades e as conexões entre as atividades econômicas e destas com as relações familiares e/ou sociais. Buscamos identificar também o grau de dependência da mão de obra escrava para diferentes atividades e o impacto da posse de cativos na economia familiar ao longo do tempo.

2.2 FLUTUAÇÃO DOS PADRÕES DE RIQUEZA AO LONGO DO PERÍODO PROVINCIAL

Quando pensamos no termo da vila de Santa Bárbara e em Minas Gerais, de uma forma geral, no século XIX, devemos lembrar que não se trata de uma sociedade do conhecimento (com sistemas de comunicação rápidos e eficientes) nem da tecnologia (com inovações aplicáveis às atividades econômicas locais), mas sim de uma sociedade do trabalho, das técnicas. Em outras palavras, uma sociedade na qual o conhecimento e as habilidades ocupacionais são transmitidos pela observação e treinamento (aprendizes), salvo raras exceções. Deste modo, ter “bons relacionamentos” poderia garantir o acesso ao trabalho e ao aperfeiçoamento profissional. A importância das relações sociais, todavia, vai muito além dos mundos do trabalho, isso porque, neste modelo de sociedade, as relações pessoais, econômicas e de trabalho estão altamente entrelaçadas. É fundamental lembrarmos que estamos tratando de uma sociedade escravista e, portanto, caracterizada pela forte presença de relações de distinção e afirmação social. Como alerta Berlim (2006), em uma sociedade escravista, as relações de poder não se limitam à dinâmica senhor/escravo, estando diluídas e presentes em toda a sociedade. Desta maneira, essas relações de poder atingem as demais instâncias do mundo do trabalho como, por exemplo, a dos trabalhadores livres, tanto nos setores urbanos quanto rurais, mesmo que em níveis diferenciados. Podemos, contudo, ir além, uma vez que as estratégias de distinção e a desigualdade social, proporcionadas pela presença da escravidão e pelo caráter hierárquico do período, impulsionavam e alimentavam as relações de trabalho, econômicas e sociais, sendo assim, essas, muitas vezes, visavam não só a manter como a reforçar a posição que cada indivíduo deveria ocupar na sociedade.

Seguindo esta linha de raciocínio, pontuar quais aspectos desta sociedade limitavam o acesso à técnica e ao trabalho e/ou restringiam o alcance dos recursos materiais e financeiros necessários para melhorar as condições de trabalho torna-se crucial para a compreensão daquela sociedade. A falta de recursos e a dependência financeira de terceiros poderiam fadar o trabalhador a manter-se sempre na categoria de “livre pobre”. Como o acesso ao crédito era muito limitado, especialmente, na primeira metade do século XIX, o indivíduo que necessitava de empréstimos dependia, mais uma vez, das suas relações pessoais para conseguir tal financiamento com pessoas mais abastadas da sua freguesia ou de locais próximos, estreitando ainda mais os laços de dependência. Neste sentido, ter bons relacionamentos na sociedade poderia ser fator decisivo em vários momentos da vida de uma

pessoa, tanto naqueles de caráter mais pessoal, como um matrimônio, quanto naqueles de caráter mais econômico, como um empréstimo. Lembrando que, como já mencionamos, os limites entre o pessoal/social/econômico eram bastante difusos no século XIX (GUEDES, 2008). Ademais, compreender os graus de concentração e dispersão da riqueza, bem como os níveis de dependência e a heterogeneidade das categorias econômicas elucida muito o entendimento da referida sociedade e das mudanças e adaptações pelas quais ela passou.

Inicialmente, para que seja possível visualizar de forma panorâmica a riqueza da sociedade em análise e identificar se houve recessão, estagnação ou crescimento econômico é preciso observar a evolução dos Montes ao longo dos anos. A simples média por década, contudo, não traduz de forma real a marcha da riqueza, uma vez que a inflação distorce os dados. Não foi possível estabelecer um índice de inflação próprio para a nossa região, desta forma, apoderamo-nos dos cálculos elaborados por Lobo (1971) e Buescu (1973) na tentativa de minimizar ou controlar o impacto da inflação em nossos dados.⁷ Os índices de inflação calculados pelos autores são muito divergentes em alguns momentos. Lisboa e Monasterio (2012) elaboraram uma comparação acurada dos valores apresentados por Lobo (estudo trata do Rio de Janeiro) com informações relativas ao Rio Grande do Sul para as décadas de 1870 e 1880. Neste trabalho, Lisboa e Monasterio (2012) concluem que, para o local e o período escopo da pesquisa realizada, os valores encontrados por Lobo refletiriam uma inflação acima do que de fato foi vivenciada. Comparando os índices de Lobo e Buescu, o primeiro apresenta uma inflação acima da exposta pelo segundo. De qualquer forma, sabe-se que a inflação não era constante para todo o território nacional nem para todos os produtos e, sem um estudo apurado dos produtos mais consumidos, seus preços e do custo de vida da região, em diferentes períodos, é impossível saber a real variação da inflação. O índice de Buescu foi utilizado por vários autores, como Mattoso (1988) que, em seu livro intitulado “Ser Escravo no Brasil”, usa-os para ajustar os valores de escravos, açúcar e outras mercadorias a fim de elaborar comparações ao longo dos anos.

⁷ Dados na íntegra em: <<http://ich.ufpel.edu.br/economia/conteudo.php?pagina=17>>. Acesso em: 03/01/2012.

Tabela 2.3 - Visão geral dos dados encontrados: Inventários *Post mortem*, 1822-1888

	1822-1829	1830-1839	1840-1849	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888	% Crescimento anual (1822-1850)	% Crescimento anual (1850-1888)
Monte Bruto (a)	2.059.244	6.154.423	5.977.930	10.654.206	15.620.438	18.222.719	11.211.651	6,0	0,1
Monte Líquido (a)	2.024.575	6.086.972	5.629.656	10.261.856	14.540.520	17.524.805	9.768.666	6,0	-0,1
Monte Bruto (b)	1.723.351	3.006.768	1.998.930	2.095.226	1.986.900	1.330.965	519.978	0,7	-3,6
Monte Líquido (b)	1.696.618	2.969.876	1.890.705	2.019.812	1.855.083	1.281.365	450.882	0,6	-3,9
Monte Bruto (c)	1.644.381	2.435.696	1.537.316	1.193.772	9.449.285	7.334.893	3.611.909	-1,1	3,0
Monte Líquido (c)	1.619.483	2.404.588	1.453.660	1.152.185	8.813.342	7.060.532	3.147.311	-1,2	2,7
Monte Bruto (d)	1.935.825	4.815.619	4.116.448	6.128.411	7.737.237	7.490.389	3.954.428	4,1	-1,4
Monte Líquido (d)	1.904.094	4.760.865	3.882.361	5.904.477	7.209.528	7.206.369	3.440.013	4,2	-1,1
Monte Bruto (e)	1.777.991	4.125.830	3.774.477	5.480.870	12.149.036	10.914.498	6.659.873	4,1	0,5
Monte Líquido (e)	1.749.981	4.079.500	3.556.178	5.282.437	11.334.154	10.497.691	5.805.009	4,0	0,2
Nº de Ocorrências	16	23	63	93	64	56	43		

(a) Valor Nominal

(b) Deflacionados por 0,051 (LOBO), segundo a inflação do período (1822-1888).

(c) Deflacionados pelos índices da inflação acumulada por década (LOBO).

(d) Deflacionados por 0,017 (BUESCU), segundo a inflação do período (1822-1888).

(e) Deflacionados pelos índices da inflação acumulada por década (BUESCU).

Fonte: APHMS, Inventários *Post mortem*, Caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

O uso de tais índices serve mais para controlar as análises sobre crescimento econômico do que para estabelecer valores precisos no tocante ao crescimento regional. Calculou-se, primeiramente, a inflação geral para o período de 1822-1888, todavia tal cálculo suavizava, ou melhor, distribuía a inflação ao longo dos anos, minimizando os picos de alta e baixa dos preços. Desta forma, optou-se por calcular a inflação década por década. Partindo da década de 1820, atualizaram-se todos os valores da década para o valor presente do ano inicial, 1822. Posteriormente, calcularam-se os valores da década de 1830 ao valor presente do primeiro ano do período, em seguida, adicionou-se a inflação da década de 1820, trazendo os Montes para o valor da moeda em 1822; e assim sucessivamente até 1888. Utilizando tal metodologia, inflação acumulada ao invés de média da inflação, é possível perceber com maior clareza a flutuação da riqueza ao longo dos anos. A tabela seguinte apresenta a média da soma dos Monte-Mor (nominal) e os valores após a deflação, utilizando os índices de Lobo e Buescu (ver Anexo B.4).

De uma forma geral é possível identificar um crescimento econômico no período em escopo. O crescimento não é uniforme, sendo modesto na primeira metade do século e mais intenso nas décadas de 1850 e 1860, sendo que, nas décadas de 1870 e 1880, há uma pequena queda, mas os valores dos Montes continuam maiores do que do início do período. As

explicações para o comportamento da riqueza são múltiplas e interligadas. Primeiramente, devemos lembrar que tratamos de uma região com comércio voltado para o abastecimento, com uma área de abrangência relativamente curta. Isso de modo algum significa que não houvesse comércio com outras regiões de Minas Gerais, com a Corte ou mesmo com outras províncias. Por via de regra, todavia, o que alimentava a economia local era o comércio regional, deste modo, as flutuações econômicas estavam mais estreitamente ligadas a alterações locais, como, por exemplo, climáticas. Obviamente que a região sentia os impactos das ondas causadas por mudanças no âmbito nacional, essas, provavelmente, alteravam mais a rotina (não consumir um produto que teve alta no preço) do que a situação econômica como um todo. Já alguns fatores de ordem mais abrangente, como a mudança na cobrança de impostos, o fim do tráfico atlântico de escravos, entre outros, tinham impacto mais intenso. Em outras palavras, o crescimento relativamente pequeno da região pode aparentar uma estabilidade e encobrir mudanças locais mais profundas, mas que, pelas adaptações da economia local, não se refletem em dados que sintetizam longos períodos de tempo. Nessa perspectiva, primeiramente, analisamos a conjuntura mais geral para, posteriormente, avaliarmos as particularidades da distribuição e concentração da riqueza.

Utilizando-se a posse de escravos para balizar as análises de desigualdade social é possível afirmar que houve uma tendência de aumento da desigualdade. Até a década de 1850, faixas de posse de 21-50 cativos eram encontradas em famílias com riqueza de 5:000\$000 a 10:000\$000 réis, essa situação altera-se na década de 1860 e 1870, sendo que tal escravaria será encontrada apenas em faixas de riqueza acima de 10:000\$000 réis.⁸ Na década de 1880, conjuntos de mais de 20 trabalhadores escravos pertencentes a uma mesma família serão encontrados em apenas aquelas com mais 30:000\$000 réis. Escravarias de 11 até 20 trabalhadores também não serão mais encontradas em faixas de riqueza menores de 5:000\$000 réis, após o final da década de 1860. Outro fator revelador é a diminuição da importância dos escravos no Monte a partir da década de 1850. Nas três primeiras décadas do período provincial, os escravos totalizavam, em média, 50% ou mais dos bens inventariados, sendo que, na segunda metade do século XIX, outras categorias como imóveis e dívidas ativas começam a ganhar maior destaque (ver Anexo B.5). Considerando que, em uma sociedade escravista, possuir mão de obra cativa era um fator relevante para a formação de fortunas, especialmente em localidades em que o papel do rural era acentuado, é plausível a teoria de que a concentração de renda ficou mais intensa e, com ela, a desigualdade social.

⁸ Estamos trabalhando com os valores já deflacionados segundo o índice de Buescu (calculado por década).

Deste modo, algumas mudanças na política nacional refletiram no âmbito local, alterando os padrões de distribuição da riqueza. Essas alterações, de um modo geral, não ocorrem do dia para a noite, de modo que os indivíduos que as anteviram puderam não apenas se preparar como, possivelmente, tirar proveito das mesmas. No caso do fim do tráfico atlântico de escravos, que gerou um aumento no preço dos mesmos devido à diminuição na oferta, os senhores com famílias escravas tiveram a opção de manter ou mitigar a diminuição de sua escravaria através da reprodução interna. Certamente, pequenos escravistas com apenas um ou dois cativos sofreram maior pressão para vender esses trabalhadores devido à alta dos preços. O fim do tráfico representou também a liberação de capital antes investido em escravos para outros empreendimentos. Já a partir da década de 1850, é possível perceber que os investimentos em bens profissionais (ali inclusos dinheiro, caderneta de poupança, títulos e ações) crescem de forma considerável. Essas atividades econômicas e demais conexões envolvendo os portadores de títulos e ações serão analisadas um pouco mais adiante neste capítulo.

Outro aspecto claro, pertinente às explicações sobre mudança no padrão de riqueza, está relacionado com a oferta de crédito em âmbito regional. Uma rápida olhada no gráfico do anexo B.5 evidencia maior movimentação de recursos de crédito. As dívidas ativas e passivas encontradas nos inventários mostram a existência de redes de crédito que basicamente se compunham de duas dimensões: 1) Contas e rol = pequenas dívidas feitas no comércio; 2) Crédito e juros = empréstimo de dinheiro propriamente dito. A ampliação do mercado de crédito está conectada com as demais mudanças abordadas, sinalizando para a adaptação da economia a um cenário mais amplo que envolvia questões de oferta de mão de obra, opções de investimento, comércio interno, entre outros. Para Frank (2006), essa nova conjuntura, que se formava na segunda metade do século XIX, estimulava a desigualdade, uma vez que os benefícios obtidos por uma fatia menor da população, possuidora de escravos e de recursos financeiros, possibilitavam multiplicar suas riquezas através da oferta crédito.

Com o decorrer do século XIX, ocorreram mudanças no caráter da política nacional. Durante o período do Império brasileiro, muitas foram as batalhas políticas em busca de transformações e/ou de continuidades. Mudanças nas relações comerciais⁹ (favoreceu a criações de sociedades), na oferta de mão de obra e na forma de aquisição de terras foram moldando e remodelando os cenários político, econômico e social nos âmbitos nacional, provincial e regional. Essas transformações impulsionaram o país para “moderno”, mas sem a

⁹ Código Comercial de 1850.

preocupação de garantir maior igualdade social. Em alguns casos, essas mudanças colaboram para aprofundar as desigualdades sociais já existentes, privando ou limitando as camadas mais pobres do acesso à mão de obra extra (escrava), a terras e desviando de políticas abolicionistas que incluíssem de forma justa os escravos no mundo de trabalho (GEBARA, 1986). Deste modo, aparentemente, tornou-se cada vez mais difícil a ascensão social e o enriquecimento familiar de camadas mais pobres, enquanto que, para os grupos que detinham capital, influência política e bons relacionamentos sociais, manter e mesmo aumentar suas fortunas era relativamente mais fácil. Certamente, houve casos de pessoas que conseguiram transpor as barreiras de suas épocas e melhorar sua condição de vida. Todavia a conjuntura da segunda metade do século XIX, até certo ponto, limitava a possibilidade de habilidades pessoais e do esforço do trabalho gerarem grandes mudanças no patamar de vida dos indivíduos. Essa realidade é vista também e, talvez, de forma mais intensa, em localidades voltadas ao abastecimento interno, onde os limites entre o rural e o urbano são tênues, mas o primeiro prevalece sobre o segundo. Nestas localidades, a posse de terras para o cultivo e para a criação de animais e a força de trabalho para executar estas atividades eram, se não fundamentais, valiosas para se atingir certos padrões de riqueza.

2.3 ATIVIDADES ECONÔMICAS EM REDE: ALAVANCAS E DEPENDÊNCIA EM UM SISTEMA BASEADO NO TRABALHO ESCRAVO

As atividades agrícola e pecuária desempenharam um papel de destaque na região durante todo o período deste trabalho. Mesmo nas áreas urbanas, com maior concentração de residências, de comércio e serviços, foi possível perceber a existência de pequenas plantações. Em inúmeros inventários, as propriedades urbanas possuem quintais com plantações, comumente de banana ou café. É um tanto difícil precisar a distribuição da população entre áreas mais próximas e mais distantes dos centros urbanos. Em algumas listas nominativas da década de 1830, essa distinção é perceptível, todavia, em nossa região foco, esse aspecto não foi observado pelas autoridades que confeccionaram tal documentação, como já foi mencionado no capítulo 1. Têm-se estimativas da distribuição da população entre as áreas urbanas e rurais apenas para algumas freguesias, retiradas da Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Em todas as localidades, no ano de 1830, a população rural perfazia sempre

mais de 80% do total de habitantes.¹⁰ Mesmo se trabalharmos com a hipótese de que a proporção entre a população rural e urbana tenha sido menos desigual, é inquestionável a preponderância da primeira em todo o período provincial. As atividades agropecuárias destacam-se facilmente na análise da documentação do período. Pela própria abrangência das atividades que envolvem a produção de alimentos e a criação de animais, supõe-se que elas abarcassem diferentes riquezas. Essa diversidade refletia-se também nas estratégias utilizadas pelas famílias para administrar seus bens. As formas de gerir a economia familiar, certamente, foram distintas, respeitando a formação pessoal e os bens passíveis de gerenciamento. Ainda na etapa de compilação dos dados dos inventários, foi possível perceber que algumas famílias optaram ou ficaram limitadas a práticas econômicas semelhantes; outras diversificaram seus investimentos.

Antes de iniciarmos as análises sobre o caráter das atividades agropecuárias e suas conexões com as demais atividades econômicas da região, algumas considerações sobre o potencial e as limitações do uso de inventários *post mortem* para essa finalidade fazem-se necessárias. A pesquisa histórica com base em inventários apresenta alguns desafios, a respeito dos quais, para este estudo, colocamos uma advertência inicial. A representação dos ativos da fazenda e da produção dentro de cada inventário diz respeito apenas aos bens existentes no momento da confecção do mesmo. Deste modo, essa documentação representa uma amostra dos produtos oriundos da propriedade, limitando algumas análises de caráter mais abrangente. O inventário não visa a descrever a produção ou as atividades rentáveis do inventariado ao longo de um período, mas sim colocar valores nos bens que serão partilhados. Deste modo, pode-se afirmar que o inventário captura um momento da riqueza daquele indivíduo que veio a falecer. Caso, nesta data, houvesse um estoque de produtos agropecuários e/ou um rebanho de animais, estes seriam registrados e avaliados, de outro modo, se não houvesse tais bens, apenas as instalações e as terras necessárias para o trabalho seriam descritas. Em alguns casos é possível ter uma maior riqueza de detalhes (inclusive com listas de compras da propriedade em um período, geralmente, quando há órfãos). É plausível supor, por outro lado, que houve casos de agricultores que morreram em períodos anteriores aos das colheitas, ou quando parte do rebanho tinha acabado de ser vendido.

Assim sendo, não foi possível definir quão representativos são os dados provenientes de inventários no que se alude à produção agropecuária. Somando-se os estoques em períodos de tempo maiores, é possível mitigar algumas dessas incertezas representacionais, mas é

¹⁰ Rural e urbano respectivamente: Morro da Água Quente 64 e 330, São Gonçalo do Rio Abaixo 136 e 1.745, Cocais 124 e 609, São Domingos do Prata 41 e 1.324. Fonte: *RAPM*, Ano 2. Fasc. 01, p. 18-28, 1897.

preciso ter em mente que este tipo de fonte representa apenas uma amostra imprecisa de todo o universo de ocorrências. Quando possível, o cruzamento com outros tipos de fonte pode ajudar a responder algumas dúvidas, especialmente, quando se trata de análises micro-históricas. Estes apontamentos não inutilizam a fonte, muito pelo contrário, alertados para as suas limitações, é possível explorá-las com maior propriedade.

Ao representar o passado, os historiadores buscam perspectivas que os permitam discernir padrões entre os eventos que ocorreram, desse modo, procurando entender o significado das experiências vivenciadas pelos personagens históricos. Para isso, os pesquisadores possuem metodologias e habilidades para lidar com as evidências fragmentadas, pois, simplistamente, não há como voltar no tempo e melhorar ou ampliar a forma como determinados documentos foram confeccionados ou arquivados (BODENHAMER, 2010). Assim, os pesquisadores aprenderam a valorizar a particularidade de cada fonte através do uso de metodologias e padrões de análise próprios para cada conjunto de dados com os quais trabalham. Os inventários *post mortem* permitem algumas análises padronizadas e generalizadoras, especialmente, no que se refere à riqueza e sua distribuição entre a população ao longo do tempo. Quanto a questionamentos mais específicos sobre determinadas categorias de bens materiais, é preciso o cuidado na identificação da sua representatividade ou a ênfase dada às conclusões obtidas. No que concerne esta pesquisa, dois caminhos foram seguidos: 1) Considerando que o número de omissões de informações sobre animais e produção agrícola seja mais ou menos constante ao longo do tempo, a fonte permite análises comparativas quanto ao crescimento destas atividades ao longo das décadas; 2) Observações de caráter individual, dessa maneira, identificando as estratégias utilizadas pelos indivíduos de diferentes faixas de riqueza para administrar seu patrimônio. Para percorrer o segundo caminho foram arranjados e separados casos extremos de riqueza (até 5:000\$000 e mais de 30:000\$000¹¹) e analisadas as diferenças e possíveis semelhanças quanto às formas de gerir o patrimônio familiar.

A tabela que segue foi elaborada a partir dos inventários que apresentavam informações contundentes sobre a posse de terras. Deste modo, foram descartados aqueles que não apresentavam uma medição clara. Quando o inventariado era proprietário de mais de uma fazenda, mas não apresentava a extensão territorial de todas, tomou-se o cuidado de analisar se o bem aferido era o principal (benfeitorias e valor); caso este fosse secundário, o mesmo foi descartado para mitigar as distorções na computação dos dados.

¹¹ Já deflacionados para os valores de 1822.

Tabela 2.4 - Distribuição média do Monte-Mor, escravos e animais segundo a faixa de posse de terras, termo de Santa Bárbara, 1822-1888.¹²

Faixa de posse de terras (Alqueires)	Monte-Mor Líquido (a)	Nº Escravos	Nº Animais	Ocorrências	%
1-5	3.366.125	3,6	7,8	25	10,7
6-10	7.909.117	5,7	19,6	21	9,0
11-20	4.458.789	3,8	18,8	33	14,1
21-30	6.630.969	4,9	28,7	32	13,7
31-50	8.107.914	7,0	35,5	39	16,7
51-100	8.363.473	6,4	42,0	30	12,8
101-200	13.542.829	11,2	52,5	29	12,4
201-300	31.157.626	17,6	166,5	12	5,1
301-500	55.637.865	41,0	77,5	2	0,9
Mais de 501	73.405.867	28,0	284,0	11	4,7
Totais	21.203.826	12,9	73,2	234	100

Fonte: APHMS, Inventários *Post mortem*, Caixas diversas, 1822-1888. Santa Bárbara.
(a) Deflacionados pelos índices da inflação acumulada por década (BUESCU).

O Monte-Mor, o número de escravos e o número de animais representam a média encontrada para aquela faixa de posse de terras. Uma observação importante a destacar é que as terras não faziam parte necessariamente de uma mesma propriedade do inventariado, ou seja, foram somadas às áreas territoriais que cada indivíduo possuía, mesmo que em locais distintos. Optou-se por essa metodologia uma vez que não é possível identificar onde os trabalhadores escravos estavam alocados nem mesmo os animais, assim, a média geral mostrou-se a opção mais adequada para esta análise.

Primeiramente, podemos identificar que a terra era um investimento muito recorrente no período, sendo possível identificá-la em detalhes passíveis de medição em 65,4% dos inventários analisados.¹³ Esse percentual está sabidamente um tanto minimizado, pois se excluiu todas as terras cujas descrições eram impressas como, por exemplo, “um sítio”, “uma fazenda”, “parte em terras”, “algumas terras”. Os dados acima evidenciam um padrão bastante previsível, em média, a posse de terras, escravos e animais aumentavam proporcionalmente. Tal fato dava-se pela necessidade de mais trabalhadores quanto maior fosse a área cultivada ou o rebanho a ser gerido. Podemos observar, também, que aproximadamente 77% das posses concentravam-se entre aqueles que detinham áreas com menos de 100 alqueires, sendo que

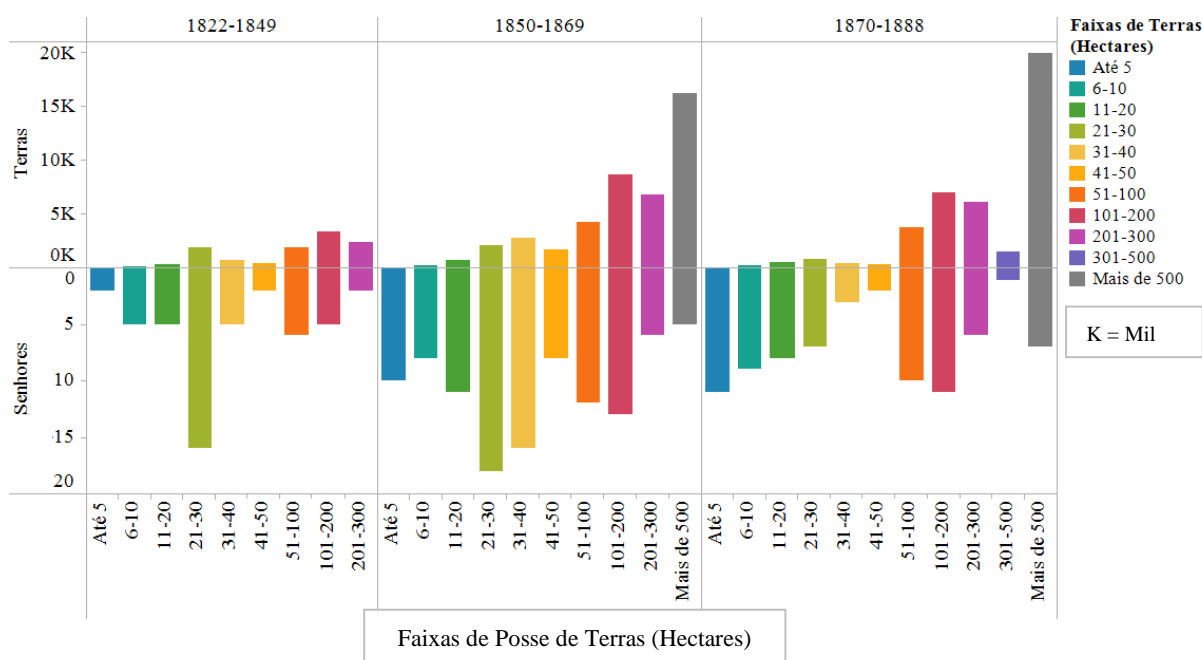
¹² Foi possível identificar a extensão territorial das terras dos inventariados em 65,4% do total de inventários (incluídos aqui os que possuíam e os que não possuíam terras dentre seus bens imóveis).

¹³ Não foram analisadas as datas minerais, pois não foi possível estabelecer um parâmetro de comparação com alqueires ou hectares.

64,1% possuíam menos de 50 alqueires. Em um estudo que incorporou uma das freguesias neste trabalho analisada – Catas Altas – Francisco Eduardo de Andrade identificou que, nesta localidade, os roceiros possuíam, em média, terras com extensão de 29 alqueires e os fazendeiros de 235 alqueires (ANDRADE, 2008).¹⁴ Outro fator muito importante é a diminuição das posses de terra intermediárias ao longo dos anos (ver Anexo B.6). Durante a década de 1850, a faixa de posse de terras de 6-10 alqueires diminui sua representatividade, sendo que, na década de 1860, as faixas de 1-5 e 11-20 alqueires também apresentam queda. Ao mesmo tempo, as faixas de posse de terras maiores aumentam sua representatividade, principalmente, as faixas acima de 100 alqueires. Ocorrem algumas variações nos percentuais das faixas de posse ao longo das décadas, resumidamente, os proprietários de terras de até 20 alqueires passam de 30,8%, na década de 1830, para 23,8%, na década de 1860, e, finalmente, para 40,1%, na década de 1880. Já os proprietários com posses entre 21 e 100 alqueires representam respectivamente as datas acima 59%, 54,8% e 36,7%, e os inventariados com mais de 100 alqueires flutuam entre 10,3%, 21,5% e 23,3%. Ou seja, enquanto as pequenas propriedades fundiárias tiveram uma queda e, em seguida, um aumento na sua frequência, as intermediárias foram diminuindo e as grandes aumentando, e isso indica um aumento na desigualdade social com a diminuição dos setores intermediários.

¹⁴ O autor identifica como roceiros pequenos e médios proprietários de escravos, ou, ainda, não proprietários de escravos. Eram donos de unidades produtivas em que os membros do núcleo familiar exerciam as principais funções mantenedoras do grupo.

Gráfico 2.1 - Distribuição da posse de terras ao longo das décadas, termo de Santa Bárbara, 1822-1888



Fonte: APHMS, Inventários Post-Mortem, Caixas diversas, 1822-1888. Santa Bárbara.

As informações da distribuição da terra propriamente ditas (em hectares) corroboram a argumentação apresentada de que houve uma maior concentração da posse de terras nas décadas finais do período provincial. Vale resaltar, aqui, que a informação das duas primeiras décadas de análise são as mais imprecisas, sendo que, no período de 1822-1829, foi possível identificarmos dados sobre a posse da terra em apenas 37,5% dos inventários e, no período de 1830 a 1839, em apenas 17,4% dos mesmos. Deste modo, as análises baseadas em dados posteriores a 1840 são mais acuradas e permitem conclusões mais embasadas. Em todo o período analisado, há um número maior de indivíduos com poucas terras e um número menor de pessoas com muitas terras. O que se altera claramente nas décadas de 1870 e 1880 é a quantidade de inventariados com propriedades fundiárias intermediárias, de 20 a 100 hectares, indicando o aumento da desigualdade social relativamente ao acesso à posse de terras.

As unidades produtivas, ao que se percebe, englobavam uma gama variada de atividades: plantio de alimentos para consumo da casa e para o comércio, confecção de derivados como queijo, farinha, cachaça, entre outros, e criação de animais variados. A diversidade não se limitava às atividades agropecuárias, incluía, especialmente, a tecelagem, a fundição de ferro e atividades comerciais. É comum o aparecimento de roda de fiar, tendas de ferreiro, rancho de tropa, ferramentas de carpinteiro, além dos utensílios usados na produção de derivados dos produtos da fazenda.

A polivalência das fazendas mineiras e de seus trabalhadores foi analisada por Godoy (2004) através da análise das unidades produtivas agroaçucareiras. O autor evidencia os ciclos produtivos das fazendas, destacando que, fora do período de safra da cana, os trabalhadores dividiam-se em ocupações distintas, como a agricultura e pecuária ou outras mais complexas, tais como as das artes e ofícios. Nesse estudo, o autor analisa alguns casos pertinentes ao nosso recorte espacial, dentre eles, destacamos um que nos interessa em especial. Trata-se da viúva chamada de Coleta (ou Carlota) Ferreira Pinto, moradora da freguesia de São Gonçalo do Rio Abaixo.

Dos 13 engenhos de cana arrolados, em 1831, na Relação de Fábricas de São Gonçalo do Rio Abaixo, distrito do município de Caeté, dois estavam inseridos em fazenda mista. A localização desses proprietários de engenho nas respectivas lista nominativa, também de 1831, e mapa de 1836, permitiu aferir algumas características adicionais. O português Joze Gonsalves Moreira era proprietário de 105 escravos e de unidade produtiva diversificada em que estavam associadas mineração, agricultura, pecuária e indústria rural. Na sede do distrito José Gonçalves estabeleceu casa de negócio que comercializava mercadorias importadas e fazenda seca, além de possuir tropa de muares empregada no comércio com o Rio de Janeiro. A viúva Dona Carlota Pinto Fernandes foi arrolada na lista nominativa como Coleta Ferreira Pinto e no mapa de 1836 como Culeta Antonia Ferreira Pinto. Além de um dos dois engenhos de água de São Gonçalo do Rio Abaixo era proprietária de 114 cativos e fazenda diversificada em que se combinavam mineração, agricultura, pecuária e indústria rural (GODOY, 2004, p.5).

Dona Coleta, como ela é chamada no seu inventário e no de seu esposo, faleceu em 1855, deixando vários filhos. No seu inventário, são listados 89 escravos e um Monte-Mor líquido de 98:203\$480 réis. O inventário de Coleta não fez parte do quadro amostral deste trabalho, assim, possuem-se apenas as informações básicas. O inventário de seu esposo, todavia, foi compilado na sua totalidade. Antônio Thomas de Figueiredo Neves (descrito como tenente coronel) possui inventário datado de 1871, no qual apresenta 9 filhos, 56 escravos (provavelmente a parte que lhe coube após a partilha dos bens advinda da morte de sua esposa, anos antes) e um Monte-Mor líquido de 94:012\$561 réis. A riqueza do inventariado é bem diversa, compreendendo: terras de mineração, criação e cultura no Brumadinho, em sociedade com os irmãos; parte em outra mineração em São Gonçalo, também em sociedade com os irmãos; terras de cultura, matos e capoeiras na mesma localidade e também em sociedade; benfeitorias; mais terras em São Gonçalo fora da sociedade e também com benfeitorias, entre outras. Dentre as benfeitorias, destacam-se três engenhos, um com cilindros de ferro e outro descrito como aparelhado com “caixas de azedar garapa e alambique”; uma “casa de fazer queijos”, uma tenda de ferreiro, várias senzalas, moinhos e casa. Entre os bens com descrição de área territorial, identificaram-se 788 alqueires

de terra e 37 praças de mineração.¹⁵ Ademais, as dívidas ativas de Antônio Thomas indicam a comercialização dos produtos da fazenda. O inventariado possuía apenas três dívidas desta categoria, quando da feitura do inventário: um crédito para seu filho José Thomas de Figueiredo Neves no valor de 1:060\$000 réis, outro crédito referente a 6 alqueires de feijão vendidos para João Ribeiro da Silva – identificado como residente em São João do Morro Grande, no valor de 36\$000 réis – e um crédito referente a mantimentos em nome de João de Souza Brandão, no valor de 50\$000 réis.

É, contudo, dentre os móveis profissionais que encontramos as informações mais valiosas sobre as atividades econômicas da família. A diversidade econômica da propriedade é impressionante. As atividades agrícolas são abundantes, os estoques de produtos deste tipo, provavelmente, totalizam os mais altos encontrados nas fontes analisadas neste trabalho. Além disso, a transformação em derivados, especialmente da cana-de-açúcar, certamente, geravam lucros significativos para a família. Outras duas atividades de transformação saltam aos olhos, são elas a confecção de tecidos e de instrumentos de ferro. Através da descrição de um “argolão da moenda” como sendo de fabricação da famosa fábrica do Monlevade, o inventariante demonstra, todavia, que este último não era o foco das atividades ali praticadas. Provavelmente, a presença da tenda de ferreiro entre os imóveis e das ferramentas de ferreiro entre os móveis está ligada ao conserto e fabricação de ferramentas para as atividades agrícolas. Já a fabricação de peças de pano parece ter tido uma importância maior tanto pela presença do descaroçador de algodão e teares como pelo estoque de pano. A venda de tecidos mesclava-se às demais atividades, gerando riqueza para a unidade produtiva da família Figueiredo Neves.

¹⁵ APHMS, Inventários *Post-Mortem*, Ten. Cor. Antônio Thomas de Figueiredo Neves, caixa 47, 1871, Santa Bárbara.

Tabela 2.5 - Relação dos Bens Móveis (profissionais) listados no inventário de Antônio Thomas de Figueiredo Neves, São Gonçalo do Rio Abaixo, 1871.

Descrição	Valor	Descrição	Valor
5 Canaviais	1:700\$000	1 Coxo para as espumas	: 2\$000
Cafezal com 400 pés de café	: 80\$000	2 Ternos de formas para rapadura	: 2\$000
Parol novo para aguardente	:100\$000	1 Coxo para aparar mel	: 2\$000
31 Pipas de tamanhos variados	: 100\$000	1 Cansa de salgar toucinho e carnes	: 2\$000
5 Coches para azedar garapa	: 50\$000	2 caixões, no moinho	: 10\$000
1 Máquina com 2 fusos de fazer meadas	: 1\$000	1 Argolão de moenda (feito no Monlevade)	: 12\$000
1 Alambique	:608\$000	1 Selim com estribos e sela	: 25\$000
1 Alambique	:276\$000	2 Arrobas de rama de algodão	: 27\$000
5 Tacho de tamanhos variados	:528\$600	70 Varas de pano de algodão	: 25\$200
43 Garrafas de purgar açúcar	: 86\$000	11 Varas e meia de pano grosso	: 5\$500
7 Telhas para guardar feijão	: 10\$000	1 Carocem (Sic) de pano	: 20\$000
1 Taxo de cobre (Serviço de tossa)	: 23\$960	1 Facão de cortar cana	: 2\$000
1 Taxo de cobre grande (Seca azeite)	: 19\$200	1 Jogo de rodeios de carro	: 10\$000
1 Forma de cobre para torrar farinha	: 24\$600	2 Descarroçadores de algodão	: 2\$000
1 Fole usado, 2 bigornas, 1 bigorna, 3 martelos, 2 tenazes	: 14\$000	1 Parol de anjelim para guardar água fraca	: 15\$000
1 Corrente de ferro grossa (puxar madeira)	: 8\$000	1 Carretão com rodeios já gastos	: 10\$000
2 Alavancas	: 3\$200	14 Alqueires de feijão	:280\$000
1 Serrote grande e 1 serra braçal	: 11\$500	1.100 Alqueires de milho	2:750\$000
2 Enxos, 4 machados, 2 trados	: 10\$000	13 e meio alqueires de arroz com casca	: 54\$000
1 Coxo de guardar azeite	: 5\$000	13 e meio arrobas de café	: 54\$000
1 Coxo de ajundar garrapa	: 8\$000	200 Barris de aguardente	:800\$000
1 Esfriadeira que recebe mel	: 5\$000		

Fonte: APHMS, Inventários *Post mortem*, Ten. Cor. Antônio Thomas de Figueiredo Neves, caixa 47, 1871, Santa Bárbara.

A produção e o trabalho com tecidos era frequente até mesmo em posses maiores, todavia ela era destaque mesmo entre os chefes sem cativos ou com apenas alguns. A força de trabalho envolvida na produção de tecido era composta por mulheres livres que conseguiam se sustentar ou complementavam a renda da família com essa ocupação agregada com as tarefas da casa (LIBBY 1988). Para Godoy (2004), a pluralidade impunha barreiras à especialização e conformava a superposição de divisões técnica e profissional do trabalho. Os setores econômicos vistos no inventário de Antônio Thomas de Figueiredo estão entre os que o autor destaca como tendo passado a figurar com maior frequência nas fazendas de Minas Gerais, sendo estes a indústria têxtil artesanal doméstica, a siderurgia de pequenas forjas, ampla gama de atividades de beneficiamento e transformação rural e variado universo de atividades manuais e mecânicas (GODOY, 2004).

Outra estratégia observável no inventário de Antônio Thomas, quanto à construção e manutenção do patrimônio, foi a sociedade familiar. Três imóveis são descritos como “em

sociedade com os irmãos”, sendo o segundo, bem mais valioso nesta categoria, uma sorte de terras no lugar denominado Domingos Alves, em São Gonçalo do Rio Abaixo, com matas virgens, matos, capoeiras, campos, samambaias e terras desunidas, sendo sua parte avaliada em 3:900\$000. Na descrição do inventário, fica claro que alguns bens foram herança tanto da parte de seus pais quanto de sua esposa. A tática de manter uma sociedade familiar em vez de cada herdeiro tomar posse de sua parte após o falecimento dos pais foi recorrente no período analisado, especialmente, entre as famílias mais abastadas. Deste modo, garantia-se a manutenção não apenas do patrimônio familiar, mas, conseqüentemente, da influência e prestígio sociais, bem como dos lucros oriundos das atividades da propriedade. Juntos, todos os bens de uma fazenda garantiam a diversidade da produção, tirava-se, como no caso supradescrito, benefícios da lavoura de forma ampla, através da cultura de diferentes produtos – um principal, a cana, e outros secundários. Além disso, tinha-se à disposição benfeitorias para o beneficiamento dos produtos agrícolas. Meneses (2000) mostra-nos que o preparo da terra para o plantio de diferentes culturas respeitava tempos distintos, assim, o milho, por exemplo, poderia ser semeado concomitante com o feijão e a colheita dos dois cultivos ocorria em épocas diferentes: o milho frutifica em 150 dias, enquanto o feijão em apenas 90. Resumidamente, neste caso, a diversidade material garantia a diversidade e intensificação das atividades econômicas e, deste modo, a ocupação plena dos trabalhadores, terras e instalações pela alternância das atividades nos momentos em que a agricultura demandava poucos cuidados.

A pecuária também se fez presente de forma intensa e voltada para o mercado. No ano de seu falecimento, 1871, Antônio Thomas tinha um grande plantel de animais formado por 75 suínos, 2 muares, 34 cavalares e 114 vacuns, totalizando um investimento de 5:902\$000. O número de cavalos e muares pode indicar que, no momento do falecimento, ou o rebanho estava pequeno ou que estes animais eram utilizados apenas nos trabalhos da fazenda. Já os suínos e o gado bovino, certamente, tinham uma finalidade comercial, tanto no que diz respeito à venda do animal em si como para transformação em derivados.

Um levantamento geral dos animais encontrados nos inventários analisados constrói, mais uma vez, um cenário baseado na diversidade, embora com a preponderância numérica do gado vacum. É evidente a preponderância do gado bovino e suíno em detrimento do caprino e ovino. Nesse contexto, é importante destacar que a produção familiar existia de uma forma subordinada à grande propriedade, produzindo, principalmente, produtos alimentícios, como cereais para a subsistência e para o consumo de pequenos mercados locais. Assim, o gado bovino tinha sua importância ligada ao consumo da carne, força motriz para

máquinas/engenhos, fornecimento de leite para consumo e produção de derivados. O suíno estava ligado também ao consumo da carne e fabricação do torresmo e toucinho, além de ser um animal mais barato e, portanto, mais acessível aos menos afortunados (MENESES, 2000). Na maioria das décadas, a média de animais por propriedade é de 35 a 40 unidades, na década de 1820, esse número fica na casa de 28 animais e, na década de 1870, salta para 70 animais. Obviamente que a média, neste caso, não é um bom reflexo da realidade, pois é conhecido que algumas unidades familiares possuíam mais de 100 animais e outras apenas alguns poucos.

Tabela 2.6 - Distribuição dos animais por categoria e período, termo de Santa Bárbara, 1822-1888*

Períodos	Vacum	Cavalar	Muar	Suíno	Capado	Caprino	Galináceo	Outros	Nº de Inv.
1822-1829	251	44	2					1	12
1830-1839	510	112	23	106	21		4		22
1840-1849	1.074	235	217	185	32	6		5	53
1850-1859	1.599	412	286	531	37	56		17	75
1860-1869	1.276	633	161	199	38				54
1870-1879	1.464	675	559	517	13	16			47
1880-1888	556	486	145	290					36
Total	6.730	2.597	1.393	1.828	141	78	4	23	299

* Foi excluído um caso, no qual havia apenas a referência de “animais diversos” no total de 12:347\$000, em 1884.

Fonte: APHMS, Seção da Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

Tabela 2.7 - Distribuição dos animais por localidade e plantel, termo de Santa Bárbara, 1822-1888*

Naturalidade/Plantel Animais	Nº de Inv.									
	1--5	6--10	11--20	21-30	31-50	51-100	101-300	300-500	Mais de 500	
Bom Jesus do Amparo	2		3	1	2	2	1	1	1	13
Brumado	4		3	2			1			10
Catas Altas	2	5	5	6	5	6	5			34
Cocais	7	3	2	1	1	2	4			20
Rio de São Francisco	1	1	3	2		1	1			9
S. J. do Morro Grande	3	1	2	3	1		2			12
S. Miguel do Piracicaba	21	8	14	5	1	7	3			59
Santa Bárbara	10	6	9	2	6	5	1	1	1	41
São Domingos do Prata	23	12	6		9	3	5			58
São Gonçalo do Rio Abaixo	7	4	5	5	4	6	10	2		43
Total	80	40	52	27	29	32	33	4	2	299

*Foi excluído um caso, no qual havia apenas a referência de “animais diversos” no total de 12:347\$000, na localidade de Cocais, no ano de 1884.

Fonte: APHMS, Seção da Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

A criação de um grande plantel animal ou mesmo o aumento dos pequenos plantéis demandava investimentos em benfeitorias como, por exemplo, currais e sevas de porcos e o emprego de trabalhadores para o trato com os animais. Deste modo, para a população que não possuía muitos recursos, manter um plantel menor, que demandava poucos investimentos e trabalho, poderia ser conciliado com as outras atividades praticadas no dia a dia. Possuir animais complementava a renda e demandava poucos cuidados, sendo uma boa opção de diversificação de investimentos para os pequenos produtores. A tabela 2.7 elenca a distribuição dos animais por freguesias, desse modo, evidenciando algumas particularidades. Os inventariados residentes em São Miguel do Piracicaba e São Domingos do Prata tinham a criação de animais como uma opção recorrente de investimento, observa-se, entretanto, a frequência maior de plantéis pequenos e médios. Esse padrão, possivelmente, está ligado com a maior participação desta freguesia em atividades de transformação ligadas ao minério de ferro presente em abundância no local. Já a freguesia de São Gonçalo do Rio Abaixo parece ter sido um dos locais voltados para a criação de animais em larga escala, tendo sido identificadas dez unidades produtivas com 101-300 animais e duas com faixas de posse de 301-500 cabeças.

Voltando ao inventariado Antônio Thomas de Figueiredo, conseguiu-se identificá-lo em diversas listas de cobrança de impostos, nas décadas de 1850 e 1860 (sendo que seu filho homônimo foi listado em 1870 e 1880). A tributação incide sobre moinhos, sendo que, nos anos nos quais seu filho é listado, ela recai sobre moinho, comércio e agropecuária. As listas de impostos contribuem para o propósito da identificação de “economias mistas”. Fez-se um grande esforço para identificar homônimos, cruzando as informações das listas com outros dados quantitativos nominais (como listas de eleitores ou de alistamento militar), assim, foi possível reduzir a possibilidade de quantificar incorretamente os dados oriundos desta fonte. Após a padronização dos nomes, foram elaborados cruzamentos para identificar as atividades econômicas em que os indivíduos estavam envolvidos. Deve-se ter em mente que os impostos não reincidiam sobre todas as atividades, assim, os dados, a seguir, certamente, estão subestimados, mas servem para dar uma boa ideia sobre a existência e o papel das economias mistas.

Tabela 2.8 - Cobrança de impostos nominal, 1850-1888

Nº de Categorias	1856	1865	1874	1886
1 Categoria	577	559	538	438
2 Categorias	102	69	69	76
3 Categorias	2	0	3	10
Total	681	628	610	524

Fonte: APHMS, Seção da Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos

Tabela 2.9 - Cobrança de impostos nominal segundo a frequência ao longo das décadas, 1850-1888.

Nº de Categorias	1 Data	2 Datas	3 Datas	4 Datas	Total
1 Categoria	1.211	554	272	75	2.112
2 Categorias	124	87	54	51	316
3 Categorias	7	5	1	2	15
Total	1.342	646	327	128	2.443

Fonte: APHMS, Seção da Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos

As tabelas 2.8 e 2.9 fornecem uma ideia da grande diversidade encontrada nas unidades produtivas do termo de Santa Bárbara. Foi possível identificar 331 indivíduos tributados por mais de uma atividade ao longo das quase 4 décadas, sendo que, desses, 200 continuaram com a atividade ao menos por duas décadas. Essa recorrência, ao longo dos anos, demonstra certa estabilidade nos negócios. As atividades concomitantes mais comuns foram agropecuária e derivados com atividades de comércio, então, somando 73 casos em 1856; 57 ocorrências em 1865; 47 episódios em 1874; e 41 eventos em 1886. Em seguida, veio a simultaneidade entre agropecuária e derivados com fábricas, ocorrendo, respectivamente, em 22, 8, 20 e 4 casos (para mais detalhes Anexo B.7). Em 1886, pode-se identificar 15 indivíduos trabalhando simultaneamente com comércio e rancho de tropa, tal fato, provavelmente, só foi pontuado a partir da década de 1880, pois este último não pagava imposto individual anteriormente ao referido período.

De modo geral, as informações obtidas com as listas de impostos ratificam a tese das economias mistas, mostrando a recorrência de atividades aparentemente com *expertises* distintas. Acredita-se que tal estratégia foi utilizada por todas as camadas sociais apenas em proporções diferentes. No decorrer do capítulo, serão expostos exemplos do emprego e da

diversificação das fortunas por indivíduos e suas famílias de posições sociais variadas. Unidades familiares com menor poder econômico, em alguns casos, apresentam um grau maior de dificuldade para o pesquisador no que se refere a identificar essa polivalência ocupacional e/ou econômica. Isso porque estes, provavelmente, ocupavam-se em atividades distintas, mas, em algumas situações, como empregados. Já as unidades familiares com maior poder aquisitivo eram proprietárias dos bens materiais necessários no desenvolvimento das diferentes rotinas, facilitando, assim, a sua identificação.

Corroboram a teoria das economias mistas os estudos de Andrade (2008) e Silva (2008). Andrade (2008) pontuou que a agricultura e as atividades de transformação, em muitos momentos, fizeram parte de uma mesma estrutura produtiva, colaborando de certo modo para uma relativa independência regional com relação à importação de várias mercadorias estrangeiras. A observação da representatividade considerável de “fazendas mistas”¹⁶ nas Minas Gerais oitocentistas - observada por Ana Rosa da Silva (2008) - revelou um padrão generalizado das unidades produtivas mineiras. Estas englobavam comumente atividades agrícolas, pecuária e de processamento destes gêneros com outras, como, por exemplo, agroaçucareiras, tecelagem, carpintaria e mercearia (SILVA, 2008). Quanto à região foco deste trabalho, podemos acrescentar, sem dúvida, as pequenas fundições e demais atividades a ela relacionadas. Silva (2008) pontua, ainda, que, em alguns casos, a interação entre as atividades desenvolvidas no interior de uma mesma unidade produtiva implicava em certa autossuficiência do proprietário no ramo em questão. Isso fica um pouco evidente no caso das pequenas fundições presentes em nossa região, estas serão melhor estudadas no capítulo seguinte.

Cândida Maria de Oliveira e seu esposo, Fernando Gonçalves da Silva, também estiveram envolvidos em atividades diversificadas, incluindo, agora, atividades comerciais. Cândida e Fernando eram casados e possuíam cinco filhos no ano de 1853, quando a mesma veio a óbito. O patrimônio da família estava distribuído em possessões da seguinte maneira: 30,2% em imóveis, 11,7% em escravos, 3% em móveis, 0,9% em profissionais, 0,5% em animais, 53,9% em dívidas ativas e -9,5% em dívidas passivas.¹⁷ A família residia no arraial de Cocais, em uma casa na Rua da Praia, contígua a essa propriedade, havia outro prédio que funcionava como comércio “de fazenda e molhados, parte calçada, coberta de telhas e com quintal”.¹⁸ Dentre os bens profissionais, alguns eram utilizados para o comércio, como 2

¹⁶ Ver: COSTA FILHO (1963).

¹⁷ Cálculo feito com base no Monte-Mor bruto.

¹⁸ APHMS, Inventários *Post-Mortem*, Candida Maria de Oliveira, caixa 83, 1853, Santa Bárbara.

balanças e 100 garrafas e frasquinhos. Todavia, as atividades econômicas da família não se limitavam ao comércio. A inventariada possuía um título e mais algumas ações da Companhia da Cana do Reino, no valor de 159\$020 réis; dois ranchos de tropa, algumas terras em Brumados e mais terras de cultura, com benfeitorias e de mineração em Cocais. Os animais da família – um muar e um cavalariço – eram utilizados apenas para a lida e dos três escravos que possuíam, dois eram jovens e um possuía 70 anos. É importante ressaltarmos que uma das propriedades estava em sociedade com Dominciano Pinto da Mota, tratava-se da fazenda da Onça, na Ponte Nova. Como a inventariada e sua família residiam no arraial de Cocais é cabível supor-se que os escravos listados no inventário estavam destinados às atividades junto da família, sendo que os trabalhadores agrícolas poderiam ser de responsabilidade do outro sócio do negócio.

O comércio da família de Cândida Maria de Oliveira incorporava a venda de secos e molhados, segundo dados do inventário. Ainda de acordo com tal documento, a família possuía 142 devedores com dívidas que variavam entre 1\$200 a 1:866\$60, sendo que 113 são valores menores de 100\$000 réis e apenas 2 ultrapassavam 1 conto de réis. Infelizmente, não foi possível identificar o caráter das dívidas, certamente, a maioria delas era oriunda da casa de negócio, no entanto, as poucas dívidas de valores altos indicam a possibilidade de a família trabalhar com empréstimo de dinheiro – focalizaremos este tópico um pouco mais adiante. Recorre-se às listas de imposto novamente para visualizar um quadro mais geral no que se refere ao tamanho e à diversidade do comércio no termo de Santa Bárbara.

Tabela 2.10 - Distribuição das Casas de Negócio, segundo localidade e especificações do comércio realizado, termo de Santa Bárbara, 1850-1888.*

Local	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	Total
Brumado/Barra/Socorro		15	2				3	34	54
Catas Altas			28				5	42	75
Cocais		10	12	9	3		6	49	89
R. de São Francisco		8			2		5	27	42
Rio de São João		7					2	22	31
Santa Bárbara		12			3		5	75	95
S. Domingos do Prata		7	30		7	7	10	28	89
S. Gonçalo do Rio Abaixo		8	26		6	5	4	47	96
S. João do Morro Grande		10	16		1	2	2	37	68
S. Miguel do Piracicaba	3	30	41	2	1	4	15	93	189
Total	3	107	155	11	23	18	56	454	828

* Estão incluídas na tabela as informações referentes a todas as Casas de Negócio encontradas, inclusive aquelas que se repetiam ao longo dos anos.

(a) = Fumo; (b) = Fumo e restilho; (c) = Gêneros do país (diversos); (d) = Gêneros do país e de fora; (e) = Molhados e restilho/molhados/fumo e restilho; (f) = Restilho; (g) = Outros (comércio); (h) = Sem Informação.

Fonte: APHMS, Seção da Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

Embora seja difícil tirar conclusões definitivas, uma vez que a grande maioria das casas de negócio listadas não vinha seguida das especificações de suas atividades, grande parte dos casos sem informação procede das décadas de 1860 e 1870 (não apresentam informação alguma). Resumindo, a incerteza está concentrada nas duas décadas intermediárias, sendo que, em 1850, tinham 28% dos casos sem especificação e, em 1880, esse percentual caiu para 11%. Há uma ampla predominância dos comércios especializados em “fumo e restilho” e nos “gêneros do país”. As casas supostamente maiores, que vendiam gêneros de fora do país e, provavelmente, realizavam comércio com o Rio de Janeiro, estavam localizadas majoritariamente em Cocais e São Miguel do Piracicaba. Cocais era sede de mineradoras britânicas e possuía muitos estrangeiros, o que justificava a demanda por esses produtos. A freguesia de São Miguel do Piracicaba apresentou um crescimento populacional acelerado no período estudado, passando de aproximadamente 1.517 livres e 828 escravos, em 1833, para 8.659 livres e 967 escravos, em 1872, o que a transformou na freguesia com mais população do termo de Santa Bárbara (ver tabela 1.4 do capítulo anterior) e, na segunda maior da região ampliada, perdendo apenas para a vila de Itabira, com 9.461 livres e 2.745 escravos na última data. Tal crescimento pode ser a explicação da necessidade de um comércio mais amplo e diversificado. A associação de atividades comerciais com agropecuária foi intensa, como já mencionado, em todas as quatro décadas em que obtivemos informações das listas nominativas. As casas de negócio e as atividades agropecuárias foram os elementos mais comuns também entre os indivíduos envolvidos em três das atividades tributadas pela Câmara de Santa Bárbara.

Não foi possível identificar o nome de Cândida Maria de Oliveira ou de seu esposo na lista de impostos¹⁹, todavia outro inventariado estava presente. Trata-se de José Gonçalves Guedes, casado com Anna Balbina Gonçalves Guedes, residente em São Gonçalo do Rio Abaixo.²⁰ José faleceu no ano de 1857, pouco depois das primeiras listas de impostos, assim, é difícil saber quanto tempo ele possuía seu negócio. Quem é nomeado nas listas é sua esposa, no ano de 1856, por um moinho e, novamente, no ano de 1865, agora, por uma casa de negócio. O casal teve dez filhos, dos quais, dois já haviam falecido antes de seu pai. Todos os cinco filhos do sexo masculino fizeram-se presentes nas listas de impostos, José de Assis – o

¹⁹ Identificou-se apenas um dos filhos do casal, homônimo ao pai, sendo tributado por casa de negócio e agropecuária e derivados, na década de 1880.

²⁰ APHMS, Inventários *Post-Mortem*, José Gonçalves Guedes, caixa 51, 1857, Santa Bárbara.

mais velho, com 25 anos na data da morte de seu pai – foi tributado no ano e ao longo das décadas de 1850 e 1860 por uma Casa de Negócio; seu irmão Joaquim foi tributado na mesma categoria em 1864; Antônio foi taxado nas décadas de 1860 e 1870 por um moinho; já João e Elidio pagaram impostos sobre fábrica de ferro, o primeiro em 1883 e o segundo em 1886. Ao que tudo indica, os filhos estavam sendo tributados pela casa de negócio que possuíam como um empreendimento familiar, tanto que os nomes dos dois filhos mais velhos se alternam nos anos em que foi possível identificar essa documentação. Quando o chefe de família veio a falecer, a tributação foi feita no nome da viúva. Elidio e João, certamente, envolveram-se nas atividades com o ferro após a morte do pai, pois tinham apenas 16 e 13 anos em 1857. As dívidas ativas existentes no inventário de José Gonçalves Guedes não são detalhadas, apresentando apenas o somatório de 880\$000 e descritas como sendo de “diversos devedores”. Provavelmente, estas dívidas provinham do comércio no arraial de São Gonçalo do Rio Abaixo. Além desta atividade comercial, a família possuía três praças nas lavras de serra da cidade de Itabira do Mato Dentro, em sociedade com o capitão Cassemiro Carlos e outros (houve por herança) e uma parte na fazenda de mineração denominada Trindade, em São Gonçalo do Rio Abaixo, em sociedade com Jose Joaquim de Meneses e outros. A criação de animais também esteve presente entre os investimentos de José Guedes, sendo que, no ano de sua morte, ele possuía 114 vacuns, 24 cavalares e 2 muars. O trabalho com os animais e com alguma cultura plantada nas terras situadas em São Gonçalo ficava a encargo, ao menos parcialmente, dos 13 escravos da família, 6 adultos - entre 26 e 45 anos – e 7 crianças – entre 2 e 8 anos.

A partir deste breve e parcial mapeamento das atividades produtivas predominantes na região estudada, fica evidente a lógica da diversificação das atividades no interior das fazendas e, mesmo, a conexão entre atividades agropecuárias, comércio e atividades de transformação. Assim, a possibilidade de investimentos diversificados por parte das famílias gerava uma maior utilização dos recursos materiais (terras e benfeitorias), conectava parte da produção a um mercado consumidor através da venda em negócios próprios ou de terceiros e ampliava o aproveitamento da mão de obra disponível, neste período, de posse da unidade produtiva. Portanto pode-se referir que ter capital para investir na diversificação gerava proporcionalmente oportunidade de enriquecimento.

As unidades produtivas com Monte-Mor menor também investiram na diversificação, em proporções distintas. Como apresentado na tabela 1.4; a relação entre o número de escravos e animais era relativamente proporcional à quantia de terras e ao Monte-Mor em si. Deste modo, as famílias que dispunham de menor capital tinham poucos recursos para investir

na aquisição de mão de obra escrava, especialmente, depois do fim do tráfico atlântico que desencadeou uma elevação nos preços dos cativos. A dificuldade em conseguir mão de obra extra limitava essas pessoas a desenvolverem atividades de acordo com os recursos materiais, o tempo e as habilidades às quais os membros da família eram capacitados. O crescimento econômico das famílias com menor renda estava mais ligado ao seu esforço e ao trabalho, a aquisição de cativos, quando era possível, representava a possibilidade de aumentar a força de trabalho e da liberação das atividades mais penosas do dia a dia.

Joanna Maria da Silveira, casada com Luis de Magalhães Maldonado, e com um filho natural de 55 anos, faleceu no ano de 1852, em São Gonçalo do Rio Abaixo.²¹ Seu inventário soma os bens da família no valor de 1:012\$995, sendo 1,2% em profissionais, 7,7% em animais, 88% em imóveis e 3,1% em móveis em geral. Embora o patrimônio não fosse elevado, a família era dona de um pequeno terreno com campos de criar, ocupado por 7 vacuns e 1 cavalar, e que estava ainda aparamentado com uma casa de vivenda, engenho, moinho e metade de um paiol. Estas benfeitorias, provavelmente, eram modestas pelos valores a elas atribuídos. Além disso, a unidade familiar detinha ferramentas agrícolas como, por exemplo, foice, machado, cavadeira; e algumas ferramentas que apontam para trabalhos mais especializados como enxó, bigorna e tear. Os móveis limitavam-se a alguns objetos da casa, o que nos chamou atenção aqui foi a existência de uma mesa da qual a inventariada possuía apenas a metade do valor. O paiol citado também só pertencia a metade do valor à família da inventariada. Estas duas informações conjugadas nos indicam a existência de alguma espécie de sociedade, talvez com o filho de Joana ou mesmo com algum vizinho ou compadre. De qualquer modo, pode-se perceber a convivência entre atividades diversificadas: agricultura e pecuária, aliadas à tecelagem e mesmo à transformação ou, mais provavelmente, ao reparo de ferramentas de ferro.

Uma constatação importante é que, com o passar dos anos, foi cada vez mais difícil para as pessoas menos afortunadas ter acesso aos trabalhadores escravos. Nas décadas de 1820 e 1830, a média de escravos nas unidades produtivas que possuíam cativos e com riqueza menores de 3:000\$000 era de 6 escravos; nas décadas de 1840 e 1850, esse número passou para 7; a partir desta data, a média caiu para menos da metade dos períodos anteriores e se manteve na cifra de 3 até o final do período escravista. O número de animais teve uma alteração distinta, tendo aumentado progressivamente até 1850, sendo que desta data para 1860 a média caiu de 22 para 13 animais por unidade produtiva, voltou a subir aos patamares

²¹ APHMS, Inventários *Post-Mortem*, Joanna Maria da Silveira, caixa 15, 1852, Santa Bárbara.

anteriores na década de 1870 e caiu novamente, na década de 1880, para 19. Aparentemente, o que se tornou mais difícil, com o passar dos anos, foi o acesso à terra e aos escravos, estes concentraram-se proporcionalmente nas mãos de um número menor de pessoas do que na primeira metade do século XIX. Ao analisar-se a distribuição dos bens dos inventariados com Monte-Mor menor de 3:000\$000, no decurso do tempo em análise, percebe-se que os escravos, em primeiro lugar, e os imóveis predominaram absolutamente em relação aos demais bens.

Tabela 2.11 - Distribuição dos bens dos inventariados com Monte-Mor de até 3:000\$000, por categoria e período, termo de Santa Bárbara, 1822-1888.

Bens	1822-1829 (%)	1830-1839 (%)	1840-1849 (%)	1850-1859 (%)	1860-1869 (%)	1870-1879 (%)	1880-1888 (%)
Imóveis	22,26	15,45	20,80	26,66	26,83	21,16	42,07
Escravo	57,84	54,53	55,08	53,02	53,00	53,00	19,11
Móveis	1,27	4,80	3,03	3,06	4,03	3,21	3,31
Profissionais	2,74	0,96	3,38	1,76	3,67	1,51	6,93
Animais	3,29	9,17	11,08	9,81	8,75	15,66	9,73
Div. Ativa	8,77	15,09	6,13	3,39	3,55	5,46	16,32
Div. Passiva	-2,58	-0,69	-2,99	-7,52	-19,00	-18,96	-24,10
Outros	3,82	0,00	0,50	2,29	0,18	0,00	2,52

Fonte: APHMS, Inventários *Post mortem*, caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

A distribuição média proporcional não é muito distinta das outras faixas de riqueza. O que muda é o peso dos bens, um escravo no limite máximo da faixa de riqueza analisada na década de 1870 equivalia a quase 1/3 dos bens. O aumento percentual das terras deve-se a dois fatores: 1) o declínio da escravidão, que diminuiu a participação da mão de obra escrava na riqueza das famílias; 2) o elevado preço das terras. A comparação do tamanho médio das terras ao longo dos anos para as fortunas até 3:000\$000 evidencia que progressivamente as posses foram diminuindo e se concentrando nas faixas de 1 até 20 alqueires. Deste modo, não é correto afirmar que a maior participação das terras no Monte-Mor se deu pelo maior acesso a esse bem, e sim pela valorização das terras e, conseqüentemente, o aumento do seu valor no mercado.

Francisca Maria do Sacramento, solteira, residente em Santa Bárbara, faleceu no ano de 1842, com um Monte-Mor líquido de 2:236\$928. A inventariada não possuía nenhum imóvel próprio, mas era dona de 12 vacuns, 3 cavalares e 24 suínos. Além disso, as

ferramentas profissionais descritas revelam o envolvimento em atividades agrícolas e tecelagem, além da pecuária. Dentre seus bens profissionais, têm-se: 1 arroba e 17 libras de cobre, 1 balança, 6 foices, 1 serra de carpinteiro, 1 ferramenta de ferrar, 1 fiar de tecer, 1 peça de milho em sociedade e 1 canavial. Mesmo não possuindo nenhuma terra, Francisca conseguiu juntar alguns bens agropecuários. Provavelmente, ela residia na propriedade da qual era sócia das atividades agrícolas e ali conseguia diversificar as suas atividades econômicas. Certamente, Francisca não tocava todas as atividades sozinha, provavelmente, contava com a ajuda do seu sócio e, talvez, com a dos escravos deste.

Em uma situação ainda mais delicada, estava Francisca Deolinda Martins, falecida em 1882. Ela era casada com Manoel Raymundo do Nascimento e mãe de uma menina chamada Maria, de 2 anos, quando veio a óbito, no ano de 1882. A soma dos bens da família atinge o pequeno valor de 356\$930. O casal possuía apenas um “massame de uma casa”, mas conseguiu criar 4 vacuns e 2 cavaleares. Provavelmente, Francisca Deolinda e Manoel viviam como agregados em uma propriedade que não lhes pertencia, na mesma condição de Francisca Maria, já mencionada. Além dos animais e do massame, os únicos bens que o casal possuía eram: uma mesa, uma frisqueira, 14\$430 réis em dinheiro e um ralador para mandioca com seus pertences. Este último foi descrito como uma benfeitoria, junto dos imóveis, dessa maneira, fazendo-nos crer que ele estava instalado na propriedade e não era um simples ralador portátil. Os animais e o trabalho com o ralador de mandioca garantiam o sustento desta família, que certamente sentiu a morte de um dos dois membros em idade de trabalho.

A diversidade das unidades produtivas evidencia uma orientação dos proprietários no sentido da diversificação de seus capitais. Essa diversificação abarcava tanto os produtos cultivados nas unidades agrícolas como a mistura destas atividades com a pecuária e a transformação em derivados, o comércio e as atividades de transformação. Algumas fazendas apresentam estruturas complexas e sofisticadas, potencializando a utilização de terras e da mão de obra escrava. Nas cidades, esta lógica aparentemente também se fez presente, a simultaneidade de atividades comerciais com propriedades rurais ou mesmo com o cultivo de alguns produtos nos quintais das casas foi muito recorrente. Mesmo os pequenos proprietários tentaram otimizar os recursos mais escassos e, na falta de escravos ou com pouco reforço destes trabalhadores, otimizaram o seu trabalho, realizando diferentes atividades em propriedades próprias ou de terceiros. Como já enunciado, ao longo do século XIX, tornou-se cada vez mais difícil a mobilidade social ascendente para as camadas mais pobres que, mesmo usando estratégias semelhantes as dos mais abastados, lutavam para garantir seu sustento.

Outra opção de diversificação do capital era a oferta de crédito concomitantemente, na maioria dos casos, com a agricultura e o comércio. Essa forma de diversificação do capital será analisada no tópico seguinte.

2.4 REDES DE CRÉDITO LOCAL: CONTAS DE ROL E EMPRÉSTIMO A JUROS

No ano de 1869, Anna Candida de Souza Coutinho, casada com Alvares de Souza Coutinho, faleceu deixando dois filhos. O Monte-Mor do casal foi avaliado em 62:644\$424 réis, sendo 0,4% em profissionais, 0,6% em animais, 0,8% em móveis em geral, 16% em escravos, 42,3% em imóveis, 0,5% em dívidas passivas e, finalmente, 39,8% em dívidas ativas.²² A soma das dívidas ativas totalizava 24:959\$733, estando divididas entre 30 ocorrências e 23 devedores. Todas as dívidas são descritas como oriundas de crédito, sem maiores especificidades. O valor das dívidas individuais varia de 13\$760 réis até 8:706\$305 réis. Este último é resultado da soma de seis dívidas feitas por Ledonia Ermelinda Rosa Ribeiro, especificadas como “crédito firmado”, “crédito (carta)” ou simplesmente crédito. Pode-se considerar que Anna Candida e Alvares de Souza Coutinho, certamente, emprestavam dinheiro a juros, sendo esta uma das atividades econômicas da família. O casal era proprietário de terras de cultura e mineração em Brumado, alguns poucos animais, 23 escravos – 6 casados com escravos da fazenda – além de possuir uma lista de bens profissionais que incluía uma tenda de ferreiro e ferramentas diversas para agricultura.

A oferta de crédito local não é uma novidade para a literatura mineira (GRAÇA FILHO, 2000). Na falta de um sistema bem desenvolvido de bancos e instrumentos financeiros formais, outras formas de crédito floresceram, como a oferta menos formal, local de crédito. A fim de compreender a dinâmica da economia interna do Brasil, devemos ter um melhor entendimento sobre as funções de crédito "informal". Duas formas de crédito se destacavam neste período: 1) Crédito para compra de produtos (contas de rol de livro); 2) empréstimo através de cartas de crédito ou em notas. Este último, o crédito “informal”, não era apenas um substituto para o dinheiro, como foi, provavelmente, o caso do crédito concedido para a compra de produtos nas lojas, mas somava a riqueza das famílias credoras através da cobrança de juros, representando literalmente um ativo.

Já foi ressaltado algumas vezes neste trabalho que a falta de detalhamento de alguns inventários dificultam análises mais generalistas. Com as dívidas ativas e passivas, não foi

²² APHMS, Inventários *Post-Mortem*, Anna Candida de Souza Coutinho, caixa 24, 1869, Santa Bárbara.

diferente. Poucos inventariantes preocupavam-se em detalhar as particularidades de cada cobrança, destacando, apenas, na maioria dos casos, o nome do devedor e o valor do débito. É possível, todavia, identificar o tipo de crédito concedido e o calibre do credor pelo valor das dívidas. Sequências de valores pequenos, geralmente inferiores a 50\$000 réis individuais, apontam para dívidas de comércio. Este tipo de ocorrência, quando posterior à década de 1850, pode ser conferida cruzando o nome do credor com os donos das casas de comércio tributadas pela Câmara Municipal de Santa Bárbara. Já dívidas mais robustas, na casa de mais de cem mil réis, algumas vezes de mais de um conto de réis, apontam para crédito a juros. Identificamos, também, casos onde as duas modalidades de crédito eram oferecidas. Na tabela 2.12; temos um apanhado geral dos dados coletados.

Tabela 2.12 - Distribuição das dívidas ativas, segundo nº de devedores e o valor médio das dívidas, termo de Santa Bárbara, 1822-1888

Nº de devedores por Credor	Ocorrências	Valor das dívidas (réis)	Ocorrências
01—10	108	Até 500\$000	69
11—30	28	500\$001 - 1:000\$000	21
31—50	6	1:000\$001 - 5:000\$000	45
51—100	8	5:000\$001- 20:000\$000	19
Mais de 100	9	Mais de 20:000\$001	5
Total	159	Total	159

Fonte: APHMS, Inventários *Post mortem*, caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

Observa-se o predomínio dos empréstimos de menor envergadura e dos credores de um a dez indivíduos. Há, todavia, um número considerável de pessoas que emprestavam somas maiores, caracterizando empréstimo a juros. Usualmente, para nossa região, a relação é inversa entre o número de devedores e o montante emprestado. Os credores de grosso trato possuíam até 30 devedores e os ligados ao comércio de produtos possuíam listas de devedores maiores. Em muitos momentos, a diferenciação entre pessoas que ofereciam crédito no comércio e empréstimo a juros não foi tão clara. Aparentemente, os lucros advindos do comércio, ou mesmo a maior concentração de dinheiro em cédulas, nestes locais, gerou a oportunidade para seus proprietários emprestarem a juros. A presença das duas formas de crédito em um mesmo inventário foi identificada em vários casos. Almico, em sua tese de doutoramento intitulada “Dívida e obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX”, relata que as relações de crédito devem ser vistas como parte integrante do espaço regional, deste modo, para que essas transações se realizassem a contento, um aspecto crucial da negociação era o bom funcionamento da circulação de informações (saber a quem pedir e a

quem emprestar) (ALMICO, 2009). Para se emprestar dinheiro era preciso saber quem necessitava deste recurso ou já ter uma reputação construída enquanto credor para que as pessoas o procurassem em momentos de necessidade. Além disso, como indicou Almico (2009), precisava haver a confiança de que a dívida seria saldada. Tratando-se de localidades menores, nas quais os habitantes eram facilmente reconhecidos, obter crédito passava por questões sociais como, por exemplo, ser identificado como “bom pagador”, possuir conhecidos que o apresentassem aos credores, estar bem-relacionado socialmente, entre outros aspectos. Os comerciantes possuíam uma enorme vantagem, pois já tinham um prévio conhecimento de quase toda a população local que, eventualmente, passava pelo seu comércio para realizar compras. Ademais, as vendas, lojas, boticas e afins eram pontos de encontro, locais de circulação de informação, onde a troca de experiências, notícias e boatos era constante. Assim, o comércio poderia ser identificado como um bom local para obter informações sobre a credibilidade de uma possível clientela do mercado de crédito local. Não é de se estranhar que as duas formas de crédito mencionadas pudessem não só conviver como também estreitar os laços, ou mesmo reforçar a dependência entre o devedor e seu credor.

Paulo Antonio Ferreira da Motta expressa bem a concomitância entre as duas formas de credores. Paulo, que era casado com Joaquina Candida de São Jose e tinha nove filhos, faleceu no ano de 1874, na freguesia de São Domingos do Prata, onde residia com sua família.²³ A maioria de seus filhos já se encontrava em idade adulta, o mais novo tinha 10 anos e o mais velho 26 anos, o que indica que o casal estava em uma fase de maior estabilidade, sua fortuna já estava sendo construída há algum tempo. Os bens de Paulo e Candida somavam 39:296\$322 réis e estavam distribuídos da seguinte maneira: 3,83% em dotes concedidos a três filhos casados, 26,77% em profissionais, 13,32% em dívidas ativas, 2,59% em animais, 29,37% em escravos, 22,6 em imóveis, 1,46% em móveis em geral e 0,06% em direitos sobre ingênuos. O maior montante estava alocado na mão de obra escrava, mas os imóveis e os bens profissionais chegavam a valores bem próximos. A participação desta última categoria, profissionais, surpreende, não apenas pela alta proporção em relação ao Monte-Mor bruto, mas pela soma do valor 10:480\$920 réis. Mais uma vez, temos um inventariado que estava envolvido em atividades diversificadas, dentre seus bens profissionais, têm-se: uma tenda de ferreiro, uma caixa de carpinteiro aparelhada, um tear, vinte formas de fazer açúcar, duas pipas de guardar restilho, uma caixa de azedar garapa, duas resfriadeiras, um alambique, um terno de pesos, um canavial novo e parte de outro para moer,

²³ APHMS, Inventários *Post-Mortem*, Paulo Antonio Ferreira da Motta, caixa 62, 1874, Santa Bárbara.

9:137\$520 réis em dinheiro, entre outros. É possível identificar facilmente quatro atividades distintas: trabalhos com ferro, tecelagem, agricultura e produção de derivados e comércio. Além disso, a unidade era dona de 62 suínos, 12 muares e 13 vacuns, evidenciando também atividades agropecuárias. Paulo contava com quatorze escravos jovens, na faixa média dos 25 a 30 anos de idade, para tocarem as atividades rotineiras. Dentre os cativos, havia um casal, Danilo e Marcelina, já com dois filhos. Os móveis apontam para a existência de comércio (terno de medidas), esse, todavia, não está explicitamente descrito entre os imóveis do casal, que abarcavam: 240 alqueires de terra na fazenda denominada São Bento, duas casas e várias benfeitorias (incluindo instalações para o fabrico de açúcar e demais derivados da cana-de-açúcar). Também não foi possível identificar a presença de casa de negócio no nome de Paulo Motta nas listas de impostos, apenas, a cobrança por um moinho nas décadas de 1850, 1860 e 1870. Todavia, uma breve olhada nas dívidas ativas tira qualquer dúvida sobre a existência de comércio.

Tabela 2.13 - Lista de dívidas ativas do inventário de Paulo Antonio Ferreira da Motta, 1874.

Devedor	Tipo	Valor (réis)	Devedor	Tipo	Valor (réis)
Jose Gracianno dos Santos	a	: 50\$456	Bernardino C.Baptista	c	: 18\$780
João Luciano de Lisboa	a	:114\$396	Jose Pacifico	c	: 36\$000
Antonio Fernandes da Silva	a	: 74\$740	Raymundo F. Mendonça	c	: 11\$725
Jose Ferreira da Motta	a	:600\$000	Camillo R.s dos Santos	c	: 9\$000
Jose Ferreira da Motta	a	:329\$700	Manoel Bento	c	: 5\$000
João Domingues Gomes Vieira	a	:387\$170	Antonio F. da Silva	c	: 9\$000
Jose Gomes da Cruz	a	:135\$599	Jose Raymundo	c	: 3\$125
Joaquim Vieira Bittencourt	a	:100\$000	Gabriel Jorge dos Anjos	c	: 11\$250
Joaquim Z. dos Santos Bicalho	a	: 65\$000	Jose Vicente Gomes	c	: 9\$000
Marcelinno Teixeira do Carmo	a	: 49\$405	Marcelino T. do Carmo	c	: 2\$200
João Serafim Gonçalves	a	: 69\$707	Fortunato Jose da Costa	c	: 54\$400
Narcizo Soares de Azevedo	a	:326\$079	João Jose da Costa	c	: 20\$000
Antonio de Abreu e Lima	a	:363\$415	Antonio Jose da Costa	c	: 54\$750
Manoel Jorge dos Santos	a	: 11\$836	João Avelino	c	: 21\$840
Jose Bento de Albuquerque	a	:161\$924	Francisco Fernandes	c	: 5\$020
Alferes Caetano J. de Araujo	a	:311\$887	Jose Ferreira da Costa	c	:100\$000
Theobaldo Rodrigues Vieira	a	:127\$137			
Agostinho R. dos Santos	a	: 27\$708			
Marcelino Manoel de Araujo	a	:156\$200			
Francisco Caetano Frade	a	:641\$432			
Samuel Felipe de Azevedo	a	:165\$000			
Manoel Vicente Bonfim	a	:237\$485			
Vicente Ferreira dos Anjos	a	:127\$640			
Eduardo Ernesto	a	:191\$360			
Venancio A. de Souza Monteiro	b	: 10\$500			
Marianna da Costa	b	: 9\$920			
Total		4:845\$696	Total		371\$090

a = Crédito e prêmio

b = Carta

c = Conta de Rol

Fonte: APHMS, Inventários *Post mortem*, Paulo A. Ferreira da Motta, caixa 62, 1874, Santa Bárbara.

Este documento é privilegiado ao olhar do historiador, pois apresenta detalhes sobre o motivo das dívidas ativas, o que não é muito comum. A descrição evidencia, de forma clara, as duas categorias de oferta de crédito: crédito e prêmio e conta de rol. Outra característica facilmente perceptível é o menor valor individual da segunda em prelação à primeira. Tal aspecto deve-se ao fato de as contas de rol representarem a compra de produtos no varejo, artigos de valor individual geralmente baixo. Essa forma variada de oferta de crédito corrobora a teoria de que locais de comércio permitiam que as informações sobre a situação financeira do outro agente envolvido na relação de crédito fluíssem de forma satisfatória. Os donos de vendas e casas comerciais que detivessem capital necessário para iniciar a oferta de empréstimos a juros, provavelmente, visualizaram esta oportunidade como uma opção para potencializar o crescimento de sua riqueza. Uma última observação sobre este caso, no ano de 1886, o filho de Paulo, chamado de Jose Ferreira da Motta, aparece nas listas de impostos sendo taxado por casa de negócio. É provável que o negócio seja o mesmo do qual seu pai era dono e que esse tenha crescido, caindo na malha da cobrança de impostos da câmara de Santa Bárbara.

Outro caso muito semelhante ao anteriormente analisado, mas com Monte-Mor bem menor, refere-se ao inventariado Leonço Pereira da Silva, casado com Anna Francisca de Souza e residente em Santa Bárbara. O inventário de Leonço data do ano de 1858, sendo que a soma dos bens totaliza 3:266\$875 réis.¹ Leonço e Anna eram proprietários de 46 bovinos e 13 cavalos, 1 escrava chamada Barbara e detinham, ainda, metade do valor de Maria, filha de Bárbara, distribuídos entre as duas propriedades do casal, ambas em Santa Bárbara. Uma propriedade ficava no local chamado Cachoeira e possuía casa, algumas terras e moinho, já a outra compunha uma sociedade que a viúva herdara com o falecimento de seu primeiro marido, Antonio de Souza Netto, também com casa, terras de plantação e algumas benfeitorias. Estes bens compunham 79% da riqueza da família, os demais 21% eram compostos de dívidas ativas. O casal era credor de quarenta e oito pessoas, sendo que quinze dívidas estavam identificadas como crédito, outras dezesseis como conta de rol e as demais dezessete não possuíam identificação alguma. Novamente, as dívidas por crédito representavam quase o dobro da quantia das contas de rol. Como era de se supor, os valores emprestados eram em média bem mais modestos que no caso de Paulo Antonio Ferreira da Motta, descrito anteriormente. O inventário de Leonço indica que pequenos comerciantes também utilizaram a oferta de crédito como forma de diversificar suas atividades e ampliar a

¹ APHMS, Inventários *Post-Mortem*, Leonço Pereira da Silva, caixa 67, 1858, Santa Bárbara.

riqueza. Possivelmente, o que facilitou que Leonço, mesmo com Monte-Mor baixo, entrasse no mercado de crédito foi o capital em espécie oriundo do comércio que possuía. Essa origem do dinheiro ajuda a explicar os baixos valores que eram oferecidos conforme a disponibilidade em caixa.

O maior Monte-Mor encontrado para o termo da vila de Santa Bárbara, no período foco deste trabalho, pertencia ao Guarda Mor José da Costa Lages, casado com Anna Bárbara de Noronha Lages e residente na Fazenda Bexiga, em Santa Bárbara. Seu inventário foi elaborado no ano de 1860 e totalizava 266:732\$447 réis.² A família, que se compunha apenas do casal, estava envolvida em diversas atividades produtivas, todas de grande porte. A fazenda, situada em Santa Bárbara, era composta de 680 alqueires de terra, casa de vivenda, paiol, moinho, senzalas, engenho de serrar e de cana, cercados com plantação e retiro. Esta fazenda misturava atividades de agricultura e pecuária, abarcando 339 animais do tipo vacum, 205 cavalares, 14 muares e uma grande quantia de suínos (a quantidade destes animais não está especificada, mas totaliza 650\$000 réis). A rotina das atividades agropecuárias era exercida por pelo menos parte dos 64 escravos que o casal possuía, dos quais trinta ficaram com a promessa de liberdade após um período de trabalho - que variava de dois a trinta e cinco anos. Além da fazenda de agricultura e criação, o casal detinha parte em diversas terras minerais, sendo a maioria situada no município de Itabira. Ademais, José da Costa Lage era credor de noventa e uma pessoas e possuía 62:000\$000 réis em dinheiro no Rio de Janeiro. A soma dos valores emprestados por José alcançava a cifra de 107:955\$447 réis, isso sem acrescentarmos a quantia existente no Rio de Janeiro e que, provavelmente, estava envolvida nos negócios de oferta de crédito.

As dívidas ativas eram o principal investimento do casal, somando 40,86% dos seus bens. O volume de dinheiro movimentado por José através dos empréstimos o coloca no patamar de grande credor, não apenas local como também regional, especialmente, pela conexão com a capital. Pessoas como José, provavelmente, não emprestavam pequenas quantias, o menor crédito listado em seu inventário somava 50\$000 réis, sendo que a média dos seus empréstimos ficou em 1:186\$000 réis. Deste modo, o casal não competia com credores como Leonço Pereira da Silva, o escopo de seu negócio, embora parecido, divergia no tocante aos clientes e, possivelmente, às formas de fazer e garantir o pagamento no negócio, também, poderiam ter suas particularidades.

² APHMS, Inventários Post-Mortem, José da Costa Lages, caixa 05, 1860, Santa Bárbara.

Resumidamente, constatou-se a predominância de fazendeiros envolvidos em atividades mistas, como credores no termo da vila de Santa Bárbara. Ademais, constatou-se a existência de níveis de credores, alguns emprestavam quantias menores, provavelmente, de acordo com a disponibilidade de dinheiro em um determinado momento. Já, outros, faziam da oferta de crédito sua principal atividade, movimentando quantias consideráveis de capital. De qualquer modo, o empréstimo de crédito estava sempre conjugado com outras atividades produtivas, podendo ser identificado como uma forma de diversificação da riqueza. É importante ressaltar que as relações de crédito sugeriam um bom negócio para quem tivesse algum capital, independentemente do valor, para que pudesse dispor por algum tempo, com cobrança de juros que garantiam certo lucro como investimento. Deste modo, observamos que comerciantes, por terem acesso a informações e já lidarem com empréstimos relativos à compra de produtos, teriam certa desenvoltura para adentrar nos negócios de crédito a juros. Empréstimo de dinheiro representava, também, poder, criava e/ou estreitava laços de solidariedade e dependência, sendo relevantes as relações de amizade e parentesco.

Para finalizar, a oferta de crédito, comércio, agropecuária, tecelagem, atividades de transformação de ferro, dentre outras, raramente, foram encontradas isoladas. Apesar do comércio de mantimentos, a agricultura parece ter sido, para alguns, uma necessidade, especialmente pelas altas somas de trabalhadores escravos e animais para alimentar; para outros, uma opção de melhorar a renda familiar, dessa maneira, intercalando tal atividade com outras e garantindo o sustento da família e a ampliação da renda. Mesmo nas áreas mais urbanizadas, a presença de quintais plantados foi recorrente. Todavia a agropecuária possui demandas de trabalho sazonais, sendo assim, o pequeno produtor – tanto que cultivava em terras próprias como de terceiros – que se limitasse ao trabalho no campo ficaria parte do ano muito atarefado e outra parte com tempo mais livre. Como esses indivíduos necessitavam usar sua força de trabalho para gerar riqueza, envolviam-se em atividades diversificadas, particularmente, fora do tempo de plantio e colheita, o que gerava mais receita para a família. Da mesma forma, os grandes fazendeiros diversificaram suas atividades econômicas. Deste modo, eles otimizavam a ocupação de seus trabalhadores cativos, em períodos de pouca demanda, nas atividades agrícolas, além de potencializar o uso de benfeitorias e da terra com plantações variadas e a criação de animais.

3 MINERAÇÃO, FUNDIÇÃO E MANUFATURA DO MINÉRIO DE FERRO: PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES PROPRIEDADES

De certo metal nenhum contribui tanto para a riqueza e indústria nacional que o Ferro, ainda que pouco lucro tiram os fabricantes que o produzem, contudo é uma fonte de que milhares de pessoas tiram o sustento, e o móvel que verifica a agricultura e todas as fábricas, o que mais institui sobre o argumento da população de um país.¹

A confecção de artigos de ferro nas Minas Gerais data de muito antes do século XIX, especialmente, como atividade secundária e necessária para a extração de ouro e à agricultura. Segundo Eschewege, em 1811, quando da sua chegada a Minas Gerais, já havia várias pequenas fundições em atividade, sendo que algumas delas já estavam ativas por mais de 30 anos (ESCHWEGE 1941). Essa atividade ganha destaque com algumas iniciativas do governo de D. João VI, ainda no período colonial, visando à construção de fábricas nacionais para a produção de ferro.² Além das iniciativas do governo, várias forjas privadas estiveram presentes em toda a região central mineira, durante o século XIX. Essa região apresenta uma característica básica para esse tipo de empreendimento nos oitocentos: reservas minerais abundantes e de fácil extração, ver mapa no anexo C.1.

O presente trabalho não pretende, de forma alguma, esgotar os estudos sobre a mineração e a manufatura do ferro em Minas Gerais. O estudo tem caráter regional, assim, visa mais a entender a economia local ao longo do século XIX, suas conexões e dependências, do que dissecar a fabricação e comercialização de ferro. Essa atividade tem um papel acentuado na tese pela sua relevância na economia regional. Relevância essa direcionada ao fato de grandes fabricantes de instrumentos de ferro terem ali instalado suas fábricas, bem como a disseminação da arte de trabalhar com o ferro entre muitos trabalhadores da região, mesmo que de forma rudimentar e com fins lucrativos restritos.

¹ BARÃO DE ESCHEWEGE, Guilherme. Notícias e reflexões estatísticas: das fábricas de ferro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. IV, p. 762. 1899.

² Foram três os maiores empreendimentos na área da produção de ferro durante o período colonial, dos quais dois estavam sediados em Minas Gerais. A Fábrica de Ipanema (Sorocaba – São Paulo) foi criada em 1810, passou por diferentes administradores, dentre os quais, destacam-se as gestões Hedberg (1810 – 1814) e Varnhagen (1814 – 1821), funcionou com capital misto. A Fábrica do Morro do Gaspar Soares (Arraial do Morro do Pilar – Minas Gerais) foi criada em 1812 foi dirigida pelo Intendente Câmara e foi fechada em 1830, após o fim do contrato com os alemães que trabalhavam na fábrica. A Fábrica Patriótica (congonghas do Campo – Minas Gerais) foi criada em 1811 e dirigida por Eschwege, funcionou até 1822, pois, com a Proclamação da Independência, Eschwege voltou para Europa. Destas três iniciativas, a única que funcionou com capital exclusivamente particular foi a Fábrica Patriótica. Para mais informações sobre este tema ver: Vargas (1994); Gomes (1983); Paula (1983); Barros (1989); Baeta (1973); entre outros.

Um dos principais expoentes e, com certeza, o mais bem-sucedido nos trabalhos com ferro durante o século XIX, não apenas em Minas Gerais, como em toda extensão do território nacional, foi João de Monlevade (Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade). Este chegou ao Brasil, em 1817, e aqui permaneceu até sua morte, em 1872, tendo fundado e administrado a fábrica de ferro Monlevade, em sua propriedade em São Miguel do Piracicaba, termo da vila de Santa Bárbara em Minas Gerais. A trajetória singular deste personagem é tratada em um capítulo especial, nesta pesquisa.

Neste capítulo, aprofundamos os estudos relativos às demais fábricas de ferro e pequenas fundições existentes na região, sua estrutura, mão de obra empregada e as conexões desta atividade com as demais ocupações. O grupo, se é que podemos caracterizá-los assim, das pessoas que lavoravam com o ferro é certamente heterogêneo. Desta forma, interessa-nos observar os diferentes arranjos organizacionais utilizados e os resultados obtidos ao longo do tempo.

3.1 A INDÚSTRIA DO FERRO EM MINAS GERAIS, NO SÉCULO XIX: BREVE APANHADO

Durante o período colonial, as forjas e tendas de ferreiro estiveram presentes especialmente nas regiões mineradoras. Essa atividade não parou nem mesmo durante o período de proibição da manufatura no Brasil, estabelecido pelo alvará de 5 de janeiro de 1785, que perdurou até 1795, quando D. João VI suspendeu o alvará, dessa maneira, revogando as imposições proibitivas anteriores tangentes a siderurgia (ALFAGALI, 2010). Os trabalhos com o ferro, seja este oriundo dos mercados do Rio de Janeiro ou extraído do minério de ferro, abundante na região, eram fundamentais para a manutenção de ferramentas necessárias em outras atividades regionais. Supriam, assim, demandas locais, geralmente, instaladas em uma propriedade agrícola ou mineral. Com a diminuição do ouro de aluvião, a mineração aurífera necessitou de maiores esforços, exigindo o uso de numerosas ferramentas: almocafres, alavancas, enxadas, picaretas, etc. Ademais, a agricultura ganhava força e também demandava enxadas, machados, foices; os transportes requeriam ferraria de carros, ferraduras; a construção exigia cravos, pregos, e assim por diante. Conforme estas ferramentas eram submetidas ao esforço, desgastavam-se e necessitavam de reparos que, por sua vez, exigiam o uso de novas porções de ferro (BARROS, 1989).

O alto preço com que os produtos importados e comercializados no Rio de Janeiro chegavam às regiões montanhosas de Minas Gerais estimulava a produção local. Segundo Coutinho (1966), um quintal de ferro, no início do século XIX, que, em Portugal, custava em torno de 3\$800 réis, chegava a Minas, pelo valor de 12\$200 réis, podendo custar ainda mais caro em locais mais afastados, como Goiás e Mato Grosso. Ademais, ainda de acordo com Coutinho (1966), eram acrescentados aos custos de transporte os impostos, que eram fixados pelo peso, ou seja, por exemplo, certa quantidade de ferro pagava o mesmo valor de imposto do que a mesma quantidade de tecido, todavia o fato de o metal ser uma mercadoria pesada fazia com que uma quantia muito grande de tributação recaísse sobre o mesmo. Segundo dados de GORCEIX, os custos do transporte elevavam, ao menos, 80 réis por arroba e por légua, desde que se tratasse de distâncias superiores a 3 léguas, o que lhe duplicaria o preço (do ferro) logo que tivesse de percorrer 30 léguas.³ Para mais detalhes sobre os caminhos em nossa região ver o anexo C.2.

Além das pequenas instalações que fundiam e obravam o ferro, duas grandes fábricas foram montadas ainda no período colonial, em Minas Gerais, uma por ação do governo imperial e outra particular. O debate atinente à necessidade de fabricar ferro no Brasil foi intensificado com a vinda da família real ao Brasil, particularmente, pelo relacionamento estreito entre D. João VI com personagens que buscavam a realização de tais empreendimentos, como Rodrigo de Souza Coutinho e o Intendente Câmara. A Fábrica do Morro do Gaspar Soares foi criada em 1812 e dirigida pelo Intendente Câmara. Esta manteve-se funcionando até 1830, quando foi fechada após o fim do contrato com os alemães que trabalhavam na fábrica. A fábrica de Gaspar Soares não teve êxito econômico significativo e chegou a trabalhar no prejuízo (GOMES, 1983). A Fábrica Patriótica foi criada em 1811 e dirigida por Eschwege, funcionou até 1822. Eschwege acreditava que o Brasil não deveria ter grandes fábricas, pois as dificuldades de transporte eram mais favoráveis à criação de diversas fábricas menores e espalhadas pelo país. Assim, a produção estaria mais próxima do mercado consumidor, diminuindo os custos e dificuldades do transporte. Muitos trabalhos já foram escritos sobre questões administrativas destas duas fábricas, bem como sobre as diferenças ideológicas de seus administradores no que se refere à produção de ferro no período, assim, não vamos nos deter na descrição destes empreendimentos.

O panorama geral da siderurgia mineira no final do período colonial era diversificado. Apesar do esforço para montar fábricas de médio e grande porte, o que prevalecia ainda era a

³ A Acuralidade. Ano III, nº 83, Ouro Preto, 25 de Agosto de 1880. GORCEIX, Henrique. O ferro e os mestres de forja na província de Minas Gerais (parte I).

produção local, dentro das fazendas de mineração ou agricultura, apenas para consumo interno ou com pouco excedente comercializável. Essa produção utilizava-se principalmente de trabalhadores escravos, que se baseava no método rudimentar dos cadinhos (veremos os diferentes métodos de produção de ferro um pouco mais adiante).

O trabalhador escravo, especialmente os africanos, é apontado tanto nas fontes como na historiografia como o responsável tanto pela introdução das técnicas de fundição na capitania mineira como pela regularidade do trabalho (HOLANDA, 1993). Mesmo Eschwege (1941)⁴, que se posicionava contrário ao uso de escravos, declara que a continuidade de trabalhos na fábrica Patriótica só foi possível com a aquisição de cativos. O discurso de Eschwege e de outros seus contemporâneos sobre a falta de disciplina do trabalhador livre e das dificuldades do aluguel de escravos – uma vez que logo que eles apreendiam o ofício, os seus senhores os reclamavam e colocavam para trabalhar para eles novamente – pode ser lido de mais de uma forma. Essa perspectiva mostra que, conquanto os trabalhos com o ferro em pequena escala não dessem conta do sustento de uma família, mesmo assim, era importante e garantia certo retorno, seja ele pecuniário ou não, o que justificava o senhor preferir alocar seu escravo para trabalhar diretamente para ele do que garantir o valor do aluguel do mesmo para terceiros.

Quanto às tecnologias utilizadas para a fabricação de ferro no século XIX, nas Minas Gerais, restringiam-se a três processos, podendo os mesmos sofrer algumas diferenças devido a adaptações feitas pelos usuários. Os métodos eram os seguintes: cadinhos, italiano e catalão. Segundo Ferrand, as forjas eram alocadas, comumente, às margens de um rio, que fornecia a força hidráulica necessária; próximas a matas, que forneciam a madeira para a fabricação de carvão; e ao minério de ferro em si. Com isso diminuía-se os custos de transporte e, por consequência, do ferro fundido a ser comercializado. (FERRAND, 1885) A técnica dos cadinhos era a mais simples, pois tratava-se de pequenos fornos que se agrupavam em número variado de acordo com cada proprietário, o fogo era acesso na parte de baixo dos cadinhos e, dentro dos mesmos, acrescentava-se uma mistura de areia e carvão de madeira muito fina, depois, o cadinho era preenchido até a borda de carvão, após de uns 15 minutos, colocava-se o minério de ferro em pó e se cobria com mais uma camada de carvão. A cada 5 ou 10 minutos, era necessário acrescentar mais minério em pó e carvão. O processo levava em torno de 2 horas e meia. Com o fogo apagado, retirava-se a camada de areia que fechava a abertura no

⁴ Eschwege dizia-se contrário ao uso de escravos, todavia usou escravos na sua fábrica e afirmava entender a resistência dos brasileiros em acabar com a escravidão e, até mesmo, pontuava que, se fosse brasileiro, não saberia se aceitaria o final do tráfico como algo bom para o país, uma vez que todos dependiam muito desta forma de trabalho.

fundo do cadinho e se obtinha uma bola de ferro esponjosa e impregnada com escórias, este material era malhado, reaquecido e malhado novamente e quantas vezes fossem necessárias até se transformar em barras de ferro bruto. Esse era o processo mais difundido em Minas Gerais, durante o século XIX, exigia pouco conhecimento e técnica, todavia tinha menor rendimento do que os demais. O método italiano produzia ferro de melhor qualidade e demandava menor quantidade de carvão, no entanto exigia certa habilidade dos trabalhadores. Esta forja compunha-se de um forno, com sua trompa, um malho com roda motriz e um forno de reaquecimento. Neste processo, o ritmo de trabalho era fundamental, pois o minério de ferro e, depois, a lupa eram reaquecidos, divididos e moldados várias vezes, demandando compasso entre o foguista (comanda o forno) e o malhador (dá forma a lupa de ferro). Além disso, o calor do fogo devia variar de acordo com as etapas de reaquecimento e o esforço de esticar, puxar e malhar a lupa de ferro constantemente, por cerca de 3 horas e 45 minutos, exigia concentração, sendo bastante desgastante. (FERRAND, 1885)

O método catalão era ainda mais elaborado e, durante o período de estudo, apenas, era utilizado na fábrica do Monlevade, tendo os trabalhadores cativos treinamento e supervisão do mesmo Monlevade. Armand de Bovet, professor de metalurgia da Escola de Minas de Ouro Preto na época, em um estudo realizado na década de 1880, apresenta algumas estimativas referentes à diferença na produção e a quantidade de matéria-prima envolvida nos dois processos mais comuns em Minas Gerais:

Tabela 3.1 - Estimativa de matérias-primas e tempo de trabalho necessários para produzir uma tonelada de ferro.

Método	Produção	Carvão	Minério	Tempo de trabalho
Cadinhos	1 tonelada	7000kg	4000kg	27 dias
Italiano	1 tonelada	5500kg	2200kg	18 a 19 dias

Fonte: Bovet (1883, p.45).

Segundo Bovet, a maioria das fábricas não tinha fundos de giro e vendia os produtos à medida que os fabricava, tendo mercado fácil para os mesmos. O autor estima que o lucro obtido, aproximadamente, com a venda de 1 tonelada de ferro em barra seria de 57\$600, usando-se o método dos cadinhos; e 114\$690 com o italiano, na região central de Minas, onde o minério é mais abundante e a produção mais contínua.⁵

⁵ Para produzir 1 tonelada de ferro em barra com o método dos cadinhos será necessário 7 toneladas de carvão (70\$000), 27 dias de trabalho (54\$000, 2\$000 cada), 4 toneladas de minério (4\$800). Assim, as despesas seriam (exageradamente segundo o autor) de 128\$000 e o preço da venda em torno de 186\$400. Com o método italiano, as proporções seriam 5,5 toneladas de carvão (55\$000), 18 dias de trabalho (36\$000), minério (2\$400).

Torna-se muito difícil saber como era a dinâmica de uma propriedade no século XIX mineiro, pois seus proprietários ou administradores não tinham o hábito do relato escrito, e os que tiveram esse costume, dificilmente, puderam ser observados em razão do extravio dos mesmos com o passar do tempo e pela mudança de comando das propriedades. Na continuação deste trabalho, vamos tentar entender um pouco desta dinâmica e, para isso, individualizamos, em nossa amostra, os inventários que possuíam instrumentos para trabalhar e transformar o ferro. A fim de ajudar a interpretar a heterogeneidade destas propriedades, separamos os mesmos em três categorias, de acordo com os bens relacionados a atividades metalúrgicas: 1) fábrica de ferro, 2) tenda de ferreiro, 3) ferramentas para trabalhar o ferro. Em casos onde um mesmo senhor possuía concomitantemente diversos bens relacionados ao trabalho com o ferro, por exemplo, uma fábrica de ferro e uma tenda de ferreiro, foram consideradas apenas uma categoria, neste caso, a de maior representatividade, conforme a hierarquia presente na tabela a seguir.

Tabela 3.2 - Relação de inventários com bens relacionados ao trabalho com ferro, Termo da Vila de Santa Bárbara, 1822 – 1888.

Tipo de bem	Quantidade
Fábrica de ferro	13
Tenda de ferreiro	35
Ferramentas para trabalhar o ferro	37
Total	85
Porcentagem em relação ao total de inventários consultados (360)	23,6%

Fonte: APHMS. Amostra de Inventários, 1822-1888.

Apenas uma observação antes de seguirmos para o próximo tópico, o uso do termo fábrica é empregado, neste texto, com o significado de um local onde eram executadas atividades de transformação (manufatureira e/ou fabril). No caso das fábricas de ferro, termo recorrentemente empregado neste trabalho, estas designavam um cômodo/compartimento onde estava instalado o forno usado para transformar o minério de ferro em ferro fundido, bem como os malhos e demais instrumentos utilizados para dar forma à lupa retirada do forno. Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, os termos “forja” e “fábrica” poderiam ser utilizados como sinônimos quando estamos tratando dos trabalhos com o ferro, obviamente (foram separadas apenas as explicações aqui pertinentes):

Assim, as despesas seriam em torno de 93\$400 e o preço da venda de 208\$000. BOVET, A. de. A indústria mineral na Província de Minas Gerais. Primeira parte: Ferro e Ouro. *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*. 3.ed. Ouro Preto: [s.n.] 1883. p. 52-54. v.2.

Forja: oficina de ferreiro, forno grande em que se derrete o ferro que vem da mina. No livro 3. De Nat. Deor. Cicero lhe chama fábrica, sem mais nada.⁶

Antonio de Moraes Silva (1789) e Luis Maria da Silva Pinto (1832) apresentam conceitos semelhantes, sem, contudo, comparar as forjar com fábricas:

Forja: fogão do ferreiro ou de outros que trabalham em alguma obra de metal.⁷

Forja: O fogão do ferreiro, espingardeiro, ourives.

Forjar: trabalhar com o ferro, levando-o a forja, e sobre a bigorna.⁸

Buscamos também os conceitos de fábrica para os mesmo autores:

Fábrica: Casa onde se trabalha e fabricam, por exemplo, panos, chapéus, sedas e outras manufaturas.

Fabricado: forjado na fábrica.

Fabricante: O que fabrica manufaturas, tanto o mestre como os oficiais.⁹

Fábrica: casa que se fabricam manufaturas.¹⁰

A definição da palavra “fabricado”, oferecida por Antonio de Moraes Silva, parece especialmente lapidada para transparecer o produto destas fábricas de ferro: materiais que foram forjados na fábrica. As definições deixam evidentes que o uso da palavra “fábrica” refere-se a processos manufatureiros. Ademais, as fontes apresentam a denominação de “fábrica” para qualquer empreendimento que transformasse minério de ferro em ferro fundido, mesmo os que usavam o método dos cadinhos, o mais simples para a época. Assim, vamos nos apropriar do significado utilizado na época, sendo que fábrica de ferro e forja serão utilizados como sinônimos neste trabalho.

3.2 SENHORES DE ESCRAVOS E FÁBRICAS DE FERRO

Possuir uma fábrica de ferro, muitas vezes, significava concomitantemente pertencer a um grupo seletivo de pessoas que possuíam prestígio social devido à sua condição financeira. Não se tratava de uma correlação entre propriedade e *status* financeiro e/ou social, mas sim da

⁶BLUTEAU, Raphael.. Brasiliana: USP, 1728. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/dicionario>. Acesso em: 01/07/2011.

⁷PINTO, Luis Maria da Silva. Brasiliana:USP, 1832. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/dicionario>. Acesso em: 01/07/2011.

⁸SILVA, Antonio de Moraes. Brasiliana:USP, 1789. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/dicionario>. Acesso em: 01/07/2011.

⁹SILVA, Antonio de Moraes. Brasiliana: USP, 1789. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/dicionario>. Acesso em: 01/07/2011.

¹⁰PINTO, Luis Maria da Silva. Brasiliana: USP, 1832. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/dicionario>. Acesso em: 01/07/2011.

necessidade de certo capital para possuir uma fábrica de ferro que fosse rentável.¹¹ O uso de técnicas para trabalhar com o ferro, como já foi mencionado, data de muitas décadas anteriores ao recorte deste trabalho, todavia parece ter sido, a partir de alguns casos de sucesso, nas primeiras décadas do século XIX, que diversas pessoas se encorajaram a adentrar e investir neste campo de atividade.

Antes de iniciarmos a análise, faz-se necessária uma ressalva, as fontes que encontramos são mais abundantes para a segunda metade do século XIX, o que deve ser levado em conta para evitarmos o erro de crer que anteriormente tal atividade era pouco relevante. Em 1839, a então freguesia de Santa Bárbara foi elevada à categoria de vila, passando, então, a possuir uma Câmara Municipal. As listas de cobrança de impostos encontradas através da Câmara Municipal da vila de Santa Bárbara iniciam-se na década de 1840, contudo estas são quantitativamente mais representativas a partir de 1850. Quanto aos inventários, estes são mais escassos para as décadas de 1820 e 1830. Além destes dois tipos de fontes, contamos com algumas listas elaboradas pela Câmara Municipal de Santa Bárbara, a pedido do governo provincial, em momentos específicos (tratam da população, economia e estrutura). Mesmo com informações mais pobres para as primeiras duas décadas do período imperial, acreditamos que de fato houve um aumento deste tipo de empreendimentos a partir da década de 1820, criando uma constante e mantendo as fábricas de ferro presentes no cenário mineiro, durante todo o período provincial. Segundo Eschwege (1941), a fabricação de ferro desenvolveu-se em toda a província no início do século XIX, sendo que aproximadamente 30 fábricas foram instaladas.¹²

A identificação das fábricas de ferro, ao longo de quatro décadas, foi possível graças à lista de cobrança de impostos elaborada anualmente pela Câmara de Santa Bárbara. Como ocorre com a grande maioria dos dados quantitativos seriais, várias listas perderam-se. Foi possível, contudo, identificar ao menos dois anos para cada década.¹³ Na sequência, elencamos a relação de fábricas identificadas em diferentes localidades de 1850 até 1888.

¹¹ Ressaltando que não estamos tratando de tendas de ferreiro ou pequenas instalações para consertar ferramentas, aqui, apenas nos referimos a instalações mais elaboradas denominadas de “fábricas” e que transformavam o minério em ferro fundido ou em ferramentas.

¹² Segundo Eschwege (1941, p. 442), a difusão das fábricas pelo interior da província era parte mérito seu.

¹³ Década de 1850: 1855, 1856, 1857, 1858, 1859; década de 1860: 1860, 1865, 1867; Década de 1870: 1874; década de 1880: 1883, 1886.

Tabela 3.3 - Fábricas de ferro, Termo da Vila de Santa Bárbara, 1850 - 1888

Localidades	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888	Total
Catas Altas	1	0	0	0	1
S. Domingos do Prata/S. Miguel do Piracicaba	22	13	16	11	62
S. João do Morro Grande/Brumado	9	11	11	16	47
Santa Bárbara/Rio de S. Francisco	4	5	6	5	20
São Gonçalo do Rio Abaixo	1	2	1	2	6
Total	37	31	34	34	136

OBS: Trata-se de 89 fábricas diferentes, pois algumas permaneceram ativas por mais de uma década. Lista completa está disponível no Anexo C.4.

Fonte: APHMS. Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864 -65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

A partir da observação do nome do proprietário do estabelecimento e das demais atividades em que este mesmo indivíduo estava envolvido, identificamos que, em alguns anos, a relação de pessoas tributáveis das freguesias e/ou distritos menores eram integradas a outra freguesia vizinha de maior porte. Possivelmente, em alguns anos, as listas enviadas pelos distritos, como, por exemplo, Brumado, foram copiadas e integradas pelo responsável de tal tarefa em São João do Morro Grande, à lista desta freguesia. Assim, para minimizarmos possíveis erros, como identificar um proprietário como possuidor de duas fábricas situadas em diferentes locais, quando, na verdade, trata-se da mesma fábrica, agregamos as freguesias seguindo a lógica de como os estabelecimentos foram agregados nas listas. Outra situação evidenciada é a falta ou o extravio de listas de algumas localidades em datas específicas. Foram tomados cuidados para minimizar o efeito da falta de periodicidade, como mencionado anteriormente. Aqui, todavia, como interessa-nos o detalhamento sobre as fábricas de ferro, mantivemos todas as informações encontradas, tomando o cuidado de manter apenas uma ocorrência por indivíduo em cada década para fins de quantificação. Sabemos que este quadro não contempla todas as fábricas de ferro que estiveram atuantes no termo de Santa Bárbara, durante estas quatro décadas, pois, segundo Monlevade, em carta enviada ao presidente da província, em 1853, havia cerca de 84 fábricas de ferro de Ouro Preto até Itabira.¹⁴ Considerando que conseguimos identificar 37 fábricas na década de 1850 e que parte das fábricas contabilizadas por Monlevade estavam situadas fora de nosso recorte espacial

¹⁴ Disponível em: <[http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/459/\(S3-1 até S3-4\)](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/459/(S3-1 até S3-4))>. Acesso em: 06/06/2011.

(Itabira, provavelmente, concentrava parte significativa destes empreendimentos), acreditamos que este retrato fornecido pelas listas de impostos é bastante confiável como uma amostra ampla da presença desta atividade na região. As listas de impostos eram elaboradas com o intuito de descrever todas as atividades passíveis de cobrança de impostos (algumas identificam se o mesmo já fora pago no ano em questão ou se ainda estava em débito). Assim, não era interesse das autoridades locais deixar estabelecimentos fora desta relação, contudo, como não possuímos esta documentação para todos os anos, alguns estabelecimentos que estiveram ativos por um período pequeno de tempo ficaram certamente fora de nossa contabilidade.

É possível identificar uma estabilidade no número de fábricas de ferro no termo de Santa Bárbara. Além das listas de impostos, há uma relação elaborada por José Maria Bruzzi, a pedido do presidente da província, no ano de 1864, com o nome dos proprietários de fábricas de ferro e algumas outras informações sobre a produção das mesmas. Bruzzi pontua a existência de 21 fábricas¹⁵, destas, 19 estão presentes também na lista de impostos e, para 6 proprietários, foram localizados inventários com a menção às ditas fábricas. Uma vez que esta fonte permite uma compreensão mais ampla a respeito dos proprietários e das atividades nas quais estavam envolvidos, foram utilizadas as listagens disponíveis para localizar documentos *post-mortem* com fábricas de ferro. Não ficamos restritos aqui à amostra previamente elaborada de inventários, assim, ao final de um esforço de cruzamento de fontes, conseguimos localizar 21 inventários de indivíduos que, dentre seus bens, possuíam fábricas de ferro (tratam de 18 fábricas diferentes).¹⁶

Segue a tabela com algumas informações sobre os proprietários de fábricas de ferro:

¹⁵ O mesmo afirma que podem haver alguma inexatidão nas informações pois “encontrou algumas dificuldades da parte dos proprietários em dar-lhe o número de trabalhadores e de arrobas de ferro que fazem por dia, temendo ser para se taxar impostos nas fábricas de ferro”. APM, Seção Provincial – SP – 1056, página 136 , 137(v), 138.

¹⁶ Não temos a pretensão de acreditar que esgotamos todos os inventários existentes no Arquivo Público Dr. Hélio Moreira dos Santos no que diz respeito às fábricas de ferro. Isso porque o arquivo ainda não possui um catálogo o que demanda a identificação de inventário por inventário por parte do pesquisador. Esse trabalho é ainda mais tortuoso por tratar-se da identificação de nomes que, muitas vezes, possuem grafias consideravelmente diferentes para um mesmo indivíduo ou indivíduos diferentes com o mesmo nome. Tentamos também cruzar os nomes dos cônjuges nos inventários com os fabricantes de ferro das listas de impostos, para ampliar a amostragem de inventários.

Tabela 3.4 - Distribuição dos bens inventariados de proprietários de fábricas de ferro, termo de Santa Bárbara, 1822-1888

Data	Inventariado	Estado Conjugal	Naturalidade	Nº Escravos	% do Total de Bens (líquido)								Monte-Mor Líquido (faixa)
					Div. Ativas	Div. Passivas	Dote/doação	Animais	Escravos	Imóveis	Moveis	Profissionais	
1827	Gaspar Moreira de Alvarenga	1	A	4	0	6	0	2	57	40	1	0	1:000\$001-5:000\$000
1841	Manoel Rodrigues Pereira	3	F	4	1	0	0	3	74	15	4	3	1:000\$001-5:000\$000
1843	Germana da Costa Pereira	3	A	13	0	0	7	2	35	42	5	8	1:000\$001-5:000\$000
1846	Delfina Maria de Jesus	1	E	1	0	0	0	9	30	62	12	5	1:000\$001-5:000\$000
1846	Thereza Gonçalves M. Penna*	1	C	44	2	0	0	11	55	28	4	0	Mais de 20:000\$001
1851	Felippe A. de Azevedo Barros	1	A	4	0	0	0	1	27	71	1	0	5:000\$001-10:000\$000
1855	Ignacia Roza da Silva***	1	A	11	0	0	7	2	51	38	1	1	10:000\$001-20:000\$000
1856	Angelica D. Constança de Jesus	1	E	19	0	2	0	10	70	18	1	0	10:000\$001-20:000\$000
1856	Genoveva M. Ferreira Penna*	1	C	42	7	0	0	13	40	32	3	5	Mais de 20:000\$001
1857	Rodrigo F. de Carvalho Penna*	3	C	22	4	24	0	21	31	23	1	20	Mais de 20:000\$001
1859	Maria Izabel de Abreu	1	D	8	0	10	0	1	82	16	1	0	10:000\$001-20:000\$000
1861	Umbelina Florinda de Castro	3	B	5	2	21	11	4	42	38	2	1	10:000\$001-20:000\$000
1865	Custodia Rodrigues Leal	2	D	26	5	13	0	7	70	16	1	1	10:000\$001-20:000\$000
1865	Egos Muniz Pinto Coelho	1	B	8	0	78	26	0	58	14	2	0	1:000\$001-5:000\$000
1867	Flávio A. de Azevedo Barros	1	A	27	18	0	4	7	38	31	0	1	Mais de 20:000\$001
1870	João Gonçalves de Barcelos	1	C	9	0	17	0	5	79	15	1	0	5:000\$001-10:000\$000
1872	Joaquim Roberto da Fonseca**	1	C	14	0	0	0	21	47	30	1	2	10:000\$001-20:000\$000
1873	João Baptista de Figueiredo	1	A	13	0	0	6	8	53	28	3	1	Mais de 20:000\$001
1881	Francinco Ferreira da Costa	1	A	8	0	23	0	4	52	43	1	0	5:000\$001-10:000\$000
1883	Guilhermina C. Magalhães**	3	C	7	7	24	7	3	54	25	2	1	10:000\$001-20:000\$000
1884	Maria Eugenia Rodrigues	3	B	6	0	6	0	11	66	17	5	1	1:000\$001-5:000\$000

OBS: Estado Conjugal: 1= Casado, 2= Solteiro, 3= Viúvo. * Viúvo de Thereza Gonçalves Moreira Penna, falecida em 1846 e de Genoveva M. Ferreira Penna, falecida em 1856. ** Foram casados. ***Casada com Germano de Azevedo Barros, irmão de Felipe A. de Azevedo Barros.

Naturalidade: A) São Miguel do Piracicaba, B) São João do Morro Grande, C) São Gonçalo do Rio Abaixo, D) São Domingos dos Prata, E) Santa Bárbara, F) Brumado.

Fonte: APHMS. Inventários, Santa Bárbara.

A primeira e evidente observação do conjunto de inventários analisados revela que os proprietários de fábricas de ferro eram também proprietários de escravos e, na sua maioria, de

um conjunto considerável destes trabalhadores. Mais do que apenas possuir cativos, este conjunto de senhores direcionou parte significativa de seu capital para a posse destes trabalhadores. A literatura sobre o período escravista brasileiro destaca insistentemente a importância da posse de cativos quando se almejava subir ou se manter no alto da hierarquia social, seja por questões de cunho simbólico ou prático. Para os proprietários de fábricas de ferro a posse de escravos era fundamental. O trabalho nas forjas solicitava a presença de mestres especialistas na arte de fundir ferro, o conhecimento do processo gerava um acréscimo tanto na eficiência da produção como na qualidade do produto final. A fundição dependia de vários fatores: carvão, aquecimento, minério, ritmo de trabalho, assim, um trabalhador especializado – geralmente, designados, nos inventários, apenas como ferreiros - conseguia gerir melhor as variáveis envolvidas no processo e, quando necessário, aplicar as medidas imperativas para contornar possíveis problemas com o processo produtivo e/ou com as matérias-primas envolvidas.

O trabalho livre não parece ter sido uma boa opção, nem mesmo em concomitância com o trabalho cativo. Eschwege (1941) discute o assunto no seu livro *Pluto Brasiliensis* e, segundo o autor, o trabalho livre foi sua primeira opção quando montou a fábrica Patriótica, mas não funcionou por muito tempo, pois os trabalhadores, frequentemente, abandonavam a forja com o intuito de trabalharem para si tão logo tivessem apreendido a arte da fundição. O mesmo aconteceria com os escravos alugados, seus senhores requeriam-nos de volta, sem maiores consequências, após algum tempo de serviço.

Desta forma, sem escravos próprios, tornava-se difícil a formação de aprendizes e, posteriormente, a transformação destes em mestres e a formação de novos aprendizes, o que garantiria a continuidade e o aperfeiçoamento da produção. Eschwege destaca, ainda, que treinou cerca de 30 homens livres e que, destes, apenas 2 permaneceram na sua fábrica, sendo que o trabalho destes só foi garantido com o pagamento de salário (não pequenos, segundo o autor), moradia e um terreno para plantações. A falta de mão de obra livre, possivelmente, estava associada parcialmente com o caráter do trabalho nas fundições. Não temos como saber a forma como Eschwege se relacionava com seus funcionários, mas duas frases escritas por ele nos dão indícios dos motivos de sua dificuldade: “com os quais [escravos] pude formar mestres e aprendizes de confiança, castigando-os quando fosse necessário” [...] “Foi muito difícil encontrar um homem honesto que dirigisse esse serviço [carvoaria] e cumprisse com exatidão as ordens recebidas” (ESCHWEGE, 1983. p.25-26). O trabalho ritmado e as exigências do alemão podem ter afastado os trabalhadores livres que tentavam se distinguir dos escravos. Mesmo os trabalhadores pobres, que precisavam de emprego assalariado,

fugiam de ofícios ou de senhores que eram mais enérgicos, uma vez que, em meio à sociedade escravista, tal tratamento gerava o sentimento de estar sendo tratado de forma inferior, como se fosse escravo.

Reclamação comum, não só nos textos de Eschwege, mas também nos relatos de viajantes, era o abandono do trabalho em determinados períodos, seja por motivos religiosos ou do trabalho no foro da família, do fogo. Como nos lembra Paula (1983), o trabalho assalariado podia ser interrompido pela sazonalidade do calendário agrícola, fazendo com que trabalhadores livres e mesmo escravos alugados retomassem o trabalho em suas roças, na época do plantio e da colheita. Tal atitude provavelmente garantia a alimentação da família nos meses vindouros, seja pelo consumo dos produtos plantados ou pela comercialização de excedentes no mercado local. Mais do que um ato de insubordinação ou de incapacidade de adaptação ao ritmo e as demandas do trabalho protoindustrial, tratava-se de uma necessidade para muitos indivíduos que não tinham como contar com ajuda externa necessária, no período em que a sua pequena lavoura demandava ações rápidas. Ademais, a abundância de minério de ferro na região e tendas de ferreiro em grande quantidade gerava a possibilidade de escolha para o trabalhador que dominasse mesmo que superficialmente a técnica de fundição e do fabrico de ferramentas.

Não restam dúvidas quanto ao papel fundamental dos trabalhadores escravos nos diversos processos envolvidos na fabricação de ferro. Uma breve comparação com semelhante atividade nos EUA, especialmente no período colonial, quando a forma de produção e as condições de transporte e mão de obra assemelham-se mais com a mineira, no período em questão neste estudo, evidencia que lá a mão de obra escrava também foi fundamental. Ronald Lewis (1979), em seu livro “Coal, Iron, and Slaves: Industrial Slavery in Maryland and Virginia, 1715-1865”, relata a participação dos escravos em vários níveis da produção. O autor aponta que, desde o século XVIII, os viajantes que passaram pela região de Chesapeake evidenciavam, em seus relatos, a presença de trabalhadores escravos negros como peças fundamentais para o trabalho nas forjas da região. Estes trabalhadores proporcionariam uma adaptação realista às realidades econômicas e ao ambiente social da região. Ou seja, não se tratava de ser o trabalho escravo melhor ou pior que o livre, até porque, em muitas das forjas maiores, esses dois tipos de mão de obra conviveram conjuntamente, mas sim de adaptar-se melhor à realidade social escravista e a economia local.¹⁷ Vários exemplos de uso

¹⁷ As the south began to develop an embryonic industrial base, there was a corresponding increase in the dependency upon Black slaves to supply the labor for this movement. [...] The same observation held true for the iron industry in Maryland and Virginia. In the 1790, the Irish traveler Isaac Weld, Jr., noted that in

da força de trabalho escravo são pontuados pelo autor, a forja Baltimore Iron Works, por exemplo, possuía, em 1736 e 1737, quarenta e três escravos entre seus mineiros, carvoeiros, lenhadores e, pelo menos, um ferreiro/fundidor. Uma estratégia usada pela Baltimore foi contratar trabalhadores livres apenas por meio período, liberando-os para outras atividades em parte do dia, e conseguindo, assim, cativar e manter parcela de trabalhadores livres entre seus empregados. Estes trabalhadores de meio período ficavam encarregados de funções menos vitais ou sazonais para o funcionamento da forja. Não encontramos caso semelhante para nossa região de estudo, o que não significa que estes inexistiram, uma vez que a rotina das fazendas e fábricas não era tão bem-registrada, quando havia alguma forma de registro, como algumas encontradas por pesquisadores norte-americanos. Como veremos mais adiante neste capítulo, semelhante técnica foi usada em Minas, mas de forma invertida, adaptada às demandas e à realidade local, neste caso, a fabricação de ferro não era tão regular, tomando conta de apenas algumas horas por dia ou mesmo de dias alternados na semana. Ou seja, ao invés de adaptar as formas de trabalho empregadas para conseguir manter a produção no ritmo desejado, optou-se por adequar a produção à disponibilidade de trabalhadores. Outro caso relatado por Lewis (1979), já no início dos oitocentos, é do bem-sucedido William Weaver, que, desde sua entrada no negócio de ferro, em 1827, teve, entre seus trabalhadores, escravos, próprios ou alugados. Weaver buscava mais alugar cativos do que comprá-los, por questões religiosas, mas, em vários momentos, a aquisição de mão de obra própria foi necessária para garantir o funcionamento da forja. O mercado de aluguel de escravos nas proximidades de Santa Bárbara deve ter sido muito restrito, no sentido de pouca oferta, uma vez que era necessário concorrer com as companhias de mineração britânicas instaladas na região e que abocanhavam um grande número de cativos.

Bovet (1883) conta uma história muito representativa no que concerne a fabricação de ferro durante os oitocentos mineiro. O autor relata o ocorrido em um texto publicado nos *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, 1883, todavia estes refletem observações e relatórios de viagens e estudos feitos anteriormente, sendo, assim, difícil precisar exatamente quando o fato se passou. O autor conta que, visitando uma fábrica de ferro nos arredores de Santa Bárbara, observou uma forja italiana abandonada e descuidada, contudo ela aparentava ser uma construção não muito antiga. Ao seu lado, estavam três cadinhos novos prestes a serem acessos. A opção pelo uso dos cadinhos e não pela forja italiana, com rendimentos comprovadamente superiores, intrigou o visitante que questionou sobre esta escolha. A

Chesapeake iron production “the forges and furnaces are all worked by negroes, who seem to be particularly suited to such occupation” (LEWIS, 1940 apud WELD JR., 1880. p. 178-179).

resposta foi simples: o proprietário da fábrica perdera o escravo que dominava o método e o ritmo de trabalho da forja italiana, não tendo encontrado outro com tais habilidades, mas sim um substituto que conhecia o processo dos cadinhos, trocou o processo de produção pelo método mais simples. Bovet articula a explicação pela escolha dos cadinhos com base em dois pontos: 1) o trabalho escravo; 2) a falta de conhecimento técnico por parte dos proprietários. Para o autor, que escreveu no período em que vigorava a escravidão no Brasil, o trabalhador escravo não teria a motivação necessária para a realização de um trabalho que demandasse “atenção, destreza e inteligência”, uma vez que não teria como melhorar de vida e essa seria a ambição que faria os trabalhadores se dedicarem ao aperfeiçoamento do trabalho realizado. Quanto aos donos das fábricas, Bovet classifica-os como “proprietários de fábricas, não como fabricantes de ferro”, evidenciando assim sua dependência em relação aos trabalhadores por eles contratados, uma vez que os mesmos não tinham a capacidade de instruir e formar novos trabalhadores. Acreditamos que uma análise mais desvinculada das questões políticas e ideológicas do período permite-nos visualizar o cenário de forma mais clara e elucidativa. Em muitos discursos do final do século XIX, especialmente nos jornais e nas publicações da Escola de Minas de Ouro Preto, vemos uma confusão entre os interesses pessoais dos indivíduos - fazendeiros, fabricantes de ferro, etc. – com os interesses da província. Não há dúvidas de que melhorias no processo produtivo e a introdução de fábricas de maior porte seriam interessantes para o desenvolvimento da província, todavia, nem sempre, o investimento nessas melhorias mostrou-se como algo atraente às pessoas que teriam que aplicar capitais para obter tais melhoramentos. Ou ainda, a falta de recursos disponíveis (sejam eles técnicos, administrativos, de trabalhadores ou monetários) impelia os senhores para outras formas de aumentar suas rendas e administrar seus bens do que investindo em técnicas elaboradas e qualificação dos trabalhadores. O próprio Bovet admite que, quando um trabalhador livre queria fabricar ferro ou melhorar sua fábrica pelo seu próprio esforço, teria dificuldades em conseguir quem o instrísse na melhor forma de proceder e acabava se rendendo ao método dos cadinhos. O acesso a técnicas de fabricação de ferro mais sofisticadas parece ter sido de veras um problema em diferentes níveis, particularmente, na construção dos fornos e na instrução e manutenção dos trabalhadores. Dito de outra maneira, é bastante provável que, sem a simplicidade dos cadinhos, muitas forjas nem teriam chegado a existir, uma vez que as atividades com o ferro, geralmente, mesclavam-se com demais rotinas das fazendas, logo, especializar muitos trabalhadores não era viável, especialmente, para os proprietários de poucos cativos. Aqui novamente parece que a saída encontrada em Minas, ou, ao menos, em nossa região, foi adaptar a fabricação de ferro à realidade técnica e tecnológica

disponível localmente ao invés de buscar os melhores métodos e artifícios para o processo. Deste modo, o que poderia ser um problema acabava transformando-se em oportunidade pela variante de fácil execução e com resultados que, embora menores, eram satisfatórios. Logicamente que houve exceções, como veremos adiante, em alguns casos, os senhores eram conhecedores da arte de fundir ferro e se empenharam para tornar as forjas mais rentáveis.

Ademais, de certa forma, é compreensível a falta de conhecimento dos senhores quanto ao processo de fabricação de ferro, visto que era um pouco mais complexo do que as atividades com as quais estavam familiarizados. O trabalho na fundição era um tanto desagradável, o calor intenso, o barulho dos martelos, bigornas e marretas deviam afastar os senhores, ou pelo menos a maioria, do acompanhamento desta atividade e, assim, impedir que os mesmos tomassem conhecimento do processo a ponto de que pudessem treinar ou acompanhar e supervisionar o treinamento de novos trabalhadores. Devemos lembrar que, de forma geral, os senhores não tinham o hábito de se envolver nas atividades rotineiras desenvolvidas nas suas propriedades, esse fato está presente tanto nos relatos de viajantes do século XIX como em diferentes fontes e na historiografia.¹⁸ No tocante ao trabalho escravo, certamente que a falta de incentivo por parte dos senhores era um inibidor para a sua dedicação ao mesmo. Sabemos, todavia, que os senhores possuíam opções para motivar seus cativos ao trabalho e geralmente faziam uso delas. Os incentivos podiam ter conotações de melhoria – pequenos pagamentos, quarto individual na senzala, dia de folga, entre outros – ou de punição – trabalhar em uma função mais penosa, castigo físico, restrição de mobilidade, entre outros. O trabalhador escravo desafiava o proprietário de uma forma diferente da que faziam os empregados livres, mas estes últimos também exigiriam certa habilidade para mantê-los empenhados. Conseguir trabalhadores de uma forma em geral parece ter sido um problema. Nas maiores escravarias, o aprendizado poderia ser feito através de gerações, onde os mais novos aprendiam o ofício com os mais hábeis, o que pode não ter ocorrido nas escravarias menores devido à necessidade de manter todos os trabalhadores no trabalho continuamente.

Muito já foi discutido sobre a capacidade dos escravos para a realização de trabalhos especializados. Algumas vertentes defendem a incapacidade destes trabalhadores, outras depositam a culpa na escravidão e na falta de motivação dos cativos, pois não teriam como ascender socialmente ou melhorar sua condição. Defendemos aqui que os senhores encontraram meios para motivar e manter seus escravos desempenhando um bom trabalho,

¹⁸ Ver, por exemplo: BOVET (1883. p. 50); SAINT-HILAIRE (1975).

mesmo em atividades especializadas.¹⁹ Essa questão já foi muito bem-explorada por Douglas Libby, em seu livro “Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil”, o qual se refere à discussão acerca do trabalho nas lavouras paulistas, dessa maneira, pontuando:

A asserção da incompatibilidade do trabalho escravo com os processos produtivos mais avançados não passa de um preconceito que deve ser estudado empiricamente. É possível que o uso do trabalho livre tenha representado um melhoramento das condições no Oeste paulista, mas porque as levas imigratórias aumentaram a oferta de mão-de-obra a um nível compatível com as necessidades desta lavoura, e não porque o trabalho livre, em si, fosse tecnicamente superior ao escravo (LIBBY, 1984, p.25).

Aqui Libby combate a comparação entre o trabalho livre e escravo que defende a superioridade do primeiro no que abarca as atividades no campo. Ainda mais desconfiança foi depositada sobre a capacidade do escravo nos trabalhos industriais ou protoindustriais. Ao estudar atuação do trabalho escravo na mina de Morro Velho, o autor busca entender a participação dos cativos nos processos que conduziram a transição ao capitalismo industrial. Libby (1984) analisa, entre outras fontes, os relatórios anuais e as correspondências entre os dirigentes da St. John d’El Rey no Brasil e no exterior e constata a importância fundamental da mão de obra escrava por ser mais barata, mais lucrativa e por garantir a continuidade da produção. O autor reafirma a presença na documentação da empresa das comuns lamentações quanto à ausência dos trabalhadores livres, durante os feriados e épocas de plantação e colheita.²⁰ Neste aspecto, é particularmente interessante notar que para os dirigentes da empresa, bem como para a maioria da sociedade brasileira no período, a mão de obra confiável era a escrava, ou seja, ficar submetido às “vontades” dos trabalhadores livres, aparentemente, era um problema muito maior do que o temor de que o escravo não se adaptasse ao trabalho na empresa.²¹ O ingresso dos escravos na Morro Velho dava-se tanto pela compra quanto pelo aluguel. Todavia, não se trata necessariamente de negar a nota de Eschwege quanto às dificuldades do escravo alugado. É que a principal fonte de escravos de ganho da St. John d’El Rey foi a falida mineradora Brazilian Company, que totalizou o contrato de 385 trabalhadores. Assim, além de não ter que negociar com inúmeros pequenos proprietários, que possivelmente cederiam poucos escravos – e poderiam descumprir o contrato com mais facilidade – a empresa angariava trabalhadores com habilidade no trabalho

¹⁹Ver: Ianni (1972); Gorender (1979), entre outros.

²⁰ Segundo Libby, as reclamações eram cíclicas, ocorrendo especialmente em agosto e setembro (época da plantação) e em dezembro e janeiro (época de feriados religiosos e colheita) ocorrendo também em outros períodos curtos.

²¹ Ver o capítulo sobre a mão de obra na St. John d’El Rey (LIBBY, 1984, p. 86-132).

na mineração. Esse fato apresentado por Libby é particularmente importante, pois, em 1867, foi novamente firmado um contrato de aluguel com a então falida National Brazilian, totalizando 155 cativos que, de acordo com as informações do autor, vieram, na sua maioria, da mina do Gongo Soco (LIBBY, 1984). A captação dos escravos das mineradoras em dificuldades ou falidas na região de Santa Bárbara evidencia que a crise nos empreendimentos estrangeiros de mineração não foi responsável pela entrada de mais escravos no mercado local. Uma possível baixa nos preços destes trabalhadores, em virtude da maior oferta, assim, possibilitando a aquisição dos mesmos por indivíduos mais desafortunados, não foi uma realidade. Mais adiante, serão analisadas as formas utilizadas pelos donos de forja, no termo de Santa Bárbara, para manterem sua mão de obra escrava e qualificá-la ao trabalho. Essa análise será feita em dois momentos, primeiramente, com alguns proprietários identificados com maior número de escravos e atividades constantes por mais de uma década e, num segundo momento, com o Monlevade em um capítulo especial.

Do quadro de 301 escravos distribuídos entre a nossa amostra de propriedades com forjas, apenas 23 têm alguma indicação referente à sua ocupação. Na quase totalidade dos casos, a identificação da profissão ocorre depois de 1871, quando os inventários começam a anexar a matrícula dos seus escravos, que apresenta dados mais completos sobre a escravaria, incluindo a ocupação e a aptidão ao trabalho.²² Conquanto o percentual de inventários que sinalizam a ocupação dos escravos seja pequeno, esses permitem-nos algumas análises. Primeiramente, os únicos três casos onde temos indicação das atividades exercidas pelos escravos anteriormente a 1871 não abrangem toda a escravaria, e sim apenas os escravos que trabalhavam com ferro. Isso nos indica que estes escravos eram especiais dentre o conjunto dos trabalhadores cativos, particularmente no que se refere às suas funções diárias, assim, merecendo destaque na hora de descrever a escravaria da propriedade do inventariando.

O primeiro caso é datado de 1841 e refere-se ao finado Manoel Rodrigues Pereira, morador na fazenda Galego, no Brumado. Manoel Rodrigues Pereira possuía apenas 4 escravos na data de sua morte e estes representavam aproximadamente 74% do total de seus bens. Aqui cabe uma observação válida para vários momentos neste trabalho, Manoel Rodrigues Pereira era viúvo²³, o que significa que, provavelmente, quando da morte de sua esposa, os bens do casal já haviam passado por uma divisão e estavam em posse dos seus

²² Em nossa amostra, tanto de inventários com forjas quanto no total de nossa amostra para o termo de Santa Bárbara não são todos os inventários com escravos que, a partir de 1871, apresentam a matrícula, mas essa é frequente.

²³ Não foi descrito o nome de sua esposa e o inventariado é um dos filhos, assim não conseguimos rastrear se houve inventário e como se deu a partilha dos bens por morte da mesma.

filhos. O inventariado possuía doze filhos entre 14 e 37 anos, sendo que não há indicação de cônjuge ou de dote para nenhum deles. Não temos como saber, ao certo, se, de fato, algum era casado ou mesmo se todos viviam na mesma fazenda, mas é bem provável que ao menos parte deles compartilhasse a mesma propriedade com o pai e, assim, as atividades desenvolvidas na propriedade pudessem contar com o auxílio do capital herdado pelos mesmos com a morte da mãe e também outros rendimentos que por ventura possuísem. Na descrição dos seus bens imóveis, o falecido possuía bens conjuntos com outros indivíduos (parte na fazenda Paiol, parte em um moinho nesta mesma fazenda e parte na fazenda Galego), todavia não há menção de quem seriam os outros sócios e se os filhos faziam parte desta sociedade.²⁴ Voltando aos escravos de Manoel Pereira, tratavam-se de três homens e uma mulher entre 20 e 46 anos, dois crioulos e dois africanos. O único cativo que apresentava referência à ocupação exercida era Roberto, 46 anos, crioulo, avaliado em 550\$000 réis e fundidor. O valor deste trabalhador não se distingue muito dos demais homens que foram avaliados em 500\$000 réis e a mulher em 350\$000. Todavia, Roberto era 26 anos mais velho que os demais escravos do sexo masculino, o que aponta sim para uma valorização no seu preço em relação aos demais cativos devido à sua ocupação. É difícil saber se a relação entre o seu valor e a sua idade motivou justificar a sua ocupação ou se essa por si só já era relevante o suficiente no quadro da economia local e da mão de obra escrava disponível que merecia menção. O importante, neste caso, é a indicação de que escravos com aptidão para trabalhar com o ferro eram valorizados no mercado local.

O segundo caso trata do inventário de Umbelina Florinda de Castro, datado de 1861. Umbelina possuía cinco escravos que totalizavam aproximadamente 42% do total de seus bens, sendo que também era viúva, o que a coloca na mesma situação descrita precedentemente. No caso de Umbelina, todavia, sabemos que pelo menos 1:500\$000 réis já estava em posse dos herdeiros através dos dotes oferecidos por casamento de três dos seus oito filhos.²⁵ Dentre os seus cinco escravos, apenas um tinha a ocupação mencionada e, como no caso anterior, refere-se a um ferreiro. Trata-se de Manoel Sacco, sem identificação de naturalidade, com 36 anos e avaliado em 1:600\$000 réis. Manoel é razoavelmente mais bem-avaliado do que os demais cativos, cujos valores giravam em torno de 600\$000 réis, a exceção de outro escravo, Lucas, crioulo, apenas 6 anos mais novo que Manoel Sacco, e ambos foram avaliados no mesmo montante. O três cativos de menor valor possuíam idades em torno de 55

²⁴ APHMS. Santa Bárbara, caixa 60, inventário de Manoel Rodrigues Pereira.

²⁵ 1:500\$000 réis é a soma de metade do valor dos dotes, pois apenas esse percentual voltava a herança por falecimento dos ofertantes do dote. A inventariada possui mais dois filhos casados, mas sem dote. APHMS. Santa Bárbara, caixa 46, inventário de Umbelina Florinda de Castro.

anos, o que era responsável em parte pela sua cotação. Todavia ainda é possível pontuar um diferencial no escravo ferreiro, pois este possuía o mesmo valor de outro cativo, mesmo sendo um pouco mais velho. Outro indicativo para isso é a escrava Hilaria, também, com 36 anos, avaliada em 800\$000 réis. Mesmo sabendo que era praticamente regra, nas Minas oitocentistas, as escravas custarem menos que seus pares do sexo masculino, a diferença de 50% é grande e pode estar relacionada com a ocupação, especialmente, porque nada mais foi pontuado pelos avaliadores para justificar a diferença.

O terceiro caso é o do inventariado Egos Muniz Pinto Coelho, falecido em 1865, tendo, entre seus bens avaliados, 9 escravos, com a identificação de ocupação de apenas um ferreiro.²⁶ Presumimos que estes cativos eram responsáveis por 58% dos seus ativos, todavia este inventário apresentava-se sem os autos da partilha, não sabemos se por não estar terminado ou por deterioração do tempo, de qualquer forma, a ausência da totalidade dos dados impede a certeza quanto ao montante de seus bens (obtido pela soma dos bens descritos). O caso de Egos é semelhante aos dois já descritos, Antonio – o escravo ferreiro – é o mais bem-avaliado (1:400\$000 réis), mesmo possuindo 43 anos. A escravaria de Egos possuía outro escravo com cotação próxima a de Antonio, trata-se do escravo Francisco (1:300\$000 réis), porém não temos nenhuma informação sobre o mesmo, nem de idade, ocupação ou origem que pudesse servir de base para uma comparação. A própria falta de informações do escravo Francisco mostra que, mesmo entre os escravos de maior valor monetário, identificar um ferreiro tinha algum significado para a sociedade local da época.

O inventário de João Gonçalves de Barcelos, datado de 1870, não especifica a ocupação de nenhum de seus nove escravos. Todavia encontramos o mesmo Barcelos vendendo a Jose Joaquim de Araujo, no ano de 1864, um escravo “oficial de ferreiro” pelo valor de 1:200\$000 réis. O trabalhador especializado, aqui em questão, era Antonio de apenas 18 anos e descrito como cabra.²⁷ Não foi possível localizar o inventário do comprador, mas este último aparece nas listas de impostos das décadas de 1850 e 1860, pagando imposto pelo fabrico de ferro em Rio de São Francisco, o mesmo lugar onde residia no ato da compra de Antonio. A tenra idade de Antonio pode indicar que ele tenha sido aprendiz de outro escravo ferreiro do mesmo Barcelos, visto que este aparece pagando imposto pela sua fábrica de ferro em anos anteriores e posteriores à venda de Antonio (1856, 1859, 1860, 1865 e 1867)²⁸, o que

²⁶ APHMS. Santa Bárbara, caixa 41, inventário de Egos Muniz Pinto Coelho.

²⁷ 1º Ofício de Notas, Santa Bárbara, livro 6, folhas 16 (v), 17, 17 (v), 13/02/1864.

²⁸ Depois de 1867, a próxima lista de imposto encontrada data de 1870 e Barcelos não mais é listado. Sabemos que isso ocorreu devido à sua morte, Barcelos faleceu sem filhos e sua esposa não foi identificada nas listas seguintes.

nos leva a crer que ele possuía, ao menos, outro trabalhador com aptidões semelhantes a do escravo vendido. Identificamos ainda a venda de mais um escravo “oficial de ferreiro” no ano de 1864, todavia, neste caso, não foi possível identificar mais nenhuma informação do comprador ou do vendedor, além de seus nomes e residências. O vendedor era o Major Manoel Martins de Oliveira, residente no Rio de São Francisco, o comprador foi identificado como Justinoanno e Ribeiro, do termo de Oliveira (não mais pertencente ao termo de Santa Bárbara), o escravo era Geserino, de 25 anos, crioulo, vendido por 1:400\$000 réis.²⁹

Dentre os casos datados de 1871 em diante, temos quatro inventários com a informação referente à ocupação de um ou mais escravos das escravarias descritas. Destes, o inventário de João Baptista de Figueiredo segue exatamente o mesmo padrão descrito anteriormente, mencionando apenas a ocupação de dois de seus treze escravos, ambos apontados como “ferro, fábrica”.³⁰ Os dois escravos trabalhadores da fábrica de ferro são os mais bem-avaliados (Pedro, 32 anos, 1:800\$000 réis e José, 32 anos, 1:600\$000 réis) e possuem um valor bem acima dos demais, mesmo nos casos de escravos do sexo masculino em torno dos 20 anos. Os outros três casos são mais peculiares, pois apresentam a ocupação para quase toda a escravaria, mas não identificam ofícios ligados à fundição de ferro, a exceção de um carvoeiro e um servente.³¹ Estes dois trabalhadores têm um alto valor, na casa de um conto, mas outros escravos descritos como “lavradores” também possuem valores semelhantes ou mesmo um pouco maiores. Esse fato pode ter duas explicações: 1) Dois dos três inventários tratam de pessoas já viúvas e os escravos aptos ao trabalho com o ferro ficaram com os herdeiros na primeira partilha; 2) Nos três casos, os bens imóveis inventariados eram em sociedade, assim os escravos que trabalhavam nas respectivas fábricas de ferro poderiam pertencer a outros membros da sociedade.³²

Propriedades em sociedade, ou parceria, eram bastante comuns na região de estudo, especialmente, entre membros de uma mesma família, mas também encontramos sociedades entre pessoas sem vínculos familiares. Essa constatação fica evidente na forma de partilha dos bens presentes nos inventários, sendo que comumente os herdeiros adquiriam móveis e animais na totalidade de cada bem, escravos, em alguns casos, ficavam compartilhados entre os herdeiros e os imóveis, na quase totalidade dos casos, eram compartilhados, ou seja, cada

²⁹ 1º Ofício de Notas, Santa Bárbara, livro 6, folhas 25 (v), 26, 26 (v), 14/05/1864.

³⁰ APHMS. Santa Bárbara, caixa 176, inventário de João B. de Figueiredo.

³¹ Os demais são descritos apenas como lavrador, quando do sexo masculino; ou cozinheira, quando do sexo feminino.

³² APHMS. Santa Bárbara, caixas 176, 33 e 49, inventariados Francisco Ferreira da Costa, Guilhermina Clementina de Magalhães e Maria Eugenia Rodrigues (respectivamente).

herdeiro restava com parte do imóvel. Essa forma comum de divisão das heranças aponta para propriedades familiares. Observamos que pessoas com maior poder aquisitivo costumavam possuir diversas fazendas ou, o que era mais comum, ser donas de parte dos bens e meios de produção em diferentes fazendas com produção diferenciada. A documentação atinente à compra e venda de propriedades também aponta para as sociedades. Quando Innocencio Viera Bittencourt e sua esposa, Manoela Clara de Jesus, decidiram vender sua fábrica de ferro, em 1850, situada em Água Limpa no distrito de Rio de São Francisco, encontraram dois indivíduos interessados no negócio, que adquiriram a propriedade em sociedade. Tratava-se de Manoel Moreira de Figueiredo e Antônio Ferreira Pinto. O vendedor, Innocencio Viera Bittencourt, aparece nas listas de imposto pagando tributos sobre fábrica de ferro tanto na década de 1850 quanto na de 1860, todavia, quando o mesmo é inventariado pela sua morte, em 1870, não há mais a fábrica de ferro entre seus bens. Como os compradores não aparecem na lista de impostos sendo taxados pela fábrica de Rio São Francisco em momento algum, podemos inferir duas possibilidades: 1) que a lista de imposto da Câmara possa estar desatualizada no que se refere ao nome do proprietário na década de 1860; 2) Innocencio Viera Bittencourt possuía mais de uma fábrica de ferro e que os compradores não foram taxados por terem mantido a fábrica inativa. Cremos que a primeira opção é mais plausível, uma vez que, no contrato de compra e venda, há menção de que um dos compradores, Manoel Moreira de Figueiredo, possuía uma fábrica de ferro em Paulo Moreira, apontando para seu conhecimento sobre a administração e o funcionamento de tal empreendimento.³³ Além disso, é possível que o mesmo possuísse mão de obra apta ao trabalho que poderia atuar também na fábrica do Rio de São Francisco. Ainda quanto ao comprador Manoel Moreira de Figueiredo, permanece uma dúvida, um indivíduo homônimo aparece, em três momentos, na década de 1850, pagando imposto sobre fábrica de ferro em Catas Altas, contudo não foi possível identificar se era do mesmo Manoel Moreira de Figueiredo ou não, uma vez que não foi encontrada mais nenhuma documentação complementar que pudesse solucionar esta questão.³⁴

O arrendamento de fábrica de ferro também foi uma opção. Em documentação encontrada no 1º Ofício de Notas de Santa Bárbara, é possível conhecer o contrato de arrolamento de uma fábrica de fazer ferro no distrito de São Miguel em 1847. O professor Felipe Anastacio Antonio de Azevedo Barros e sua mulher, Dona Ritta Emiliana Ferreira da

³³ A fábrica de Paulo Moreira é mencionada, pois o comprador Manoel Moreira de Figueiredo se compromete, caso venha a vender esta fábrica, a adiantar o pagamento de uma parcela da dívida.

³⁴ 1º Ofício de Notas de Santa Bárbara, Livro 3. p. 39, 39(v), 40, 1850.

Silva, estavam arrendando a fazenda com a fábrica para João Luis dos Santos e Manoel Bernardes dos Santos pelo período de dez anos.³⁵ Não foi possível identificar a relação entre os locatários, embora o mesmo sobrenome possa indicar algum tipo de parentesco. O acordo foi firmado pelo período de dez anos, a um valor de 300\$000 réis anual, sendo que os dois primeiros anos estariam dispensados de pagamento. Foi possível saber um pouco mais sobre esta transação e seus frutos através do inventário do Prof. Felipe, que faleceu em 1851. Antes mesmo de vir a óbito, Felipe já não administrava pessoalmente seus bens devido a uma doença, é possível, aliás, que o arrendamento da fábrica de ferro tenha sido um dos seus últimos atos de posse de seu perfeito juízo. Segundo consta em anexos do seu inventário, desde o início de 1849, o Prof. Felipe sofria de loucura e agressividade, sendo que seus familiares, conforme conta seu vizinho, Bento Innocencio Gomes, tiveram de acorrentá-lo durante um acesso de raiva.³⁶ Atestada a insanidade pelo depoimento do já mencionado vizinho e por um tio de Felipe, Antonio Alves Barroso, foi designado um curador para o mesmo, uma vez que sua esposa também se encontrava doente e em um convento. O escolhido, neste caso, foi o Reverendo Anastácio de Azevedo Correia Barros, irmão do Felipe, o qual, falecendo aquele, assumiria também a condição de tutor dos órfãos. Através das contas prestadas pelo reverendo, é possível rastrear o cumprimento do arrendamento em alguns momentos, bem como analisar o impacto de tal negócio nas contas da família, em um momento no qual o patriarca se via impossibilitado de exercer qualquer outra atividade. A primeira prestação de contas é feita em 1854 e se refere ao tempo em que o reverendo era curador de seu irmão. Nesse período (1849-1851), embora o acordo do arrendamento estivesse ativo, os 300\$000 réis pagos pelos locatários não foram suficientes para pagar as despesas. Este era o valor anual a ser pago pelos locatários segundo o contrato de arrendamento, todavia, pela quarta condição do mesmo, os locatários estavam livres do pagamento nos dois primeiros anos. Esse prazo provavelmente foi acordado pela necessidade de organizar as atividades da fábrica e possibilitar que a produção gerasse algum lucro, o que poderia levar algum tempo. O que o Prof. Felipe provavelmente não estava contando era com a doença, ou com o rápido avançar da mesma, que o afastou da sua outra fonte de renda, ensino das primeiras letras na freguesia de São Miguel do Piracicaba. Assim, a conta apresentada pelo reverendo Anastácio mostra um déficit de 502\$155 réis no balanço, entre as

³⁵ A fazenda fica no lugar denominado Talho Aberto = constante de roda, malho, safra, moinho, tudo coberto de telhas, pequena casa de vivenda parte coberta de telhas parte de capim, matos, campos e águas do Córrego Talho Aberto = de onde provem a denominação do lugar, arrenda a dita fábrica com todos os seus pertences. 1º Ofício de Notas de Santa Bárbara, Livro 2 A. p.95, 95 (v), 96, 1847.

³⁶ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, Felipe Anastacio de Azevedo Barros, 1851, Caixa: 123.

receitas e as despesas por ele, em nome de seu irmão, assumidas nesse período. A receita contava com os 300\$00 réis do arrendamento da fábrica no ano de 1850 e mais 150\$250 da venda de um terreno com massame, que o curador conseguiu autorização para comercializar com Emerencianno José da Silva. Nem todas as despesas são detalhadas, em alguns casos, temos apenas o recibo com o nome do credor, data e valor recebido pelo mesmo. Das despesas que possuíam maior detalhamento, temos a compra de um pequeno terreno contíguo à fábrica, médico, pagamento de créditos e dívidas, gastos com procuração, jornais devidos, entre outros gastos miúdos. Após prestar tais esclarecimentos, o reverendo Anastácio teve que passar a tutela de seus sobrinhos a outra pessoa, pois o mesmo iria se afastar da freguesia por tempo indeterminado. A tutela dos filhos de Felipe, Pedro e Samuel, passou então às mãos de João Leandro da Cruz.³⁷ As contas que este último apresenta mostram que, quando os locatários começaram a pagar regularmente o aluguel, os balancetes dos herdeiros Pedro e Samuel ficaram mais equilibrados. No período de novembro 1851 até janeiro de 1854, dois pagamentos foram efetivados, sendo que cada herdeiro ficou com 75\$000 réis, em cada uma das prestações, os dois herdeiros eram meeiros, juntamente com sua mãe que ficou com 150\$00, em cada uma das prestações. Além disso, cada herdeiro recebeu 62\$500 réis que era devido pela Fazenda Pública referente a aulas ministradas pelo seu pai, que não haviam sido pagas. Resumindo, as receitas dos herdeiros somavam 212\$500 e suas despesas totalizavam 184\$156, ficando de saldo positivo, neste período, 28\$344 para cada órfão. Aqui fica claro quanto o arrendamento da fazenda com a fábrica de ferro foi importante para ajudar substancialmente nas despesas dos menores órfãos, que não podiam obter recursos através de seus trabalhos. É difícil saber qual era o objetivo de Felipe quando resolveu arrendar a fazenda com a fábrica de ferro, nem mesmo se manteve esta ativa anteriormente, pois não temos listas de impostos para o período anterior à década de 1850. Talvez, o Prof. Felipe já sentisse algum sintoma de sua doença e resolveu garantir algum recurso aos seus rebentos, que ainda eram muito jovens, uma vez que este não possuía muitos bens imóveis, escravos ou semoventes que pudessem garantir um lucro suficiente para sustentar os custos anuais da criação de duas crianças. Ademais, podemos constatar, pelos recebimentos descritos, que a fábrica de ferro estava garantindo o pagamento regular de seu aluguel. Infelizmente, não temos dados de todos os anos para saber se houve alguma dificuldade na manutenção deste compromisso ou não.

³⁷ Não identificamos a relação deste com o inventariado prof. Felipe. Mas é provável que fosse um vizinho, amigo da família. Este aparece devendo para Manuel Saturnino Gomes de Freitas, em 1854 (possuidor de Tenda de Ferreiro) e para Ana Joaquina de Souza Ramos, em 1853, ambos moradores em São Miguel.

A última prestação de contas é feita em 1856, por um terceiro tutor, Vicente da Silva Martins, vizinho, parente e também possuidor de terras no lugar denominado Talho Aberto, em São Miguel do Piracicaba. Segundo esta prestação de contas, que abarcava o período de 1854 até 1856, os órfãos teriam tido duas formas de rendimentos, a já conhecida fábrica de ferro que rendeu 300\$000 e o aluguel do escravo Belizario que, tendo trabalhado quatrocentos e cinquenta dias a \$160 por dia, rendeu 72\$000. Pedro e Samuel possuíam mais uma escrava, mas esta, segundo o tutor, estava doente e não havia rendido nada. Os custos com roupas, sapatos e outras despesas totalizaram 392\$010 réis, não incluídas algumas miudezas “convenientes às crianças” que ficaram por conta do tutor. Neste período, as contas voltaram a ficar negativas, em menor quantidade do que no período que a fábrica não estava rendendo honorários, mas ainda assim as contas não fechavam. Em 1858, a situação ficava ainda pior para os herdeiros, uma vez que o contrato de arrendamento da fábrica havia acabado e os herdeiros ainda não teriam condições de tocar o serviço por sua conta. Vejamos a declaração do tutor justificando uma prestação mais simplificada das contas neste ano:

Pedro goza de saúde, já foi instruído nas primeiras letras, sabe ler, escrever e contar, também já se acha religiosamente educado (colégio da Senhora Mãe dos Homens). Quanto ao órfão Samuel também goza de saúde e está sendo instruído nas primeiras letras e vai sendo religiosamente educado. Consta do inventário terem os herdeiros parte em uma fábrica de ferro e cada um escravo ou escrava e estes bens nenhum rendimento produzem, porque a fábrica para ser trabalhada lhe é indispensável o emprego de braços, e não os possuem os ditos órfãos escravos em número para isso suficiente, nenhum lucro podem tirar com os braços livres, pois os preços dos jornais muito se tem elevado, e outro tanto acontece ao dos viveres, e os jornais do serviço dos escravos que possuem não são suficientes para socorrer as despesas do sustento, vestuário, e curativos de cada um dos órfãos que o supra-dito está prestando e educando por serem seus parentes e enteados. Assim promete não apresentar daqui por diante conta alguma de despesa com os mesmos, sendo que V. S. se digne considerar esta declaração como prestação de contas, pois se o supra-dito quisesse cobrar as despesas de sustento, vestuário e mais, teria a seu favor não pequeno saldo, e a pequena legítima dos pobres órfãos se diminuiria, pelo que requer que V. S. haja de mandar que esta se junte ao inventário respectivo dando-se vista ao C^{or}. Geral interino, para dizer por parte dos órfãos, que feito se julgue boa a presente conta e o supra-dito exonerado de mais prestá-la, exceto se ocorrerem circunstâncias tais que isso não permitam.³⁸

Vicente Martins pontua uma questão importante, ele não teria como gerir a fábrica em nome dos herdeiros, por estes não disporem de um elemento fundamental para esta atividade: trabalhadores. Os únicos dois escravos que possuíam, certamente, não dariam conta de todo o serviço, até porque ao que tudo indica a escrava não gozava de boa saúde. Contratar mão de obra extra não seria a melhor solução, talvez porque o tutor não teria como administrar a

³⁸ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, Felipe Anastacio de Azevedo Barros, 1851, Caixa: 123.

propriedade dos herdeiros e mais a sua de forma eficaz ou simplesmente não queria comprometer o patrimônio de Pedro e Samuel em jornais. Mas isso é pura especulação, o que sabemos ao certo é que, após vencer o contrato de arrendamento, a fábrica ficou parada por falta de trabalhadores. Aliás, é possível que o escravo Belizário tenha sido alugado aos locatários, uma vez que, quando a fábrica saiu de atividade, o mesmo ficou sem os jornais que antes recebia. O preço da contratação de serviços para trabalhar na fazenda deveria estar certamente um tanto alto neste período, o final do tráfico, em 1850, inflacionou o mercado de escravos no Brasil e, por consequência, também, o valor dos jornais pagos a escravos e provavelmente também aos livres, uma vez que o “mercado de trabalhadores” estava passando por uma fase de instabilidade. A falta de mão de obra parece ter sido o principal problema para o funcionamento da fábrica, isso porque as instalações, matas e terras estavam contempladas em quantia suficiente. Estas últimas, inclusive, aumentaram através de uma herança que Pedro e Samuel receberam. Estes foram beneficiados na herança de D. Ana Maria Gonçalves Pereira, em 1859, na quantia de 337\$333, que estavam distribuídos em porções de terra em diferentes locais da freguesia de São Miguel e em parte de uma casa. Ana Maria Gonçalves Pereira era avó de Pedro e Samuel, viúva de Anastácio Antônio de Azevedo Barros e mãe do Prof. Felipe. O tutor conseguiu trocar estes bens adquiridos pela herança da avó em terras no Morro Agudo, que ficavam unidas à fazenda do tutor e “debaixo de suas vistas”, assim, mais facilmente conserváveis. Em 1867, Pedro Affonso de Azevedo Barros, o filho mais velho do Prof. Felipe, entra com um pedido para que o tutor lhe entregue a sua parte dos bens do seu finado pai, bem como os rendimentos da mesma. Pedro havia completado 21 anos, o que lhe dava o direito de gerir os bens por conta própria.³⁹ Esta é a última notícia que temos deste caso, não sabemos quanto tempo levou para o mesmo tomar posse de fato de sua herança, o certo é que nem ele nem seu irmão estão presentes nas listas de impostos, o que nos faz crer que a dita fábrica de ferro ficou inativa ou foi vendida.

Quanto à força de trabalho empregada para operar as forjas, não restam dúvidas quanto ao papel fundamental dos trabalhadores escravos nos diversos processos envolvidos na fabricação de ferro. Mesmo sendo difícil identificar qual o papel desempenhado por cada escravo, devido, principalmente, à falta de registro escrito sobre o funcionamento destas fábricas, bem como à pobreza das informações existentes sobre o assunto, é possível que houvesse, em alguns casos, talvez, nas fábricas maiores, a participação de algum trabalhador livre. Todavia, pelas próprias condições rígidas da produção, acreditamos que a maior parte

³⁹ Segundo a cópia da certidão de nascimento anexada ao processo do inventário de seu pai, Pedro nasceu em 3 de julho de 1845. Foram seus padrinhos o vigário Felício de Abreu e Silva e Dona (ilegível) miliana.

do trabalho fosse executada por escravos. Barros (1989), em seu livro “História da siderurgia no Brasil, século XIX”, aborda a participação dos escravos em um capítulo especial, no qual destaca a importância dos mesmos, especialmente, quanto aos africanos, em introduzir e difundir a técnica de fundição nas Minas Gerais. O autor não esquece a importância dos grandes empreendedores como Eschwege, Intendente Câmara e o Monlevade, contudo destaca que a técnica mais difundida, nas Minas Gerais do século XIX, era os cadinhos e grande parte disso era devido à maior simplicidade do processo que era conhecido por muitos escravos.

Mais difícil do que identificar trabalhadores escravos ferreiros e carvoeiros é achar os livres com as mesmas ocupações. Tal façanha foi possível através das listas nominativas de 1831. O que chama atenção aqui é a maior presença de livres do que de escravos. Todavia, essa estimativa é ilusória, uma vez que a qualidade da informação referente à ocupação é melhor para livres do que para escravos (do total da população, temos informações para 60% dos livres e para 22,2% dos escravos). Mais do que estimar a proporção entre livres e escravos através do uso das listas nominativas, que não é uma boa fonte para tal pressuposto, esta fonte serve para tirar da invisibilidade a presença de livres entre “fabricantes de ferro”. Iremos chamar estes “fabricantes de ferro” de “ferreiros” para evitarmos confundir com donos de fábrica, uma vez que a designação aqui abarca pessoas que se ocupavam com a fabricação de ferro ou de peças de ferro. Ademais, a presença de filhos, parentes e agregados torna tangível a teoria dos empreendimentos familiares e associativos, onde o trabalho escravo e livre atuava lado a lado.⁴⁰ Pela tabela 3.5, podemos observar que todos os ferreiros possuíam escravos o que corrobora a ideia precedentemente assinalada. Dos 111 fogos, onde apenas um membro é identificado como ferreiro, tem-se: 62 chefes, 23 filhos do chefe, 1 parente, 9 agregados, 6 escravos e 10 sem relação. Quando 2 membros do fogo indicam atividades com ferro, de um total de 24, eram 15 chefes, 21 livres e 12 escravos. Para 3 ou mais membros com tal ocupação, de um total de 11 fogos, o chefe sempre estava presente (a exceção de um caso), os demais livres totalizavam 26 e os escravos apenas 8 indivíduos. Neste último caso, cabe salientar que o fogo, cujo chefe não era fabricante de ferro, possuía 5 dos 158 escravos do fogo com este ofício, sendo que apenas 19 tinham ocupação identificada (5 carpinteiros, 5 ferreiros, 1 chicoteiro, 3 alfaiates, 2 fiadeiras, 2 pedreiros e 1 feitor).

⁴⁰ Na lista de cidadãos (livres) da freguesia de R. de São João - 1859, 1861 e 1865 -, encontramos o total de 5 ferreiros (entre aproximadamente 339 indivíduos, na maioria lavradores). Na lista do conselho de quarteirão de São Domingos do Prata, de 1842, de um total de 120 indivíduos 3 eram ferreiros. Apesar do baixo índice e de ser uma fonte temporal e espacialmente restrita, mostra que havia sim pessoas livres que se identificavam e eram identificadas enquanto trabalhadores do ferro. APHMS. Câmara Municipal, Documentos Avulsos.

Tabela 3.5 - Ferreiros segundo a condição e a posição no fogo, 1831

Localidades	Livres					Escravos
	Chefe	Cônjuge	Filho	Agregado ou parente	Sem Relação	
Cocais	17		1		3	9
N. S. do Socorro	7	1	4		11	2
Santa Bárbara	13		13	4	1	1
São D. do Prata	9		1	1	1	4
São G. do R. Abaixo	12		18	8		1
Brumado	15		5	2	9	6
Catas Altas	14		1		6	3

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831/1832. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

Tabela 3.6 – Ferreiros chefe de fogo segundo a escravaria, 1831

Localidade	Escravaria				
	Sem Escravos	1	2 - 5	6 - 10	11 - 20
Cocais	10	4	3		
N. S. do Socorro	5			2	
Santa Bárbara	10		3		
São D. do Prata	6		3		
São G. do R. Abaixo	9	1		1	1
Brumado	7		5	1	2
Catas Altas	11		1	2	

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831/1832. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

O recenseamento de 1872 também apresenta informações sobre ocupação, todavia estas são ainda mais problemáticas, uma vez que englobam todas as atividades com metais na categoria “operários em metais”. Certamente, essa categoria incluía as atividades com ouro e outros metais. Isso é facilmente observável pela presença de estrangeiros livres, casados e solteiros, dentre os trabalhadores deste ofício.⁴¹ De qualquer maneira, a presença de livres ainda é predominante, 285 para apenas 6 escravos (todos os cativos na vila de Santa Bárbara). Novamente, é impossível estimar proporções com as informações disponíveis, mas a presença de livres mostra que estes também exerceram ofícios voltados para a fabricação de ferro. Os

⁴¹ Recenseamento Geral de 1872. Biblioteca do IBGE.

dados possíveis de serem extraídos das listas nominativas apontam para uma heterogeneidade dos fogos envolvidos com a fabricação de ferro ou de ferramentas, o que será mais aprofundado adiante pela análise dos inventários.

Aparentemente, quanto mais regular a produção maior a necessidade de mão de obra escrava, atividades que demandavam um trabalho mais irregular dependeram menos da mão de obra escrava. A preferência pelos trabalhadores escravos deu-se, primeiro, pela habilidade nos trabalhos com o ferro por alguns cativos; segundo, pela garantia da regularidade no trabalho; e, terceiro, pela criação de mestres e aprendizes que, pela rotina do trabalho, foram aperfeiçoando suas habilidades e transmitindo-as a outros escravos seja de forma sistemática, o senhor colocava escravos mais novos como aprendizes dos mais hábeis, seja pelo acompanhamento superficial do trabalho através da observação durante a execução de outras tarefas próximas ao trabalho nas forjas.

3.3 CASOS DE FAMÍLIA, FABRICAÇÃO DE FERRO E RIQUEZA

Os trabalhos com o ferro, como mencionado, estiveram presentes em todo o termo de Santa Bárbara em nosso período de estudo. Esse tipo de atividade era fundamental para a região que dependia muito de ferramentas tanto para mineração de ouro como e, progressivamente com maior importância, para a agricultura, construção e outras atividades. Um número considerável de inventários menciona a existência de tenda de ferreiro, utilizada para reparo de peças ou mesmo para a fabricação de uma peça simples usando o ferro forjado em barra, comprado de um fabricante de ferro. Nosso escopo, agora, é entender essa diversidade de trabalhos com o ferro, portanto iniciaremos pelos fabricantes de ferro, passando, posteriormente, para os proprietários de tendas visando a desvendar quais suas atividades econômicas, sua relação com a sociedade e qual a importância do ferro para a economia familiar destes senhores. Buscaremos também entender o significado dos trabalhos com o ferro para a economia do termo de Santa Bárbara, tanto concernente à arrecadação de impostos quanto à manutenção e ao bom andamento de outras atividades.

Nossa principal fonte, os inventários, não aprofunda sobre o funcionamento das propriedades, apenas descrevendo seus bens. Podemos, todavia, inferir algumas observações a partir da análise do montante empregado pelos inventariados em bens móveis, imóveis, animais, escravos e dívidas. Mesmo que todos os inventariados possuíssem fábricas de ferro, podemos observar que as faixas de riqueza divergiam bastante, bem como os percentuais

aplicados nos diferentes bens da propriedade. Para podermos pontuar de forma mais clara os investimentos das famílias analisadas (uma vez que o falecido quase nunca era responsável apenas por si próprio, tendo familiares que dependiam e colaboravam para a riqueza da família), separamos os bens móveis em móveis e profissionais. Na categoria profissional, foram colocados os bens descritos como móveis, mas que claramente eram usados nos trabalhos rotineiros ou de alguma forma contribuía para a riqueza familiar, tais como dinheiro, aluguel de escravo, produtos agrícolas, ferramentas e utensílios específicos (forma de fazer rapadura/para açúcar, banco de carpintaria, tacho no engenho, etc.). Neste último caso, utensílios, somos cientes de que podemos ter caracterizado alguns bens profissionais apenas como móveis, pois, para evitarmos o erro de designar como utensílios de trabalho aqueles que eram utilizados para fins domésticos, separamos apenas os que tinham algum indicativo de uso para atividades fora dos domínios da casa (observar a Tabela 3.4).

Com a exceção Delfina Maria de Jesus e Gaspar Moreira de Alvarenga, todos os demais inventariados com Monte-líquido menor de 5:000\$000 tratavam-se de viúvos, o que já indica uma divisão dos bens anterior ao inventário em questão. Egos Muniz Pinto Coelho é descrito como casado no seu inventário, todavia trata-se do seu segundo casamento, ou seja, o mesmo já teria partilhado os bens anteriormente por falecimento de sua primeira esposa, Antonia Jacinta de Jesus. Aprofundando um pouco o caso de Egos⁴², este é listado dentre os moradores de São João do Morro Grande (distrito de Socorro), no ano de 1860, e tributado por uma fábrica de ferro. Um dos seus filhos, Antonio Jacinto Pinto Coelho, está presente nas listas de impostos de Socorro, por possuir fábrica de ferro em atividade, nos anos de 1855 e 1856. Em 1864, a viúva de Egos é listada por Bruzzi, como fabricante de ferro, em São João do Morro Grande.⁴³ Podemos supor que se tratava da mesma fábrica e que esta ficou ativa durante a década de 1850. A mesma, provavelmente, foi desarticulada após a morte do patriarca, uma vez que os membros da família são taxados, nos anos de 1865 e 1867, apenas por um moinho. Sabemos que, em 1865, ano da sua morte, Egos possuía a instalação da fábrica de ferro, declarada entre seus bens imóveis, a ausência de tributação sobre a mesma indica que estava parada⁴⁴, o que pode ter sido originado pela desorganização da atividade em

⁴² Também aparece como Egas nas listas de impostos.

⁴³ O inventário de Egos é datado de 1865, todavia o mesmo faleceu em 1864. Em todos os casos onde o ano de falecimento divergia da data do inventário, optamos por coletar a data do último. Isso porque a descrição dos bens é feita com base na data do inventário e não do falecimento, assim, se os bens renderam lucros ou prejuízos no período entre a morte e a feitura do inventário, esses também eram contabilizados.

⁴⁴ Eram tributadas apenas as atividades em exercício. Assim, mesmo que o indivíduo possuísse um moinho, engenho, fábrica de ferro o que quer que fosse, se este não estivesse produzindo no ano base não seria cobrado imposto municipal.

decorrência de sua morte e, talvez, um período anterior de enfermidade. É possível também que a fábrica tenha sido vendida em decorrência da partilha dos bens. Infelizmente, o inventário de Egos Pinto Coelho está incompleto, faltando os autos da partilha, o que impede a afirmação ou contestação de tal teoria. Outra particularidade apresentada no inventário de Egos Muniz Pinto Coelho, fenômeno perceptível também em outras famílias, como veremos adiante, é o casamento endogâmico ou entre diferentes membros de duas famílias. Dos quatro filhos do inventariado, três contraíram matrimônio com membros de uma mesma família. Antônio Jacinto Pinto Coelho casou-se com Sabrina Maria de Gouvêa, Alexandre Ferreira Pinto Coelho casou-se com Joanna Maria de Gouvêa e Felício Muniz Pinto Coelho casou-se com Marianna de Jesus Gouvêa, todos três eram filhos do primeiro matrimônio de Egos. O quarto filho, José Emigdio Pinto Coelho, único que foi fruto do segundo casamento, tinha 22 anos e ainda era solteiro quando seu pai faleceu. O casamento recorrente entre membros de duas famílias (p. ex.: em caso de falecimento do cônjuge o viúvo/a casa com um irmão/a do finado/a, irmãos de uma família casando com irmãos de outra ou mesmo casamentos entre parentes) apontam para uma estratégia de manutenção do patrimônio familiar, uma vez que os diferentes membros da família estariam provavelmente envolvidos não apenas por laços familiares, mas também econômicos. Assim, quando ocorre uma divisão nos bens, por exemplo, em caso de morte do patriarca, as partes herdadas ficariam em posse de uma mesma organização familiar facilitando não apenas a manutenção dos trabalhos, mas formando uma espécie de sociedade familiar que colaborava para a manutenção do padrão ou mesmo enriquecimento do conjunto. Segundo Rodarte (2008), mais do que agregar as funções reprodutivas e ser um grupo de parentesco, o fogo quase sempre constituía um conjunto de pessoas com funções sociais e econômicas no contexto de uma sociedade pré-industrial, especialmente como unidade produtiva. Ainda segundo o autor, neste tipo de organização, onde não há um mercado de trabalho plenamente constituído e os produtores não estão privados totalmente dos meios de produção, os imperativos de reprodução mesclavam-se com a necessidade de produção econômica e as demandas de ambas acabavam por definir tamanho e forma desses agrupamentos (RODARTE, 2008). Seguindo esta linha de raciocínio, parece-nos que, para muitas famílias com riqueza considerável, os casamentos de diferentes membros de uma família com parentes ou matrimônios de vários membros de duas famílias foram sim uma estratégia utilizada para manter a riqueza. Possivelmente, mais do que isso, tais enlaçamentos conjugais permitiam congregar pessoas muitas vezes necessárias ao exercício das atividades do domicílio. Em outras palavras, os matrimônios poderiam permitir a junção de famílias que possuíam elementos diferentes para o enriquecimento mútuo como, por

exemplo, terra e mão de obra, ou mesmo ampliar empreendimentos comuns com a junção das propriedades. Com certeza, foram diversos os arranjos orquestrados pelas famílias ou pelos seus chefes na hora de buscarem matrimônio para seus filhos e dependentes. O que queremos ressaltar aqui é o casamento como uma das estratégias para o enriquecimento das famílias. Obviamente que os projetos em família não impediam que um ou outro membro que obtivesse certo capital investisse concomitantemente em outras propriedades e mesmo em outras atividades além das exercidas no domicílio. Voltaremos a este assunto um pouco mais adiante quando analisaremos outros casos semelhantes. Vamos nos concentrar, agora, nos inventariados com patrimônios inferiores a 5:000\$000.

Quanto à Delfina, seu inventário está incompleto, não apresentando os autos da partilha, sendo que a soma dos seus bens foi deduzida pela soma dos bens descritos. Assim, não temos como afirmar que a relação dos bens estava completa nem tirar muitas conclusões sobre o montante de bens apresentado, uma vez que o inventário encontrado não estava concluído ou parte do documento foi extraviada. Chegamos ao inventário de Delfina pela menção de seu marido, Eduardo Ernesto Tavares Paiva, nas listas de impostos, sendo tributado por fábrica de ferro. Não encontramos o inventário de Eduardo, entretanto seu nome é recorrente nas listas de impostos em todas as décadas analisadas pagando imposto tanto sobre fábrica de ferro quanto sobre moinho. Isso indica que, quando da morte de sua esposa Delfina, em 1846, o casal estava na fase inicial da jornada pela construção do patrimônio familiar.⁴⁵ Na última data que Eduardo Tavares Paiva é listado na relação de cobrança de impostos da Câmara de Santa Bárbara, por possuir fábrica de ferro, 1883, a forma de tratamento muda e ele passa a ser designado como “Eduardo & Tavares”. Este fato poderia passar despercebido uma vez que a nomenclatura poderia variar de acordo com o indivíduo que organizava a lista, mas, neste caso, ela indica-nos uma possível transição. Isso porque, no ano de 1886, quem passa a ser tributado por fábrica de ferro é Innocencio Tavares Paiva. Não conseguimos comprovar a relação de parentesco entre Eduardo e Innocencio, mas é bem provável que fossem pai e filho. Após a morte de Delfina, Eduardo casou-se novamente, com Maria dos Anjos, o que, possivelmente, rendeu mais filhos. Maria dos Anjos é herdeira filha no inventário de sua mãe, Antônia Romana de Jesus, falecida em 1853, casada que foi com Bento da Silva Jesus. No inventário de Antônia Romana, é possível identificar uma bigorna, objeto utilizado para trabalhar o ferro, e vários instrumentos produzidos com o mesmo material, como foice, enxada, machado, mas não há menção à tenda de ferreiro ou fábrica de

⁴⁵ APHMS. Inventários, Santa Bárbara. Egos Muniz Pinto Coelho: caixa 41; Delfina Maria de Jesus: caixa 95.

ferro, sendo mais confiável supor, em razão dos bens descritos, que Antônia Romana e seu esposo dividiam suas atividades econômicas entre agropecuária e pequena parte em mineração de ouro. O casamento com Maria dos Anjos pode ter sido o responsável pela mudança de endereço de Eduardo Tavares. Este é identificado como residente em Santa Bárbara, no ano da morte de sua primeira esposa, 1846, entretanto a cobrança de impostos é relativa à freguesia de São Miguel do Piracicaba. O que contribui com a tese da mudança de endereço são as informações do inventário de outro fabricante de ferro, Angélica Delfina Constança de Jesus, casada com Manoel de Araújo Lima e falecida em 1856, tendo, entre seus bens, uma fábrica de ferro em Santa Bárbara “comprada de Eduardo Ernesto Tavares Paiva”⁴⁶. Assim, acreditamos que a oportunidade do segundo casamento motivou Eduardo a vender as terras com a fábrica em Santa Bárbara, mas não o afastou desta atividade econômica, pois, em 1856, o mesmo já é contribuinte com impostos em São Miguel do Piracicaba pela mesma atividade com ferro. Podemos individuar, ainda, que Eduardo Tavares possuía contatos por grande parte do termo de Santa Bárbara, sendo que identificamos com pequenas dívidas nas freguesias de Rio de São Francisco (1860 e 1871), São Miguel (1852 e 1867), São Domingos do Prata (1865) e Cocais (1853). Dos sete credores que conseguimos identificar, quatro possuíam tenda de ferreiro, o que pode indicar um conhecimento mútuo entre pessoas que trabalhavam com ferro, mesmo que em graus de especialização distintos. Mas as relações entre os fabricantes de ferro ficam ainda mais entrelaçadas. O casal Angélica e Manoel compraram também outros bens que Eduardo possuía na Fazenda Cururú, em Santa Bárbara, aparentemente em sociedade, visto que, na descrição dos imóveis, é ressaltado “a metade do valor de” em todos os imóveis que possuíam a menção de terem pertencido a Eduardo Tavares Paiva. Embora não fique claro a quem pertenceria a outra metade da fábrica de ferro, podemos especular sobre o assunto. Outra propriedade pertencente ao casal Angélica e Manoel – 135 alqueires de terras de cultura, campos de criar, capoeiras e alguma restinga de mata virgem – é descrita em sociedade com José Joaquim de Araújo, outro fabricante de ferro, de acordo com a lista de imposto de Santa Bárbara, das décadas de 1850 e 1860, e com a relação de fabricantes de ferro do termo de Santa Bárbara de 1864. A história fica ainda mais complexa, pois uma das irmãs de Angélica Delfina, Maria Juliana, herdeira em seu testamento juntamente com outros irmãos, é casada com Manoel Ribeiro da Costa, outro fabricante de ferro de Santa Bárbara. Maria Juliana já era falecida quando sua irmã Angélica Delfina morreu, todavia tinha filhos que poderiam e, efetivamente, representaram-na na lista de

⁴⁶ APHMS. Inventários, Santa Bárbara. Angélica Delfina Constança de Jesus: caixa 31.

herdeiros. Manoel Ribeiro da Costa não está presente na lista elaborada por José Maria Bruzzi referente aos fabricantes de ferro atuantes em 1864, contudo pagava impostos por tal atividade nos anos de 1855 e 1856, neste último, também é tributado por um moinho.

Já com relação a Gaspar Moreira de Alvarenga, parte do seu Monte é devido ao menor preço dos escravos na década de 1820. Este possuía o título de alferes no inventário e, mesmo sem podermos precisar sua idade, não era muito novo, pois, dos seus 7 filhos, o mais velho tinha 26 anos. Não foi possível localizar o destino da família após a morte do patriarca. Como todos os filhos ainda encontravam-se solteiros quando Gaspar Moreira faleceu, é possível que, ao contraírem matrimônio, seus nomes tenham sido alterados, o que dificulta a identificação dos mesmos.

Conquanto os enlaçamentos entre famílias não tenham sido uma de nossas preocupações iniciais, estes impuseram-se diante dos vários casos encontrados que apontam para casamentos motivados mais pela conveniência do que por razões amorosas. Estas relações interessam-nos particularmente, pois fazem parte de um conjunto de ações movidas por indivíduos durante suas vidas com objetivos econômicos e sociais. Embora saibamos que alguns enlaces matrimoniais não foram cuidadosamente planejados, mesmo assim, restringiam-se ao meio social de convívio dos envolvidos e, dessa maneira, tendiam aos arranjos entre cônjuges com posições semelhantes na hierarquia social, com isso configurando a importância das questões econômica e social.

Já contamos um pouco da história da família de Angélica Delfina e Manoel de Araujo Lima, moradores em Rio de São Francisco. Dois membros do sexo masculino desta família e mais um sócio estavam envolvidos em trabalhos com ferro: Manoel de Araújo Lima (esposo de Angélica Delfina), José Joaquim de Araujo (sócio de Manoel e Angélica em alguns empreendimentos – apesar do sobrenome comum não foi possível traçar um parentesco) e, finalmente, Manoel Ribeiro da Costa (cunhado de Angélica e Manoel). A fábrica de ferro e um forno assentado na mesma são responsáveis por aproximadamente 15% dos imóveis de Angélica e Manoel. Este valor não envolvia a terra com mata, necessária à fabricação de carvão. A mata, provavelmente, estava abarcada em outra propriedade do casal, a qual se compunha de 135 alqueires de terras, que se qualificavam como de cultura, campos de criar e restinga de mata virgem. Esse domínio é interessante pela presença da mata, especialmente, porque era este o imóvel em sociedade com José Joaquim de Araújo, levando-nos a crer que os sócios usufruíam da mesma mata para a produção de carvão para suas respectivas forjas. Talvez, pudessem compartilhar o trabalho de alguns escravos na produção de carvão. Ambos,

Manoel Araujo e Joaquim Araujo, bem como o cunhado de Manoel Araujo, Manoel Ribeiro, pagavam impostos por outras atividades, dentre estas, o uso de moinho era comum a todos. José Joaquim estava envolvido também com criação de gado na década de 1880 e com uma casa de negócios na década de 1870. A criação de gado só passou a ser tributada a partir da Resolução nº 2884, de 20 de setembro de 1882, que estipulava, entre outras cobranças de impostos para o termo de Santa Bárbara: “§24º. De cada retiro que tiver de quinze ou mais cabeças de criação vacum ou cavallar, 5\$000”.⁴⁷ Anteriormente, apenas era cobrado imposto sobre cortes, ou seja, quanto à comercialização da carne dos animais, e não sobre a sua criação. No inventário de Angélica, são descritos 25 vacuns, 14 cavalares e 10 muares, estes animais representavam 10% de todos os bens do casal e, certamente, eram utilizados, ao menos em parte, para a execução de outros trabalhos tanto na lavoura como no transporte. Embora não tenhamos a presença de porcos entre os animais inventariados, o casal possuía parte em um chiqueiro que estava situado entre os bens da fazenda Cururú de Baixo, também em Santa Bárbara e vizinha da Fazenda Cururú. Esta fazenda também era uma sociedade, uma vez que o casal possuía apenas a quarta parte da mesma, mas não há indicação de quem seriam os demais donos da fazenda. Nesta propriedade, são descritas plantações de café e bananeiras nos quintais da casa de vivenda, o que era bastante comum em toda a região. Esse breve apanhado dos bens de Angélica e Manoel serve para mostrar a diversidade dos investimentos da família, que certamente não vivia apenas dos rendimentos da fábrica de ferro. Não temos como saber qual a importância das atividades agropecuárias em relação à produção de ferro, mas acreditamos na dependência da diversidade, pois as relações trabalhistas e a economia ainda estavam em um período pré-industrial, desse modo, não favorecendo uma divisão de trabalho ou uma especialização produtiva rígida.

Outras duas famílias de fabricantes de ferro têm relações familiares densas. Trata-se das famílias de Germano Antônio de Azevedo Barros e de Flávio Antônio de Azevedo Barros, ambos residentes em São Miguel do Piracicaba. Aqui, mais uma vez, somos surpreendidos pela falta de precisão no que concerne às nomenclaturas ou pela pouca destreza da pesquisadora com as mesmas. No inventário de Anantacio Azevedo Barros, pai de Germano e do Prof. Felipe, de 1828, não encontramos nenhum Flávio, todavia, na partilha dos bens de sua esposa, Anna Maria Gonçalves Pereira, em 1859, um dos filhos do casal é identificado como Flávio (substituindo outro anteriormente nomeado de Otávio, os demais são todos semelhantes nos dois inventários). Acreditamos que Flávio era irmão de Germano

⁴⁷ APM. Resolução n 2884 de 20 de setembro de 1882, LM – 3282. Leis mineiras, rolo 05, flash 04.

e de Felipe, todos três, direta ou indiretamente, envolvidos em atividades com ferro. De qualquer forma, cada caso, isoladamente, rende uma boa análise sobre as escolhas matrimoniais e suas conexões com as ambições sociais e econômicas das famílias.

Germanno Antônio de Azevedo Barros era residente na freguesia de São Miguel, onde recorrentemente pagava impostos sobre fábrica de ferro e moinho. As atividades no moinho parecem ter sido mais estáveis, visto que Germanno é tributado nas décadas de 1850, 1860, 1870 e 1880; já a produção de ferro é taxada em apenas dois momentos na década de 1850 – e, por isso, seu nome não está presente na lista elaborada por Bruzzi, em 1864. É provável que Germano não tenha falecido antes de 1888, porque pagava imposto em 1886, o que explica a inexistência de seu inventário. Foi possível, todavia, localizar o inventário de sua esposa, Ignacia Rosa da Silva, falecida em 1855.⁴⁸ De acordo com este documento, o casal possuía 7 filhos, todos menores de 18 anos, e, por esta razão, provavelmente, residentes junto com o casal, em uma das duas propriedades, uma no Morro Agudo e outra na Fazenda Bom Sucesso, ambas em São Miguel do Piracicaba. O casal possuía ainda uma casa e um terreno no arraial da mesma freguesia. Germanno era filho do Capitão Anastácio de Azevedo Barros que, de acordo com seu inventário de 1828, possuía, entre seus bens, uma tenda de ferreiro.⁴⁹ Não há informações sobre a localidade onde estava instalada esta tenda. Talvez, ela possa ter sido transformada na fábrica, pois, entre as diversas propriedades do Capitão Anastácio, havia uma no Morro Agudo. O mais relevante aqui é que, muito provavelmente, fora nesta tenda que Germanno tomou conhecimento sobre os trabalhos com o ferro, o que seria útil na administração de sua fábrica. O cruzamento das escravarias de pai e filho mostra que dois dos onze escravos de Germanno eram os mesmos herdados do pai, tratava-se de Luciano e Adão. Apenas Luciano poderia ter algum conhecimento prévio quanto aos trabalhos com o ferro, porque Adão tinha apenas 1 ano quando passou às mãos de Germanno, já o primeiro tinha 14 anos na época.

Os bens do casal Ignacia e Germanno mostram que estes também tinham alguns imóveis em sociedade. A fazenda Bom Sucesso, com terras, casa, paiol, engenho, senzalas e mais pertences não é inteiramente do casal, sendo que o mesmo possui apenas a quarta parte da sobredita fazenda. A fábrica de ferro ficava instalada na propriedade do Morro Agudo, que ainda era composta por 88 alqueires de terra de capoeiras, matas virgens e campos, moinho e casa. Somente a fábrica era responsável por 25% do valor total da propriedade de Morro Agudo e por 14% de todos os imóveis do casal. É certo que as matas da propriedade também

⁴⁸ APHMS. Inventários, Santa Bárbara. Ignacia Rosa da Silva, caixa: 7.

⁴⁹ APHMS. Inventários, Santa Bárbara. Capitão Anastácio Antonio de Azevedo Barros, caixa: 31.

faziam parte do conjunto utilizado para a fabricação de ferro. Como em outros casos já descritos, Ignacia e Germano não estavam envolvidos apenas nos trabalhos com o ferro. Os cinco animais aqui inventariados, 1 vaca, 1 cavalo e 3 mulas, serviam apenas para os trabalhos na fazenda, todavia os bens profissionais indicam atividades com cana e mandioca. Entre os bens profissionais, chama a atenção, mais uma vez, o indicativo de sociedade, pois todos são descritos como apenas a quarta parte do valor pertencente ao casal. Trata-se aqui de 1 pipa, 2 tachos para calda, 1 alambique e 1 forno para torrar farinha. A produção de farinha fica evidente também pelo pagamento de imposto sobre moinho, já os trabalhos com a cana podem ter sido tributados no nome do sócio, ou dos sócios no caso de ser mais de um. A falta de taxação serve aqui para nos alertar que nem todas as atividades eram taxadas e, além disso, apenas uma cobrança era feita sobre cada bem/produção.⁵⁰ Assim, apenas um engenho seria tributado, mesmo que a sua produção fosse dividida entre várias pessoas ou sua utilização fosse parte de uma sociedade, fogo ou familiar.

O inventário do Capitão Anastácio, pai de Germano, revela ainda mais uma surpresa, na observação dos demais herdeiros, irmãos de Germano, encontramos uma única filha que já era casada quando da morte do pai, Ana Camila de Azevedo Barros, casada com Vicente Correia Pessoa. Este estava descrito na relação de fábricas de ferro do termo de Santa Bárbara de 1864 e também estava presente nas listas de impostos da freguesia de São Miguel nas quatro décadas analisadas. Vicente Correia Pessoa – que também aparece, nas listas de impostos, como Vicente Correia da Silva Pessoa - estava envolvido com atividades diversificadas, sendo tributado por fábrica de ferro (décadas de 1850, 1860, 1870, 1880), moinho (décadas de 1850, 1860, 1870), cortes e/ou criação (décadas de 1860, 1870) e casa de negócio (década de 1870). Esta última, possivelmente, era em sociedade com seu filho, pois, em 1871, a cobrança foi direcionada a Vicente Correia da Silva Pessoa Junior e, em 1874, a Vicente Correia da Silva Pessoa. Não podemos esquecer a mencionada relação fraterna entre o Prof. Felipe Antonio de Azevedo Barros – que, em 1847, arrendava uma fábrica de ferro

⁵⁰ A cobrança sobre a produção dos engenhos variou durante o período analisado. De acordo com a Resolução n. 1.134 de 16 de outubro de 1861 (APM- LM-1485) o imposto de \$320 sobre cada barril de aguardente que cobrava a Câmara Municipal de Santa Bárbara seria substituído pelo de 10\$000 réis que pagariam os negociantes que vendessem esse gênero na ocasião da concessão das licenças de negócios. Em 1882 a Resolução n. 2.884 de 20 de setembro de 1882 (APM - LM-3282) § 37°. De cada engenho de ferro ou de madeira que fabricar açúcar ou rapadura, sendo movido por água, 8\$000; sendo por vapor, 5\$000; fazendo também restilo, 10\$000. Todavia, nas listas de impostos encontradas, durante as décadas de 1850 e 1860 é comum a cobrança sobre o produto (aguardente, rapadura, açúcar), em outras datas a cobrança é feita ou sobre o engenho (em alguns casos especifica a produção em outros não) ou sobre negócio (no caso molhados e restilo).

juntamente com sua esposa, Ritta Emiliana Ferreira da Silva – com Germano Antônio de Azevedo Barros e Flávio Antônio de Azevedo Barros.

Cabe uma pausa nos assuntos da família Azevedo Barros para enfatizarmos que a polivalência das atividades familiares, de acordo com suas condições, foi praticamente regra entre os donos de forja. A grande maioria dos donos de fábrica de ferro estava envolvida concomitantemente em outras atividades conforme se pode observar na tabela 3.7, construída com base nas listas de impostos. Devemos ressaltar aqui que a tributação da Câmara Municipal não recaía sobre todas as atividades, assim é provável que as atividades fossem ainda mais variadas. Isso é facilmente comprovado pelo baixo índice de taxaço sobre engenhos de cana, uma vez que os inventários de proprietários de forja constantemente apresentavam instrumentos para processar, transformar e armazenar os derivados da cana.

Tabela 3.7 - Proprietários de fábrica de ferro segundo participação em atividades passíveis de impostos, termo da vila de Santa Bárbara, 1850 -1888.

Ocorrência nominal	Eng. de Cana	Agropecuária	Casa de Negócio	Eng. de Mineração	Fábrica de Ferro	Fáb. de Pólv.	Moinho	Total	%
1 Atividades					27			27	15,7
2 Atividades		3			46		43	92	53,5
3 Atividades	6	2	1	1	11	1	11	33	19,2
4 Atividades	3	4	3	0	5	0	5	20	11,6
Total	9	9	4	1	89	1	59	172	100

Fonte: APHMS. Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

As atividades agrícolas, amplas na região, também não eram tributáveis, apenas a criação e comercialização de gado pagavam imposto. Em alguns casos a unidade produtiva era intensamente diversificada, englobando de até quatro diferentes atividades econômicas. Tais atividades complementavam-se e garantiam a vitalidade econômica de seus administradores.

Voltando ao caso de Flávio Antônio de Azevedo Barros, este também é bastante elucidativo no que se refere às opções matrimoniais e aos arranjos econômicos familiares. Nesse aspecto, ressaltamos que, em alguns casos, é possível identificar o uso de “nomes de família” de forma repetida, uma alusão a um membro que tenha tido algum tipo de

importância para a mesma ou, simplesmente, uma questão de identidade. É o caso aqui dos nomes Anastácio e Antônio que são recorrentes na família Azevedo Barros. Além do Capitão Anastácio Antônio, já citado, que faleceu em 1828, todos seus filhos carregam como segundo nome ou Antônio ou Anastácio. O Prof. Felipe, em alguns casos, é descrito como Felipe Antonio de Azevedo Barros, em outras passagens, como Felipe Anastacio Antonio de Azevedo Barros. O uso do segundo nome como uma referência a um antepassado pode ter sido uma estratégia de identificação de ancestralidade, pois os sobrenomes mudavam com os casamentos e, em alguns casos, aparentemente, o sobrenome podia ser escolhido por pura conveniência (temos casos onde os filhos de um mesmo pai e uma mesma mãe têm sobrenomes diferentes). Essa opção por manter o segundo nome foi comum para todos ou à maioria dos filhos, por exemplo, nas famílias de Antonio Francisco Macieira, onde todos os 11 filhos tinham Francisco ou Francisca no nome⁵¹; Alferes Custódio José da Costa, todos os três filhos do sexo masculino possuíam José no nome⁵²; José Dias Teixeira, casado com Maria Jacinta de Jesus, tinha 7 filhos, dos quais, 3 meninas e um menino chamavam-se Jacinta ou Jacinto⁵³, Joaquim José Affonso Teixeira da Motta inseriu, na nomenclatura de todos os seus quatro filhos do sexo masculino, o nome Afonso⁵⁴; entre outros.

Conclusa essa ressalva, voltemos ao caso de Flavio Antônio de Azevedo Barros, o qual era casado com Luisa Altina Gomes Pereira, falecido em 1867, deixando 7 filhos, dos quais apenas um ainda permanecia solteiro. O que despertou interesse extra pela história de Flávio foram justamente os enlaces matrimoniais contraídos por seus filhos. Antes de adentrarmos nos casamentos dos filhos de Flávio, vamos detalhar um pouco suas posses no ano de sua morte. O inventariado, com certeza, era um homem rico, possuía um Monte-Mor líquido de 40:192\$200 (41:992\$200 se incluirmos os valores do meio-dote que já estavam de posse dos herdeiros, mas que voltam a pertencer a herança quando da morte do doador). Flávio residia na fazenda Engenho, na freguesia de São Miguel do Piracicaba, onde era instalada a fábrica de ferro. Essa não era a única propriedade do casal, que possuía investimentos diversificados em terras de cultura, criação e lavras, bem como em instalações como casas, moinho, paiol, senzalas, etc. As atividades de criação ficam evidentes no inventário, o casal possuía: 32 muares, 47 vacuns, 19 cavalares, 50 ovinos e 30 suínos. A quantidade significativa de muares também aponta para atividades envolvendo transporte, podendo ser tanto dentro da própria fazenda (minério, carvão, produtos agrícolas, etc.) quanto

⁵¹ APHMS. Inventários, Santa Bárbara. Antonio Francisco Macieira, 1825, caixa: 01.

⁵² APHMS. Inventários, Santa Bárbara. Custódio José da Costa, 1834, caixa: 08.

⁵³ APHMS. Inventários, Santa Bárbara. José Dias Teixeira, 1856, caixa: 10.

⁵⁴ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, Joaquim José Affonso Teixeira da Motta, 1864, caixa: 12.

com objetivos de comércio (das próprias mulas e burros ou de produtos por estes transportados). A quase totalidade dos investimentos do casal ficava localizada na freguesia de São Miguel, sendo os mesmos pertencentes em parte inteiramente ao casal e outra parcela apenas partes em diversas sociedades. A fazenda Engenho e Jombá era em sociedade com Luis Antonio dos Santos, a casa na fazenda, no lugar denominado Macaco, era em sociedade com Antonio Marcelino Neto, as lavras do tabuleiro faziam parte de uma sociedade com os herdeiros do Cap. Luis Pereira (seu sogro), mais algumas lavras no Tabuleiro e nos Montes eram em sociedade com os herdeiros do Cap. João Gonçalves Barros e com os herdeiros do Cap. Mateus Antonio de Azevedo Barros. Luis Antonio dos Santos, sócio em mais de um dos empreendimentos do casal, também, era casado com uma de suas filhas, Maria Flávia Gomes dos Santos. Este, de acordo com as listas de impostos, estava envolvido em atividades como engenho de cana, moinho e, em 1871, fábrica de ferro.⁵⁵ Quanto a João Gonçalves Barros (ou Barosso), este faleceu em 1847, deixando inventário que beneficiava sua esposa, Anna Rosa de Magalhães, e mais três filhos. Uma observação no inventário de João Gonçalves alerta para o fato de sua esposa já ter se casado anteriormente com Francisco Antonio de Azevedo, do qual era viúva. Mais uma vez relações familiares e de negócios parecem estar entrelaçadas, aqui, provavelmente, por herança, pois as lavras descritas no inventário de João Gonçalves são apenas “parte no valor” acrescido de “herança do 1º casamento da viúva”.⁵⁶ Quanto aos demais sócios, não foi possível identificar as suas atividades econômicas. Finalmente, Flávio Antonio de Azevedo Barros optou por restringir a escolha de seus filhos quanto aos seus futuros cônjuges, especialmente, no que se trata de suas filhas. Flávio e Luisa possuíam 5 filhos, destes, apenas um ainda encontrava-se solteiro quando o primeiro faleceu. O casal havia tido mais duas filhas que já haviam falecido. Estas duas filhas haviam sido casadas com João Antônio de Araújo, certamente, quando sua primeira esposa faleceu, ele, então, casou com a irmã. Quando a segunda esposa faleceu, João Antônio contraiu mais uma vez casamento, agora, com Izabel Maria de Barros, uma terceira irmã.⁵⁷ Conseguimos rastrear João Antônio de Araujo nas listas de impostos da freguesia de São Miguel do Piracicaba, por atividades com moinho, nas décadas de 1850 até 1870. Segundo o inventário de sua segunda esposa, o casal João e Marianna não possuía nenhum imóvel, sendo que a maioria dos seus

⁵⁵ APHMS. Câmara Municipal de Santa Bárbara, Lista de Impostos das freguesias de São Miguel do Piracicaba e São Domingos do Prata, caixas: 1854 – 1856/ 1864-1865/1870-1871 e avulsos.

⁵⁶ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, 1847, Anna Rosa de Magalhães, caixa: 67.

⁵⁷ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, Flávio Antonio de Azevedo Barros, 1867, caixa: 21. As duas primeiras irmãs chamavam-se Marianna Justina de Barros e Clara Altiava Gomes de Barros. Provavelmente Clara foi a primeira esposa uma vez que seus filhos são mais velhos (Venâncio, 15anos e João, 13 anos), já o filho de Marianna era mais novo (Marianna, 8 anos).

bens (totalizavam 4:054\$700 réis) consistia do valor de seus 6 escravos. Isso aponta para a possibilidade de Mariana e João viverem como agregados em uma das propriedades do pai da moça.⁵⁸ A família Azevedo Barros faz crer que uma das articulações possíveis em tornos das atividades com o ferro eram as familiares. O conhecimento da atividade, a troca de experiências e, muito provavelmente, de estruturas materiais permitiram e até incentivaram membros de uma mesma família a investirem neste empreendimento.⁵⁹

Sabemos que pessoas com menor poder aquisitivo não chegavam a inventariar seus poucos bens, assim, pode ter ocorrido que pessoas com menor poder aquisitivo possuísem fábricas de ferro, no entanto acreditamos que isso não era comum. Os custos envolvidos na fabricação de ferro, que demandava um investimento inicial com retorno apenas em médio prazo, dificultavam o ingresso de indivíduos que não poderiam dispor do capital sem a certeza do retorno ou mesmo que não tinham economias necessárias para investir. Não se tratava apenas de possuir uma casa que seria destinada à fábrica, eram necessários, ao menos, três outros fatores: possuir terras com matas que seriam usadas para produção de carvão, um córrego ou rio que passasse relativamente perto da fábrica, cuja água seria usada para mover a roda hidráulica da forja e, finalmente, mão de obra para extrair o minério, transportar até a forja, preparar o carvão e operar a forja. Mais do que isso, a diversidade econômica dentro das fazendas, comum na região de estudo, poderia incentivar alguns proprietários a destinar parte dos rendimentos para uma nova atividade a ser executada nos momentos em que a agricultura demandasse menores cuidados, como a fabricação de ferro. Para as propriedades menores, todavia, romper o equilíbrio entre as atividades na lavoura e as demais tarefas nas quais estavam envolvidas, com a instalação de um empreendimento de risco, poderia representar a perda dos poucos bens conquistados.

Para finalizar, a mão de obra escrava majoritariamente empregada encarecia após meados do século XIX, aumentando o problema dos braços necessários para o serviço nas forjas. Lembramos que, no fabrico do ferro, o trabalho necessita de um ritmo, e a produção constante demandava trabalhadores que fossem habilitados, que se dedicassem a tal atividade diariamente ou, ao menos, com certa regularidade. É possível que, em algumas forjas, existisse conjugação de trabalho livre com escravo, como vimos pela observação das informações das listas nominativas de 1831/32. Temos mais indícios sobre o trabalho livre

⁵⁸ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, Marianna Justina Gomes de Barros, 1860, Caixa: 52.

⁵⁹ Na lista nominativa de 1840 é possível identificar que alguns filhos ainda pernameciam com a mãe, já Felipe morava em fogos separado descritos logo abaixo da mesma. APM. Lista Nominativa de São Miguel do Piracicaba, 1840. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

dentro do fogo onde estava a forja, mas não descartamos a possibilidade da contratação de auxílio extra. Apesar da participação de livres, a maior parte das atividades, certamente, foi executada por escravos. A maioria dos trabalhos na fabricação de ferro – extração do minério, preparar do carvão, operar a forja, preparar a lupa, malhar o ferro, reaquecer e moldar – demandava não apenas esforço braçal, mas físico de uma forma geral, pois a maior parte do processo envolvia operações em altas temperaturas o que, certamente, gerava um desgaste muito grande. Essas condições não eram admissíveis por muitos trabalhadores livres, especialmente, quando se tratava de trabalhar para outro e não para si próprio. Ademais, nenhuma propriedade sustentava-se ou operava exclusivamente com o fabrico do ferro, nem mesmo a do Monlevade, como veremos no próximo capítulo. Assim, era necessário possuir não apenas escravos “operários”, mas também aqueles que trabalhassem no campo e nas tarefas da casa, a quantidade e a ocupação certamente se refinavam de acordo com a renda, as posses e as ambições de cada família.

3.4 FÁBRICAS DE FERRO: PRODUÇÃO E DURAÇÃO NO TEMPO

Durante a década de 1870, o engenheiro de minas Joaquim Candido da Costa Senna percorreu o interior de Minas Gerais com o intuito de identificar a extração e manufatura de alguns minérios, como o ouro e o ferro. Senna fez parte das primeiras turmas da Escola de Minas, sob a direção Claude Henri Gorceix, que incentivou o estudo das características minerais da província e das atividades de exploração que atuavam no período. A instituição recém-criada fora pensada e estruturada para ter uma relação próxima com os problemas técnicos e econômicos enfrentados pelo Brasil, entre eles, a fabricação de ferro nas Minas Geras (SANTOS; COSTA, 2005). Assim, Senna, após terminar o primeiro ano de estudo, foi instruído, por Gorceix, a fazer uma viagem de estudos. Parte desta viagem foi destinada a identificar as fábricas de ferro existentes na bacia do rio Piracicaba.⁶⁰ Algumas fábricas pontuadas por Senna são por nós também conhecidas e é na análise destas fábricas que vamos nos dedicar agora. A tabela 3.9, no final deste tópico, apresenta um panorama completo das informações agregadas pela junção de diversas fontes.

A fábrica de João Baptista de Figueiredo ainda estava funcionando em 1870, mas sob os cuidados de sua esposa, D. Anna Freitas Gomes. Segundo Senna, a fábrica de ferro de D.

⁶⁰ Além destes casos que conseguimos cruzar informações com outras que possuíamos, Senna identifica mais 02 fábricas nas proximidades de São Miguel e também descreve a fazenda Monlevade, mas essa será analisada separadamente.

Anna empregava o sistema italiano, produzindo 90kg de ferro diariamente (o trabalho com o ferro não seria tão regular nesta fazenda), sendo que cada arroba era vendida por 2\$800. A fábrica possuía dois malhos movidos por uma roda de Ariére. A forja contava ainda com 669 hectares de mata, que davam madeira para novos cortes de 12 em 12 anos e eram usadas para a produção de carvão. A propriedade de D. Anna, ainda segundo Senna (1881), fazia divisas com outras duas que também fabricavam ferro no sistema italiano (João Carneiro e João de Araújo, o primeiro produzia 120kg diariamente e o segundo, 150kg), todavia não conseguimos identificar a existência destas instalações nos anos anteriores. A fábrica de João Baptista de Figueiredo aparece nas listas de imposto, em duas datas na década de 1860 e em mais uma na década de 1870, posteriormente, é sua esposa que passa a ser taxada uma vez na década de 1870 e outra na década de 1880. Isso indica a constância do trabalho com o ferro, que poderia dividir o tempo de trabalhos com outras atividades da fazenda, como aliás sugere Senna. Nem a morte de João Baptista Figueiredo abalou a produção a ponto de inviabilizar o seu funcionamento.

A seguinte fábrica visitada por Senna foi a Vicente Augusto Martins. Como nossa busca por inventários tem como data limite o ano da abolição e este ainda estava vivo naquele período, seu inventário não foi localizado, todavia temos menção da sobredita fábrica na lista de impostos durante as 4 décadas das quais temos essa documentação disponível. Vicente Augusto também está listado na relação de fábricas de ferro do termo de Santa Bárbara de 1864. De acordo com Senna (1881), esta fábrica estava situada a 4km do arraial de São Miguel e, embora operasse com cadinhos, estava em muito boas condições. Senna não precisa o número de cadinhos operantes, todavia contabiliza a produção diária em 185kg. Cada arroba (15kg) era vendida a 2\$800 e para fabricar essa quantia de ferro eram usados 2 malhos. No ano de 1864, a fábrica de Vicente Pessoa contava com 10 trabalhadores, produzia 60kg de ferro diariamente, com o uso de 360kg de carvão. Isso nos leva à constatação de que a produção aumentou consideravelmente durante os dois períodos analisados, mantendo a proporção entre o uso de combustível e a produção de ferro das fábricas anteriores. Esta fábrica manteve-se em operação de forma constante e duradoura por, no mínimo, 4 décadas, e Vicente Augusto foi identificado em todas as listas encontradas. A propriedade contava ainda com 544 hectares de floresta que, segundo Senna, produzia um excelente carvão, porém, devido ao uso do sistema de covas na produção do mesmo, a mata já se encontrava com vários espaços vazios, onde dificilmente nasceria vegetação novamente. Outro problema observado pelo autor, quanto ao combustível, era que o corte da madeira não era ordenado e, muitas vezes, deixava

exposta a nascente dos rios, o que poderia ser problemático no médio prazo, porque era necessária a boa saúde dos rios para mover a roda hidráulica da forja.

A fábrica mencionada no inventário de Delfina é identificada, por Senna, como pertencente ao Sr. Eduardo, seu marido, estando instalada nas vizinhanças do Morro Agudo, a 4km da freguesia de São Miguel. A fábrica, que se constituía de 4 fornos do tipo cadinhos, produzia 105kg de ferro diariamente, gastando para isso 630kg. As lupas eram trabalhadas por dois malhos de 165kg e 105kg, movidos por roda de calha. O autor ainda destaca que a propriedade possui 450 hectares de floresta ao redor da fábrica, onde o carvão era fabricado em covas (SENNA, 1881, p.124-130). A fábrica foi avaliada, em 1846, após a morte de Delfina, com todos os seus pertences e aparelhos, em 600\$000 réis, o que nos leva a crer que pelo menos parte das terras que forneciam a madeira necessária à fabricação do carvão estava incluída neste valor. A tabela 3.9 elenca alguns dados referentes à produção de ferro no termo de Santa Bárbara e permitem algumas comparações com os dados de Senna (1881). Na década de 1860, a fábrica do senhor Eduardo tinha 5 trabalhadores, não sabemos se todos eram escravos, no entanto é muito provável que Eduardo tenha adquirido cativos para esse trabalho com os rendimentos deste, uma vez que, em 1846, o casal possuía apenas 1 escravo. A produção de ferro aumentou do ano de 1864 para a segunda metade da década de 1870, uma vez que, na primeira data, eram produzidas cerca de 30kg (2 arrobas) e, na segunda, 105kg. A razão entre o consumo de carvão para produzir a mesma medida de ferro permanece estável (6 medidas de carvão para 1 de ferro), o que indica que o método de fabricação não deve ter se alterado muito, apenas, acrescido o número de fornos operando ou da atividade dos que já existiam na década de 1860. É possível que os números da produção e de trabalhadores estejam subestimados em 1864, como nos alerta o próprio organizador da lista, todavia o aumento da produção nesta fábrica é significativo e, certamente, representa um incremento nas atividades, mesmo que menores do que a comparação entre os dois momentos nos faça crer.

A próxima fábrica visitada por Senna é a de Francisco Ferreira, que também utilizava o método dos cadinhos, com malho de 150kg movido por roda de calhas. A produção diária indicada é de 60kg, tendo também aumentado um pouco em relação à década de 1860, quando era de aproximadamente 45kg. Senna não apresenta a proporção de carvão utilizada para a mesma medida de ferro produzida, em 1864, essa era igual a da fábrica de Eduardo Tavares Paiva, 6 para 1, medida que começa a parecer um padrão no uso do método dos cadinhos. É possível identificar este proprietário também nas listas de impostos da freguesia de São Miguel durante vários momentos, nas décadas de 1850, 1860 e 1870, o que evidencia que esta

também foi uma fábrica que resistiu ao menos 3 décadas. A propriedade possuía 1.250 hectares de floresta para carvão.

A fábrica de Ignácio Ferreira também recebeu a visita de Senna. Este empreendimento provavelmente teve sua fundação apenas na década de 1870, quando aparece, pela primeira vez, na lista de imposto. Essa teoria é reforçada pela ausência do mesmo na lista de 1864. Segundo Senna (1881), esta distava 2km da anterior, nas vizinhanças do Morro Agudo. O ferro era ali preparado em 2 cadinhos e puxados por um malho de 120kg, resultando em 75kg de ferro diariamente. Novamente, Senna condena o uso das covas, que eram utilizadas para a produção de carvão e alerta que essa forja não demoraria a ficar sem combustível por consumir a floresta de forma muito rápida.

Havia basicamente dois processos que eram usados na região para transformar a madeira em carvão no século XIX. Tal como as forjas e o processo de fundição, um método era mais simples e o outro um pouco mais complexo. A técnica mais utilizada na região, que era também a mais simples, era conhecida como covas. Consistia da feitura de buracos no chão, onde era colocada a madeira talhada e, posteriormente, ateava-se fogo. Tal atividade não necessitava de vigilância e, conforme Senna (1881), era delegada aos escravos. Todavia o aquecimento da terra ao redor da cova queimava as raízes das plantas vizinhas, o que tornava o método questionável por muitos viajantes que visualizaram a feitura do carvão. Além disso, Senna (1881) e membros da Escola de Ouro Preto afirmavam que o método produzia um carvão de baixa qualidade e desperdiçava muita madeira, uma vez que os galhos menores eram reduzidos a cinzas. Já a técnica das medas, que era mais usada pelas forjas italianas, conforme Geraldo Barros (1989), produzia um carvão de melhor qualidade e desperdiçava menos matéria-prima. As medas podiam ser horizontais ou verticais, preparava-se uma superfície plana, cortava-se a lenha em pedaços grandes (em São Miguel, eram de aproximadamente 1 metro de comprimento) e empilhava-se a madeira bastante próxima, deixando uma chaminé no meio, por onde era aceso o fogo (BARROS, 1989). Esse processo demandava mais atenção, pois, em alguns momentos, era preciso “conduzir o fogo”, aumentando ou diminuindo a chama para obter um resultado mais homogêneo e desejável. A busca por carvão-pedra foi contínua em Minas, durante a segunda metade do século XIX. Ofereciam-se prêmios consideráveis a quem encontrasse reservas consideráveis:

II^{mo} Ex^{mo} Se^{nr}

1855 – Junho, Descoberta de carvão pedra

Indústria:

Em virtude de um edital da Câmara Municipal desta cidade de Itabira, datado de 11 de janeiro do corrente ano, em que publicava que a Ex^{ma} Presidência desta província se achava autorizada pela Lei n° 663 a conceder um prêmio razoável ao 1° indivíduo que na dita província encontrasse uma Mina de Carvão de pedra, sendo o mesmo regulado, segundo a maior ou menor quantidade do produto existente na referida Mina e fixado o seu máximo na quantia de 20:000\$000 de réis. O abaixo assinado tendo mandado explorar um lugar onde entende que existe este combustível, e em grande quantidade, tem a honra de remeter a Vossa Excelência a inclusa amostra que se supõe ser do dito combustível, e pede a Vossa Excelência se digne mandar examiná-la a fim de se poder verificar se é ou não verdadeiro e neste caso Vossa Excelência conceder ao abaixo assinado o prêmio que em sua alta sabedoria e retidão julgar merecer o abaixo assinado.

Deus guarde Vossa Excelência, Cidade de Itabira, 9 de Junho de 1855

II^{mo} Ex^{mo} Senhr D^{or} Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Presidente desta Província.

Thomas de Aquino e Oliveira Barbosa.⁶¹

Apesar do esforço e da esperança comum em vários documentos da época, não foram encontradas tais reservas em nossa região de estudo nem nas suas proximidades. Mas para os donos de fábricas que possuíam matas, talvez, nem fosse o carvão-pedra a melhor opção, uma vez que sobre as matas eles tinham controle, podendo controlar a forma e a quantidade de matéria-prima extraída. De qualquer maneira, o debate entre o carvão-pedra e o carvão de madeira, dificilmente, fez parte da rotina dos donos de forja e esteve mais vinculado à Escola de Ouro Preto e ao contexto do final do século XIX e início do XX. Em nosso período, o combustível das fábricas foi o carvão de madeira, fabricado em covas ou medas.

Na sequência das visitas de Senna, temos a fábrica de Vicente Correia da Silva Pessoa. Este possuía 4 cadinhos que produziam diariamente 90kg que eram usados para a fabricação de enxadas. Senna (1881) pontua ainda que o minério percorria 2km até chegar à fábrica e que, ao redor da mesma, havia 1.500 hectares de floresta. Aproximadamente, uma década antes, esta mesma propriedade possuía 16 trabalhadores que produziam cerca de 74kg de ferro diariamente, com o uso de 440kg de carvão, mantendo a mesma média de 6kg de carvão para cada um de ferro. Vicente não vendia o ferro fundido em barras, como a maioria dos outros fabricantes, mas sim já “obrado”, em outras palavras, transformado em utensílios/ferramentas. Como mencionado anteriormente, esta forja ficou ativa durante as 4 décadas para todos os anos, dos quais temos listas de impostos, mostrando constância ao logo do tempo.

A penúltima fábrica visitada foi a de D. Luiza. Essa era a viúva de Flávio de Azevedo Barros, presente em diferentes fontes pela sua fábrica de ferro. Senna observa que a fábrica possuía 9 cadinhos, dos quais só 4 operavam efetivamente, produzindo 150kg de ferro por dia. O ferro produzido era transformado em ferramentas (enxadas, machados, foices, etc.).

⁶¹ APM. Seção Provincial – SP – 969, sem numeração.

Utilizavam-se dois malhos de 130kg cada um e o carvão era produzido em covas. Em 1864, quando ainda era Flávio quem gerenciava a forja, esta operava com 10 trabalhadores e produzia 45kg de ferro diariamente, com o uso de seis vezes a mesma medida de carvão. Nesse mesmo período, o ferro era ainda vendido em barra, custando 2\$500 a arroba. Aqui temos uma oportunidade de comparação em relação ao número de escravos da propriedade e aqueles que eram usados na produção de ferro. Flávio de Azevedo Barros vem a falecer em 1867, pouco tempo depois da elaboração da lista de 1864, assim podemos especular que a quantidade de trabalhadores usados em 1864 era a mesma de 1867. Nesta última data, de acordo com o inventário, Flávio era detentor de 27 cativos, ou seja, se 10 estavam destinados ao trabalho na forja, podemos inferir que cerca de 37% de sua escravaria estava envolvida na rotina da produção de ferro.⁶² Esse número possivelmente está subestimado, pois o cidadão José Maria Bruzzi, que elaborou a lista, alerta para o fato de “encontrar algumas dificuldades da parte dos proprietários em dar-me o número de trabalhadores e de arrobas de ferro que fazem por dia, temendo ser para se taxar impostos nas fábricas de ferro”⁶³, como já mencionamos. Este apontamento pode explicar em parte a menor produção encontrada em 1864 em relação à segunda metade da década de 1870. Não temos como afirmar também que todos os 10 trabalhadores eram escravos. A fundição de Flávio de Azevedo Barros e D. Luiza foi avaliada, em 1867, ano de sua morte, em 1:800\$000, possivelmente, este valor incluía terras anexas com matas para a fabricação de carvão. Chegamos a esta conclusão pelo alto valor da propriedade, pois não temos uma descrição detalhada da fábrica.

A última fábrica visitada foi a do Monlevade, a qual trataremos no próximo capítulo. A tabela que segue mostra a permanência das fábricas de ferro ao longo da segunda metade do século XIX. Esta foi elaborada apenas com base nas listas de impostos e, por isso, não possui informações para a primeira metade do século XIX. Não há uma diferença significativa das duas primeiras décadas para as duas últimas, indicando que a necessidade por ferramentas de ferro foram constantes, sendo alterados os tipos de ferramenta. Também indica que não houve qualquer *boom* provocado por algum caso de sucesso ou demanda repentina que tivesse ocasionado rápida desistência do negócio com o tempo. É mais provável que o aumento do número de fábricas tenha ocorrido nas décadas de 1820, 1830 e 1840, com base nos sucessos de Eschwege e de Monlevade e com a difusão de algumas de suas técnicas pelas demais fábricas.

⁶² Durante a descrição dos escravos, são mencionadas mais 5 escravas, ente 20 e 27 anos, que foram entregues como dote.

⁶³ APM. Seção Provincial – SP – 1056, página 136 , 137(v), 138.

Tabela 3.8 - Fábricas de ferro segundo o tempo de permanência em atividade, termo da vila de Santa Bárbara, 1850 -1888.

Duração	Período	Frequência	Soma
Só uma década	1850 - 1860	26	59
	1870 - 1880	33	
Duas décadas	1850 - 1860	10	18
	1860 - 1870	2	
	1870 - 1880	6	
Três décadas	1850 - 1860 - 1870	3	8
	1860 - 1870 - 1880	4	
	Intercalado	1	
Quatro décadas	1850 até 1880	4	4

APHMS. Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas: 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

É importante ressaltar que várias fábricas obtiveram estabilidade. Não se trata aqui de apenas uma ou duas, mas, pelo menos, 16 fábricas estiveram ativas por mais de duas décadas e outras 12 por mais de três décadas. O fato das fábricas de ferro estarem presentes, sobretudo, em famílias mais abastadas e com cativos, pode explicar a persistência de tais empreendimentos – dependentes de trabalhadores cativos – mesmo com o encarecimento do preço dos escravos na segunda metade do século XIX. Possivelmente, o ônus gerado por tal fato desmotivou alguns indivíduos a montarem ou manterem suas fábricas, o que demonstra o relato do tutor dos filhos do Prof. Felipe, descrito precedentemente, neste capítulo, e a ausência dos mesmos entre os donos de forjas quando alcançaram a maioridade. Todavia os custos da mão de obra não parecem ter inibido de uma forma mais ampla a fabricação de ferro e de ferramentas. Isso, possivelmente, ocorreu pela facilidade com que o minério era extraído, pela simplicidade no processo de fundição, pela demanda local por produtos e pelo sistema de uma economia diversificada utilizado pelos proprietários. Cabe ainda ressaltar, pertinentemente à tabela 3.8, que os números apresentados são certamente subestimados se considerarmos todo o nosso período de análise, 1822 - 1888, uma vez que a documentação base dessa tabela existe apenas para a segunda metade do século. A fábrica do Monlevade, por exemplo, entra na conta como ativa em 4 décadas, todavia sabemos que a mesma funcionou desde a década de 30, o que lhe acrescenta aproximadamente 20 anos a mais de funcionamento.

A quantidade expressiva de forjas e a estabilidade de muitas destas no tempo revelam que os negócios com o ferro eram lucrativos. As propriedades articulavam uma variedade de

atividades que se enquadravam dentro das condições econômicas, sociais e espaciais da região nos oitocentos. A pluralidade das atividades econômicas era fruto do relativo isolamento, da mão de obra disponível, da concentração de riquezas e das articulações sociais e familiares. As fábricas de ferro ganharam espaço, dentro desta diversidade, pela presença de minério, águas e matas, bem como pela dificuldade dos transportes e pela política imperial de cobrança de impostos.

Algumas breves considerações, relativamente ao papel das fábricas de ferro na economia do município, devemos relatar e, para tanto, temos um somatório oficial dos impostos arrecadados pelo município de Santa Bárbara, para os anos de 1855 e 1883.⁶⁴ Na primeira data, o total de impostos coletados foi de 4:923\$960, sendo que as fábricas de ferro foram responsáveis por 224\$000 (4,5% do total); na segunda data, o somatório apresentado foi de 7:670\$000, sendo que as fábricas de ferro contribuíram com 270\$000 (3,5% do total). Parte do aumento apresentado em 1883 refere-se à ausência de informações para a freguesia de São Domingos do Prata em 1855; outra parcela, à maior diversificação das atividades na segunda data. Apesar do percentual relativamente baixo, visto que não temos informações sobre a quantidade de estabelecimentos taxados em cada categoria, as fábricas de ferro tinham um peso mais significativo em duas freguesias, na década de 1850, quando a informação é fornecida por freguesia, Cocais (15%) e São Miguel do Piracicaba (10,7%). Ademais, essa estimativa da Câmara serve mais para uma análise das finanças da própria instituição do que da importância de cada atividade efetivamente na economia do termo da vila de Santa Bárbara. Esta é mais mensurável pelo impacto que as diferentes atividades exerceram na economia familiar e regional, bem como pela sua importância para a manutenção/embasamento de outras atividades. Assim, por todo o exposto neste tópico, resta inquestionável o papel relevante, quiçá fundamental, das atividades com ferro para a região.

⁶⁴ APHMS. Câmara Municipal – Caixas: 1854/55/56, 1857/58/59.

Tabela 3.9 - Fábricas de ferro segundo informações de produção e distribuição, termo da Vila de Santa Bárbara, Minas Gerias - século XIX.

Fábrica	Localização	Minério	Método	Trabalhadores	Produção (diária em kg)	Carvão (diária em kg)	Mercado	Período Identificado (Década)
Manoel de Araujo Lima, casado com Angélica Delfina C. de Jesus	R. de S. Francisco		Cadinho	6	30	180	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1850 a 1870
								180 1087
Ana Freitas Gomes, viúva de João B. de Figueiredo	S. M. do Piracicaba	Itabirito friável	Forja Italiana	11	60	360	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1860 a 1880
					90		Vende em barras, 2\$800 a arroba	
Vicente Augusto da Silva Martins	S. M. do Piracicaba		Cadinho	10	60	360	2\$500 (fábrica), 2\$500 (mercado)	1850 a 1880
					180		2\$800 a arroba	
Eduardo Ernesto Tavares Paiva	S. M. do Piracicaba	Oligisto Micaceo	Cadinho	5	60	180	2\$500 (fábrica), 2\$500 (mercado)	1850 a 1880
					105			
Francisco Ferreira da Costa	S. M. do Piracicaba	Oligisto	Cadinho	7	45	270	2\$500 (fábrica), 2\$500 (mercado)	1850 a 1870
					60			
Vicente Correia da Silva Pessoa	S. M. do Piracicaba		Cadinho	16	75	450	Vende obrado	1850 a 1880
					90		Obra em enxadas.	
Luísa Altina Gomes Pereira, viúva de Flavio A. de Azevedo Barros	S. M. do Piracicaba	Oligisto	Cadinho	10	45	270	2\$500 (fábrica), 2\$500 (mercado)	1850 a 1870
					150		Enxadas, machados, foices.	
João Antonio de Monlevade	S. M. do Piracicaba		Catalão	113	450		Vende Obrado	1850 a 1880
			Italiano		270	1400		Vende Obrado
Lucinda Rosalina de Araújo	R. de S. Francisco		Cadinho		180	1087		1870
João de Araujo	R. de S. Francisco	Itabirito Friável	Forja Italiana		156	1080		1870 a 1880
João J. Carneiro de Miranda	S. M. do Piracicaba	Oligisto	Forja Italiana		120		Vende para forjas menores	1870 a 1880
Ignácio Pereira Oliveira	S. M. do Piracicaba	Oligisto	Cadinho		75			1870
Jose Joaquim de Araujo	Santa Bárbara			14	75	450	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1850 a 1870
Jose Bento C. Albuquerque	Santa Bárbara			8	45	225	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1860 a 1880
João Gonçalves dos Santos	S. J. do M. Grande			16	90	450	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1850 a 1880
Jose Barbosa	S. J. do M. Grande			5	30	150	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1860 a 1870
Egas Muniz P. Coelho	S. J. do M. Grande			6	30	150	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1860
Antonio de Padua	S. J. do M. Grande			10	60	300	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1860
Thomé Pereira Guimarães	S. J. do M. Grande			4	23	263	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1850 a 1860
João Pereira da Costa	S. J. do M. Grande			11	60	300	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1860 a 1880

Fábrica	Localização	Minério	Método	Trabalhadores	Produção (diária em kg)	Carvão (diária em kg)	Mercado	Período Identificado (Década)
Antonio Marques da Rocha	S. J. do M. Grande			8	45	225	3\$000 (fábrica/mercado)	1850 a 1870
Jose Caldeira Brant	S. M. do Piracicaba			5	60	180	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1870
João Gonçalves de Barcelos	S. Gonçalo do Rio Abaixo			8	30	225	2\$500 (fábrica), 2\$720 (mercado)	1850 a 1860
Antonio Justiniano Carneiro	S. Gonçalo do Rio Abaixo			8	38	225	Desmancha em ferramenta	1850 a 1860
Custodia Rodrigues Leal	S. Gonçalo do Rio Abaixo			10	45	270	2\$000 (fábrica /mercado)	1850 a 1860
Antônio de Araujo	Brumado						2\$500 (fábrica)	1860
José Siluterio Rodrigues	Brumado						2\$500 (fábrica), 3\$000 (mercado)	1860

OBS.: quando a alinha está dividida a primeira informação é de 1864 e a segunda da década de 1870 (Senna, 1881). Quando a linha não está dividida a informação é da Relação de 1864.

Embora o quadro de 1864 apresente os valores de carvão necessários para cada arroba de ferro acreditamos que o cabeçalho ou as informações listadas estão incorretos e, na verdade, tenha sido feito um cálculo com base na produção diária para definir o volume de carvão. Já fizemos a correção da informação na tabela acima.

Fonte: Gomes (1983); Senna (1881); APM. Seção Provincial/SP -1056, página 136, 137(v), 138. APM, Seção Provincial/SP – 570, folha: 243 até 248. APHMS. Câmara Municipal de Santa Bárbara. Listas de Impostos, Caixa: 1854-55-56, 1857-58-59, 1860-62, 1864 -65, 1867-68-69, 1870-71, 1872-73-74, 1882-83, Avulsos.

3.5 TENDAS DE FERREIRO: CONSERTANDO FERRAMENTAS E TRANSFORMANDO FERRO FUNDIDO EM INSTRUMENTOS

As tendas de ferreiro, geralmente, eram utilizadas para consertar ferramentas de ferro com a adição de pequenas porções do mesmo minério ou para transformar o ferro já fundido (gusa) em ferramentas. Tratava-se de um coberto (daí o nome tenda), onde ficavam os instrumentos necessários para moldar o ferro, estes podiam variar de acordo com o tamanho e a especialidade da tenda, mas, de forma geral, possuíam: forno para aquecer o ferro, bigorna, martelo, alavanca, tenaz, fole, alicate, puxavante. Embora as tendas não constem nas listas de impostos, o que dificulta uma comparação quantitativa direta com as fábricas de ferro, aquelas eram certamente mais numerosas do que estas. A tabela 3.2, no início deste capítulo, mostra que, na nossa amostra de inventários, as fábricas estavam presentes em 13 documentos e as tendas em 35. Senna, em sua viagem pelo ribeirão de São Miguel do Piracicaba, na década de 1870, pontua a existência de 45 tendas:

O Arraial de São Miguel teria cerca de 150 a 200 casas, e nas circunvizinhanças que a indústria do ferro tem tomado maior desenvolvimento, tornando São Miguel um lugar de mais futuro na província de Minas. Dentro do arraial e em seus contornos existem 45 tendas, das quais 9 trabalham com ventaneiras e as mais com fole. 16 se ocupam exclusivamente do fabrico de cravo, cada uma prepara por mês ao menos 10 milheiros que, vendidos a 6\$500 cada milheiro, representam uma renda mensal de 1:040\$000 (todas juntas). As outras se ocupam de fabricar ferragens, preparando cada uma por mês 78 dúzias; as 29 tendas produzem, portanto 2.262 dúzias, que vendidas a 2\$000 cada uma, rendem 4:524\$000. Estas tendas também fabricam machados e foices que se vendem a 2\$000; isto, porém, só nos meses em que se trata de roçar. Em cada tenda trabalham constantemente 2 operários: o mestre e o aprendiz (SENNA, 1881. p. 125).

O perfil dos donos de tenda de ferreiro era um tanto diferente dos fabricantes de ferro, estes poderiam utilizar a tenda de duas maneiras: como catalisador para os demais trabalhos que a família estava envolvida ou prestar serviços de conserto e/ou fabricação de ferramentas para terceiros. Desta forma, encontramos tenda de ferreiro em inventários com bens e montante de riqueza dos mais diversos. O anexo C.3 apresenta uma relação dos inventariados que possuíam tendas de ferreiro entre seus bens e algumas estimativas das atividades que estes estavam envolvidos com base na descrição dos seus bens e do cruzamento com as informações das listas de imposto. Em alguns casos, é possível identificar uma quantia considerável de ferramentas de ferro repetidas, e isso leva-nos a crer que se tratava de um tipo de estoque voltado para o comércio. Essa hipótese é reforçada, especialmente, quando comparamos inventários com perfis semelhantes – por exemplo, agricultores – e um possuía apenas poucas ferramentas, tais como foice, machado, enxada, etc., e outro possuía 10, 15, 20 exemplares de cada tipo.

Esse é o caso de Francisco de Paula Rodrigues e Silva, falecido em 1836, possuía entre seus bens: 24 enxadas, 24 foices, 10 machados, 1 alavanca de ferro, 1 arroba e 14 libras de ferro velho, ferro puxado em vários arcos, além de vários instrumentos para trabalhar o ferro. As propriedades do inventariado abarcavam uma gama de atividades além da tenda, tais como: fiação, produção de açúcar e outros derivados da cana-de-açúcar, mel, criação de suíno e vacum, plantação de cana e outras plantas. A particularidade aqui é a presença de muitos escravos casados e crianças, o que indica que Francisco de Paula encorajava, de alguma forma, a reprodução natural de sua escravaria, infelizmente, não temos definição de ocupação para nenhum deles.

Outro caso semelhante é o de Angélica Rosa da Conceição, falecida em 1850 e casada com o coronel João Antônio de Magalhães. A família ocupava-se com atividades agropecuárias e de mineração, todavia a tenda parece ter tido alguma importância na renda do casal. Dentre seus bens profissionais, encontramos 50 enxadas, 50 foices, 9 agulhões, 2

quantidades de ferro velho, uma de 22 arrobas e outra de 31 arrobas. As atividades de maior rendimento com certeza eram a agricultura e a pecuária, pois o casal possuía um considerável montante de produtos e utensílios para processar cana-de-açúcar além de animais: 250 barris de aguardente, formas de açúcar, alambique, engenho, 140 suínos, 23 muares, 96 vacuns, 67 ovinos, 24 caprinos e 23 cavalares. Albina Maria de Jesus falecida em 1845, residente em São Domingos do Prata, casada, em segundas núpcias, com Manoel Viera Guimarães também possuía muitos casais entre seus cativos, bem como Manoel José Vieira, residente em Santa Bárbara e falecido em 1844. Este último possuía 45 escravos, dentre os quais, temos indicação de profissão de apenas dois, sendo que um era ferreiro e o outro era carpinteiro. A escravaria apresenta 10 escravos casados e 8 crianças menores de 10 anos, o que indica, como descrito, que os senhores permitiam ou mesmo incentivavam algum nível de reprodução natural entre seus trabalhadores cativos.

Vamos apresentar apenas mais um caso de agropecuaristas com tenda de ferreiro. Este é um pouco particular, pois não fazia parte da nossa amostragem, sendo que o mesmo veio à tona pelo cruzamento do nome de alguns herdeiros com fabricantes de ferro, como veremos a seguir. A família de Maria Tereza de Jesus, com certeza, tirava rendimentos de sua tenda de ferreiro.⁶⁵ A inventariada possuía um Monte-Mor líquido de 6:123\$700, o que é considerável para o ano de seu falecimento, 1827. Além da tenda de ferreiro, declarada como arruinada e avaliada em 8\$000⁶⁶, Maria Tereza possuía ainda, entre os seus bens profissionais: chapas de ferro, 3 machados, 13 enxadas, 14 foices, 3 alavancas, 86 chapas de ferragem, 40 chapas de marmota com suas carrilhas, 33 gatos de ferro de moenda e rodete, 2 agulhões e 4 argolas. A grande quantidade dos mesmos objetos indica que estes faziam parte de algum tipo de estoque voltado para o comércio. Também é possível perceber, pela análise dos bens profissionais, que os rendimentos familiares eram oriundos de atividades diversificadas. A existência de duas rodas de fiar, aparentemente movidas a água, e um ferro de alfaiate indicam que a confecção de panos também estava presente. A presença de um alambique e de oito barris velhos evidencia atividades agropecuárias, isso somado ao fato da inventariada possuir terras de agricultura com engenho, moinho e paiol, o que confirma este fato. Também, a partir dos imóveis, sabemos que a família estava envolvida com atividades de mineração. Todos os imóveis de Maria Tereza estavam situados na freguesia de São Miguel do Piracicaba, todavia abrangiam diversas propriedades. A inventariada possuía uma grande quantia de escravos, 27

⁶⁵ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, 1827, Maria Tereza de Jesus, caixa: 32.

⁶⁶ Além da tenda alguns instrumentos são descritos em separado: 1 bigorna (2\$800), 1 malho de bater ferro (3\$000) e 1 bigorna pequena (1\$560).

no total, dos quais, apenas dois possuíam indicação de profissão. Trava-se de José, descrito como possuindo 50 anos, solteiro e alfaiate, avaliado em 120\$000; o outro escravo era Apolinário, identificado como possuindo 55 anos, crioulo, solteiro e ferreiro, avaliado em 100\$000. Na década de 1820, o valor dos cativos ainda não sofria com a inflação oriunda dos indícios, e depois da concretização do final do tráfico atlântico, como comparação, podemos citar o escravo Tomé, que era o cativo mais novo nesta escravaria, com 37 anos, e tendo sido avaliado em 320\$000. Maria Tereza possuía muito mais escravos do sexo masculino do que do sexo feminino e nenhuma criança, muitos escravos, aliás, já eram bastante idosos. Mas o que nos interessa aqui é a opção por qualificar apenas 2 entre 27 escravos no que se refere à ocupação. Já tratamos um pouco sobre este assunto, acreditamos que em documentos como inventários, que eram elaborados de forma semelhante, quase padronizada, muitas informações consideradas de menor importância passavam despercebidas, todavia certos fatos requeriam a adição de alguma informação extra, justamente pela sua particularidade. A especialização mais aprofundada de um escravo em um ofício parece ter sido um destes casos que demandava menção. No caso do inventário de Maria Tereza, é possível que estes dois cativos trabalhassem exclusivamente em atividades relacionadas à sua ocupação, provavelmente, na companhia de outros, e que comandassem, em algum nível, a rotina de tais atividades. A designação da ocupação de tais trabalhadores pode indicar também o peso destas atividades na rotina e nos rendimentos da propriedade na qual estavam inseridos.

O caso de Maria Tereza continua relevando surpresas quando analisamos os herdeiros de sua herança. Esta fora casada com Luis Pereira da Silva, e uma de suas filhas, Luisa Altima, por sua vez, casada com o já citado Flávio Antônio de Azevedo Barros. Temos aqui um fabricante de ferro que se casa com a filha de um fabricante de peças e ferramentas de ferro. Outro filho de Maria Tereza e Luis Pereira também já mencionado, Vicente Correia Pessoa, figura como casado, mas sem indicação do nome de sua esposa. De acordo com a relação das fábricas de ferro residentes no município da Cidade de Santa Bárbara de 1864, Vicente Correia da Silva Pessoa possuía uma fábrica de ferro que vendia ferro obrado, ou seja, peças prontas. Isso indica que a tenda de ferreiro de seu pai pode ter se transformado em uma fábrica, certamente, evidencia que Vicente apreendeu alguma coisa sobre a arte de fundir, administrar e comercializar ferro com a tenda de seu pai. As fábricas de Vicente e Luisa são visitadas na sequência por Senna, o que mostra que estas eram próximas e podemos supor que tais propriedades mantinham relação entre si, seja pela proximidade ou pelo parentesco estreito, fraternal de seus donos.

Também ocorrem casos de grandes agricultores e pecuaristas que possuíam tendas e apenas poucas ferramentas e utensílios feitos de ferro. Maria Candida de São José, moradora em Rio de São Francisco, viúva, faleceu em 1878, com um Monte-Mor líquido de 148:853\$944 réis.⁶⁷ A inventariada era dona de 3 tendas de ferreiro, o que pode induzir a pensar que estas produziam ferramentas para comercialização. Uma análise mais detalhada de seus bens, contudo, evidencia que as tendas estavam distribuídas em três propriedades diferentes e, possivelmente, eram utilizadas apenas para suprir as necessidades de tais domínios. Maria Candida tinha muitos animais e, certamente, sua família era uma das maiores criadoras da região, entre seus animais: 370 muares, 269 vacuns, 235 cavalares, 32 suínos. Também a agricultura era um ponto forte desta família sendo possível identificar plantações de café, milho e cana, esta última gerava muitos derivados, além do fabrico de farinha e produção de mel. Podemos ainda identificar a tecelagem, através das 3 rodas de fiar, dentre as atividades nas quais a família da inventariada estava envolvida. Aqui, mais uma vez, fica clara a grande diversificação de algumas propriedades. Essa diversidade não se limitava ao comércio de produtos, evidente nas dívidas ativas e passivas presentes nos inventários, possivelmente, era oriunda da interligação entre muitas das atividades, acrescidas das características de cada propriedade e dos conhecimentos e crenças financeiras de cada família.

Em outros casos de atividades agropecuárias de menor porte, a presença da tenda, provavelmente, era apenas para fins de reparo de ferramentas próprias, talvez de algum vizinho ou compadre, e, embora não tenhamos indícios de atividades lucrativas, é possível que pequenos valores fossem adquiridos através dos trabalhos com o ferro. A pequena presença de matéria-prima ou ferramentas indica tratar-se apenas de utensílios de uso rotineiro da propriedade, porém isso aponta que não havia um estoque, e não a ausência da atividade com finalidades lucrativas.

Também foram encontrados comerciantes com tendas de ferreiro. O caso mais marcante é o de Ritta Jacintha Gomes de Freitas, residente em São Miguel do Piracicaba e casada com Manoel Saturnino Gomes de Freitas.⁶⁸ Em 1854, ano da morte de Ritta, o casal possuía 100 dúzias de ferraduras e restos de ferragens em seu comércio. Neste, provavelmente, vendiam panos em razão da descrição de um grande volume presente dos mesmos no inventário. O casal possuía 2 tendas, com seus pertences, avaliadas as duas juntas em 70\$000. Aqui há indícios claros do uso de tais tendas para o fabrico de peças a serem vendidas no comércio da família, é possível também que os mesmos fizessem alguns reparos

⁶⁷ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, 1878, Maria Candida de São José, caixa: 25.

⁶⁸ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, 1854, Ritta Jacintha Gomes de Freitas, caixa: 12.

para seus clientes em objetos danificados. Já Paulo Antonio Ferreira da Mota, residente em Catas Altas e casado com Joaquina Candida de São José, é uma mistura dos dois perfis tratados até o momento. Ele estava envolvido com atividades agropecuárias, possuía um canavial e instrumentos para processar a cana, 63 suínos e 13 vacuns, mas também estava ligado com atividades comerciais. Não encontramos o mesmo pagando imposto por casa de negócio, e sim apenas por moinho em atividade, todavia seu inventário deixa claro que o comércio fazia parte de seus rendimentos. Além de o casal possuir terno de medidas, há várias dívidas ativas designadas como “crédito” e “conta de rol”, sem contar que o mesmo possuía uma significativa quantia de dinheiro em espécie, 9:137\$520 réis. Possivelmente, Paulo e sua esposa não possuíam um comércio formal, o que justifica sua ausência nas listas de impostos, e vendiam mercadorias na própria residência, produtos da fazenda, além de emprestar dinheiro, o que explica a grande quantia de dinheiro que o casal possuía. O casal era dono, além da tenda aparelhada, de 2 arrobas de ferro que, neste caso, provavelmente, eram destinadas à restauração de ferramentas e fabrico de pequenas peças.

Vamos brevemente tratar dos dois casos onde o Monte-Mor do inventariado era menor de 1:000\$000. O primeiro é o de Francisca Maria de Jesus, casada com Germano Rodrigues Guerra, falecida em 1861, com apenas 643\$000 réis.⁶⁹ Francisca possuía poucos bens de valor, entre eles, uma casa com quintal e uma pequena plantação no lugar denominado Cachoeira da Alfandega, em Rio de São João, avaliadas em 233\$000 réis, uma tenda de ferreiro avaliada em 25\$000 réis e alguns animais em 351\$00 réis.⁷⁰ Apesar dos poucos bens, a família, aparentemente, tinha como se sustentar, possuía uma roça, animais (12 no total, dos quais, 6 eram vacuns) e uma atividade manual para complementar a renda. O casal tinha dois filhas e duas filhos, as meninas já estavam casadas, os rapazes provavelmente ajudavam os pais na lida diária, uma vez que a família não possuía escravos. O inventário está sem os autos da partilha, mas, mesmo assim, possui uma nota informando que o pai comprou a parte da herança de uma das filhas, supondo que os filhos solteiros ainda viviam com os pais, é possível que a partilha dos bens não tenha arrasado a pequena economia desta família. A tenda de ferreiro, certamente, era um complemento à renda familiar e uma atividade agenciável juntamente com a pequena roça e a criação de alguns animais.

O segundo caso trata de Germano Marques de Oliveira, este possuía um Monte-bruto de 1:130\$000 réis, inclusive possuindo 2 escravos, todavia sua dívida passiva era alta proporcionalmente a seus bens, 404\$800 réis, o que transformou o Monte-líquido e sua

⁶⁹ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, 1861, Francisca Maria de Jesus, caixa: 13.

⁷⁰ 1 tenda de ferreiro com 2 martelos, bigornas e tenazes, mais uma ferramenta de ferrar em 3\$000 réis.

herança em 725\$200.⁷¹ Germano era viúvo, mas não fica evidente o nome de sua esposa, e tinha 7 filhos, sendo que o mais novo possuía apenas 8 anos. Dentre os imóveis de Germano, havia um terreno de cultura, a meação de uma casa com quintal e mais um terreno em sociedade com os filhos, tudo avaliado em 310\$000 réis. Tal como no caso anterior, o único bem profissional descrito é a tenda de ferreiro (20\$000 réis), Germano também não possuía animais. O que aumentava o valor dos bens eram os dois escravos, Luis, lavrador, avaliado em 650\$000 réis, e Raimunda, cozinheira, avaliada em 150\$000 réis, ambos os valores eram apenas da metade do real valor dos escravos, pois estes eram em sociedade com os filhos. Infelizmente, o inventário não descreve em detalhes o passivo, apenas temos o valor apontado acima como uma soma já do passivo do inventariado e mais os custos do processo. Germano, provavelmente, cultivava algo em suas terras juntamente com os filhos e os dois escravos, é possível também que os mesmos herdeiros possuíssem alguns animais. O certo é que a tenda de ferreiro ajudava na renda desta família, com tão poucos bens passíveis de gerar rendimentos.

É possível constatar, pela observação do anexo C.3, que alguns donos de tendas de ferreiro também estavam envolvidos em outras atividades manuais, especialmente, a tecelagem e a carpintaria. Isso nos leva a entender que havia, aproximadamente, dois tipos de atividades: aquelas que exigiam certa rotina e as que não. Abrir, administrar e fechar uma casa de negócios; alimentar, ordenhar e fechar os animais; vistoriar e dar manutenção à lavoura, todas estas atividades e certamente outras rotineiras demandavam a prática diária. Outras atividades como a tecelagem, a carpintaria, a fabricação de peças de ferro, entre outras, não exigiam rotina e podiam ser exercidas por filhos, parentes, agregados, escravos ou mesmo pelo chefe do fogo, em horas ou dias de menor demanda das atividades rotineiras. Essas atividades garantiam um rendimento extra à economia familiar. A tenda de ferreiro era uma atividade que não exigia rotina e, por isso, podia ser exercida no ritmo da demanda do mercado ou conforme a vontade de seu proprietário. Ademais, o baixo investimento necessário para adquirir os equipamentos para tal atividade encorajava também os menos afortunados, que poderiam melhorar sua renda pela prática do ofício de ferreiro.

⁷¹ APHMS. Inventários, Santa Bárbara, 1877, Germano Marques de Oliveira, caixa: 7.

4 UMA FAZENDA DE FABRICAÇÃO DE FERRO: A FÁBRICA DE JOÃO MONLEVADE, RITMO INDUSTRIAL E TRABALHO ESCRAVO

Tão rápido o desaparecimento de boas tradições, o fato de que, em época mais moderna, o estabelecimento de forjas catalãs pelo falecido engenheiro Monlevade não pode determinar a criação de um corpo de operários capazes de generalizar a construção dessas forjas e conservar os processos metódicos, que aquele hábil engenheiro fazia observar, e que depois de sua morte desapareceram, a começar pelo estabelecimento de sua propriedade, encontram explicações nas condições peculiares dos operários, e não podem de modo nenhum o lançar descrédito sobre a indústria em particular (Henrique Gorceix).¹

A forja de João Antônio de Monlevade, situada em sua fazenda, denominada Solar ou Monlevade, na freguesia de São Miguel do Rio Piracicaba, é mencionada, por vários estudiosos contemporâneos ao seu tempo e por alguns estrangeiros de passagem por Minas Gerais, como a mais bem-estruturada forja do século XIX mineiro. Suas instalações não se distinguiam de outras com relativo sucesso apenas pelo caráter totalmente privado do capital e pela duração ao longo de 5 décadas, mas também pela formação continuada de seus trabalhadores. Tudo isso em um período que impunha dificuldades logísticas e operacionais para tal empreendimento, especialmente, em razão das condições de transporte e mão de obra disponíveis características do período escravista provincial.

A forja do Monlevade não foi a única a encontrar sucesso e prosperidade financeira, como já evidenciado no capítulo anterior, mas foi aquela que mais obteve regularidade e qualidade nos serviços e produtos oferecidos de forma mais constante. A fama de seus produtos era conhecida na região e em seu entorno, como é possível observar em vários relatos de época. As histórias das escolhas pessoais e profissionais de João Antônio de Monlevade e suas semelhanças e diferenças com as de outros indivíduos da região de estudo contam-nos muito sobre a sociedade daquele período, fato este que o torna um personagem complexo e chave para o nosso trabalho.

O título do capítulo revela muito sobre a estrutura da propriedade do Monlevade, misturando características agrícolas com industriais e trabalho escravo com produção especializada. A fazenda Monlevade era um símbolo de sucesso, já almejado em outras tentativas de construção de forjas com capital nacional ou misto em Minas Gerais e em São Paulo. A fábrica da família Monlevade não foi a primeira nem a única a encontrar sucesso na região, mas a qualidade e a regularidade da sua produção e, especialmente, seus rendimentos,

¹ APM. Seção Jornais Mineiros: *A Actualidade*, Ano III, n. 85, Ouro Preto, 01 de Setembro de 1880 (O ferro e os mestres de forja na província de Minas Gerais, por Henrique Gorceix).

que garantiram conforto à família, certamente, serviram de motivação para novos empreendimentos. A regularidade na produção só foi possível por meio da adaptação da mesma às condições locais, que eram uma mistura heterogênea de agricultura, carvoaria, mineração, siderurgia, atividades secundárias e trabalho escravo técnico e bem-treinado.

Este capítulo trata da trajetória de João de Monlevade desde sua chegada em Minas Gerais, em 1817, até sua morte, em 1872. Buscamos, com essa análise, entender os fatores que contribuíram para o seu sucesso: rede de relacionamentos, conhecimento, mão de obra, entre outros. Pretende-se, ainda, analisar, a fundo, a composição da força de trabalho em suas propriedades – tanto aquela voltada ao trabalho nas forjas e atividades diretamente interligadas quanto a direcionada ao trabalho agrícola e doméstico – e as formas de motivação dos seus escravos ao trabalho, uma vez que estamos falando de um trabalho desgastante e com ritmo incomum às atividades agropecuárias mais ordinárias do período.

4.1 BREVE HISTÓRICO

Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade nasceu na França, no ano de 1789. Oriundo de uma família nobre, concluiu o curso de engenharia de minas na Escola Politécnica de Paris, em 1812. Embora seu nome fosse Jean Antoine, optamos por utilizar, neste trabalho, a “versão aporuguesada” do mesmo: João Antônio de Monlevade. Essa escolha foi feita por razões históricas, uma vez que o próprio Jean adotou o nome João por ser mais facilmente pronunciado no Brasil. Mesmo documentos oficiais como o registro de nascimento de seus filhos e a correspondência que envia ao presidente da província, em 1853, foram assinados como João Antônio Monlevade. A formação de Monlevade não se limitava, todavia, à engenharia de minas, tendo conhecimentos nas áreas de mineralogia e geologia. Sua experiência de trabalho, na França, resume-se ao Corpo de Engenheiros Militares (Corps Royal Des Mines). Em 1817, como relata Passos (1973), Monlevade conseguiu uma permissão do seu superior para efetuar a viagem ao Brasil participando de uma comissão do governo francês para estudar os recursos minerais do Brasil.

Monlevade chegou ao Brasil em 14 de maio de 1817, conforme o Registro de Estrangeiros do Arquivo Nacional: “Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade, francês, 28 anos, estatura regular, barba regular, sobrancelhas cerradas e olhos azuis - vai para Minas e

leva consigo dois escravos”.² Morou em Caeté, MG, onde montou uma pequena indústria de beneficiamento de ferro, tendo percorrido várias comarcas e distritos mineiros, como São João Del Rey, Vila Rica, Sabará, Caeté e São Miguel do Piracicaba. Em 1818, Monlevade associa-se ao capitão Luiz Soares de Gouveia para erguer em Caeté um alto-forno para a produção de ferro. O êxito da fábrica tornou seu nome conhecido, sendo o mesmo indicado para orientar a exploração da galena de Abaeté, promissora fonte de prata e chumbo. Durante o período em que trabalhou na galena de Abaeté, Monlevade conheceu João Batista Ferreira de Souza Coutinho, o Barão de Catas Altas, proprietário das famosas minas de Gongo Soco. Esse encontro foi importante para o futuro do engenheiro, pois, anos depois, o mesmo celebraria matrimônio com uma das sobrinhas do Barão, D. Clara Sophia de Souza Coutinho.

Em São Miguel do Piracicaba, nosso personagem tinha uma amizade, já de longa data, com o médico Ildefonso Gomes de Freitas, que, após sua formação, no Rio de Janeiro, foi para Paris fazer estudos de aperfeiçoamento. Nesta viagem pela Europa, Ildefonso conheceu Monlevade e os dois iniciaram uma amizade que duraria por várias décadas, influenciando em certa medida o rumo que Monlevade tomaria após sua chegada em Minas Gerais.

O pai de Ildefonso, o capitão João Gomes de Abreu e Freitas, era dono da Fazenda Itajuru. A dita fazenda e seu proprietário são conhecidos dos leitores devido aos relatos de viajantes que estiveram em Minas Gerais, no século XIX, pois tanto o naturalista Saint-Hilaire como o russo Langedorff estiveram hospedados em Itajuru. Tal fato é evidenciado no relato de Saint-Hilaire (1938), onde menciona um encontro com Monlevade no momento que este último chegava à casa do capitão João Gomes de Freitas com uma carta de recomendação escrita pelo filho do dito capitão. A proximidade de Monlevade com Ildefonso o aproximou também de seu pai, o capitão Gomes.

Durante o período que trabalhava no projeto da galena de Abaeté, Monlevade torna-se vizinho do capitão João Gomes ao comprar algumas terras a poucas léguas abaixo do Arraial de São Miguel. Neste local, Monlevade iniciou a construção dos edifícios que comporiam a fazenda. A região já possuía fábricas de ferro, inclusive outro filho do capitão Gomes de Freitas, José Joaquim Gomes de Freitas, fabricava ferro para atender às necessidades locais. A sua fábrica de ferro era composta por uma forja catalã e uma usina que beneficiava o ferro fundido produzido. Monlevade investiu em equipamentos ingleses, consolidando a fábrica como uma das mais prósperas e duradouras do Império através da mistura de seu conhecimento e inspeção permanente das atividades e da aquisição e treinamento de

² Arquivo Nacional (A. N.). Registro de estrangeiros 1808-1822. Ministério da Justiça e negócios interiores. Col. 423- livro 01, fls. 6 (v).

trabalhadores escravos, os grandes responsáveis pelas rotinas da fabricação de ferro e mercadorias dele derivadas. Produzia enxadas, foices, machados, alavancas, ferraduras, cravos, martelos, freios para animais, moendas para engenhos de cana, entre outros itens. Além das atividades com o ferro, a fazenda incorporava atividades agrícolas, principalmente, para o sustento dos escravos e da propriedade de forma geral.

Em 4 de janeiro de 1827, na Matriz de Caeté, Monlevade casou com Clara Sophia de Souza Coutinho, com quem teve dois filhos: João Pascoal de Monlevade e Mariana Sophia de Monlevade. O filho permaneceu no Brasil até sua morte, já a filha viajou para a França após seu casamento e faleceu na Europa. Ao que tudo indica, a fragilidade da saúde de sua filha foi um dos motivos para que, em 1847, João Monlevade tenha proposto ao Governo da Província de Minas Gerais e, posteriormente, ao Governo Imperial a venda de sua fábrica. O Governo brasileiro, todavia, recusou o negócio e Monlevade continuou no Brasil, em Minas Gerais, à frente de seus negócios até a morte, em 1872 (ver Anexo D.1).

Após sua morte, aos 83 anos, a fábrica ficou sob os cuidados de sucessivos administradores, incluindo o filho e herdeiro, até que foi vendida para a Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros (1891), empresa fundada por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

4.2 ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

A fazenda Monlevade (ou Solar), embora não fosse a única propriedade de João Monlevade, era a base econômica das atividades com o ferro. A propriedade recebeu a atenção e os cuidados do proprietário para torná-la a mais adequada possível para as atividades ali realizadas. O investimento não se limitava à construção de edifícios, abrangendo a abertura de estradas e edificação de pontes.

A imagem, a seguir, mostra a casa principal, a residência da família e seus arredores. A fotografia faz parte do acervo do Programa Memória Arcelor Mittal e, embora não tenha data, possivelmente, remete-se à década de 1940, período em que pertencia a acionistas de uma empresa siderúrgica belgo-luxemburguesa que iniciou um processo de busca por informações sobre os antigos donos da propriedade.³ A construção central era a casa da família, seguida, à direita, por uma casa de dois andares que, de acordo com Juliana Passos,

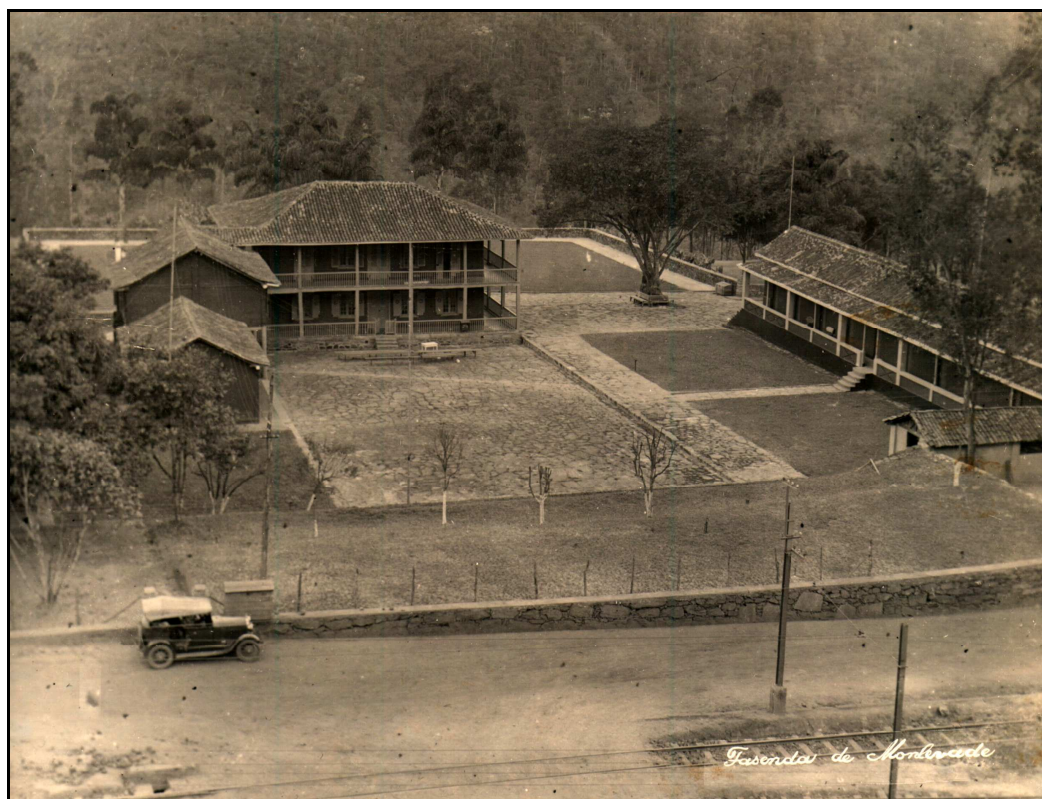
³ Outras fotografias da propriedade são indícios que apontam para a década de 1940. Comparamos fotografias diversas da propriedade e uma em especial, muito semelhante à apresentada acima, estava datada de 1945.

servia de moradia para os escravos, o edifício da direita era composto pela sapataria, carpintaria e outras atividades secundárias (PASSOS 1973, p 44-45). Havia, conforme Passos, uma capela na fazenda. A edificação à frente e à esquerda (parcialmente encoberta pelas árvores) fora construída posteriormente e a da direita sofrera algumas reformas, segundo informações de um folheto informativo da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (CSBM), sem data, disponível no Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal.

Provavelmente, algumas construções foram desmanchadas, uma vez que o próprio Monlevade revela, através das informações enviadas ao presidente da província, no ano de 1853, que a casa era cercada por quatro “grandes corpos de construção”, que serviriam de moradia para os escravos. Ainda segundo Monlevade, essa disposição ajudaria no controle, inspeção e administração da propriedade.⁴ O relatório enviado ao presidente da província é uma fonte de extrema relevância, pois oportuniza escutarmos a voz do próprio Monlevade. Apenas minúsculos fragmentos da documentação da fazenda foram encontrados, assim, o relatório de 1853 é uma das poucas oportunidades que temos para escutar Monlevade por ele mesmo. Neste documento, Monlevade refere-se à comunicação e circulação em sua propriedade, então, afirmando que partiam do centro para as extremidades - cinco e meia léguas de estradas, sendo que uma das estradas admitiria até mesmo carro europeu. Através destes caminhos, circulavam minério, carvão, produtos agrícolas, madeira, pessoas, etc.

⁴ Relatórios dos presidentes de província. Minas Gerais, 1854, Relatório que ao illustrissimo e excellentissimo sr. desembargador José Lopes da Silva Vianna, muito digno 1.º vice-presidente da provincia de Minas Geraes, apresentou ao passar-lhe a administração o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1854. Minerais e exploração (Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/459/000078.html>>. Acesso em: 23/09/2011).

Figura 4.1- Foto da Sede da Fazenda Monlevade



Fonte: Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG).

A fotografia mostra um espaço vazio na parte posterior da “casa grande”, o que pode ser resultado de alterações na construção original, uma vez que não é possível identificar as quatro edificações apontadas por Monlevade. Além disso, o grande número de escravos que o proprietário da fazenda possuía, certamente, não poderia ser acomodado em apenas um edifício. Os conhecimentos técnicos do nosso personagem são evidentes quando analisamos a estrutura da propriedade, na qual se empregaram cuidados que vão além do habitual para o período, evidenciando-se cuidado com a circulação de pessoas e produtos, com a comunicação, controle dos trabalhadores, supervisão e, até mesmo, com a possibilidade de ampliação das estruturas com o desenvolvimento e crescimento dos negócios e da economia da fazenda.

A fazenda está colocada quase no centro de quatro sesmarias, podendo assim receber no presente, como no futuro, o carvão as madeiras, os produtos agrícolas, etc.; por meio das cinco e meia léguas de estradas de carro que partem do centro para as extremidades. [...] Ela [a morada principal] de sobrado com varandas nas quatro faces, tanto em baixo como em cima [...] esta colocada no centro de quatro grandes corpos de construções ocupados pelos escravos, etc. Esta situação facilita a administração e inspeção do estabelecimento. Em roda destes edifícios há sempre plantações uteis, e livre de emanções pútridas nocivas a saúde. Abaixo a 88 pés de

altura está situada a fábrica velha a uma distância tal que não incomode nem o calor, nem a poeira e a fumaça, nem o estrondo das máquinas.⁵

As informações concedidas por Monlevade fornecem ideia da sua postura a respeito do trabalho e da organização da fazenda. A propriedade não foi simplesmente crescendo de forma desordenada, houve todo um planejamento para garantir o suprimento necessário tanto à manutenção da fábrica de ferro quanto às demais acomodações e habitantes da propriedade. Inclusive, é possível perceber a existência de um plano de ampliação das instalações conquanto ainda incipiente na mente de Monlevade.

Ele [o edifício construído para abrigar as máquinas importadas da Europa] é de tal magnitude, que, além disso, poderá admitir facilmente a fornalha alta destinada para a produção de ferro líquido, assim como oferecesse cômodos para a manipulação do ferro moldado etc.⁶

O comentário tecido por Monlevade insere-se em um debate muito comum para a época – e até anterior à sua chegada ao Brasil – que é a escolha entre alto-forno ou pequenas fábricas que utilizariam forno catalão ou outro sistema ainda mais simples (ESCHWEGE, 1899). A possibilidade de construir um alto-forno em momento futuro nos faz crer que Monlevade compactuava com a ideia de Eschwege de que as fábricas do interior não tinham mercado suficiente para seus produtos que justificasse a construção de um alto-forno. Talvez, o fator que alavancaria os negócios com o ferro seria a melhoria nos transportes, tão desejada pelo Monlevade, e que permitiria realizar comércio a mais longa distância, ampliando o mercado dos produtos da região. Devemos lembrar, aqui, que os altos custos de transporte encareciam demasiadamente o preço final do produto, dessa maneira, inviabilizando o comércio de longa distância, especialmente, em Minas Gerais, onde o terreno é bastante acidentado. Enquanto, no Brasil, o transporte ainda se baseava principalmente em trilhas e caminhos sinuosos, percorridos por tropas de mulas ou caravanas de escravos, mas, dificilmente, por veículos de rodas; o sul dos EUA tinha-se voltado, há algum tempo, para as estradas de ferro. Não podemos esquecer que o sul americano dispunha ainda de excelente transporte fluvial que penetrava pelas novas áreas algodoeiras (GRAHAM, 1983).

⁵ Relatórios dos presidentes de província. Minas Gerais, 1854, Relatório que ao illustrissimo e excellentissimo sr. desembargador José Lopes da Silva Vianna, muito digno 1.º vice-presidente da provincia de Minas Geraes, apresentou ao passar-lhe a administração o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1854. Minerais e exploração (Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/459/000078.html>>. Acesso em: 23/09/2011). p. 3-4.

⁶ Relatórios dos presidentes de província. Minas Gerais, 1854. p.2.

A estrutura da propriedade e o ritmo de trabalho eram frutos dos conhecimentos e experiências adquiridas e vivenciadas na Europa, mas que tiveram de ser adaptadas à realidade brasileira. Monlevade era, como já referido, engenheiro de minas, assim, conhecia bem as necessidades técnicas para a extração de minério de ferro e seu processamento e, certamente, montou a fazenda de forma a otimizar a produção, reduzir custos e garantir a continuidade das atividades ao longo do tempo. Uma das principais reclamações dos produtores da região de estudo refere-se às dificuldades de lidar com a mão de obra disponível, creio que adaptar e se adaptar a realidade do trabalho no Brasil foi um dos fatores de maior relevância para seu sucesso, mas essa questão será abordada em um item separado. Podemos supor que os conselhos dos membros da família Gomes Abreu e Freitas, vizinhos e “colegas de profissão”, também, auxiliaram nosso personagem a driblar dificuldades. Para tentarmos entender a estrutura montada por Monlevade na sua propriedade vamos dividir a análise em 3 partes: residencial, agrícola e industrial.

Quanto à parte residencial da fazenda, certamente, é a que temos menor quantidade de registros. Sobre a organização da casa, das atividades domésticas e da vida privada da família de Monlevade poucos documentos restaram. Podemos notar, pela leitura do fragmento do documento citado, que o patriarca teve o cuidado de afastar da residência familiar os edifícios dos ofícios mais barulhentos e possivelmente nocivos à saúde. A casa era localizada de forma a manter certo afastamento da rotina de trabalhos na forja, todavia era central na propriedade e fazia parte da estrutura montada para garantir que as práticas cotidianas fossem executadas conforme o esperado. Em outras palavras, era possível acompanhar parcialmente a movimentação da fazenda, a rotina de trabalhos em alguns estabelecimentos próximos à casa e, especialmente, os trabalhadores escravos. Assim, a residência tem um papel duplo: um efetivo/prático, ou seja, o de moradia da família; e outro simbólico, o da presença e vigilância constante dos donos. A sacada, nos dois andares, circundava toda a habitação e as muitas janelas davam a impressão de constante observação, sendo um facilitador no controle para os proprietários (como apontado pelo próprio Monlevade) e um potencial observador inconveniente para trabalhadores. A presença constante do dono e suas estratégias para manter a vigilância, certamente, ajudaram a inibir alguns comportamentos considerados indevidos e a residência da família tinha um papel importante no teatro social, ou melhor, no controle social montado.

As atividades agrícolas eram secundárias na fazenda, mas não menos importantes. A produção agrícola era fundamental para garantir o sustento da sua enorme escravaria e ficava dividida em duas frentes de serviço, uma na própria fazenda Monlevade, em São Miguel do

Piracicaba, e a outra em fazenda de cultura, denominada Serra, no distrito de Tombos de Carambola (anteriormente Santa Luzia de Carangolas), do Termo de São Paulo do Muriaé. As duas propriedades foram avaliadas, no inventário de João Monlevade, em 25:000\$000 réis cada, o que evidencia que ambas eram valiosas e bem-aparelhadas. O que mudava era o foco econômico de cada uma, a propriedade em Carangolas foi descrita como possuindo “terras, matas, aguadas, cafezais, engenhos, casa de vivenda e demais pertenças e benfeitorias”.⁷ A fazenda em Carangolas foi vendida, em 1889, para Manoel Martins de Araujo Castro, sendo que, através da venda, é possível identificar algumas das plantações ali cultivadas, pois, segundo a escritura de compra e venda, a fazenda possuía cultura de café, cana e cereais e media aproximadamente 3.446 hectares e 1.266 alqueires.⁸ Na propriedade em São Miguel do Piracicaba, eram utilizados os espaços ao redor da casa e espaços entre os outros estabelecimentos para a produção de alimentos. Libby, utilizando o relatório escrito por Monlevade, em 1853, tece considerações sobre essa mistura das instalações da fundição com áreas agrícolas.

Curiosamente, é Monlevade, o mais “empresarial” dos mestres de forja do nosso período, que nos dá uma idéia clara de como as fundições não constituíram unidades separadas da agricultura. [...] “[...] o terreno está sempre ocupado com plantações úteis[...]” e que uma das aguadas dava ‘[...] impulso a um engenho de pilões, moinho para fubá a moda européia, ralador de mandioca, ventilador, etc.’ (LIBBY, 1988, p.151).

No referido relatório, Monlevade relata que o terreno não era bom para plantações de feijão e milho, mas que, por sua vez, rendia boas safras de “batata-doce, mandioca, etc.”.⁹ A constância na produção de farinha pode ser observada também nas listas de impostos elaboradas pela Câmara de Santa Bárbara. Monlevade é sempre listado como possuidor de fábrica de ferro e moinho ativos. O moinho, como referido anteriormente, era usado para fazer fubá, o qual, provavelmente, era usado na alimentação dos escravos. Segundo Passos (1973), a fazenda em São Miguel possuía, ainda, vistoso pomar e colmeias. Acreditamos que os alimentos produzidos na fazenda de São Miguel do Piracicaba fossem destinados ao consumo dentro da propriedade, especialmente, em razão do numeroso quadro de trabalhadores ali residentes. Os alimentos produzidos na propriedade, todavia, não eram suficientes para alimentar com a variedade necessária o pessoal da fazenda, assim, era preciso adquirir

⁷ APHMS. Inventário e partilha dos bens de João Antonio de Monlevade, 1875.

⁸ Biblioteca Nacional (B.N.). *Ofício de Notas do Rio de Janeiro*, 5-5H. Livro de notas, nº 49, folhas 106-107, rolo 009.011-79. Data 10/07/1889.

⁹ *Relatórios dos presidentes de província. Minas Gerais*, 1854. p.3.

mantimentos no mercado local, particularmente, o milho. Foi possível identificar fragmentos deste comércio.

Monlevade, 11 de Setembro de 1864

Illmo A.º J. Manoel Teixeira Salgado

Conforme a sua de sete de setembro recebi os trinta alqueires de milho e a conta que é muito exata, a saber, 37\$100 saldo ao meu favor. Incluso remeto 100\$000 para não haver faltas.

Não tinha o mais chegado conhecimento do Capitão Fagundes, seu A.º mas era homem bem conceituado no país. A morte não poupa ninguém.

Apressadamente concluo lhe pedindo aceitar lembranças da minha velha D. Clara e as deste que muito preza assinante.

De seu
Amigo veemente agradecido criado
João Antônio de Monlevade

Hoje 12 de Setembro 1868 fica em meu poder =	120\$460
	<u>22\$400</u>
	<u>98\$060</u>
	<u>\$040</u>
por comprar mantimentos.	Pago 98\$020 ¹⁰

Essa carta aponta a necessidade de a fazenda complementar sua produção de alimentos com produtos que não possuía ou, ao menos, não na quantidade necessária. O milho nela comercializado já havia sido apontado, por Monlevade, como um produto de difícil cultivo nas terras de sua propriedade. Como muitos autores já pontuaram, a produção de alimentos no século XIX não exigia cuidados constantes, o trabalho era mais sazonal, o que facilitava a inserção destas atividades em propriedades com foco voltado para atividades não agrícolas. A produção de alimentos era não só viável, mas uma opção boa quando considerado o custo benefício, especialmente, no caso da Fazenda Monlevade, onde o número de trabalhadores para alimentar era grande. Iremos analisar a diversidade da posse de escravos um pouco mais adiante neste capítulo, mas podemos adiantar que as mulheres tinham um papel importante na produção de alimentos na Fazenda de São Miguel. Assim, podemos supor que, nesta propriedade, a opção por especializar os escravos do sexo masculino para atividades específicas, como, por exemplo, carvoaria, mineração, fundição, carpintaria, entre outras,

¹⁰ Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG), Carta escrita por Monlevade para Manoel Teixeira Salgado, 1868.

liberou o trabalho agrícola para as mulheres, uma vez que a oferta de trabalhadores era maior do que a demanda para atividades domésticas.

Os inventários do João Monlevade e de sua esposa são bastante sucintos, apresentando apenas somas de bens mais miúdos (como móveis, dívidas e animais), o que dificulta identificar a produção e/ou comercialização de alimentos na fazenda Monlevade. No inventário de Clara Sophia de Monlevade, esposa de João de Monlevade, que faleceu em 1876, existe uma referência a dívidas passivas da família, mas sem especificar os credores, valores individuais ou razão da dívida.

Que deve a casa inventariada (Clara Sophia de Monlevade) a vários credores como reconhecem os herdeiros a quantia de dezesseis contos quinhentos e setenta e três mil réis, que será paga afortunadamente pelos mesmos herdeiros na devida proporção. 16:573\$000.¹¹

Portanto é presumível que a família Monlevade interagiu comercialmente com seus vizinhos e demais proprietários da região de Santa Bárbara e arredores. Essa hipótese é confirmada pela presença de nosso protagonista como devedor nos inventários do Guarda-Mor José da Costa Lage (1860), no montante de 555\$992 e de Ana Candida de Souza Coutinho (1869) no valor de 30\$000. Ambas as dívidas aparecem como créditos, a primeira, possivelmente, era oriunda de um empréstimo, uma vez que o referido guarda-mor possuía muitas dívidas ativas e todas de alto valor, dessa maneira, indicando que o mesmo tinha um papel de credor na região. De qualquer modo, é certo que a fazenda não era autossuficiente. Todavia a presença de áreas agrícolas, em meio às atividades de caráter mais industrial, aponta que a produção de alimentos era não só uma necessidade para equilibrar as contas e garantir o sustento das famílias que ali viviam, como também era uma oportunidade de utilizar parcela da mão de obra que não seria adequadamente utilizada na casa ou nas tarefas relativas à produção de ferro.

Já em Carangolas, a maioria dos escravos, independente do sexo, foi classificada como roceiros. Outra categoria que se destaca entre os homens são os tropeiros, então, totalizando 10 escravos. Estes, provavelmente, eram responsáveis pelo transporte dos alimentos ali produzidos, tanto para a fazenda Monlevade, em São Miguel, como para outros mercados compradores. Neste local, seu sobrinho e, depois, genro, Saint-Edme de Monlevade, também, possuía algumas propriedades de cultura e criação. Este foi um senhor absenteísta, uma vez

¹¹ APHMS. Inventário e partilha dos bens de Clara Sophia de Monlevade, 1876.

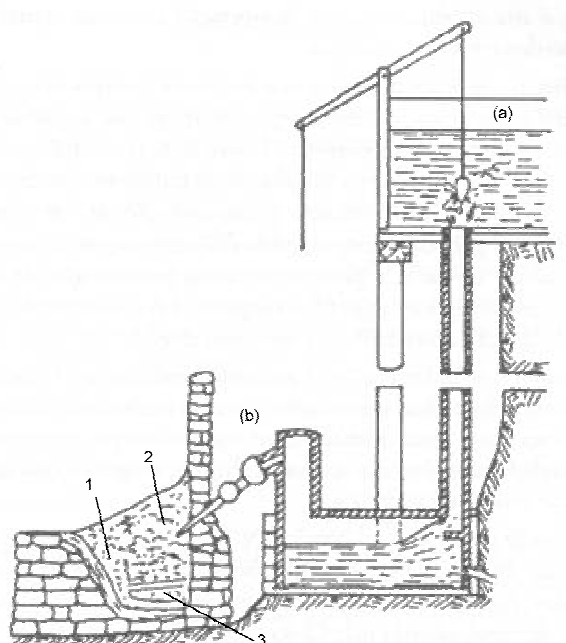
que sua residência oficial era na França, para onde a filha de Monlevade transferiu-se após o casamento e permaneceu até falecer. Saint-Edme fez várias viagens através do atlântico para cuidar de seus negócios no Brasil (LAURENT; LUCCA, 2009). A fazenda Paiol, pertencente a Saint-Edme, situada em Carangolas, foi hipotecada, em 1868, como garantia do pagamento de uma dívida que o mesmo tinha com seu tio e sogro João Monlevade.¹² No ano da morte de Clara Sophia, a dívida ainda não havia sido quitada e já chegava a 90:412\$000 réis, sendo o valor inicial de 44:706\$000, mais os juros corridos ao longo dos anos.

A fazenda Serra em Carangolas servia não só de complemento à fazenda Monlevade no que se refere à produção de alimentos, mas também produziam café, que era vendido no mercado. Temos pouquíssimas informações sobre as atividades agrícolas nas quais a família Monlevade estivesse envolvida, os olhares dos viajantes e estudiosos contemporâneos de Monlevade eram direcionados para a fabricação de ferro, o que é bem lógico, pois esta era a atividade que se destacava na propriedade e se diferenciava na paisagem local (não pela exclusividade, mas pela técnica e proporção).

As atividades com o ferro envolviam a maior parte dos trabalhadores, do tempo de serviço e da área da propriedade, especialmente, se considerarmos a mata que era necessária à produção de carvão. No ano de 1853, já havia 2 fábricas de ferro na propriedade, sendo que juntas produziam, em média, 30 arrobas de ferro (450Kg) diariamente. A forja usada por Monlevade era a catalã, a variante da região francesa de Ariège, e, por isso, a roda que movia os malhos era chamada de roda de Ariège (PENNA, 1975). O primeiro forno era mais simples, e, em seguida, com a aquisição de equipamentos ingleses, a produção tornou-se mais refinada e com uma possibilidade maior de fabricação e diversificação de produtos. O método catalão era então o mais moderno processo de redução direta (mistura o carvão e o minério) e exigia menos cuidados do que o alto-forno (método direto) (BARROS, 1989).

¹² B.N. Ofício de Notas do Rio de Janeiro, 1-5D. Livro de Notas, nº 307, folha 44, rolo 031.31.79. Dta 30/12/1868.

Figura 4.2 - Forno e sistema de sopro da forja catalã



Legenda: (a) tanque de água (b) ventaneira

1 – minério 2 – carvão 3 – lupa

Nota: o autor está tratando sobre a forja do Monlevade, mas não deixa claro se esse era o modelo que estava instalado na fazenda ou apenas uma ilustração genérica da forja catalã.

Fonte: Imagem baseada em Penna (1875, p. 838).

A fábrica velha ficava distante da casa em direção às margens do Rio Piracicaba, e a fábrica nova ficava, segundo o relatório de 1853, em uma área maior, abaixo da primeira. Desta descrição, novamente, podemos identificar as expectativas de crescimento de Monlevade: “ainda tem altura até o rio, para com a mesma água suprir ainda duas fábricas precisando”.¹³ Nestas duas fábricas eram produzidas enxadas, foices, machados, ferraduras, cravos, martelos, moendas para engenho de cana, etc. A diversificação foi possível graças à importação de máquinas vindas da Europa.

As máquinas foram adquiridas, segundo Geraldo Barros (1989), por intermédio de um procurador chamado Lourenço Aquiles Leonir, tratava-se de um engenho de laminar, preparar e fabricar ferro. O maquinário era muito pesado, 475 arrobas, o que ocasionou algum atraso no seu transporte. Do Rio de Janeiro ao porto de Vitória, o transporte foi tranquilo, mas do Espírito Santo para o interior de Minas foi usado o rio Doce, o que resultou na necessidade de utilizar embarcações menores. É possível acompanhar os desafios encontrados para entregar as máquinas pela correspondência e ofícios emitidos por Marlière – Capitão e Diretor Geral dos Índios e Comandante de todas as Divisões do Rio Doce – sob guarda do APM.

¹³ Relatórios dos presidentes de província. Minas Gerais, 1854. p.4.

Em 1827, o Presidente da Província de Minas Gerais, Visconde de Caeté, recebeu um requerimento de Monlevade solicitando que o governo auxiliasse no transporte das máquinas pelo rio Doce. Em despacho, datado de 13 de março daquele ano, o Visconde de Caeté ordenou que Marlière executasse o transporte das máquinas, “que pelo seu peso não tinham outro método de introduzir em Minas”.¹⁴ Destacamos a seguir alguns trechos da correspondência de Guido Malière, transcritas na Revista do Arquivo Público Mineiro de 1908, que evidenciam como foi o transporte das máquinas.

1827, Outubro 3. 4ª Divisão

Com toda a prontidão exerça Vm. uma canoa dessa Divisão do Porto de Canoas, e com os necessários remeiros e pilotos, e mantimentos para eles, a qual deverá receber do Ver. Vigário de Cuyethé a seu bordo, e descer com ele ao mesmo Cuyethé. Esta canoa vira subindo com as da 6ª com as Máquinas da Fabrica de M. de Monlevade, que julgo na Barra do Rio Doce, conforme o aviso que acabo de receber da Corte de 18 do passado. Todas as mais canoas e gente devem seguir para o lugar do auxílio, que devem dar, na forma da ordem de 7 de maio deste ano, logo que Vm tiver os aprestes necessários e de que já deve estar acautelado na forma da mesma.

- O peso que vem são 475 arrobas, a que pede 5 canoas e gente a proporção.
D. G. a Vm

1827, Dezembro 16, Ex.^{mo} Snr. Vice Presidente

[...] Voltando destes negócios aos do Rio Doce tenho de participar à V. Ex.^a que em execução de um Despacho do Ex. ex-presidente desta Província, Visconde de Caethe, datado de 13 de março deste ano à requerimento do Capitão Feliz de Monlevade, em que me há ordenado auxiliar pelas Divisões de meu Comando a entrada pela Barra daquele Rio de umas máquinas, que pelo seu peso não tinham outro método de introduzir em Minas, mandei construir pelos Soldados 12 canoas para este fim e as fiz descer em meados do passado para seu transporte ao Porto de Canoas, sobre o aviso que tive pelo correio de saída daquelas máquinas, a 18 de setembro do porto do Rio de Janeiro, em uma Sumaca Camboyada por duas pequenas embarcações de Guerra; mas duas canoas do Comércio chegadas aproximadamente a Antônio Dias-abaixo, do beira mar não dão notícias daquela Expedição, o que me da inquietação, pois sobrava tempo para haverem ali chegado.

1828, Fevereiro 5. Sr. Lourenço Achilles Le Noir

Em lugar de 5 canoas que Vm me pediu pela sua de 18 de setembro de 1827, mandei doze para prestar-lhe o auxílio que o Ex.^{mo} Governo desta Província me ordenou prestasse, e fizesse prestar pelas Divisões que Comando para a subida das importantes máquinas de M. de Monlevade guarnecidas as Canoas com os respectivos canoeiros, e víveres, e ate para Vm mandei os que me pediu.

1828, Março 2. Ex.^{mo} Senhor Presidente

As máquinas para a Fábrica de M. de Monlevade mencionadas no meu ofício de 16 de dezembro do ano expirado, e que julgava perdidas, vem enfim subindo pelo

¹⁴ Ofício de Marlière dirigido ao vice-presidente, de 16 de dezembro de 1827, *RAPM*, Belo Horizonte, v. 12, p. 486-519, 1907.

Rio Doce, e foram encontradas pelo acima referido Comerciante no Sitio Pau Gigante entre Linhares e as Escadinhas.¹⁵

Depois de mais de cinco meses de duração, o transporte das máquinas de Vitória para o interior de Minas Gerais finalmente terminava com a entrega da encomenda. Em 18 de abril de 1828, Marlière respondeu-se com o editor do jornal Universal, de Ouro Preto, contando que acabavam de chegar ao destino as máquinas vindas da Inglaterra para a fábrica de ferro de Monlevade. Segundo Marlière, a operação foi um sucesso e nada custou ao governo, pois as despesas correram todas por conta de Monlevade (GOMES, 1983).

As posses da família Monlevade foram sendo acumuladas conforme a entrada de capital (seja por herança do próprio Monlevade ou pelo dote recebido com o casamento) de acordo com as necessidades da propriedade principal, a forja. A fazenda de São Miguel é um exemplo das condições impostas pela conjuntura do século XIX, no interior de Minas Gerais. Pois, mesmo com um viés voltado para a fabricação de produtos industrializados, incorporou atividades agrícolas e a mão de obra escrava. Além disso, foi necessário melhorar estradas e construir pontes que facilitassem a comunicação, porém, segundo Passos (1973), Monlevade também tirava alguma vantagem disso cobrando uma taxa, “pedágio” de \$40 réis pela utilização da ponte por ele construída. A capacidade de adaptar seus conhecimentos técnicos e sua experiência de vida às condições encontradas no Brasil e, não podemos esquecer, à posse do capital necessário colocaram Monlevade entre os mineiros bem-sucedidos no século XIX. Mais do que isso, João Monlevade conseguiu manter e ampliar sua fortuna ao longo de sua vida com base em uma atividade pouco comum e marcada por algumas experiências de insucesso quando praticada em larga escala: a fabricação de peças de ferro.

4.3 A FORJA: CARACTERÍSTICAS, PRODUÇÃO E COMÉRCIO

A fazenda Monlevade possuía duas fábricas de ferro, como já foi mencionado. Com as novas máquinas importadas da Inglaterra, foi possível fazer peças mais elaboradas, particularmente, peças utilizadas na mineração e agropecuária. Monlevade era o principal fornecedor das companhias inglesas de mineração, tais como a Gongo Soco, Pari e Morro Velho. Segundo Douglas Libby, para a aquisição do ferro das brocas e das cabeças de

¹⁵ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Anno XII, 1907, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1908. p. 477 (Sessão Ofícios Guido Thomaz Marlière).

trituração a empresa St. John (Morro Velho), “dependia em grande parte do distrito de Itabira e da vila onde estava estabelecida a fundição de João Monlevade, na comarca do Rio Piracicaba” (LIBBY, 1984, p.80). Além de atender as empresas mineradoras estabelecidas na região, a fundição de João Monlevade atendia as demandas agropecuárias e da construção civil. A seguir, tem-se uma relação das peças produzidas pela fábrica da família Monlevade. A mesma seria mais esclarecedora se estivesse preenchida com os preços, mas já é uma excelente fonte que ilumina muito a respeito das peças ali produzidas. A fábrica produzia uma gama variada de produtos acabados, além de vender ferro em barra e bigornas, dessa maneira, alimentando as pequenas fundições locais que apenas trabalhavam o ferro, mas não possuíam o domínio da técnica ou a estrutura necessária para transformar minério em ferro fundido.

Figura 4.3 - Catálogo de preços e produtos da Fábrica Monlevade, século XIX.

CATALOGO	
DOS	
PREÇOS DAS OBRAS DE FERRO	
DA	
Fábrica de Monlevade.	
Enxadas grandes para lavoura.	50
Ditas menores.	50
Ditas valleiras	50
Foices grandes	50
Ditas menores	50
Machados de derrubar.	50
Ferraduras para bestas (duzia)	50
Ditas para cavallos (duzia).	50
Cravos (milheiro)	50
Ferramentas para ferrar, de 3 peças	50
Pregos de assoalho (kilo)	50
Ditos ripares (kilo)	50
Fechaduras para portas	50
Tachos de ferro (kilo)	50
Bigornas de todos os tamanhos (kilo)	50
Aguilhões de cabeça redonda para engenhos, torneados (kilo).	50
Ditos com cabeça quadrada idem (kilo).	50
Ferro em barra (kilo)	50
Argolas para eixos de todos os tamanhos (kilo).	50
Cavilhas de tarraxa e porca (kilo).	50
Correntes de todos os tamanhos (kilo).	50
Ferragem de carro regular completa	50
Ferragem completa de engenho de serra.	50

E mais todos os objectos precisos para o uso, e concertos de toda natureza, por preços commodos.

Fonte: Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG).

A variedade e a qualidade dos produtos da fábrica Monlevade eram frutos de uma forja bem-montada e aparelhada, da qualidade do carvão e do minério de ferro utilizados e da estrutura de trabalho montada. O sistema usado para a fundição do minério era o catalão e a produção de carvão usava o sistema de medas. Neste estudo, já nos referimos muito sobre o sistema catalão, considerado, de forma unânime, pelos estudiosos da Escola de Minas, como método mais eficiente que os cadinhos e o sistema italiano. Na década de 1850, a fábrica

velha era composta de: duas rodas hidráulicas, três malhos (80 arrobas, 150 arrobas e 5 arrobas), seis fornalhas para fundir o ferro, três forjas e 4 tendas, além de mãos de pilão que reduzem o minério de ferro em pó (quando necessário, dependendo do minério ou da mistura usada). A fábrica nova, em 1853, era um edifício que ainda estava sendo aparelhado com máquinas para obrar o ferro, continha um engenho de serrar madeira e uma máquina de torner ferro.¹⁶ A força usada para mover as máquinas era sempre hidráulica. Quando da visita de Costa Senna à fábrica, a mesma era composta de duas forjas catalãs (adaptadas ao sistema italiano após a morte do patriarca), dois malhos, uma oficina aparelhada com malhos e demais instrumentos para transformar o ferro em produtos e oito tendas.

Ademais, Monlevade manteve-se atualizado quanto às técnicas e tecnologias utilizadas na Europa, especialmente, na França, no concernente ao seu negócio. Segundo Barros (1989), Monlevade mantinha correspondência com alguns colegas na França, todavia essa correspondência havia sido extraviada, segundo informações dos descendentes do mesmo. Ainda de acordo com o autor, baseado em documentação do Arquivo Nacional, ao fundar-se a Escola de Minas de Ouro Preto, seu diretor, Henri Gorceix, propôs ao Ministério dos Negócios do Império, em 1875, a compra de parte da biblioteca do Monlevade. Tratava-se de 250 a 300 volumes, dentre os quais, destacavam-se 57 volumes do “Annales des Mines” e do “Journal des Mines”, 30 volumes do “Dictionaire critique et bibliographique”, 13 volumes do “Cours de Agriculture” e inúmeras obras sobre metalurgia do ferro (BARROS, 1989).¹⁷ Na carta que João Monlevade escreve à sua irmã, em meado de 1848, menciona o recebimento constante de jornais franceses.

Minha irmã adorada. S. Edme recebeu há pouco com uma felicidade indescritível, compartilhada por todos nós, tuas cartas de fevereiro e março. Estávamos a par, através dos jornais que recebemos regularmente a cada 5 dias, dos acontecimentos extraordinários que ocorreram na França.¹⁸

A correspondência pessoal de Monlevade evidencia a relação próxima que o mesmo continuou mantendo com sua família na França e, mais do que isso, que a busca por atualização política, econômica e técnica foi uma constante. Porém o inventário de João Monlevade e, posteriormente, o de sua esposa, Clara Sophia, não apresentam a descrição dos bens móveis. Assim, ficou impossível conhecer a totalidade da biblioteca formada, ao longo dos anos, por Monlevade. De qualquer forma, os livros citados por Gorceix já são bastante

¹⁶ Relatórios dos presidentes de província. Minas Gerais, 1854. p.4.

¹⁷ Nota 59, fonte utilizada A.N. EI-3-177.

¹⁸ Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG).

elucidativos quanto à busca por atualização pertinente à produção de ferro. A existência de tão bem-montada biblioteca contribui e muito para a tese de que Monlevade conhecia a fundo o processo de fabricação de ferro e estava sempre atualizado, tentando melhorar a produção da sua empresa através de inovações técnicas (atualização do seu conhecimento) e tecnológicas (compra das máquinas importadas).

Podemos estabelecer uma comparação entre a produção durante o período em que João Monlevade comandava as operações e quando as mesmas ficaram aos cuidados de seu filho.

Tabela 4.1 - Produção de ferro da Fábrica Monlevade, décadas de 1850, 1860 e 1870

Ano	Produção Diária	Nº de Trabalhadores	Consumo de Carvão (para 1 arroba de ferro fundido)	Minério de ferro (para 1 arroba de ferro fundido)	Relação: Trabalhadores/Produção Diária
1853	30	150			5,000
1864	50	113	6,0	250	2,260
1875-1880	18	50 ¹⁹	5,3		2,778

Fonte: Senna (1881, p.129-131).

A tabela anterior não apresenta dados perfeitos, visto que a fonte de coleta dos mesmos é diferente para cada momento. Assim, acreditamos que, em 1853, Monlevade tenha incluído todos os escravos adultos masculinos, mesmo aqueles que trabalhavam em atividades que não estavam diretamente relacionadas com a siderurgia, tais como carpinteiro, sapateiro, alfaiate. Essa hipótese faz sentido quando analisamos o número de escravos que Monlevade possuía na década de 1840. A lista nominativa da freguesia de São Miguel do Piracicaba aponta a presença de 151 pretos e/ou africanos no mesmo fogo/domicílio da família Monlevade, sendo que, com mais de 10 anos, têm-se 95 homens e 42 mulheres. A lista apresenta ainda a presença de um homem pardo, com 25 anos; e três mulheres pardas, de 15 a 49 anos, dos quais não há informações se eram livres ou escravos. Aqui, cabe uma ressalva sobre esta fonte, a lista nominativa da freguesia de São Miguel do Piracicaba de 1840 é bastante incompleta no que se refere ao detalhamento de informações. Este documento

¹⁹ Estimativa feita com base na descrição da ocupação (ferreiro, carvoeiro, mineiro, tropeiro, carroceiro e fundidor) dos escravos no inventário de João Monlevade. APHMS. Inventário e partilha dos bens de João Antônio de Monlevade, 1875.

apresenta apenas o fogo, o nome, a raça (e/ou cor) e a idade, sem especificar qual a relação entre os membros do fogo. Assim, a presença de escravos foi inferida pela categoria preto e/ou africano, deixando margem para dúvidas sobre os indivíduos descritos como pardos, pois estes poderiam ser escravos ou agregados da fazenda. De qualquer forma, pela relação dos escravos do sexo masculino em posse da família Monlevade, na data de 1840, e o número de cativos descritos por João Monlevade como trabalhadores da fábrica de ferro, em 1853, é possível supor que o algarismo da última data esteja incluindo alguns trabalhadores que não eram exclusivos das atividades com o ferro. Essa tese é colaborada pela comparação da produção nas décadas de 1850 e 1864. O aumento da produtividade com um menor número de trabalhadores pode sim ser oriundo de melhoramentos no método de produção, aparentemente, na fábrica nova, que não estava totalmente aparelhada em 1853.

Há edifícios (na fábrica nova) para todos os cômodos e necessidades, cobertos com duzentos milheiros de telhas, e um ultimamente concluído, destinado ao estabelecimento de máquinas vindas da Europa para obter com elas ferros de várias bitolas.²⁰

O relato de Monlevade no tocante à situação das suas fábricas não deixa claro se os equipamentos vindos da Europa já estavam em uso ou ainda não, mas deixa margem para crermos que, se estes haviam sido instalados na fábrica nova, isso ocorrera pouco antes da elaboração do relatório de 1853. A sentença “ultimamente concluído” indica que o fato – construção de um local adequado para a instalação das máquinas – dera-se há pouco tempo atrás. Não temos como saber exatamente o motivo da demora para o assentamento e a montagem destas máquinas, provavelmente, ligado à construção do lugar adequado para instalá-las, pois colocar em local provisório peças de tal porte não seria uma opção adequada. Acreditamos, todavia, que os “150 escravos, de serviço, já adestrados na arte do ferro”, incluíam escravos que se ocupavam diariamente nos trabalhos da fundição e forja, bem como aqueles que eventualmente desempenhavam funções menos especializadas do processo, como a coleta de minério, transporte e o preparo do carvão. O próprio Monlevade induz a essa crença quando afirma, no mesmo documento, que “entre os escravos, há também ótimos pedreiros, carpinteiros, telheiros, carreiros, arrieiros, etc. etc.”.²¹ Mas a este tópico daremos particular atenção mais adiante, quando abordaremos a respeito dos escravos em posse da família Monlevade, em diferentes períodos.

²⁰ Relatórios dos presidentes de província. Minas Gerais, 1854. p. 2

²¹ Relatórios dos presidentes de província. Minas Gerais, 1854. p. 2.

Uma breve pausa na análise dos dados faz-se necessária para evidenciarmos um período incerto para os rumos da fábrica Monlevade. Em 1847, João Monlevade propõe ao Governo da Província de Minas Gerais e, posteriormente, ao Governo Imperial a venda de sua fábrica. Essa decisão parece estar ligada ao casamento e à futura mudança para a Europa de sua filha Mariana Sophia, que se casara com seu primo Félix Antoine de Saint-Edme. A possibilidade de venda da fazenda fica evidente em uma carta escrita por Monlevade a sua irmã, na França, em 1848. Esta carta, escrita originalmente em francês, encontra-se no Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG), sendo que se pode tratar de uma cópia feita, pelo próprio Monlevade, da original enviada à França ou até mesmo a dita correspondência que, por alguma razão, não foi enviada. Aparentemente, Monlevade mantinha constante comunicação com seus parentes franceses. Essa carta, no entanto, foi a única que conseguimos localizar. A seguir, segue trecho que trata sobre o casamento da filha, o nascimento de seu neto, o que debilitou um pouco a saúde da filha, e a mudança da mesma para a França, assim que sua saúde se recuperasse e o tempo fosse mais propício.

Começando por mim mesmo, gostaria de informar-te de que recuperei-me plenamente de meu acidente. Não pude ir ao Rio, onde esperava poder vender minhas forjas ao governo. Em seguida, minha intenção era viajar imediatamente para a França com Saint Edme, onde as poderia vender, criando assim uma companhia da qual me tornaria o principal acionário ou através loteria na Alemanha. Mas vossa revolução²² pôs fim a meus projetos e não sei como o mais reconfortante de meus desejos, o de viver na França com minha família ao lado de ti poderia realizar-se. Falavas-me em estabelecer-me, mas como fazê-lo em um país onde os costumes são tão diferentes dos nossos? Enquanto isso, recuperamo-nos todos, e sem a doença da qual sofreu Marianna depois de seu parto, que havia se passado muito bem, Saint Edme estaria há muito na França com Marianna, que teria nos deixado nosso querido Fernando Alvarez François de Monlevade para consolar-nos, esse belo garoto robusto, com o peito estufado, uma constituição física digna de Hércules, um rosto magnífico, mas como Marianna ainda não está completamente restabelecida e, tendo em vista a estação do ano em que chegariam se partissem agora, pensamos que seria melhor esperar que a situação política torne-se mais segura e consolidada. Assim, no mais tardar, partirão em novembro ou janeiro com nosso pequeno garoto que será um pouco mais velho e capaz de suportar o longo trajeto.²³

A carta aponta para um motivo além do que costuma ser especulado pela historiografia, para a não realização do negócio. Não apenas a resposta negativa das autoridades do governo teria desmotivado o mesmo, mas o próprio desânimo de João Monlevade em dar seguimento ao seu plano de voltar à França, motivado pela conjuntura

²² Refere-se à série de protestos enfrentados por Luís Felipe I, rei da França, especialmente entre 1830-1840, dos legitimistas (favoráveis à volta dos Bourbons) e dos republicanos, inclusive bonapartistas.

²³ Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG).

política francesa, também, teriam influenciado sua permanência em Minas Gerais. Certamente que a proposta de venda estava relacionada com a intenção de Monlevade também retornar à França junto com sua filha, genro e neto, mas a família recém-formada por Mariana e Saint-Edme retornou à França e Monlevade permaneceu no Brasil, com sua esposa e seu filho João.

Retomando a análise da tabela anterior, apesar da imperfeição dos dados, fica evidente a queda na produção com a morte do patriarca. Declínio que, talvez, tenha-se iniciado alguns anos antes da sua morte, visto que podemos inferir que, com o avanço da idade, a atenção e empenho em treinar ou supervisionar os cativos possa ter decaído um pouco. Isso refletiria no menor número de escravos aptos ao trabalho na fábrica.²⁴ A adaptação do forno catalão ao método italiano também pode ser apontada como uma das causas para a diminuição da produção diária. Quanto ao consumo de carvão, Senna (1881) pontua que o método italiano apresentava pouca vantagem em relação aos cadinhos no que se refere ao consumo deste produto, por cada arroba de ferro produzido. A média de consumo nos fornos de cadinho era de 6 arrobas de carvão para cada arroba de ferro produzido. Isso demanda mais uma consideração acerca da tabela em foco: no que se refere ao carvão utilizado na década de 1864, acreditamos que a média de 6 medidas de carvão para cada medida de ferro foi preenchida incorretamente no relatório elaborado por José Maria Bruzzi. Isso porque essa média é aplicada a todas as fábricas presentes no relatório, independente do método de produção ou de outros fatores. Assim, acreditamos, com base nos dados fornecidos pelos professores da Escola de Minas (Bovet, Senna, Ferrand), que o uso de carvão fosse inferior ao apresentado no relatório de 1864, quando o método utilizado era o catalão.

A fabricação de carvão, a partir da madeira, era parte importante no processo de fundição. No relatório de 1853, Monlevade descreve que utilizava o “processo europeu” para a produção de carvão, sem descrevê-lo em detalhes. Nos estudos de Senna, todavia, o autor aponta para o método de medas como o prevalecente na propriedade da família Monlevade. Assim, acreditamos que o “processo europeu” apontado por Monlevade fosse o que era aqui conhecido por medas ou uma variante próxima deste método.

O método das medas, de acordo com Bovet (1883), resultava no dobro da produção em relação ao carvão produzido no sistema de covas, pois aquele podia utilizar galhos pequenos, enquanto este último demandava pedaços maiores de madeira. As medas ainda teriam a vantagem de resultar em um carvão de melhor qualidade para os fins almejados. O

²⁴Ressaltando aqui que alguns escravos descritos como roceiros no Inventário poderiam ocupar-se eventualmente de atividades com o ferro. O número de trabalhadores cativos, todavia, não dobraria alcançando o algarismo apontado nas datas anteriores.

carvão fabricado na Fazenda Monlevade vinha das matas pertencentes à propriedade. A este aspecto, novamente, o cuidado de Monlevade é citado por vários autores, tanto na opção pelo método das medas, que prejudicava menos a vegetação ao redor do local de produção, quanto pelo cuidado com a mata em si.

O método catalão, o carvão produzido em medas, os trabalhadores bem-treinados e supervisionados pelo próprio Monlevade, a habilidade técnica deste em lidar com problemas como a mistura ideal de minérios e destes com o carvão e os problemas no forno, entre outros fatores, proporcionaram um produto prestigiado. Entretanto não apenas a qualidade do ferro produzido, mas também a capacidade de produzir peças difíceis e grandes atraiu a atenção de compradores como as mineradoras inglesas. Como a atividade principal da fazenda Monlevade era o fabrico do ferro, isso garantiu a regularidade na produção sem interrupções em épocas de plantio ou de colheita, o que, possivelmente, contribuiu para formar a imagem de maior fabricante de ferro da província mineira.

Segundo Passos (1973), baseada em notas deixadas pelo Prof. Luis Prisco de Braga, com a morte de Monlevade, a fábrica passa a ser administrada por seu cunhado João Álvares de Souza Coutinho, irmão de D. Clara. Este não teria tido muito sucesso na administração do negócio, e, após alguns anos, foi contratado um mestre italiano²⁵ para reorganizar a forja. Este converteu os fornos catalães em italianos, permanecendo a fábrica Monlevade com o sistema italiano até a sua venda, em 1891.

Aqui fica uma pergunta, se Monlevade treinou tão bem seus escravos não teria ele conseguido o mesmo resultado com seu filho? Não teria João Monlevade preparado seu filho João Pascoal de Monlevade para tomar o seu lugar à frente dos negócios após a sua morte? Infelizmente, não temos como saber, ao certo, como se deu a educação de João Pascoal de Monlevade. Temos, entretanto, duas hipóteses que podem explicar o fato de João Pascoal não ter tomado a frente das atividades da fábrica Monlevade, após a morte de seu pai. Primeiramente, temos alguns escassos indícios que apontam para uma diferença nas habilidades e interesses profissionais entre pai e filho. Após a morte do patriarca, além de pagar imposto pela fábrica de ferro, João pascoal aparece, em 1883 e 1886, sendo taxado por criação.²⁶ Além disso, encontramos duas “receitas médicas/farmacêuticas” assinadas por João Pascoal e datadas do ano de 1882. Nestas receitas, uma endereçada à “casa do senhor Freitas”

²⁵ Este mestre, cujo nome não foi possível identificar, estaria na região para construir outras forjas no sistema italiano. O que mostra que mesmo nos anos de 1870/1880 ainda havia pessoas investindo em forjas e, logo, as mesmas apresentavam algum atrativo financeiro (BOVET, 1883, p. 47).

²⁶ APHMS. Câmara Municipal de Santa Bárbara, Lista de Impostos das freguesias de São Miguel do Piracicaba Diversas Caixas.

e a outra à “Dona Paulina Freitas”, há uma recomendação de remédio, quantidade e modo como o mesmo deve ser ministrado.²⁷ Ademais, os ingredientes do remédio parecem ter sido adquiridos com o mesmo João Pascoal que apresenta, ao final da segunda receita, uma relação dos produtos e valores. Estas duas informações apontam para a divergência de interesses entre pai e filho no que se refere à inclinação profissional. Ainda assim, é difícil saber se de fato João Pascoal tinha algum conhecimento e chegou a praticar atividades na área da saúde, pois as fontes que possuímos não permitem afirmar categoricamente tal possibilidade. Isso não significa, de forma alguma, que João Pascoal não tenha aprendido alguns conhecimentos sobre a fundição com o seu pai, apenas, que ele voltou seus interesses também para outras áreas.

A segunda teoria para o desinteresse de João Pascoal em assumir os trabalhos na fábrica Monlevade, após a morte de seu pai, é fornecida pelo texto de Passos (1973). Essa conjectura não exclui a primeira e, pelo contrário, talvez, faça ainda mais sentido quando combinadas. Trata-se do fato de João Pascoal ter se envolvido com a filha de uma escrava da casa, Ana Casemira Pimenta de Figueiredo. Essa relação teria feito com que João se mudasse do solar da família para a Fazenda do Baú (PASSOS, 1973). Ainda de acordo com Passos (1973), Ana Casemira havia sido criada por Clara Sophia, com muito zelo. Podemos aqui inferir que a relação com Ana Casemira afastou-o um pouco das atividades da Fazenda Monlevade e contribuiu, em parte, para o declínio na produção da fábrica.²⁸

No que diz respeito à qualidade dos produtos da fábrica Monlevade, mencionada por Bovet (1883) e Senna (1881), ela foi posta à prova por José Arthur Penna em um estudo sobre as características dos produtos da dita forja catalã (PENNA, 1875). Nesse estudo, o autor analisou algumas amostras do material fabricado em fins do século XIX. O material estava em posse da então Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM) instalada no local onde, anteriormente, foi a fazenda Monlevade. Os métodos e equipamentos utilizados por Penna para análise do material foram: microsonda eletrônica Hitachi-Parkin-Elder, difratômetro de raios-X e o microscópio metalográfico PanphotLeitz. As peças analisadas foram: bloco de escória, barras de ferro em diferentes processos de forjamento, um conjunto de parafuso-arruela-porca e diversos pregos. O autor descreve com detalhes os resultados de cada método utilizado, apresentando, ainda, comparações com produtos de épocas diferentes. Resumidamente, Penna (1875) conclui que a qualidade do produto das forjas de Monlevade

²⁷ Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG).

²⁸ Embora Passos (1973) não deixe explícito quais foram as suas fontes, afirma que dessa união, entre João Pascoal e Ana Casemira, houve vários descendentes. Dentre eles, uma única mulher, Miguelina, sendo que o Acervo do Programa Memória Arcelor-Mittal possui uma fotografia da mesma.

era compatível com a precedente de outras técnicas mais avançadas com o método indireto que trabalhava com o ferro líquido.

Podemos assim inferir que, de fato, o ferro e os produtos produzidos pela fábrica do Monlevade eram realmente de boa qualidade. Além disso, a regularidade na produção e a grande variedade de mercadorias oferecidas, inclusive, peças sob encomenda, garantiram a sua fama ao longo do século XIX. Apesar do declínio ocorrido na produção com a morte de João Monlevade, em 1872, a fábrica continuou ativa por pelo menos mais uma década. Ou seja, foram mais de cinco décadas de atividade regulares.

4.4 RELAÇÕES SOCIAIS: PARENTESCO E AMIZADES

As relações de amizade, compadrio e negócios, muitas vezes, estavam misturadas durante o século XIX. Posição social, rede de relacionamentos e prestígio eram fatores que poderiam alavancar também as atividades econômicas da família. Assim, acreditamos serem necessárias algumas considerações relativamente às relações sociais da família Monlevade.

Sabemos da íntima amizade entre as famílias Monlevade e Gomes de Abreu Freitas por meio de relatos de viajantes, da literatura oficial ou pela documentação, ainda que escassa, existente da fazenda. Essa documentação encontra-se no Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG), tendo sido encontrada em uma das reformas efetuadas na casa principal da fazenda (hoje, indústria, mas que ainda preserva a construção que servia de residência para a família Monlevade). Possuímos a cópia de duas cartas para José Joaquim e Freitas, uma escrita pelo próprio Monlevade e datada de 1855 e outra escrita pelo seu filho e sem data. As cartas versam sobre a impossibilidade de “enviar letra” (Sic.) ao Rio de Janeiro naquele momento, agradecimento por visita e convite a novas visitas.²⁹ O acervo possui ainda alguns documentos que se assemelham a cartões, com poucas informações de cunho pessoal, entre as famílias Monlevade e Gomes Freitas (tópicos como visitas, leitura de folhetins e jornais). Foi possível identificar também alguns passaportes que estavam sempre em nome de José Joaquim Gomes de Freitas, tendo o mesmo, na primeira viagem, apenas 18 anos, e sendo sempre descrito como negociante. As autorizações para viagens eram do Rio de Janeiro para Minas Gerais, na companhia de um escravo de nação, em 1835, de Minas para o Rio de Janeiro em 1843 e 1845, e para Rio Grande-RS em 1842 e

²⁹ Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG). Carta escrita por Monlevade para José Joaquim Gomes de Freitas, 1855. Carta escrita por Monlevade (filho) para José Joaquim Gomes de Freitas, S/D.

1843. Não é possível identificar o motivo das viagens no passaporte, mas a indicação de que o viajante era comerciante aponta para os negócios em outras províncias como objetivo de tais excursões. Também não é possível saber as razões pelas quais esses passaportes foram parar na residência de João Monlevade. Podemos especular que alguns negócios fechados por José Joaquim Gomes Freitas eram do interesse de Monlevade, talvez, a aquisição de escravos, mas seriam apenas palpites. A relação entre as famílias, todavia, fica clara.

As correspondências mencionadas fazem referência à leitura de jornais e revistas, o que nos leva a crer que, eventualmente, a casa da família era palco de socializações entre amigos. A descrição dos bens móveis da família Monlevade infelizmente não é apresentada no inventário. Os móveis estão inclusos no valor das propriedades nas quais estavam alocados. Certamente, a casa principal devia ter algum luxo. No ano de 1846, João Monlevade aparece como devedor, no inventário de Alferes Joaquim Martins de Oliveira, do valor de 500\$000 réis pela compra de um piano.³⁰ A compra do piano contribui para solidificar duas teses. A primeira é no sentido de que a família Monlevade possuía uma proximidade com o mundo da arte e das letras. João Monlevade, apesar de sua formação técnica, em vários momentos, demonstra relação próxima com as artes. Passos (1973) apresenta dois retratos, em seu livro, que foram desenhados por Monlevade, um autorretrato do momento de sua chegada ao Brasil e um retrato do capitão Antônio Gomes de Abreu e Freitas. A segunda tese é de que nosso personagem e sua família possuíam relações com a elite da sociedade local, pois o inventário do Alferes Joaquim Martins de Oliveira, casado com Maria José de Souza Coutinho, estabelece relações do mesmo com figuras importantes como o Barão de Sabará, João Alves de Souza Coutinho e com o ajudante Domingos José Teixeira Penna (pai de Afonso Pena). É possível imaginar que João Monlevade e o Alferes Joaquim Martins de Oliveira também fossem parceiros em alguns negócios, posto que ambos possuíam parte na fazenda Paciência, no distrito de Brumado, bem como suas esposas fossem aparentadas, já que possuíam sobrenome em comum “Souza Coutinho”. Já mencionamos que Clara Sophia, esposa de João Monlevade, era sobrinha do Barão de Catas Altas. Clara foi herdeira de sua mãe, Marianna Perpétua de Souza Coutinho, tendo recebido ao todo 12:167\$646 réis, no ano de 1827, um ano após o falecimento da mesma.³¹

Não foi possível fazer uma varredura completa na documentação cartorial. Conseguimos, todavia, identificar João Monlevade juntamente com sua esposa, Clara Sophia,

³⁰ APHMS. Caixa 12. Inventário dos bens do Alferes Joaquim Martins de Oliveira, 1846.

³¹ APHMS. Caixa 52. Inventário dos bens de Marianna Perpétua de Souza Coutinho, 1826.

como padrinhos de batismo de Felix Antônio Alves de Souza Coutinho.³² A criança era filha do Capitão Manoel Marianno Alves de Souza Coutinho e de Dona Francisca Luiza de Passos, sendo Clara Sophia irmã do pai e tia do menino. Certamente, o parentesco foi um dos motivos para a escolha dos padrinhos, estreitando e firmando ainda mais as relações familiares.

As relações familiares aparentemente foram muito importantes na família Monlevade. Em vários momentos, os laços familiares são firmados por enlaces matrimoniais. Um exemplo claro é o casamento da filha de João Monlevade e Clara Sophia, Mariana Sophia de Monlevade, com um primo vindo da França, como já descrito. Segundo Passos (1973), Mariana teria se apaixonado pelo Barão Drumond, cujo casamento não teria sido autorizado pelo seu pai. Essa história, entretanto, não temos como comprovar, pois a autora não aponta quais foram as fontes utilizadas para tal afirmação. O que sabemos é que Mariana se casou com o primo, Felix Antônio Isidoro de Saint-Edme, em 1847. De acordo com a carta enviada por João Monlevade a sua irmã, em meado de 1848, Saint-Edme seria um moço bastante cobiçado na região:

Saint-Edme vai muito bem, e adaptou-se plenamente aos costumes brasileiros. Fala muito bem o português e começou a aprender o inglês, que já entende de maneira geral. Trata-se de um garoto excelente, que amamos do fundo de nossos corações. Seu casamento deixou desapontadas muitas famílias, que esperavam concluir essa união vantajosa para suas filhas. Mas como não dependemos de ninguém, pouco importa.³³

Após o casamento e o nascimento do primeiro filho no Brasil, o casal mudou-se para a França, onde Mariana, após dar à luz ao segundo filho, adoece e morre. Após a morte de sua esposa, Saint-Edme retorna para o Brasil, com os filhos, casando-se mais uma vez. A escolhida foi Dona Rita de Oliveira, uma parenta de Dona Clara Sophia. As crianças voltam à Europa para serem educadas, Fernando nunca se casou e Joana volta ao Brasil para se casar com Fernão Dias Paes Leme, também, aparentado da esposa de Monlevade e sua avó (PASSOS, 1973). Evidencia-se, desses relatos, a importância das relações matrimoniais, visto que estas refletiam nas redes sociais e mesmo na saúde econômica das famílias.

A história é muito semelhante também no que se refere ao herdeiro do sexo masculino. João Pascoal de Monlevade casou-se com uma prima, sobrinha de sua mãe, Mariana Perpétua

³² Igreja Católica S. João Baptista do Morro Grande, Barão de Cocais-MG, Ermida do Corrego S.Miguel, Arquidiocese de Mariana, Certidão de Batismo (Transcrição) de Felix Antonio Alves de Souza Coutinho, Fl. 95v (134v) do Livro de Óbitos(com Batismos) dos anos de 1745-1832.

(Disponível em: <<http://www.geocities.ws/basecastro/pafc60.html#1574C1>>. Acesso em: 10/10/2011).

³³ Acervo do Programa Memória Arcelor Mittal – Aços Longos (Sabará – MG).

Paes Leme. A noiva era filha do Marquês de São Marcos, Pedro Dias Paes Leme, e Mariana Carolina de Souza Coutinho. Após o casamento, o casal residiu no solar da família, em São Miguel, juntamente com o sogro e a sogra.³⁴ Deste enlace, nasceram dois meninos, Francisco e João, o primeiro também se formou em engenharia e administrou a propriedade outrora de sua família, quando esta foi comprada pela companhia Forjas e estaleiros.

Os relatos mencionados deixam claro e evidente que a família Monlevade e a família Souza Coutinho (e seus descendentes da família Paes Leme) mantiveram relações extremamente próximas, principalmente, no que se refere aos casamentos. Uma das razões para tal fato eram as heranças, com os casamentos entre aparentados, as mesmas ficavam em família, dessa maneira, evitando a dissolução do patrimônio quando da morte de membros da família. Ademais, essa prática era bastante comum entre as pessoas abastadas durante o período provincial brasileiro.

O maior devedor ao Monte-Mor de Clara Sophia, segundo seu inventário, era o genro Saint-Edme de Monlevade. Este possuía uma dívida de 90:412\$000 réis com a família de seu tio e de sua primeira esposa. Para garantir o pagamento da dívida, Saint-Edme hipotecou uma fazenda que possuía em Tombos de Carangola. Isso demonstra que os laços matrimoniais e familiares podiam ser, e de fato eram, importantes em termos financeiros. Poder contar com um empréstimo de um parente era fundamental em um período onde os bancos ainda não estavam estruturados e o sistema de crédito, especialmente no interior do país, era vinculado diretamente às pessoas com capital para tal.

Com a morte de Monlevade, inicialmente, a fábrica Monlevade passa a ser administrada por seu cunhado João Álvares de Souza Coutinho, irmão de D. Clara. O que mais uma vez reforça a importância das relações de parentesco. Em um momento no qual a família está se desconectando, no sentido de que parte dos membros mudou para o Rio de Janeiro e outros permaneceram em Minas Gerais, o apoio fornecido por João Alves de Souza Coutinho foi importante, ainda que o mesmo não tenha obtido muito sucesso – já era de idade avançada – ele evitou o abandono dos trabalhos na fábrica de ferro.

Mesmo com poucos rastros que indiquem os caminhos da vida social que a família Monlevade percorreu, podemos afirmar, sem sobra de dúvidas, que estes caminhos passavam pelos domicílios de famílias abastadas da região. Essas conexões foram importantes para garantir, mesmo que não exclusivamente, o estabelecimento e a permanência da família na região de São Miguel do Piracicaba. Ademais, esses laços de parentesco eram como elos que

³⁴ Segundo (1973), o casamento ocorreu no Rio de Janeiro, onde o pai da noiva era Camarista de D. Pedro II.

mantinham as famílias conectadas e, por consequência, seus patrimônios unidos, evitando não só a dissolução das fortunas com as partilhas de bens, como também fortalecendo e alavancando o crescimento dos aparentados.

4.5 OS ESCRAVOS DA FAZENDA MONLEVADE: DIFERENTES ATIVIDADES E RITMOS DE PRODUÇÃO

Entre seus cento e cinquenta escravos, peritos em toda arte do ferro, Monlevade contava com um artesão habilíssimo, autêntico artista, capaz de fabricar relógios de parede e máquinas de costura. Ninguém, entretanto, se preocupou em assinalar-lhes o nome (BARROS, 1989, p. 59).

O sentimento de descontentamento, presente nas palavras de Barros, devido à ausência de personagens cativos, ou melhor, da identificação destes na história siderúrgica mineira do século XIX, é compreensível. Enfatizamos, como outros autores já o fizeram, que o trabalho escravo foi fundamental em pertinência aos trabalhos na mineração, fabrico de carvão, fundição e forja. Desta forma, a ausência de histórias sobre estes trabalhadores, suas rotinas, habilidades e conquistas, certamente, frustram os pesquisadores. Especialmente pelo fato de as críticas em relação ao seu trabalho serem intesas. Eram morosos, não gostavam de trabalhar em dias de festas, não se empenhavam no trabalho, não tinham motivação para melhorar seu desempenho, essas eram sentenças comuns entre os donos de fábricas e viajantes que presenciaram o trabalho em algumas fundições, ou mesmo ouviram comentários e passaram a reclamação adiante. Todavia, se considerarmos os relatos sobre as fábricas e acrescentarmos o fato de que quem trabalhava nelas eram, na sua maioria, escravos, podemos assumir que o sucesso da produção era o sucesso do trabalho dos escravos. A ausência de relatos sobre a vida dos escravos é parte do contexto em que viveram. O fato de não conhecermos nominalmente quem eram os trabalhadores mais habilidosos, todavia, não significa que, na época, sua fama não se espalhasse pela região e muito menos que o trabalhador não conseguisse benefícios devido à sua habilidade. Dificilmente, conseguiremos remontar a trajetória de um escravo ferreiro da Monlevade ou mesmo da região, não temos indícios de que exista algum tipo de documentação que permita tal feito. Mas podemos, sim, entender melhor como estava estruturada a escravaria da fazenda, a formação de famílias, as recompensas pelo trabalho bem-feito, as insubordinações como forma de resistência, enfim, adentrar um pouco mais no mundo destes trabalhadores escravos.

Quando da confecção de seu inventário, em 1875, a família Monlevade possuía 247 escravos, distribuídos entre duas propriedades. A fazenda Monlevade, em São Miguel do Piracicaba, era o domicílio de 124 cativos, 56 mulheres e 68 homens; e a fazenda Serra, em Tombos de Carangola, era residência de outros 119 escravos, 67 do sexo masculino e 52 do sexo feminino. Outros 4 indivíduos são listados como pertencentes à escravaria de Monlevade, 3 homens e 1 mulher, sem informações precisas sobre o seu local de residência.³⁵ A escravaria era muito diversificada, tanto em matéria de idades quanto de ocupações. Nossas lamentações quanto à ausência de informações detalhadas sobre os bens móveis da família, não podem ser aplicadas aos seus escravos. A descrição dos trabalhadores cativos é detalhada e o inventário, anexo à matrícula de 1872, contém informações de habilidade e ocupação que puderam ser comparadas com as disponíveis no inventário, assim, reforçando o potencial de análise do mesmo. Estas informações também puderam ser comparadas com o inventário de Dona Clara Sophia, falecida em 1876. Neste documento, todavia, consta apenas 105 cativos, uma vez que, durante a partilha dos bens de seu marido, parte dos escravos foram distribuídos entre os demais herdeiros. A lista nominativa da freguesia de São Miguel do Piracicaba, de 1840, também é uma importante fonte sobre a posse de cativos da família Monlevade. Esta é especialmente importante por nos fornecer informações da primeira metade do século XIX, período em que os dados são mais escassos.

A escolha pelo trabalho escravo, aparentemente, não foi uma dúvida para Monlevade. É provável que sua experiência em Caeté e mesmo seu contato com viajantes e demais indivíduos que trabalhavam com mineração e fábricas de ferro tenham influenciado sua opinião fortemente voltada ao trabalho escravo, o que é possível confirmar por meio de sua grande escravaria, durante toda sua vida no Brasil. Quanto ao debate entre os mineiros em relação ao uso do trabalho livre ou escravo na mineração e na fabricação de ferro, Libby (1983) esclarece muito sobre a opção pelo trabalho escravo na Morro Velho, mesmo que, nesta propriedade, a opção tenha se dado através da mescla entre trabalho livre e cativo e, posteriormente, por ex-escravos. Segundo o autor, as queixas constantes dos administradores ingleses indicam que o trabalhador livre continuou trabalhando em suas roças quando necessário, saindo do emprego durante as épocas do ano em que as plantações exigiam um cuidado mais intensivo. Entretanto, o autor acrescenta que a parcela dos trabalhadores considerada mais “confiável” e “regular”, na década de 1880, era composta por ex-escravos,

³⁵ A lista original possui 250 nomes, todavia 2 estão riscados, com isso indicando seu falecimento entre a morte de Monlevade, em 1872, e a finalização do inventário em 1875. Um terceiro nome, Maria Gorda, está repetido e foi excluído da lista.

libertos pela companhia ou por senhores que, antes, alugavam-nos à mina. Ou seja, os trabalhadores que tinham condições de adquirir terras, mesmo que poucas, davam preferência para o trabalho em suas terras, o que dificultava a rotina das atividades na mineração da Moro Velho e, por conseguinte, comprometeriam a produção da fábrica Monlevade. Além do fator da oscilação na oferta do trabalho livre, as atividades de siderurgia necessitavam de uma especialização e seria por demais custoso treinar constantemente novos trabalhadores, visto que a ausência de especialistas comprometeria a qualidade e o ritmo da produção. Libby (1983) lembra ainda que a utilização do trabalho escravo impregnava as camadas livres da sociedade escravista de um sentimento de repulsa com relação ao trabalho manual. Assim, o trabalho pesado e árduo junto às fornalhas e forjarias, com certeza, não era a primeira opção dos trabalhadores livres, que, assim que possível, partiam para outros trabalhos ou montavam seu próprio forno - simples, na forma de cadinhos -, e fabricavam ou consertavam peças simples. Por essas razões é fácil entender a opção de Monlevade pela mão de obra cativa própria.

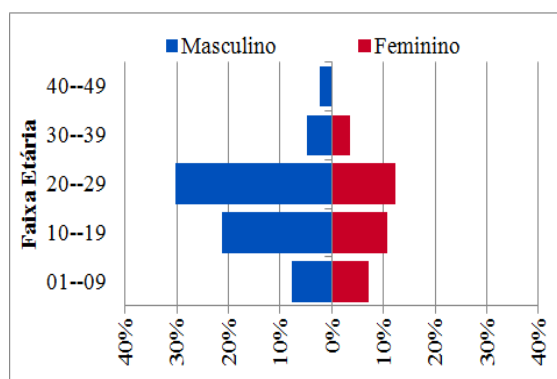
Na data da elaboração da lista nominativa, Monlevade aparece seguido de 151 “pretos e/ou africanos” no mesmo fogo/domicílio.³⁶ Como já evidenciado anteriormente, esta lista está bastante incompleta se comparada com a apresentada, na década de 1830, para outras freguesias da região. Mesmo com esse problema foi possível identificar, através do nome e da idade, os escravos presentes na lista de 1840 e que ainda estavam em posse da família em 1872. Apenas 8 cativos enquadravam-se nesta situação. O baixo número era não só esperado como totalmente compreensível, uma vez que entre as duas datas analisadas se passaram mais de 30 anos. Todos os oito cativos tinham menos de 22 anos em 1840, alguns sendo, ainda, crianças. A lista de 1840 não apresenta as relações conjugais, todavia sabemos, pela matrícula e pelos inventários, que, entre os escravos remanescentes durante este longo período com os Monlevades, 7 acabaram casando-se com outros escravos da propriedade. Dentre os 7 casados, os membros de um futuro casal – Bartholomeu e Andreza – já eram cativos da mesma propriedade em 1840; dos demais, apenas 1 dos indivíduos estava na propriedade naquele mesmo ano, sendo que seus parceiros provavelmente foram adquiridos depois. Outro fator curioso é que estes 7 cativos permaneceram na fazenda de São Miguel, sendo que 3 eram ferreiros e 1 era carvoeiro (todos 4 identificados, na matrícula de 1872, como hábeis ou inteligentes em seus ofícios). Estes poucos dados apresentados até o momento são como fios de um novelo que temos de desenrolar. Desde as primeiras observações da escravaria da

³⁶ APM. Lista Nominativa de São Miguel do Piracicaba, 1840. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

família Monlevade, as hipóteses de reprodução interna e treinamento geracional dos escravos – com a formação de aprendizes que, possivelmente, seriam os mestres em seus ofícios no futuro – pareceram plausíveis. Estas duas questões serão trabalhadas na sequência deste estudo.

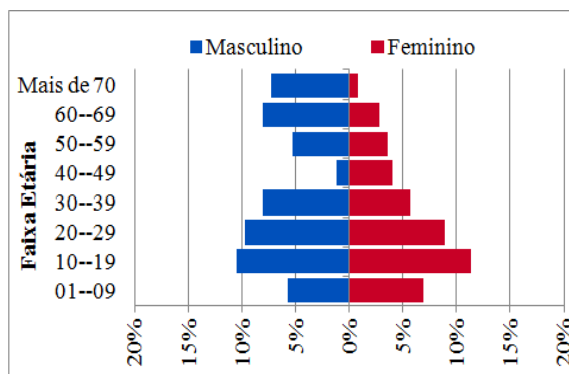
Primeiramente, vamos analisar como se deu a manutenção e a reprodução da grande escravaria pertencente a João Monlevade. Os gráficos 4.1 e 4.2 mostram a distribuição dos escravos de acordo com o sexo e a faixa etária, em dois momentos distintos, a saber, 1840 e 1875.

Gráfico 4.1 - Distribuição dos Escravos por Sexo e Faixa Etária, 1840



Fonte: APM. Lista Nominativa de São Miguel do Piracicaba, 1840. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica. Arquivo Público Dr. Hέλvio Moreira dos Santos. Avulsos. Inventário dos bens de João Antônio Monlevade, 1875.

Gráfico 4.2 - Distribuição dos Escravos por Sexo e Faixa Etária, 1875



Fonte: APM. Lista Nominativa de São Miguel do Piracicaba, 1840. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica. Arquivo Público Dr. Hέλvio Moreira dos Santos. Avulsos. Inventário dos bens de João Antônio Monlevade, 1875.

Podemos observar que, embora com algumas características distintas, as duas pirâmides etárias apresentam semelhanças e aspectos esperados para a população e período de análise. A base estreita indica poucas crianças; o centro, mais largo, aponta para maior concentração de indivíduos nas faixas etárias produtivas; e o topo, afunilado, assinala a

mortalidade alta e precoce. Podemos observar também que, no ano de 1875, havia um maior equilíbrio entre homens e mulheres, embora a participação de cada um dos sexos na composição etária seja distinta. A estrutura do gráfico de 1840 ilustra que, naquele período, o maior número de escravos estava concentrado entre as faixas de 20 a 29 anos, o que demonstra uma escravaria jovem. Eram poucos os cativos com mais de 30 anos e a família Monlevade não possuía nenhum trabalhador com mais de 50 anos. Isso é facilmente explicado pela jovialidade do período da constituição da família em si. O casamento entre Monlevade e Clara Sophia havia ocorrido em 1827 e a fazenda em São Miguel foi adquirida alguns anos antes. Ou seja, a jovem escravaria da família condiz com a jovialidade da família. Na hora de adquirir escravos, logicamente, eram preferidos os mais jovens, aptos ao trabalho, especialmente, porque João Monlevade gostava de treiná-los a seu modo, sendo assim, torna-se compreensível a sua escolha pelos cativos, dessa forma, iniciando sua formação para o trabalho. A proporção entre homens e mulheres é constante para todas as faixas etárias - com exceção das crianças, pois as meninas são um pouco mais numerosas que os meninos - e se aproxima de dois homens para cada mulher. O maior equilíbrio entre os sexos nas crianças já é um indício de que estas eram frutos de reprodução interna, dentro da propriedade da família Monlevade. Quanto ao ano de 1875, podemos perceber claramente uma diferença entre o comportamento dos homens e das mulheres no que se refere à estrutura etária. O sexo feminino apresenta um comportamento mais padronizado, sem mudanças bruscas na estrutura. Em relação à estrutura etária masculina, não foi possível identificar uma razão específica para a queda brusca entre 40 e 49 anos, assim, acreditamos que, em parte, seja erro de contagem, a qual acabou gerando dados alterados. Todavia é inegável a diminuição da população de cativos do sexo masculino entre os 40 e 59 anos. Trabalhamos com a hipótese de que com a possibilidade da venda da fazenda, formulada em 1847, mas possivelmente concebida alguns anos antes, Monlevade tenha suspenso por um período a compra de escravos, sendo que, com o cancelamento do negócio e a instalação das máquinas vindas da Europa, na década de 1850, os investimentos foram necessários e, naquele período, incrementos na produção necessariamente demandavam maior quantidade de trabalhadores. A mudança não teria sido tão sentida em relação às escravas, pois acreditamos que a aquisição pela compra deve ter sido menor no tocante às mulheres em todo o período, assim, a diminuição das transações envolvendo a compra de cativos teria afetado menos estatisticamente essa categoria de trabalhadores. Infelizmente não foi possível testar efetivamente essa teoria com os dados escassos que possuímos.

Outro fator que chama a atenção nos dados provenientes da década de 1870 é o alto percentual de escravos já idosos para o período. Mais de 15% dos homens e quase 5% das mulheres possuíam mais de 60 anos, esses dados apontam para os cuidados com a escravaria apesar de alguns trabalhos na forja serem muito desgastantes. Uma boa alimentação e cuidados com a saúde certamente contribuíram para esses dados. Devemos lembrar que era interesse do Monlevade manter seus escravos ativos por longo período, pois sua escravaria – ou ao menos parte dela – era especializada, assim, não era fácil substituir trabalhadores que viessem a falecer ainda jovens sem aprendizes preparados para assumir suas funções.

Na continuidade, vamos analisar alguns dados referentes à estrutura matrimonial e familiar dos escravos da família Monlevade.

Tabela 4.2 - Escravos da família Monlevade, 1875

Estado Conjugal		Sexo				Total	%
		Masculino	%	Feminino	%		
São Miguel do Piracicaba	Solteiro	36	52,9	16	28,6	52	41,9
	Casado	17	25,0	17	30,4	34	27,4
	Viúvo	4	5,9	6	10,7	10	8,1
	Não se aplica*	11	16,2	17	30,4	28	22,6
	Total	68	100	56	100	124	100
Tombos de Carangola	Solteiro	39	58,2	30	57,7	69	58
	Casado	12	17,9	12	23,1	24	20,2
	Viúvo	5	7,5	0	0,0	5	4,2
	Não se aplica*	11	16,4	10	19,2	21	17,6
	Total	67	100	52	100	119	100

* Menores de 12 anos.

Fonte: Arquivo Público Dr. Hélio Moreira dos Santos. Avulso. Inventário dos bens de João Antônio de Monlevade, 1875.

Antes de iniciarmos a análise dos dados de 1872, gostaríamos apenas de ressaltar que não foi possível identificar as famílias escravas na lista nominativa de 1840, pois a mesma não apresenta informações sobre o estado civil e a ordem de descrição dos indivíduos não se mostrou confiável para tal inferência. Podemos observar na tabela anterior que o percentual de casados e viúvos é bastante alto, chegando a 37% entre os homens e 59% entre as mulheres, na fazenda de São Miguel do Piracicaba; e 30% e 28%, respectivamente, na fazenda Serra, em Tombos de Carangolas. Além disso, cerca de 76% dos solteiros da fazenda Monlevade e 79% dos solteiros da fazenda Serra tinham menos de 35 anos, ou seja, ainda poderiam contrair matrimônio. Nesta última fazenda, inclusive, não temos nenhum escravo

solteiro nas faixas de 35 a 59 anos. Os escravos da fazenda Serra, em média, eram mais velhos do que aqueles da fazenda Monlevade. Na primeira propriedade, a idade média era de 35,5 e, na segunda, esta estatística era de 31 anos, em 1875. Em Tombos de Carangola, o número de escravos entre 35 e 60 anos é muito pequeno (1 cativo), isso individua uma possível migração dos escravos entre as fazendas. É provável que parte dos escravos jovens permanecesse na fazenda Serra aprendendo atividades agrícolas que demandavam maior esforço físico, assim, quando os escravos atingiam a casa dos 30 anos, eram transferidos com suas famílias para a fazenda Monlevade. Nesta, desempenhariam atividades relacionadas às atividades com o ferro como, por exemplo, carvoeiro, carreiro, tropeiro ou mesmo o cuidado das atividades agrícolas desta propriedade. Essa teoria é reforçada quando comparamos as ocupações com as idades, os trabalhadores escravos empregados em atividades agropecuárias estavam concentrados nas faixas de 10 a 30 anos e mais de 60 anos. As ocupações mais comuns, entre as faixas etárias de 30 a 50 anos, são associações ocupacionais ao trabalho com o ferro, os próprios trabalhadores do ferro e outras atividades com poucos escravos como, por exemplo, vestuário, trabalhos com madeira, pedreiro e domésticos.

Encontramos casos semelhantes na literatura norte americana, apontando para a maior regularidade produtiva alcançada com a mão de obra escrava. Quando iniciou os trabalhos nas forjas Buffalo e Etna, no Vale da Virginia, nas cidades de Rockbridge e Botetourt, William Weave, um dos proprietários das forjas, também optou pela compra de famílias de escravos (DEW, 1994). Os primeiros escravos que Weaver comprou, em 24 de outubro de 1815, compunham duas famílias. A primeira era composta de um valioso ferreiro, chamado Tooler, sua esposa e seus quatro filhos. A segunda era composta de uma escrava chamada Mary e suas quatro filhas. DEW afirma desconhecer ao certo quem seria o marido da Mary e porque ele não foi comprado, mas era permitido o acesso do mesmo à Forja Etna, onde Mary trabalhava como cozinheira, sendo que ela teve mais 5 filhos entre 1816 e 1825 (DEW, 1994). Devemos ressaltar ainda que a forja de Weave apresentou um problema administrativo muito conhecido pelos mineiros, seus contemporâneos: a dificuldade de conseguir mão de obra livre. Weave, a princípio, tentou produzir com trabalhadores livres, por razões religiosas pessoais, mas tal atitude mostrou-se inviável porque esses trabalhadores não apresentavam a regularidade necessária para a continuidade dos trabalhos. Assim, Weave adquiriu seus primeiros cativos, fato que escondeu de sua família, e, posteriormente, trabalhou com uma mescla de trabalho escravo próprio, aluguel de escravos especializados e alguns trabalhadores livres nas atividades que exigiam menor atenção e regularidade (DEW, 1994). A oferta de trabalhadores especializados no mercado norte-americano, especialmente, na região da

Virginia, que possuía muitas forjas, permitiu o trabalho com cativos alugados. Tal situação foi semelhante à encontrada na Morro Velho, que pôde alugar os cativos provenientes das decadentes mineradoras britânicas da região central de Minas. As sociedades escravistas impregnam todas as relações sociais não se limitando à relação senhor/escravo, assim, é compreensível o reflexo também no mundo do trabalho livre (BERLIN, 2006). A diminuição do valor do trabalho, ligado diretamente ao escravo, fez com que muitos livres se negassem a praticar certas atividades, principalmente, as mais desgastantes, mesmo mediante pagamento. Dentre as opções disponíveis para Monlevade, o aluguel não era a melhor alternativa, uma vez que não havia oferta de trabalhadores especializados na técnica catalã, utilizada na fazenda de São Miguel do Piracicaba, na quantia e com a qualidade que o mesmo necessitava. Assim, em razão dos fatores apresentados, a escolha de João Monlevade em adquirir seus próprios trabalhadores, através da compra e do incentivo à formação de famílias e à reprodução interna, parece ter sido a mais adequada para o bom andamento dos trabalhos nas suas propriedades.

A observação da tabela, a seguir, mostra alguns dados sobre a reprodução dentro das propriedades da família Monlevade. Essa tabela foi elaborada a partir da observação da filiação dos escravos na matrícula e nos inventários de João Monlevade e Clara Sophia e vai nos ajudar a visualizar se os casamentos e a formação de famílias escravas contribuíam para a reprodução interna da escravaria da família Monlevade.

Tabela 4.3 - Reprodução e vida nas fazendas dos Monlevade, 1872³⁷

	São Miguel do Piracicaba	Tombos de Carangola	Total	% (do Total de escravos)
Filhos de escravos da fazenda	53	45	98	36,7
Escravos residindo em família	102	64	166	62,2
Total de escravos	137	130	267	100

Fonte: APHMS. Avulsos. Inventário dos bens de João Antônio Monlevade, 1875 (Matrícula de escravos 1872).

Uma lista completa das famílias escravas das propriedades de João Monlevade está disponível no anexo D.2. A categoria “escravos residindo em família” foi elaborada a partir da informação do estado civil/cônjuge e da filiação. Deste modo, é sabido que o número informado pode estar um pouco subestimado, uma vez que é possível que houvesse casais que

³⁷ Todos estão na matrícula de 1872 e apenas 3 não estão presentes no inventário de Monlevade de 1875.

não haviam formalizado sua união (reconhecida pelo seu proprietário) e, assim, foram descritos como solteiros. Essa tabela é muito significativa no que concerne à reprodução interna. Podemos observar que mais de 35% de toda a escravaria pertencente à família, em 1875, era formada por filhos de outros escravos da propriedade, ou seja, mais da metade dos cativos viviam em família. Além dos 98 cativos já mencionados, existiam ainda 14 ingênuos, filhos de escravos que nasceram libertos pela Lei do Ventre Livre e que viviam junto de seus pais nas propriedades da família Monlevade. Foi possível observar três gerações de cativos. É o caso da família do casal Maria Gôrda (53) e Gaspar (63), ela crioula e ele africano, os quais tiveram dois filhos, Simão (25) e Francelina (33), sendo que esta última casou com Geraldo (33) e o casal teve mais quatro filhos, Joana (15), Pio (12), Gregório (5), Francisca (8).³⁸ Vale lembrar que não estamos trabalhando com registros de batismo, portanto conhecemos a descendência pela indicação da matrícula e dos inventários de João Monlevade e Clara Sophia. Deste modo, é possível que o número de filhos de Maria Gôrda e Gaspar tenha sido maior, mas que apenas estes dois estavam listados entre os bens da família quando da morte do patriarca e da matriarca da família. O casal de cativos Joaquina (72) e Clemente (74) teve nove filhos, Joaquim Bento (14), Antonia ou Antonica (15), Venancia (20), Jacintho (22), Christiano (23), Honorio (27), Maria Caetana (27), Generosa (18), Colita (24). Todos os nove filhos do casal são descritos como solteiros/as no inventário do Monlevade, todavia Colita já era mãe de uma menina chamada Joaquina (4). O último caso que foi possível identificar três gerações refere-se à escrava africana Jovita (64), solteira e mãe de Henriqueta (32) e Maximiano (27). Henriqueta, que também foi descrita como solteira, por sua vez, era mãe de José Camilo (8) e Izabel (5). Essa família possui uma peculiaridade, pois os pais das crianças não são identificados, o que levanta duas hipóteses: 1) As mães Jovita e, depois, sua filha Henriqueta não eram casadas e, por isso, seus parceiros não foram identificados; 2) Os pais das crianças eram de fazendas vizinhas e, desse modo, não foram identificados entre as propriedades da família Monlevade.

A identificação destas sucessivas gerações de cativos é importante para tentarmos estabelecer alguns pilares da organização da fazenda e da produção pertencente a João Monlevade. Os dados referidos mostram que, provavelmente, Monlevade incentivou ou, ao menos, não pôs obstáculos para a formação de famílias entre seus cativos. Certamente, a renovação de sua escravaria não se dava apenas pela reprodução interna, mas esta teve um papel importante à manutenção do alto número de cativos das suas propriedades. Além disso,

³⁸ As idades são as apontadas no inventário de João Monlevade de 1875, sendo que a neta Francisca aparece apenas na matrícula, com 5 anos. Não conseguimos identificar se esta última faleceu ou foi vendida.

acreditamos que a formação de famílias tinha um papel duplo: 1) Agradar os trabalhadores escravos no que se refere às suas aspirações amorosas e sentimentais; 2) Formar novas gerações de trabalhadores treinados desde cedo, pela observação e auxílio dos trabalhos na fazenda, para atuar nas atividades especializadas quando adultos. Possuir crianças que pudessem aprender ofícios especializados e adquirir aos poucos habilidades ocupacionais sem ter de investir uma quantia considerável na compra dos mesmos, possivelmente, foi uma estratégia que não passou despercebida por Monlevade. Este, como já enfatizamos, mostrou-se um engenheiro no sentido mais amplo da palavra, não se limitando a aplicar os conhecimentos adquiridos nos anos de faculdade na produção de ferro, mas organizando e criando estratégias para melhor administrar suas propriedades, bens e até mesmo sua família.

Possuir cativos crioulos, não apenas nascidos em Minas Gerais, mas na sua propriedade, filhos de seus trabalhadores cativos, gerava a possibilidades de treiná-los e dotá-los aos seus desejos desde pequenos para que se tornassem bons operários. Devemos lembrar, todavia, como refere Berlin (2006), que as gerações de cativos apreendiam com seus antepassados e criavam novas estratégias.

Essas ligações geracionais expõem o tortuoso caminho pelo qual a vida escrava mudou ao longo de quase três séculos. Em 1650 os escravos eram pessoas diferentes do que seriam em 1750 ou 1850, mas sempre levavam algo de seus antepassados para o futuro. Como em qualquer história, as experiências geracionais podiam ser lembradas, reformuladas ou reconstruídas para se adequar a necessidades contemporâneas (BERLIN, 2006, p. 20).

Berlin (2006) trata de um espaço de tempo muito maior, ainda assim acreditamos ser possível aplicar suas ideias à realidade aqui estudada. O conhecimento profundo do seu local de trabalho, do seu senhor, os possíveis conflitos entre as condições e as expectativas de vida geravam conflitos ou estratégias de negociação por parte dos cativos com seus senhores e vice-versa. O fato de Monlevade conhecer profundamente seus cativos, em particular, aqueles criados na fazenda, significava também que estes cativos o conheciam bem e, assim, ambos poderiam utilizar as informações que possuíam para buscar alcançar seus objetivos. Embora não tenhamos informações detalhadas sobre a relação de João Monlevade com seus escravos, sabemos que o mesmo buscava estratégias para manter esses trabalhadores motivados, especialmente, quando precisava de um esforço maior como, por exemplo, que houvesse produção nos feriados e finais de semana.

Antes, entretanto, de analisarmos as estratégias de João Monlevade e de seus trabalhadores escravos em busca vantagens econômicas e/ou pessoais, precisamos focalizar as

ocupações dos cativos. Para tanto, separamos os escravos de acordo com a propriedade na qual estavam localizados, sexo, ocupação e habilidade.

Tabela 4.4 - Distribuição dos escravos por sexo, ocupação e habilidade, 1875

Local de Trabalho	Sexo	Ocupação	Aprendiz	Bom	Hábil	Inteligente	Menino	Regular	S/I	TOTAL	%	
São Miguel do Piracicaba	Feminino	Agropecuária				3		15		18	16,7	
		Associações Ocupacionais ³⁹						1		1	0,9	
		Doméstico				3		6		9	10,2	
		Vestuário				8		2	1	11	10,2	
		Outros							2	2	38	
		TOTAL			0	0	0	14	0	26	1	41
	Masculino	Agropecuária						1	9		10	25,9
		Associações Ocupacionais	1				16		9	2	28	1,9
		Doméstico							2		2	14,8
		Metais-Ferro	4		4	4			4		16	9,3
		Outros		1	1	1	1	1	6		10	0,9
		Vestuário							1		1	62
TOTAL			5	1	5	21	2	31	2	67	16,7	
Tombo de Carangola	Feminino	Agropecuária							44	44	38,3	
		Doméstico							1	1	0,9	
		Outros							1	1	0,9	
		TOTAL			0	0	0	0	0	0	46	40
	Masculino	Agropecuária								54	54	47,0
		Associações Ocupacionais								11	11	9,6
		Doméstico								1	1	0,9
		Metais-Ferro								1	1	0,9
		Outros								2	2	1,7
		TOTAL			0	0	0	0	0	0	69	69

Fonte: APHMS. Inventário e partilha dos bens de João Antônio de Monlevade, 1875.

Conseguimos identificar 50 casos onde era possível estabelecer relação entre a ocupação do pai ou da mãe com seus filhos. Observamos que 12 meninas possuíam a profissão de “roceiras”, 2 “costureiras” e 1 “mucama”, tais quais suas mães, além de outras 4 escravas nascidas de filhas de escravas da propriedade, cujas ocupações divergiam de suas mães. No que se refere aos escravos, a incompatibilidade entre a ocupação do pai e do filho era maior. Identificamos 2 “ferreiros” e 8 “roceiros” cujos pais também exerciam estas

³⁹ Associações ocupacionais: atividades ligadas aos trabalhos com o ferro (carvoeiro, carroceiro, carreiro e tropeiro).

atividades, os demais 21 cativos nascidos na fazenda não foram registrados com ocupações iguais as de seus pais. A idade para o início da descrição da ocupação não era constante nem na matrícula nem no inventário de João Monlevade, sendo que, geralmente, os menores de 10 anos ainda não tinham definição de ocupação. Com base na análise das ocupações, pode-se afirmar que nem sempre o filho seguia a ocupação do pai.

Os aprendizes não eram necessariamente de pouca idade, temos um aprendiz de 24 anos, todavia todos eram de ocupações ligadas à siderurgia (4 ferreiros e 1 carvoeiro). Do total de 17 ferreiros ou fundidores listados no inventário de João Monlevade, 11 eram filhos de escravos da propriedade e outros 3 eram crianças ainda, em 1840, quando são elencados entre os cativos da família na Lista Nominativa de 1840. Assim, os escravos possuíam experiência acumulada na arte de fundir e trabalhar o ferro, além de serem treinados para o trabalho nas instalações, máquinas, ferramentas e metodologias da fazenda da família Monlevade. Isso deixa clara a preferência de Monlevade por treinar seus ferreiros/fundidores desde pequenos ao invés de comprar escravos já aptos ao serviço no mercado local. Isso é bem lógico, visto que João Monlevade tinha conhecimentos técnicos suficientes para conseguir preparar os trabalhadores de forma completa e ao seu agrado. Outro quesito que merece destaque é a forja catalã usada na propriedade de São Miguel, pois poucas forjas na região tinham essa especificidade. Assim, os possíveis trabalhadores cativos disponíveis no mercado, provavelmente, não sabiam operar com habilidade tal forja.

Outra ocupação que aparentemente ganhou a atenção de Monlevade foi o tropeiro. Entre os 14 escravos tropeiros da família, em 1875, 7 eram filhos de cativos da fazenda e outros dois acompanhavam a família pelo menos desde 1840. Estavam descritos como pertencentes à fazenda Serra, em Tombos de Carangola, 10 tropeiros e os outros 4 à fazenda Monlevade. Os tropeiros trabalhavam no transporte de produtos entre as fazendas e, possivelmente, faziam algumas entregas dos produtos da fábrica. Assim, acreditamos que a atenção especial em formar estes trabalhadores desde pequenos está ligada à relativa liberdade que a ocupação proporcionava a estes trabalhadores. Nenhum dos tropeiros é filho de outro tropeiro, até porque apenas 2 são identificados como casados e 1 como viúvo, outra característica ligada à ocupação. Supomos que a constante ausência do lar devido às viagens necessárias inibia a formação de famílias. Os tropeiros da fazenda São Miguel provavelmente realizavam viagens mais curtas para a entrega de alguns produtos na região da Comarca de São Miguel ou proximidades. Já os tropeiros da fazenda Serra percorriam caminhos mais longos para realizar o transporte de gêneros alimentícios da sobredita fazenda até São Miguel. Assim, crê-se que João Monlevade escolhia ou preparava aqueles com características de

fidelidade para tal serviço. Por isso, a preferência por aqueles nascidos ou criados na fazenda, o contato constante desde pequenos ajudaria no estabelecimento de laços entre senhor e escravos. É possível que estes escravos recebessem recompensas pelo trabalho, como se identifica com os ferreiros.

Descending the hill we saw through the avenue of trees “Morro Agudo”, a little peak blue with distance and bearing east with northing. Here, in the parish and district of São Miguel de Piracicaba, on an affluent ten to twelve leagues from the true Rio Doce, is iron foundry of M. Monlevade, a French settle of the old school. Though an octogenaire he turns out more work than any neighbours, and he supplies the Great Mine, despite the interval of eighty miles, with stamp heads and other rough appliances. His slaves are well fed, clothed, and lodged; by way of pay they employ the Sunday in washing gold from the stream, and they often make 1\$000 during the day; if compelled to work during the holiday they receive a small sum by way indemnification (BURTON, 1869, p. 289-299).

A observação de Burton (1869), quanto à escravaria de João Monlevade, elucida que seus escravos eram bem-alimentados e vestidos, o que se confirma facilmente se observarmos a estrutura etária apresentada anteriormente, que individua alguns escravos já bastante velhos. O autor indica ainda que Monlevade oferecia uma recompensa aos cativos pelo trabalho nos feriados. O pagamento pelo trabalho é extremamente significativo, pois representa um estímulo ao exercício do mesmo, além de servir para demarcar um limite entre o que seria obrigação dos cativos e o que seria um abuso por parte do senhor (LARA, 1988). Assim, podemos assumir que havia um limite na pressão colocada por Monlevade sobre seus trabalhadores e o que era considerado excedente só era realizado mediante uma recompensa.

As estratégias utilizadas pelos senhores para controlar e, ao mesmo tempo, incentivar os escravos ao trabalho em atividades complexas que demandavam habilidades específicas dos mesmos, como a fundição de ferro, intrigou muitos pesquisadores. Lewis, em seu estudo sobre a metalurgia e a produção de carvão em Maryland e Virginia 1715-1865, refere que, uma vez que os senhores tinham garantido uma força de trabalho escrava adequada, sua maior preocupação era com a eficiência e produtividade do trabalho. Industriais que empregavam escravos em larga escala enfrentaram o difícil problema de tentar simultaneamente motivá-los e discipliná-los, uma vez que atitudes de coerção, por parte dos senhores, poderia desmoralizar os escravos. Assim, os cativos poderiam reagir desencadeando surtos de fugas, aumento da incidência de roubos, incêndios criminosos e atos de sabotagem industrial. Mesmo as formas de resistência relativamente mais leves, como lentidão ou descuidados hábitos de trabalho, poderiam prejudicar seriamente a operação normal do preparo e fundição de ferro (LEWIS 1979). A preocupação com os incentivos e

punições utilizados por senhores e, em contrapartida, com o retorno que os cativos davam a estas estratégias também esteve presente no trabalho de Schwartz sobre a produção de açúcar no recôncavo baiano (SCHWARTZ, 1988). Segundo o autor, dentro dos engenhos de açúcar, a forma encontrada pelos senhores para que os escravos trabalhassem de forma desejada deu-se mais eficientemente através de incentivos e gratificações do que através das punições. Algumas partes do trabalho nos engenhos de açúcar eram bastante penosas e, algumas vezes, foram utilizadas pelos senhores como forma de punir os escravos desobedientes, como foi o caso das fornalhas. Nem sempre, esse método produziu os resultados almejados. Em 1626, o feitor do Engenho Santana capturou um fugitivo e postou-o na fornalha para subjugar-lo à disciplina do engenho. O escravo suicidou-se, atirando-se às chamas (SCHWARTZ, 1988) Muitas das tarefas demandavam atenção e cuidado, e todo o processo podia ser arruinado em muitas etapas por negligência ou sabotagem. Por esta facilidade dos cativos em arruinar toda a produção, seja em um acidente ou num boicote, as punições não se mostraram as melhores alternativas. O estabelecimento de cotas para a quantidade de cana que os escravos deveriam cortar diariamente nos campos, por exemplo, foi uma alternativa que serviu de incentivo contra a diminuição intencional da produção ou a simulação de doenças para escapar do trabalho. Após cumprir estas cotas, o escravo estaria livre para descansar ou praticar outras atividades. Já nas fábricas, a metodologia utilizada, segundo Schwartz (1988), baseou-se principalmente na oferta de três privilégios: imagem de uma possibilidade de mobilidade social (através do trabalho em funções especializadas), permissão aos cativos para cultivarem seus próprios alimentos e promessas de liberdade por meio da alforria.

Dew (1994) assinala que os incentivos positivos e os negativos estiveram presentes nas atividades siderúrgicas de Maryland e Virginia, sendo a escolha por uma ou outra baseada nas atitudes dos escravos. Dentre os incentivos negativos que desempenharam um papel fundamental na disciplina e motivação dos trabalhadores, cita a advertência verbal, a mais comum e a mais suave forma de coerção, ameaça da venda, mudança na rotina de trabalho e os castigos físicos. Todavia, para o autor, a maioria dos senhores que trabalhavam com o ferro claramente reconheciam que tal medida podia conter a motivação e, de fato, reduzir a eficiência do trabalho, a disciplina e produção de ferro. Assim, estes senhores preferiram utilizar com uma série de incentivos positivos para manter um alto nível de desempenho do trabalho escravos. Dentre os incentivos positivos observados por Dew (1994), destacam-se: tempo livre nos feriados, fornecimento de doses moderadas de bebidas alcoólicas e provisões extras de comida e roupas, remuneração por desempenho. Esta última, segundo o autor, era

baseada no cumprimento de atividades preestabelecidas ou cotas, ou mesmo um pagamento pelo trabalho “extra”, além da jornada considerada normal.

Monlevade também utilizou uma mescla de incentivos positivos e punitivos para disciplinar seus cativos:

(Monlevade) Tinha muitos escravos que eram chamados pela numeração, marcada nas respectivas camisas. Era uniforme de vestimenta dos escravos, consistente de camisa, calça de algodão Pitangui e timão de baeta azul. Os castigos principais que dava aos escravos consistia em tronco, grilheta, e peia no pé. Dormiam presos à chave, mas, sendo quase todos ferreiros, era natural que fabricassem chaves para de noite se porém em liberdade e pudessem vender os furtos que faziam aproveitando a oportunidade de que Monlevade não descia do seu escritório depois de fechado o portão, o que se dava na hora da revista ao anoitecer. Quando os escravos de Monlevade eram castigados pelos capatazes, fugiam para a Fazenda Rochedo e o alferes Joaquim Gomes de Freitas, escrevia um bilhete para seu amigo Monlevade, entregando o escravo para que voltasse e fosse perdoado (PASSOS, 1973, p. 68).⁴⁰

Segundo Passos (1973), os escravos utilizavam, na sua rotina, uma espécie de uniforme com numeração para facilitar o controle por parte do Monlevade e de possíveis capatazes. A autora também fornece informações sobre os castigos, evidenciando que não apenas as recompensas eram utilizadas por Monlevade, mas também as punições. Além disso, a indicação de quem aplicava o castigo era o capataz/feitor e não o próprio senhor aponta para a tentativa de manter a imagem de Monlevade preservada diante de seus escravos. Essa hipótese é enfatizada pela possibilidade do cativo ser perdoado pelo senhor em caso de uma fuga, após o castigo. Essa estratégia poderia ser vista por dois aspectos: 1) o senhor garantia que o cativo iria voltar ao trabalho sem muitos danos à produção; 2) o cativo enfatizava o seu ponto de vista em relação ao castigo sofrido, alertando o senhor para seu descontentamento quanto à punição e possíveis consequências caso tal fato voltasse a ocorrer.

A forma de Monlevade administrar sua escravaria, empregando um capataz/feitor como uma figura intermediária entre ele e os escravos, assemelha-se às características do paternalismo encontrado por Genovese no sul dos Estados Unidos (GENVOSE 1972)⁴¹ O paternalismo era baseado nas relações pessoais que se estabeleciam entre os escravos e seus senhores, ou seja, o administrador não substituía o senhor, ele era usado pelo senhor em algumas situações em que o senhor não podia estar presente, ou mesmo, quando não era interessante para o estabelecimento de uma relação saudável com seus cativos que o mesmo se fizesse presente. Estabelecendo uma comparação entre o conceito de paternalismo de

⁴⁰ Com base em notas fornecidas por D. Débora Haussemer e pelo Prof. Luis Prisco de Braga.

⁴¹ Ver também: Genovese (1989).

Genovese para o sul dos Estados Unidos com características do escravismo brasileiro, Libby (2006) nos lembra que as relações senhor/escravo envolviam, ao menos potencialmente, todos os aspectos da vida cotidiana de ambas as partes: cativos, senhores, familiares e eventuais agregados. Dentre os deveres do senhor estava prover seus escravos com os elementos básicos da sobrevivência: alimentação, vestimenta e habitação, proporcionando também momentos de lazer, de alguma instrução religiosa e profissional. Em troca, esperava-se que os escravos trabalhassem regularmente e com capricho, agindo com obediência. Não sem certa relutância, os escravos geralmente reconheciam e aceitavam os seus deveres para com o senhor. Era mais no caso dos deveres do senhor com seus cativos que as visões de cada parte revelavam-se bastante distintas. Conforme a agência dos escravos alterava para melhor as condições materiais de vida dos mesmos, o que, antes, era considerado uma “dádiva” do senhor passava, aos poucos, a ser visto como dever senhorial, tornando-se direitos conquistados pelos cativos.

O paternalismo não excluía a presença da violência, muito pelo contrário, os castigos eram parte importante deste contexto, sendo inclusive aceitas em alguma medida pelos escravos. Lara (1988) para mostrar que a violência não era algo arbitrário, o castigo ainda que fosse um ato reconhecido social e legalmente, era também um ato que colocava alguns problemas: não devia ser executado sem motivos e deveria ser eminentemente *corretivo*. O castigo reconhecido socialmente era um castigo justo e corretivo, do contrário, poderia despertar algum tipo de ato de rebeldia no escravo. Tais atos prejudicavam também os senhores, pois causavam certo prejuízo, mesmo que a ausência fosse curta, o que incentivava os senhores a optar pela negociação. Como mencionado, em atividades que demandavam maior habilidade dos trabalhadores escravos, os incentivos positivos mostraram-se mais eficientes. Em algumas situações, todavia, era necessário agir com maior severidade para manter “equilibrado” o jogo de forças entre senhores e escravos. Nestas situações, o castigo físico reforçava os limites do tolerado naquela unidade produtiva e, ao mesmo tempo, quando executado por um terceiro, geralmente o feitor, preservava a imagem do senhor por não ser ele o agente direto do sofrimento do escravo.

As fugas temporárias/reivindicatórias, como a utilizada pelos escravos de Monlevade, de acordo com Passos (1973), eram uma ausência temporária do escravo do cativo, sendo que este retornava após ter alcançado o objetivo que motivou a saída. Este tipo de fuga era utilizado na quebra de acordos ou pelo desrespeito, por parte de senhores e feitores, de direitos que os escravos acreditavam ter. Silva (1989) enfatiza que o abandono do trabalho para o cativo representava um desafio ao direito de propriedade, marcando os limites da

dominação, garantindo-lhes espaços para negociações nos conflitos. Assim, podemos assumir que as fugas e os incentivos fizeram parte do jogo de forças entre Monlevade e seus escravos. As negociações entre senhor e escravo foram inerentes ao escravismo, mesmo quando passavam despercebidas até por seus atores. Acreditamos, todavia, que Monlevade tinha clareza da necessidade de controlar, vigiar e punir seus escravos, mas também que este controle não poderia ser demasiado, pois ele dependia da habilidade de seus trabalhadores para a produção de um ferro de qualidade.

Outro fato curioso é o uso, pelos escravos, da proteção de um “padrinho”, o vizinho, e grande amigo da família Monlevade, Joaquim Gomes de Freitas. Os escravos procuravam um padrinho, em momentos de descontentamento, para que esses interferissem em seu favor junto ao seu senhor. O padrinho poderia pedir para o senhor não vender seu protegido, oferecer-se para comprá-lo, ou tentar mediar a venda para que esta agradasse ambas as partes. O apelo ao padrinho era mais uma dos artifícios utilizados pelos escravos para tentar interferir em seu destino (SCHWARTZ 1988). Da mesma forma, é muito provável que houvesse algum tipo de acordo entre o Monlevade e Gomes de Freitas para que este último intermediasse a volta dos escravos ao trabalho. Deste modo, Monlevade conseguia contornar os prejuízos de uma fuga definitiva e mantinha a imagem de um senhor que buscava a disciplina, obediência e dedicação dos seus escravos, mas que era flexível e aberto a certa negociação. Essa demarcação entre deveres e direitos tanto dos senhores quanto dos trabalhadores escravos, presente nas propriedades dos Monlevades, evidencia a presença forte de características paternalistas, muito semelhantes às evidenciadas por Genovese (1972) para o sul dos EUA ou mesmo por Lewis (1979) e Dew (1994) nas fundições de ferro da região da Virginia, também, nos EUA.

Voltando um pouco às informações sobre a rotina da fazenda Monlevade fornecidas por Burton, além das pequenas recompensas pecuniárias pelo trabalho nos feriados, o viajante conta que Monlevade permitia que seus cativos praticassem a coleta de ouro de aluvião nos córregos próximos à fazenda, nos finais de semana. Esta atividade chegava a render aos cativos até 1\$000 réis em um bom dia de garimpo. Ariscamos caracterizar esse incentivo usado por Monlevade como uma espécie de “brecha mineradora”. A possibilidade de o escravo conseguir algum dinheiro era muito estimulante, pois não era um prêmio oferecido pelo senhor, representava a possibilidade de adquirir o que o cativo desejasse através da compra ou mesmo a formação de um pequeno pecúlio. Neste mesmo sentido, Lewis mostra que as remunerações por “hora extra de trabalho” eram mais populares do que as por desempenho, uma vez que esta atingia apenas os escravos fundidores e ferreiros mais

habilidosos. Isso porque as metas estabelecidas pelos administradores usualmente eram ambiciosas, justamente para destacar, valorizar aqueles mais talentosos. Já a primeira, era mais facilmente atingível, pois demandava apenas o comprometimento do trabalhador cativo com as atividades da unidade produtiva. Esse incentivo monetário, em dinheiro ou de créditos na loja da empresa, estimulava os escravos por gerar certa liberdade de escolha sobre o destino do benefício recebido. Ainda, segundo o autor, este dispositivo foi a chave motivacional dos trabalhadores cativos nas forjas e fundições durante todo o período escravista (LEWIS, 1979). No caso do incentivo oferecido por Monlevade, este tinha implicações ainda mais profundas, pois mexia com a esperança de encontrar uma pepita de maior porte e, assim, conseguir fazer uma pequena fortuna. O imaginário do enriquecimento fácil através do ouro ainda era muito presente no século XIX, apesar da decadência da mineração aurífera. Certamente, essa esperança de ficar rico da noite para o dia não pairava apenas nos sonhos dos livres, as histórias do período áureo da extração de ouro chegaram aos ouvidos dos escravos. Assim sendo, a permissão para coletar ouro aluvião na beira dos rios que cortavam a propriedade era um incentivo valioso nas mãos do Monlevade. Além de ser uma medida de amplo alcance, atingindo todos os escravos da propriedade, mexia tanto os campos do real, o próprio viajante fala que pequenas quantidades de ouro não eram difíceis de ser encontradas, como do imaginário. Monlevade, como nos casos analisados por Lewis e Dew, utilizou estratégias de incentivo monetário que atingiam tanto os escravos mais habilidosos como aqueles que não possuíam aptidões admiráveis, mas que eram fiéis e comprometidos com o trabalho.

No seu estudo sobre a mineração de Morro Velho, Libby (1983) também encontrou referência a pagamentos de prêmios e horas extraordinárias dentre as despesas que envolviam exclusivamente a força escrava. Isso aponta para uma prática, talvez, comum entre as atividades, com ritmo e produção constante, de gratificar o trabalho dos escravos, mantendo-os, assim, motivados e disponíveis ao trabalho em casos de necessidade de horas extras de produção.

Deste modo, podemos afirmar que João Monlevade encontrou ou elaborou, ao longo do tempo, com a experiência adquirida junto a seus escravos, estratégias para manter atividades manufatureiras e industriais com mão de obra cativa. Como alerta Libby, a presença de atividades protoindustriais, com base em trabalho cativo ou na mistura de trabalho livre e escravo, aponta para articulações que implicavam em mudanças graduais nos modos de produção e no mundo do trabalho.

A verdade é que no Brasil imperial não faltaram exemplos da utilização de mão-de-obra escrava em empreendimentos industriais. Podemos citar a fábrica imperial de armamentos da Corte, a fundição de ferro “estatal” de Ipanema em São Paulo, bem como a bem sucedida fundição de João de Monlevade em Minas Gerais, além dos vários projetos do Barão de Mauá, todos essencialmente baseados no uso do trabalho escravo. Sobretudo temos a capitalização britânica da mineração aurífera subterrânea em Minas Gerais que, ao longo do século XIX, empregou alguns milhares de cativos. Das empresas de mineração britânica instaladas em território mineiro no período, destacaram-se a Imperial Brazilian Mining Association de Gongo Soco, e a North d’El Rey Mining Company, com suas explorações no Morro de Santa Anna, a Santa Bárbara Mining Company trabalhando a Mina do Pary e, principalmente, a Saint John d’El Rey Mining Company, com sua famosa mina de Morro Velho (LIBBY, 1983, p. 99-100).

As comparações entre os diferentes empreendimentos situados nas Minas Gerais e mesmo em outras províncias são válidos, mas não podemos deixar de pontuar as diferenças, pois estas ajudam a entender a lógica de gerenciamento dos diferentes negócios. A Morro Velho concentrava-se apenas na extração do ouro, sem produzir seus mantimentos em quantia significativa, tais como alimentos, pólvora, ferro, etc. Ou seja, era dotada de uma racionalidade bastante capitalista para época. Essa lógica acabava por proporcionar oportunidade de crescimento de outros setores ligados indiretamente à mineração, que abasteciam a mineradora dos produtos que ela necessitava. A fábrica do Monlevade difere um pouco neste sentido, uma vez que era relativamente autossuficiente. Gostaríamos de enfatizar a expressão “relativamente”, pois não estamos afirmando que as fazendas Monlevade e Serra não realizavam comércio com seus vizinhos, ao contrário, acreditamos que tal interação comercial fosse existente. A produção de alimentos, porém, era intensa nas propriedades da família Monlevade. A aquisição de duas fazendas com características distintas, uma voltada para a mineração e produção de peças de ferro e a outra para as atividades agrícolas, pode estar relacionada com as características do capital investido e do mercado. A Morro Velho era uma empresa privada de capital estrangeiro, já a fábrica de ferro Monlevade era familiar, assim, a diversificação mostrava-se mais necessária. Embora Monlevade concentrasse claramente seus esforços e capital na fábrica de ferro (compra de equipamentos importados e escravos), não podia ficar inteiramente dependente do fornecimento de produtos agrícolas do mercado local, pois a diversificação era a garantia não só do alimento dos seus escravos, como da sustentabilidade da fazenda. A opção por adquirir seus trabalhadores pela compra fazia com que uma gama de escravos, especialmente, mulheres e crianças, não fosse direta ou indiretamente empregada na fabricação de ferro. Assim, estes escravos foram utilizados em atividades complementares, como a produção de alimentos. Dependendo da oferta de

trabalhadores livres ou alugados não era muito viável, como já foi evidenciado, e esta opção, aparentemente, não esteve presente nos pensamentos de Monlevade, visto que ele inicia a compra de escravos logo que chega ao Brasil e, em 1840, já possuía uma escravaria passando de 100 indivíduos. Assim, com certeza, a opção feita por Monlevade foi a aquisição de grande escravaria e a formação de famílias escravas para que pudesse treinar os cativos desde novos e formar trabalhadores com amplo conhecimento das técnicas utilizadas na fábrica de ferro e nas atividades complementares à fábrica. Deste modo, as mulheres e os demais escravos que demonstravam pouca habilidade nas atividades siderúrgicas, do ponto de vista do Monlevade, eram empregados em atividades secundárias como, por exemplo, na agricultura, confecção e conserto de roupas, sapataria, etc. Essa estratégia diminuía os custos da produção de ferro dentro do esquema montado por Monlevade para a sua fábrica.

A diversificação das atividades da fazenda pode ser vista por meio das ocupações dos cativos, apresentadas na tabela 4.3. No quesito definido como outras ocupações, temos: 1 capoeira, 5 carpinteiros, 3 pedreiros e 1 sapateiro – em São Miguel do Piracicaba – e 1 carpinteiro e 1 pedreiro – em Tombos de Carangola. As atividades domésticas também são diversificadas, incluindo mucama, jardineiro, copeira, despenseira, cozinheira, engomadeira, lavadeira e caseiro. Mais de 85% do trabalho doméstico era executado por mulheres e 64% do trabalho agropecuário era realizado por mulheres na fazenda de São Miguel do Piracicaba, sendo que os homens empregados nesta atividade ou eram menores de 16 anos ou com mais de 50. Em suma, fica claro que Monlevade conseguiu engendrar a distribuição das ocupações de forma a otimizar as atividades da fazenda. Os cativos em idade produtiva foram designados às atividades na fábrica de ferro, na mineração, produção de carvão e transporte interno. Como Monlevade preferia treinar seus trabalhadores, optou pela formação de famílias escravas e pela compra de cativos de pouca idade, assim, as mulheres necessárias para a procriação e harmonia da fazenda ficaram incumbidas das atividades domésticas e agropecuárias. Mesmo com casos onde pai e filho apresentassem a mesma ocupação, aparentemente, a profissão não passava através das gerações, mas era designada pela habilidade dos cativos.

Libby aponta para a adaptação do sistema às necessidades da produção industrial, quando necessário:

A sua maneira, as entidades produtivas do sistema escravista – seus donos, seu pessoal de supervisão e, sobretudo, sua mão-de-obra escrava – vão se adaptando as mudanças. São articulações complexas, às vezes toscas, às vezes surpreendentemente “progressistas”, e, por isso, suscitando um leque interessante de

estudos comparativos. O que é mais importante é que constituem a chave para entender a transição em suas manifestações concretas, pois, se o capitalismo industrial inexoravelmente penetrava nas economias escravistas com todos seus meios, essas economias se mostraram capazes de absorver uma boa dose de progresso técnico-administrativo e caminhar em direção ao inevitável resultado do processo histórico: a instauração de um regime de trabalho livre (LIBBY, 1983, p. 98-99).

As palavras de Libby são muito representativas no que concerne à convivência entre produção industrial e escravidão. A fábrica Monlevade funcionou com ritmo e produção industrial, produzindo desde peças simples, como foices e barras de ferro, até peças elaboradas, complexas e de grande tamanho, como as vendidas para a Morro Velho. Há notícias de que um dos cativos de Monlevade produzia belos relógios de parede e máquinas de costura, o que teria lhe gerado fama na região (BARROS, 1989). A sociedade escravista forçou o uso de trabalhadores cativos mesmo nas atividades industriais durante a maior parte do século XIX. A falta de mão de obra livre que desse conta de tais atividades obrigou donos de fábricas e administradores a adaptarem a produção à disponibilidade de trabalhadores, com isso, uma mescla de diferentes proporções de trabalho livre, escravo e ex-escravo formou-se de acordo com os interesses de cada empreendimento, bem como a oferta de trabalhadores disponíveis em cada localidade e as especialidades necessárias para a execução das atividades.

Na fábrica Monlevade, a escolha foi pela mão de obra cativa quase que exclusivamente. Isso porque as condições econômicas da família permitiram a aquisição de um grande volume de trabalhadores, os quais foram administrados e treinados pessoalmente pelo seu senhor, que esteve sempre presente na fazenda, controlando os processos e a qualidade do trabalho. Para otimizar a produção e garantir a formação continuada de novas gerações de fundidores, forjadores, carvoeiros, carroceiros, entre outros, a opção foi intercalar as aquisições de novos trabalhadores com a reprodução interna. Assim, é possível identificar, na fábrica Monlevade, uma dentre as diferentes formas, como a produção industrial e o trabalho escravo entrelaçaram-se, dessa maneira, produzindo rendimentos. A dita fábrica garantiu o sustento e a riqueza da família Monlevade por décadas, enfatizando não só a compatibilidade entre atividades industriais e trabalho escravo no contexto do século XIX, como também a maleabilidade do escravismo. A adaptação das atividades da fazenda, através das relações entre senhores e escravos, forneceu um modo de produção, o qual, se não foi um modelo aplicável em outros locais, ao menos, foi de sucesso na província mineira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitos historiadores, uma pesquisa nunca está totalmente concluída, o desejo de consultar ou analisar mais alguns dados, melhorar a maneira como a história foi contada é recorrente. Os trabalhos precisam, todavia, de uma conclusão, uma data para apresentar os resultados. Finalizada uma etapa, é possível analisar as conquistas e as falhas, fazendo então novos projetos, sejam eles inéditos ou revisionistas. Desta maneira, chegamos ao final desta pesquisa com a esperança de termos contribuído com os estudos historiográficos sobre Minas Gerais, mas, sobretudo, com a certeza de que muitos questionamentos aqui levantados ainda estão abertos e necessitam de novas investigações.

Este trabalho originou-se de algumas inquietações sobre as adaptações econômicas vivenciadas por localidades do interior de Minas Gerais e, nesse sentido, identificou-se uma lacuna no que concerne à história de algumas das localidades que vivenciaram o auge da mineração aurífera, no período após o declínio dessa atividade. A percepção deste hiato historiográfico não é algo propriamente novo, já tendo sido pontuado por vários outros autores. A região de Santa Bárbara mostrou-se um espaço interessante para o estudo, pois, durante o século XIX, agregava uma grande variedade de atividades econômicas, desde as regionalmente tradicionais, como a mineração de ouro e a agricultura, até atividades de transformação que ganharam destaque maior no período, como a siderurgia e a tecelagem. Essa diversidade possibilitou identificar as adaptações que foram moldando a economia regional, ou seja, as estratégias utilizadas pelos indivíduos ali residentes para gerenciarem seus bens e capitais, fossem estes pequenas ou grandes fortunas.

Um dos principais pilares da economia do termo de Santa Bárbara foi a diversificação das atividades econômicas, não apenas entre as propriedades como dentro das mesmas. A estratégia da diversificação mostrou-se adequada tanto para pequenos quanto para grandes produtores, mesmo que em graus diferentes. Tal característica deveu-se à conjuntura da forte presença agrícola na região (atividade sazonal) e à primazia do trabalho escravo. O cultivo de alimentos demanda maiores cuidados em determinados períodos, como o plantio e a colheita, porém, nos períodos de germinação e crescimento das plantas, a dedicação ao trabalho na lavoura pode ser menor. Como o trabalhador pertencia à unidade produtiva ou a um determinado membro da mesma, a opção da liberação de alguns funcionários, em períodos de menor trabalho, não se fazia presente, sendo importante ocupar os cativos em outras atividades, maximizando a utilização do seu tempo no trabalho e, assim, evitando a

ociosidade destes trabalhadores e potencializando os ganhos feitos com a aquisição de mão de obra extra. Essa estratégia mostrou-se plausível tanto para detentores de pequenas fortunas e escravarias como os donos de grandes riquezas e muitos escravos.

A escravidão teve um papel fundamental no mercado de trabalho de Minas Gerais e do termo de Santa Bárbara, no período analisado. Os escravos eram responsáveis por diversos serviços, desde os que requeriam pouca habilidade até aqueles que demandavam conhecimento específico e, até mesmo, eram base para o sucesso das atividades em uma unidade produtiva. As posses de escravos variaram de um cativo até mais de duzentos, sendo que os grandes produtores de alimentos, fabricantes de produtos cuja matéria-prima era o ferro e mineradores de ouro (companhias britânicas), foram os setores que mais demandaram esse tipo de mão de obra. Pequenos agricultores não tinham condições de adquirir escravos ou possuíam recursos apenas para a compra de poucos. Mesmo assim, a importância desta mão de obra extra para transformar e impulsionar as atividades e os ganhos da família é inquestionável. Comerciantes e outros setores urbanos não necessitavam ajuda extra em grande quantidade para o exercício das suas atividades rotineiras. Assim, a presença dos escravos no campo foi maior do que nas áreas urbanas.

Um exemplo de peso da viabilidade, quase da necessidade, da diversificação econômica na região de Santa Bárbara, foi João Monlevade. Monlevade foi certamente o mais bem-sucedido fabricante de ferro, com capital privado, do período provincial brasileiro. Seus produtos eram reconhecidos em uma ampla região entorno à freguesia de São Miguel do Piracicaba, onde estava localizada a sua fábrica de fundir ferro. O complexo de instalações da propriedade, o qual incluía duas fábricas de fundir ferro, forjarias, tendas de ferreiro e demais instalações, era responsável pela fabricação de peças comuns como, por exemplo, machados, enxadas e pregos, mas, também, pela confecção de objetos grandes, complexos e delicados. Todos os trabalhos do processo de fabricação de ferro eram realizados pelos mais de 200 escravos da propriedade, sob a supervisão e treinamento do dono. Mesmo com um empreendimento bem-sucedido, Monlevade dedicou espaço e parcela de seus trabalhadores para o cultivo de alimentos. Nestes trabalhos, eram utilizados escravos bastante jovens, mulheres e os mais velhos, dessa maneira, otimizando o uso da mão de obra disponível de acordo com as demandas e complexidades dos trabalhos. Ademais, a produção de alimentos internamente minimizava os custos da alimentação de tamanha quantidade de trabalhadores.

Proprietários de pequenos fornos ou apenas de tendas de ferreiro também apostaram na diversificação. Nestes casos, os trabalhos com o ferro eram a alternativa de lucro

conjugada com outras atividades principais, geralmente, a agricultura. A forte presença dos trabalhos com o ferro na região deveu-se à presença de condições minerais adequadas, existência de florestas para a fabricação de carvão, dificuldades no transporte de produtos de ferro do Rio de Janeiro para o interior e ao sucesso de alguns empreendedores, o que certamente motivou as atividades neste campo.

Ao longo do estudo, que percorreu grande parte do século XIX, algumas atividades ganharam maior destaque e outras perderam algum espaço, bem como uma significativa concentração de renda e dificuldade de mobilidade social. Algumas mudanças na política nacional - Lei de Terras de 1850 o final do tráfico atlântico em 1850 - intensificaram as diferenças sociais nas últimas décadas do período escravista brasileiro. O papel importante das atividades agrícolas valorizou a posse de terras, do mesmo modo, ter escravos para cultivar a terra, cuidar de animais ou ajudar no exercício de outras tarefas era essencial. Pode-se inferir que as mudanças no rumo da política nacional influenciaram localmente as economias familiares, mesmo que essa interferência tenha refletido de forma suave naquele momento, seus efeitos foram sentidos pelas gerações posteriores.

Chega-se ao final desta empreitada com a certeza de não ter esgotado este tema. Espera-se que as fontes e as análises aqui dedilhadas possam inspirar novos estudos acerca das Minas Gerais Oitocentistas.

REFERÊNCIAS

- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Dívida e Obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niteroi/RJ, 2009.
- ALFAGALI, Crislayne G. M. Um segredo de fabricar: os artesãos do ferro na Vila Rica de Ouro Preto (século XVIII). *Anais do Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social: dimensões do poder em Minas*. Mariana, UFOP, 2010.
- ALVES, Romilda O. *Fronteira em expansão: população, terra e família na zona da mata mineira 1808-1850*. (Dissertação de Mestrado) Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em História – UFMG, 2009.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: UFV, 2008.
- BAETA, Nilton. *A indústria siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1973.
- BARROS, Geraldo Mendes. *História da Siderurgia no Brasil: século XIX*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989.
- BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Trad. de Julio Casrañon. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BODENHAMER, David J. The potential of Spatial Humanities. In: BODENHAMER, David J.; CORRIGAN, John; HARRIS, M. Trevor (Eds.). *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.
- BOVET, A. de. A indústria mineral na Província de Minas Gerais. 3. ed. *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, 1883. Primeira parte: Ferro e Ouro.
- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. vv.I, II.
- _____. *Escritos sobre a história*. Lisboa: Presença, 1992. v. II.
- BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.
- BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833 – 1835)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. da USP, 1981.
- BURTON, Richard F. *Highlands of the Brazil: full account of the gold and diamond mines. Also, canoeing down 1500 miles of the great river São Francisco, from Sabará to the sea*. London: Tinsley brothers, 1869.
- CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. São Paulo: ABEP, 1994.

CASAL, Manuel Aires do. *Coreografia Brasílica*. 1º ed. 1817. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a Colônia*. 3.ed. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *The Braziliam Empire: Mith and Histories*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

COSTA, Iraci del Nero. Pesos e Medidas no Período Colonial Brasileiro: Denominações e Relações. *Boletim de História Demográfica*, Ano I, n. 1, abr. 1994.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

COUTINHO, J. J. da Cunha de Azevedo. Discurso sobre o estado das Minas do Brasil. *Obras Economicas*. São Paulo : Ed. Nacional, 1966.

DEW, Charles B. *Bond of Iron: Master and Slave at Buffalo Forge*. New York: W.W. Norton, 1994.

ESCHWEGE, Guilherme von. Notícias e reflexões estadísticas: das fábricas de ferro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p.762, 1899.

_____. *Pluto Brasiliensis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. v.2.

FOCAULT, M. Questions on Geography. In: GORDON, C (Ed.). *Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*. New York: Pantheon Books, 1980.

_____. Space, Knowledge and power. In: RABINOW, Paul (Ed.). *The Foucault reader*. New York: Pantheon Books, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERRAND, Paul. A indústria de ferro no Brasil. *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*. 2.ed. Ouro Preto: [s.n.], 1885. p. 122-139. v.4.

FOGEL, R. W.; ENGERMAN, L. *Time on the cross: the economics of american negro slavery*. Boston: Little, Brown and Company, 1974.

FRANK, Zefhy L. *Dutra's World: Wealth and family in nineteenth-century*, Rio de Janeiro. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

_____. Padrões de riqueza no sudeste do Brasil, 1815-1860. *História Econômica e História de Empresas*, ABPHE, v. IX, n. 2, p. 5-48, 2006.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*: principalmente nas províncias de Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1975.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871 – 1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Vintage, 1972.

_____. *The political economy of slavery: studies in the economy and society of the slave south*. Middletown: Wesleyan University Press, 1989.

GODOY, Marcelo Magalhães. Fazendas diversificadas, escravos polivalentes: Caracterização sociodemográfica e ocupacional dos trabalhadores cativos em unidades produtivas com atividades agroaçucazeiras de Minas Gerais no século XIX. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambú: ABEP, 2004. p. 1-23

GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu, MG: ABEP, 2008. p. 161-191.

GOMES, Francisco Magalhães. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte/Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1983.

GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1979.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo/São João del Rei: Annablume/UFSJ/Funtir, 2000.

_____. *História, região e globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GRAHAM, Richard. Escravidão e desenvolvimento econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, jan./abr. 1983.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, alianças e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

HAREVEN, T.K.; VINOVSIS, M. A. Patterns of childbearing in late nineteenth-century America: the determinants of marital fertility in five Massachusetts towns in 1880. In: HAREVEN, T. K.; VINOVSIS, M. A. *Family and population in nineteenth-century America*. New Jersey: Princeton University, 1978.

HOBBSAWN, Eric. Historiadores e economistas: II. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 124.

HOLANDA, Sérgio Burarque de. *História Geral da Civilização Brasileira* (Época Colonial). São Paulo : Bertrand Brasil. Vol. 2, Tomo I. 1993.

IANNI, Octávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: *PROJETO História*. São Paulo: Depto de História - PUCSP, out. 1995. p. 46.

LAURENT, Vidas; LUCCA, Tania Regina de. *Franceses no Brasil: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista em São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da USP, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford, UK/Cambridge, USA: Blackwell, 1991.

LEWIS, Ronald L. *Coal, Iron, and Slaves: Industrial Slavery in Maryland and Virginia, 1715-1865*. Westport, Connecticut: Greenwood, 1979.

LIBBY, Douglas C. A Mina de Morro Velho: caso limite das articulações entre o escravismo e o capitalismo oitocentista. In: II SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA

MINEIRA. *Anais...* Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1983. p. 95-109.

_____. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

_____. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Repensando o conceito do paternalismo escravista nas américas. In: II SIMPÓSIO ESCRAVIDÃO E MESTIÇAGEM: HISTÓRIAS COMPARADAS. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUH, 2006. p.1-20.

_____. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, E. F.; IVO, I. P.; MARTINS, I. C. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 41-62.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1881.

LISBOA, Matheus C.; MONASTERIO, Leonardo M. *Um novo índice de preços para o Rio Grande do Sul (1870-1882)*. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/busca/index.php?q=Lisboa%2C%20matheus>>. Acesso em: 01/13/2012.

LOBO, E. M. L. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. *Revista Brasileira de Economia*, v.25, p. 235-265, 1971.

LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família*, Vila Rica (1804-1839). São Paulo, Annablume; Belo Horizonte, PPGH/UFMG, 2008.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

MARCONI, Mariana de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS FILHO, Almícar; MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais (revised). In: *Hispanic American Historical Review*, 63 (3):537-568, 1983.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e a população de Minas Gerais em 1833-35. In: V SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990. p.13-29.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão. In: *Estudos Econômicos*, 13 (1):181-209, 1983.

MARTINS, Roberto Borges; MARTINS, Maria do Carmo. As exportações de Minas Gerais no século XIX. In: *Anais do 1º Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 1982, mimeo.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1988.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: VII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. *Anais...* Diamantina, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995. v.1. p. 93-94.

PAIVA, Clotilde Andrade; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Minas Gerais em 1831: nota sobre a estrutura ocupacional de municípios. In: *Anais do III Seminário sobre Economia Mineira*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1983, p. 147-163.

PASSOS, Juliana M. do Nascimento. *Monlevade Vida e Obra*. João Monlevade. João Monlevade: Assoc. Monlevade de Serviços Sociais, 1973.

PAULA, João Antonio de. Siderurgia em Minas Gerais – 1809 – 1888. *II Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina, MG, 1983.

PENNA, José Arthur. A forja Catalã de Jean Monlevade e as características de seu produto. *Metalurgia, Revista da Associação Brasileira de Metais*, v. 31, n. 217, p. 837-847, dez. 1875.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O Caso das Minas que não se Esgotaram: A Pertinácia do Antigo Núcleo Central Minerador na Expansão da Malha Urbana da Minas Gerais Oitocentista*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 1999.

_____. *O trabalho do Fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. 2008. Tese (Doutorado) – Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

RODARTE, Mario M. S; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. In: _____. *História Econômica e História de Empresas*. Belo Horizonte: ABPHE, 2004. p.34. v.VII.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Nacional, 1938.

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1975.

SAMARA, Eni de M. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, SECSP, 1989.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENNA, Joaquim Candido da Costa. *Viagem de estudos metallurgicos no centro da província de Minas. Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, 1881.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Entre o lucro e a distinção. Uma aproximação ao significado de “ser elite” nas Minas Gerais oitocentistas. *Almanack Braziliense*, n.7, p. 62-79, maio 2008.

SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989a.

_____. Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação. In: REIS, João J.; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989b.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da. (Org). *Os diários de Langsdorff*. Vol. I. Rio de Janeiro e Minas Gerais (8 de maio de 1824 a 17 de fevereiro de 1825). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: A Companhia Inglesa de Macaúbas e Cocais 1828 – 1912*. 1997. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo/História Econômica, [s.l.], 1997.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos (IPE/USP)*, São Paulo, v. 18:3, p. 449-195, 1988.

WELD JR., Isaac. *Travels through the state of North America and the provinces of Upper and Lower Canada during the year 1795, 1796, and 1797*. London: John Stockdale, 1880.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

APM. Listas Nominativas, 1831/1832. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

APM. Seção Provincial: SP – 570, folhas 1168, 648, 649, 650, 243-248.

APM. Listas Nominativas; Mapas de População- MP- Rolo 01, Pacotilhas 15 e 16.

APM. Seção Provincial/SP -1056, página 136, 137(v), 138.

APM. Seção Provincial/SP – 570, folha: 243 até 248.

APM. Seção Provincial – SP – 548. Pag. 6

APM. Seção Provincial – SP – 945, páginas 4 e 5

APM. Seção Provincial – 715, p. 42, 42 (v), 43.

APM. Lista Nominativa de São Miguel do Piracicaba, 1840. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

APM. Mapas de população, MP- Rolo 01, Pacotilhas 15 e 16.

APM. Lei n. 2.500 de 12 de novembro de 1878.

APM. Lei n. 898 de 4 de junho de 1858.

AMP. Resolução n. 1.134 de 16 de outubro de 1861.

APM. Resolução n. 824 de 6 de julho de 1857.

APHMS

APHMS, Inventários Post mortem, Caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

APHMS. Câmara Municipal de Santa Bárbara. Listas de Impostos, Caixa: 1854-55-56, 1857-58-59, 1860-62, 1864 -65, 1867-68-69, 1870-71, 1872-73-74, 1882-83, Avulsos.

APHMS, Inventários Post mortem, Ten. Cor. Antônio Thomas de Figueiredo Neves, caixa 47, 1871, Santa Bárbara.

APHMS, Inventários Post mortem, Paulo A. Ferreira da Motta, caixa 62, 1874, Santa Bárbara.

APHMS. Inventários, Santa Bárbara. Antonio Francisco Macieira, 1825, caixa: 01.

APHMS. Inventários, Santa Bárbara. Custódio José da Costa, 1834, caixa: 08.

APHMS. Inventários, Santa Bárbara. José Dias Teixeira, 1856, caixa: 10.

APHMS. Inventários, Santa Bárbara, Joaquim José Affonso Teixeira da Motta, 1864, caixa: 12.

APHMS. Inventários, Santa Bárbara, 1847, Anna Rosa de Magalhães, caixa: 67.

APHMS. Inventários, Santa Bárbara, Flávio Antonio de Azevedo Barros, 1867, caixa: 21.

APHMS. Inventários, Santa Bárbara, Marianna Justina Gomes de Barros, 1860, Caixa: 52.

APHMS. Inventários, Santa Bárbara, 1827, Maria Tereza de Jesus, caixa: 32.

APHMS. Avulsos. Inventário dos bens de João Antônio Monlevade, 1875.

1º OFÍCIO DE NOTAS DE SANTA BÁRBARA

1º Ofício de Notas. Livros de Notas. 1840-1888.

ARQUIVO NACIONAL

A. N. Registro de estrangeiros 1808-1822. Ministério da Justiça e negócios interiores. Col. 423- livro 01, fls. 6 (v).

BIBLIOTECA NACIONAL

B.N. Ofício de Notas do Rio de Janeiro, 5-5H. Livro de notas, nº 49, folhas 106-107, rolo 009.011-79. Data 10/07/1889.

B.N. Ofício de Notas do Rio de Janeiro, 1-5D. Livro de Notas, nº 307, folha 44, rolo 031.31.79. Dta 30/12/1868.

IBGE

Recenseamento Geral de 1872. Biblioteca do IBGE.

ANEXO A.1 – CAPÍTULO 1: MAPA 1

Mapa 1: Região de Circunvizinha às Vilas de Itabira e Santa Bárbara, século XIX



Fonte: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/036140901?show=full>

(Acesso em: 18/11/2009)

ANEXO A.2 – CAPÍTULO 1: TABELA 1

Tabela 1: Distribuição das freguesias e distritos

1823									
Comarca	Termo	Freguesia	Fogos	Denominações	População	Total	Freguesia (Proposta)		
Rio das Mortes	Mariana	Catas Altas	253	Catas Altas Mato Dentro	1.464	1.949	Catas Altas		
			77	Morro d'Água Quente	485				
Ouro Preto	Ouro Preto	São Miguel	376	São Miguel	2.374	9.295	São Miguel		
			38	Mombaça	245				
			104	Poço Grande	592				
			144	Prata	1.152				
			63	Pacas	530				
			260	São José da Lagoa	1.942				
			232	Antonio Dias Abaixo	1.419				
			154	Santa Anna do Alfié	1.041				
Sabará	Villa Nova da Rainha	São João do Morro Grande	370	São João do Morro Grande	1.490	3.351	São João do Morro Grande		
			239	Cocais	1.861				
		Santa Bárbara	Santa Bárbara		173	Brumado	1.073	13.574	Santa Bárbara
					77	S. Gonçalo do Tabor	419		
					330	Santa Bárbara	1.830		
					157	Rio de São Francisco	922		
					214	Rio Abaixo	1.100		
					460	Itabira do Mato Dentro	4.337		
					174	Tanque	1.861		
					160	Girão e Tanque	2.032		
1841									
(Comarca)		Santa Bárbara							
Piracicaba		Itabira							
		Marianna							
		Piranga							

Fonte: APM. Mapas de população, MP- Rolo 01, Pacotilhas 15 e 16. CARVALHO, Theophilo Feu de, Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termo, em Minas Gerais (1709 -1915). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

ANEXO A.3 – CAPÍTULO 1: TABELA 2

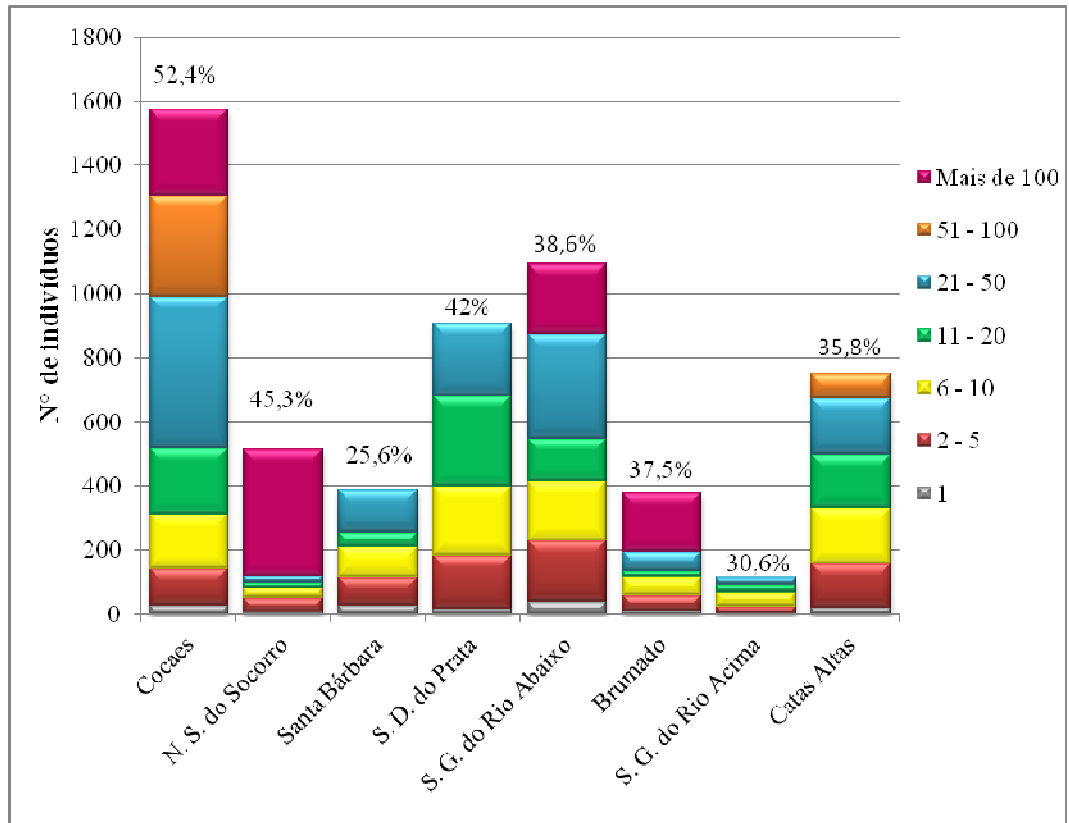
Tabela 2: Esclarecimentos sobre algumas freguesias

Nome no século XIX	Nome atual
São João Batista Do Morro Grande	Barão de Cocais
São Miguel do Piracicaba	Rio Piracicaba
São José da Lagoa	Nova Era
Brumado	Brumal
Rio de São Francisco	Florália (Pertencente à Santa Bárbara)
Bom Jesus do Amparo e Rio de São João (são o mesmo lugar)	Barão de Cocais

Fonte: Costa (1997).

ANEXO A.4 – CAPÍTULO 1: GRÁFICO 1

Gráfico 1. Distribuição da população escrava por localidades e faixas de posse, 1831.*



* A porcentagem que aparece acima de cada coluna refere-se ao percentual de escravos na população total

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

ANEXO A.5 – CAPÍTULO 1: TABELA 3

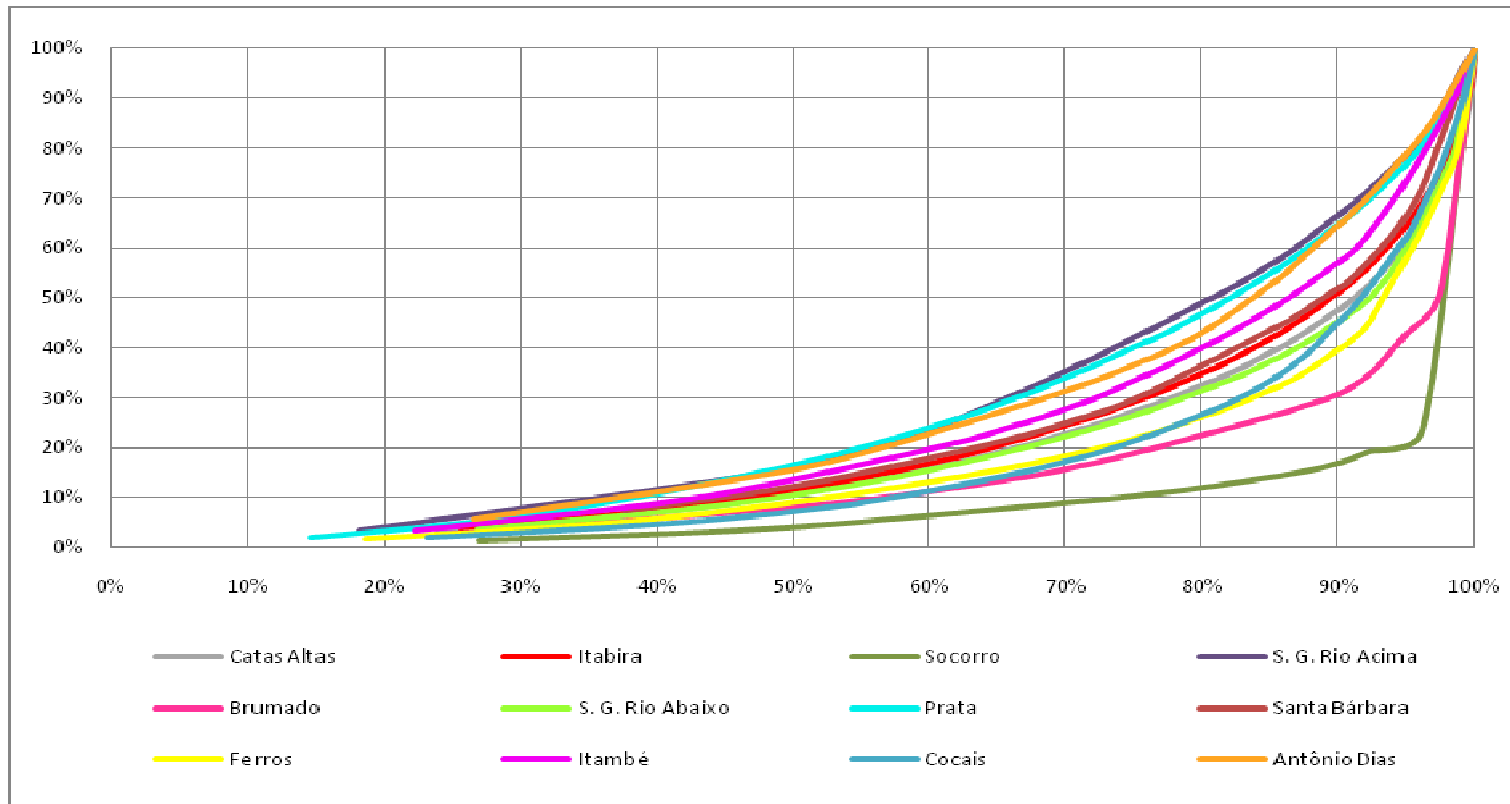
Tabela 3: Distribuição dos fogos segundo o tamanho da posse de escravos, 1831

Loc	Faixas							TOTAL	
		1	2 - 5	6 - 10	11 - 20	21 - 50	51 - 100		Mais de 100
Brumado		10	18	8	1	2	0	1	40
Catas Altas		21	47	23	11	6	1	0	109
Cocais		29	40	23	14	13	4	2	125
Nossa Senhora do Socorro		7	12	4	1	1	0	1	26
Santa Bárbara		29	29	12	3	4	0	0	77
São Domingos do Prata		18	50	28	20	7	0	0	123
São Gonçalo do Rio									
Abaixo		39	59	25	10	9	0	2	144
São Gonçalo do Rio									
Acima		4	9	6	2	1	0	0	22
Total		157	264	129	62	43	5	6	666

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

ANEXO A.6 – CAPÍTULO 1: GRÁFICO 1

Gráfico 1: Curva de Lorenz, 1831



Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831/1832. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica. Quanto mais curva a linha maior a desigualdade na distribuição da escravaria dentro da freguesias.

ANEXO A.7 – CAPÍTULO 1: TABELA 4

Tabela 4: Distribuição dos Escravos segundo os Grupos Etários, 1831

Grupos Etários	Escravos	%	Grupos Etários	Escravos	%
00-04	506	8,9	40-44	371	6,5
05-09	405	7,1	45-49	170	3,0
10-14	596	10,4	50-54	300	5,3
15-19	706	12,4	55-59	105	1,8
20-24	801	14,0	60-64	170	3,0
25-29	522	9,1	65-69	47	,8
30-34	610	10,7	70 ou mais	80	1,4
35-39	325	5,7	TOTAL	5714	100,0

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831/1832. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

ANEXO A.8 – CAPÍTULO 1: TABELA 5

Tabela 5: Modelo utilizado para a distribuição dos fogos, 1831

Líves	Singular	Representa apenas as pessoas que moravam só.
	Nuclear	Representa pessoas líves, casais e indivíduos com filhos (SEM escravos ou agregados)
	Extenso	Representa o nuclear acrescido de parentes ou agregados
Líves + Escravos	Desconexo	Representa o casal/indivíduo mais escravos e/ou agregados
	Aumentado	Representa o casal/indivíduo e sua prole (seguido ou não de parentes) mais escravos e/ou agregados
	Fraterno	Representa os domicílios sem chefe definido, com elementos aparentados, seguidos ou não de escravos e/ou agregados

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

ANEXO A.9 – CAPÍTULO 1: TABELA 6

Tabela 6: População descrita com alguma ocupação (maiores de 09 anos), 1831

Relação com o Chefe		(A) Com Ocupação	% (A)	(B) Total	% (A/B)
Masculino	Chefe	1329	21,4	1364	97,4
	Cônjuge ou Filho	448	7,2	1437	31,2
	Parente ou Agregado	138	2,2	212	65,1
	Escravo	798	12,8	3518	22,7
	Sem Relação	472	7,6	807	58,5
Feminino	Chefe	721	11,6	764	94,4
	Cônjuge ou Filho	1184	19,0	2434	48,6
	Parente ou Agregado	161	2,6	276	58,3
	Escravo	451	7,3	2065	21,8
	Sem Relação	517	8,3	835	61,9
TOTAL		6219	100,0	13712	45,4


Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.


ANEXO A.10 – CAPÍTULO 1: TABELA 7


Tabela 7: Classificação das Listas Nominativas segundo a qualidade da informação da ocupação, 1831

Localidades	Pontuação
Cocais	12
Nossa Senhora do Socorro	43
Santa Bárbara	68
São Domingos do Prata	02
São Gonçalo do Rio Abaixo	32
Brumado	59
São Gonçalo do Rio Acima	63
Catas Altas	71

Legenda:

 Informações Inconsistentes, muito abaixo da média para província

 Informações pouco abaixo da média para a província

 Informações consistentes, acima da média para a província.

Fonte: Godoy e Paiva (1986, p. 19-22).¹

¹ A pontuação máxima é de 74 pontos. Os distritos que atingiram de 39 a 74 pontos estão na média ou acima da média segundo a qualidade da informação de ocupação. Para mais informações sobre os critérios utilizados para estabelecer essa pontuação ver o texto referido como fonte para a tabela acima.

ANEXO A.11 – CAPÍTULO 1: TABELA 8

Tabela 8: Atividades Ocupacionais Segundo Sexo e Condição, 1831

Ocupações/Condição	Livres			Escravos			Total
	Masculino	Feminino	%	Masculino	Feminino	%	
Agropecuária	1.635	235	19,9	1.200	40	34,4	3.110
Mineração	307	11	3,4	603	38	17,8	959
Art. - Madeira	282	2	3,0	54	0	1,5	338
Art. – Metais	328	7	3,6	58	0	1,6	393
Art. - Couros e Peles	182	0	1,9	34	1	1,0	217
Art. – Barro	16	0	0,2	1	0	0,0	17
Art. – Fibras	9	0	0,1	1	0	0,0	10
Art. - Vestuários	196	1.506	18,1	21	133	4,3	1.856
Art. - Tecidos	4	2.471	26,3	7	477	13,4	2.959
Art. - Constr. civil	49	0	0,5	9	0	0,2	58
Art. – Outras	9	8	0,2	5	0	0,1	22
Comerciante Fixo	299	67	3,9	6	7	0,4	379
Comerciante Tropeiro	64	1	0,7	23	0	0,6	88
Serviço Doméstico	9	152	1,7	93	536	17,4	790
Funcionário Público	31	0	0,3	0	0	0,0	31
Associações Ocup.	1.279	49	14,1	225	11	6,5	1.564
Desocupado	81	122	2,2	16	7	0,6	226
Total	4.780	4.631	100	2.356	1.250	100	13.017

Fonte: APM. Listas Nominativas, 1831. Organizadas em Banco de Dados pelo CEDEPLAR/UFMG – Núcleo de Pesquisa em História Demográfica.

ANEXO B.1 – CAPÍTULO 2: TABELAS 1 E 2

Tabela 1 - Total de inventários, segundo o Monte-Mor, Termo da Vila de Santa Bárbara - 1822/1888

Local	Data							Total	
	1822 - 1829	1830 - 1839	1840 - 1849	1850 - 1859	1860 - 1869	1870 - 1879	1880 - 1888		
Brumado	Menos de 500\$000		0	2	1	0	0	0	3
	500\$001 - 1:000\$000		0	0	0	0	1	0	1
	1:000\$001 - 5:000\$000		0	2	3	3	1	0	9
	5:000\$001 - 10:000\$000		0	3	1	0	0	2	6
	10:000\$001 - 20:000\$000		0	0	0	0	2	0	2
	20:000\$001 - 30:000\$000		0	1	2	0	0	0	3
	30:000\$001 - 40:000\$000		1	1	0	0	0	0	2
	50:000\$001 - 100:000\$000		0	1	0	1	0	1	3
Catas Altas	Menos de 500\$000	0	0	0	0	0	2	0	2
	500\$001 - 1:000\$000	0	1	3	3	1	1	0	9
	1:000\$001 - 5:000\$000	2	3	6	13	8	8	4	44
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	2	8	8	2	3	1	24
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	1	3	1	6	1	1	13
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	0	2	1	0	0	3
Cocais	Menos de 500\$000	0	0	0	0	1	0	1	2
	500\$001 - 1:000\$000	1	1	1	0	0	1	0	4
	1:000\$001 - 5:000\$000	4	0	5	2	5	3	4	23
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	0	2	2	2	8	0	14
	10:000\$001 - 20:000\$000	1	0	1	2	3	1	2	10
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	0	2	2	1	0	5
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	0	1	0	1	0	2
	40:000\$001 - 50:000\$000	0	0	0	0	0	1	1	1
50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	0	2	2	1	1	6	
Santa Bárbara	Menos de 500\$000	1	0	2	5	0	1	2	11
	500\$001 - 1:000\$000	2	1	3	2	0	1	1	10
	1:000\$001 - 5:000\$000	4	11	15	15	7	4	1	57
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	2	5	7	5	6	2	27
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	1	1	4	1	2	1	10
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	0	0	2	2	1	5
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	1	0	1	0	0	2
	50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	1	3	0	0	0	4
	Mais de 100:000\$001	1	0	0	1	1	0	0	3
São Domingos do Prata	Menos de 500\$000	0	0	0	0	0	1	0	1
	500\$001 - 1:000\$000	1	0	5	2	0	2	0	10
	1:000\$001 - 5:000\$000	1	0	14	23	15	10	5	68
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	0	4	15	5	5	5	34
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	1	3	8	11	7	1	31
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	1	0	1	3	1	2	8
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	0	1	0	3	1	5
	40:000\$001 - 50:000\$000	0	0	2	0	0	0	0	2
	50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	0	1	2	1	2	6
	Mais de 100:000\$001	0	0	0	1	0	1	0	2
	Negativo	0	0	0	0	1	0	1	2
São Gonçalo do Rio Abaixo	Menos de 500\$000	0	0	2	0	0	1	2	5
	500\$001 - 1:000\$000	2	0	2	4	1	1	1	11

	1:000\$001 - 5:000\$000	3	3	14	12	11	3	3	49
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	0	3	7	1	5	4	20
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	0	3	4	4	3	5	19
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	0	1	0	1	1	3
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	1	2	0	0	1	4
	50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	0	2	0	1	0	3
	Mais de 100:000\$001	0	0	0	0	0	0	1	1
	Negativo	0	0	0	0	0	1	1	2
São Miguel do Piracicaba	Menos de 500\$000	2	3	0	2	2	1	0	11
	500\$001 - 1:000\$000	2	0	1	5	2	5	0	14
	1:000\$001 - 5:000\$000	8	17	16	23	17	6	9	96
	5:000\$001 - 10:000\$000	2	1	4	12	2	4	7	32
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	2	4	6	3	2	2	19
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	1	0	2	2	0	6
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	1	0	1	1	1	1	4
	40:000\$001 - 50:000\$000	0	0	0	0	1	0	0	1
	50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	0	1	0	1	1	3
	Mais de 100:000\$001	0	0	0	0	0	2	0	2
Bom Jesus do Amparo	500\$001 - 1:000\$000				0	1	0	1	2
	1:000\$001 - 5:000\$000				2	3	3	5	13
	5:000\$001 - 10:000\$000				3	1	2	2	8
	10:000\$001 - 20:000\$000				0	3	0	1	4
	20:000\$001 - 30:000\$000				1	3	0	0	4
	30:000\$001 - 40:000\$000				0	0	0	1	1
	50:000\$001 - 100:000\$000				0	0	0	1	1
	Mais de 100:000\$001				0	0	1	0	1
Negativo				0	0	1	1	2	
São João Baptista do Morro Grande	Menos de 500\$000	0	1	0	2	0	0	0	3
	500\$001 - 1:000\$000	0	0	2	1	0	0	1	4
	1:000\$001 - 5:000\$000	3	0	7	5	2	1	4	22
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	1	0	1	0	2	3	7
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	0	0	1	1	0	0	2
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	0	0	1	0	0	1
	40:000\$001 - 50:000\$000	0	0	0	0	0	0	1	1
Rio de São Francisco	500\$001 - 1:000\$000		1	0		0	0	0	1
	1:000\$001 - 5:000\$000		0	3		2	5	0	10
	5:000\$001 - 10:000\$000		0	1		2	1	1	5
	10:000\$001 - 20:000\$000		1	0		2	1	3	7
	30:000\$001 - 40:000\$000		0	0		0	1	1	2

Fonte: APHMS. Inventários *Post Mortem*, Caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

Tabela 2 - Amostra de inventários, segundo o Monte-mor, Termo da Vila de Santa Bárbara - 1822/1888

Local	Data							Total	
	1822 - 1829	1830 - 1839	1840 - 1849	1850 - 1859	1860 - 1869	1870 - 1879	1880 - 1888		
Brumado	Menos de 500\$000			1	0	0	0	0	1
	1:000\$001 - 5:000\$000			1	2	1	1	0	5
	5:000\$001 - 10:000\$000			1	0	0	0	1	2
	10:000\$001 - 20:000\$000			0	0	0	1	0	1
	20:000\$001 - 30:000\$000			1	1	0	0	0	2
	50:000\$001 - 100:000\$000			0	0	1	0	0	1
	TOTAL			4	3	2	2	1	12
Catas Altas	Menos de 500\$000	0	0	0	0	0	1	0	1
	500\$001 - 1:000\$000	0	1	1	1	0	0	0	3
	1:000\$001 - 5:000\$000	1	1	2	5	4	3	2	18
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	1	4	3	1	2	0	11
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	0	1	1	3	0	0	5
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	0	1	0	0	0	1
	TOTAL	1	3	8	11	8	6	2	39
Cocais	1:000\$001 - 5:000\$000	2	0	2	1	2	1	2	10
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	0	1	0	1	3	0	5
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	0	1	1	1	0	1	4
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	0	1	1	1	0	3
	40:000\$001 - 50:000\$000	0	0	0	0	0	1	1	2
	50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	0	1	1	1	0	3
	TOTAL	2	0	4	4	6	7	4	27
Rio de São Francisco	500\$001 - 1:000\$000	0	1	0	0	0	0	0	1
	1:000\$001 - 5:000\$000	0	0	2	0	1	2	0	5
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	0	0	0	1	0	2	3
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	0	0	0	1	0	1
	TOTAL	0	1	2	0	2	3	2	10
Santa Bárbara	Menos de 500\$000	0	0	1	2	0	0	0	3
	500\$001 - 1:000\$000	1	1	1	0	0	0	0	3
	1:000\$001 - 5:000\$000	2	4	6	7	3	2	1	25
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	1	2	3	2	2	1	11
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	0	0	1	0	1	1	3
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	0	0	1	1	0	2
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	1	0	0	0	0	1
	50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	0	2	0	0	0	2
	Mais de 100:000\$001	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL	3	6	11	15	7	6	3	51	
São Domingos do Prata	500\$001 - 1:000\$000	1	0	2	1	0	1	0	5
	1:000\$001 - 5:000\$000	0	0	7	10	7	4	3	31
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	0	1	6	2	2	1	12
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	0	1	3	5	3	1	13
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	1	0	0	0	0	1	2
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	0	0	0	1	0	1
	50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	0	1	1	1	1	4
	TOTAL	1	1	11	21	15	12	7	68
São Gonçalo do Rio Abaixo	Menos de 500\$000	0	0	1	0	0	1	1	3
	500\$001 - 1:000\$000	1	0	0	2	0	0	0	3
	1:000\$001 - 5:000\$000	1	1	6	5	6	1	2	22
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	0	1	2	0	1	2	6
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	0	1	1	1	1	2	6
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	0	1	0	1	1	3

	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	1	1	0	0	0	2
	50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	0	1	0	1	0	2
	TOTAL	2	1	10	13	7	6	8	47
São João do Morro Grande	Menos de 500\$000	0	0	0	1	0	0	0	1
	500\$001 - 1:000\$000	0	0	1	1	0	0	0	2
	1:000\$001 - 5:000\$000	1	0	2	2	1	0	1	7
	5:000\$001 - 10:000\$000	0	1	0	0	0	1	2	4
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	0	0	0	1	0	0	1
	TOTAL	1	1	3	4	2	1	3	15
São Miguel do Piracicaba	Menos de 500\$000	1	1	0	1	1	0	0	4
	500\$001 - 1:000\$000	1	0	0	2	0	2	0	5
	1:000\$001 - 5:000\$000	3	7	6	9	7	3	5	40
	5:000\$001 - 10:000\$000	1	0	2	4	1	2	2	12
	10:000\$001 - 20:000\$000	0	1	2	3	1	1	1	9
	20:000\$001 - 30:000\$000	0	0	0	0	0	1	0	1
	30:000\$001 - 40:000\$000	0	1	0	0	0	0	0	1
	40:000\$001 - 50:000\$000	0	0	0	0	1	0	0	1
	50:000\$001 - 100:000\$000	0	0	0	1	0	0	0	1
	Mais de 100:000\$001	0	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	6	10	10	20	11	10	8	75	
Bom Jesus do Amparo	500\$001 - 1:000\$000				0	1	0	1	2
	1:000\$001 - 5:000\$000				1	1	1	2	5
	5:000\$001 - 10:000\$000				1	0	1	1	3
	10:000\$001 - 20:000\$000				0	1	0	0	1
	20:000\$001 - 30:000\$000				0	1	0	0	1
	30:000\$001 - 40:000\$000				0	0	0	1	1
	Mais de 100:000\$001				0	0	1	0	1
	TOTAL				2	4	3	5	14

Fonte: APHMS. Inventários *Post Mortem*, Caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

ANEXO B.2 – CAPÍTULO 2: TABELA 1

Tabela 1 - Relação dos inventários coletados, Termo da Vila de Santa Bárbara, 1822-1888.

Caixa	Local	Período	Inventariado	Monte-mor	
33	Brumado	1840 - 1849	José Teixeira de Andrade	Menos de 500\$000	
60		1840 - 1849	Manoel Rodrigues Pereira	1:000\$001 - 5:000\$000	
14		1850 - 1859	Julianna Barboza de Moura	1:000\$001 - 5:000\$000	
111		1850 - 1859	Anna Carolina de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000	
62		1860 - 1869	Maria Antônia Virginia Loureiro	1:000\$001 - 5:000\$000	
145		1870 - 1879	Anastacia Maria de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000	
12		1850 - 1859	Alferes Joaquim Martins de Oliveira	5:000\$001 - 10:000\$000	
50		1880 - 1888	Cap. Manoel Joaquim da Silva e esposa	5:000\$001 - 10:000\$000	
80		1870 - 1879	João José de Moraes e esposa	10:000\$001 - 20:000\$000	
78		1850 - 1859	Maria Antonia de Jesus Penna	20:000\$001 - 30:000\$000	
51		1840 - 1849	Senhorinha Pinto	30:000\$001 - 40:000\$000	
24		1860 - 1869	Anna Candida de Souza Coutinho	50:000\$001 - 100:000\$000	
85		Catas Altas	1870 - 1879	Clara Clementina de Jesus	Menos de 500\$000
48			1830 - 1839	Manoel Vieira de Souza	500\$001 - 1:000\$000
21	1840 - 1849		Hipolito Francisco Ribeiro	500\$001 - 1:000\$000	
95	1850 - 1859		João Gonçalves Valadares	500\$001 - 1:000\$000	
64	1822 - 1829		Alferes João Gomes de Souza	1:000\$001 - 5:000\$000	
10	1830 - 1839		Manoel Antônio da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000	
26	1840 - 1849		Felis Ferreira Guimarães e esposa	1:000\$001 - 5:000\$000	
18	1840 - 1849		Joana Narciza de Magalhães	1:000\$001 - 5:000\$000	
S/I	1850 - 1859		Thereza Maria de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000	
41	1850 - 1859		Alferes Eugenio de Moraes Pires	1:000\$001 - 5:000\$000	
13	1850 - 1859		Clara Maria da Conceição	1:000\$001 - 5:000\$000	
56	1850 - 1859		João Monteiro de Oliveira	1:000\$001 - 5:000\$000	
15	1850 - 1859		Maria Rosalinda de Paiva	1:000\$001 - 5:000\$000	
1	1860 - 1869		Antônio Martins Guimarães	1:000\$001 - 5:000\$000	
13	1860 - 1869		Francisco Manoel Dias	1:000\$001 - 5:000\$000	
39	1860 - 1869		João Severino da Motta	1:000\$001 - 5:000\$000	
85	1860 - 1869		Candido Mendes de Magalhães	1:000\$001 - 5:000\$000	
2	1870 - 1879		Alferes Caetano José de Araujo	1:000\$001 - 5:000\$000	
2	1870 - 1879		Clara Maria da Conceição	1:000\$001 - 5:000\$000	
55	1870 - 1879		Maria da Conceição Graciana	1:000\$001 - 5:000\$000	
18	1880 - 1888		Joanna Maria de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000	
18	1880 - 1888		Rosa Maria de Lima	1:000\$001 - 5:000\$000	
93	1830 - 1839		Antônio Narcizo de Paiva	5:000\$001 - 10:000\$000	
120	1840 - 1849		Manoel da Costa Badú	5:000\$001 - 10:000\$000	
59	1840 - 1849		Marianno Francisco Pereira	5:000\$001 - 10:000\$000	
35	1840 - 1849		Reverendo Antônio Francisco Arante	5:000\$001 - 10:000\$000	
128	1840 - 1849		Maria Theodora da Silva	5:000\$001 - 10:000\$000	
15	1850 - 1859		Antônio Vieira	5:000\$001 - 10:000\$000	
2	1850 - 1859		Claudina da Motta Campos	5:000\$001 - 10:000\$000	
123	1850 - 1859		Francisca Maria da Silva	5:000\$001 - 10:000\$000	
141	1860 - 1869		Manoel Gomes Martins	5:000\$001 - 10:000\$000	
83	1870 - 1879		Francisco Antônio Pereira	5:000\$001 - 10:000\$000	
84	1870 - 1879		Marianna Angelica da Conceição	5:000\$001 - 10:000\$000	
66	1840 - 1849		Rosa Maria de Jesus	10:000\$001 - 20:000\$000	
48	1850 - 1859	Reverendo Germano Gonçalves Viegas	10:000\$001 - 20:000\$000		
66	1860 - 1869	Claudio Francisco Arantes	10:000\$001 - 20:000\$000		
59	1860 - 1869	Maria Alberta Assumpção	10:000\$001 - 20:000\$000		
36	1860 - 1869	Maria Francisca de Carvalho	10:000\$001 - 20:000\$000		
138	1850 - 1859	Antônio Ferreira da Costa	20:000\$001 - 30:000\$000		
36	Cocais	1822 - 1829	Manoel Machado Lima	1:000\$001 - 5:000\$000	
41		1822 - 1829	Maria do Carmo Pinto	1:000\$001 - 5:000\$000	
36		1840 - 1849	Anna Joaquina da Rocha	1:000\$001 - 5:000\$000	
60		1840 - 1849	Thereza de Jesus da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000	
108		1850 - 1859	José Antônio de Moraes	1:000\$001 - 5:000\$000	
2		1860 - 1869	Custódio Moreira e Silva	1:000\$001 - 5:000\$000	
7		1860 - 1869	Emíldio Augusto Pinto Coelho	1:000\$001 - 5:000\$000	

43		1870 - 1879	Ezequiel Machado Vieira	1:000\$001 - 5:000\$000
7		1880 - 1888	Fernando Gonçalves da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
60		1880 - 1888	Francisco Pereira de Brito	1:000\$001 - 5:000\$000
27		1840 - 1849	Anna Jacintha de Jesus	5:000\$001 - 10:000\$000
120		1860 - 1869	João Albino Pinto Magalhães Lima	5:000\$001 - 10:000\$000
7		1870 - 1879	Antonia Candida de Magalhães	5:000\$001 - 10:000\$000
10		1870 - 1879	Marianno dos Santos Ferreira	5:000\$001 - 10:000\$000
31		1870 - 1879	José da Silveira Peixoto	5:000\$001 - 10:000\$000
1		1840 - 1849	Maria do Carmo Firme	10:000\$001 - 20:000\$000
85		1850 - 1859	Cirurgião Thomas Rodrigues Villas Boas	10:000\$001 - 20:000\$000
31		1860 - 1869	Angelica Maria Candida de Sampaio	10:000\$001 - 20:000\$000
15		1880 - 1888	Antônio Luis Fernandes	10:000\$001 - 20:000\$000
83		1850 - 1859	Candida Maria Oliveira	20:000\$001 - 30:000\$000
151		1860 - 1869	Dr. Virgilio Augusto Pinto Coelho da Cunha	20:000\$001 - 30:000\$000
153		1870 - 1879	Tenente Coronel Ovidio Cezar Pinto Coelho da Cunha	20:000\$001 - 30:000\$000
24		1870 - 1879	Alferes Manoel Ignacio Furtado Leite	40:000\$000 - 50:000\$000
46		1880 - 1888	Capitão Christovão Dias Duarte	40:000\$001 - 50:000\$000
133		1850 - 1859	Anna Joaquina de Souza Ramos	50:000\$001 - 100:000\$000
79		1860 - 1869	Ten. Coronel Francisco Ferreira da Silva	50:000\$001 - 100:000\$000
45		1870 - 1879	Cap. Modesto C. Pinto Coelho da Cunha	50:000\$001 - 100:000\$000
36	Rio de São Francisco	1830 - 1839	Manoel Moreira Barros	500\$001 - 1:000\$000
26		1840 - 1849	Francisca Maria da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
73		1840 - 1849	Manoel Dias Masso	1:000\$001 - 5:000\$000
156		1860 - 1869	José Soares da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
25		1870 - 1879	Francisco Luis Coelho	1:000\$001 - 5:000\$000
53		1870 - 1879	José Alves Cerqueira	1:000\$001 - 5:000\$000
167		1860 - 1869	Guilherme Ventura Fortuna	10:000\$001 - 20:000\$000
81		1880 - 1888	Joaquim Ferreira da Costa	10:000\$001 - 20:000\$000
126		1880 - 1888	Claudina Maria de Oliveira	10:000\$001 - 20:000\$000
130		1880 - 1888	Manoel Honorio de Magalhães	30:000\$001 - 40:000\$000
69	Santa Bárbara	1840 - 1849	Caetano Ribeiro	Menos de 500\$000
25		1850 - 1859	Antônia de Souza Neto	Menos de 500\$000
109		1850 - 1859	Antônio da Costa Nunes	Menos de 500\$000
79		1822 - 1829	Joaquina Maria de São José	500\$001 - 1:000\$000
48		1830 - 1839	Alferes Manoel da Costa Cezar	500\$001 - 1:000\$000
19		1840 - 1849	Antônio Francisco Pereira	500\$001 - 1:000\$000
41		1822 - 1829	Maria Joaquina da Conceição	1:000\$001 - 5:000\$000
11		1822 - 1829	Maria Joaquina do Nascimento	1:000\$001 - 5:000\$000
5		1830 - 1839	Francisca Luisa do Bonfim	1:000\$001 - 5:000\$000
5		1830 - 1839	Maria Thereza de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
28		1830 - 1839	Francisca Antônia da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
70		1830 - 1839	Maria Raimunda da Silveira	1:000\$001 - 5:000\$000
20		1840 - 1849	Antônio Pereira Mendes	1:000\$001 - 5:000\$000
5		1840 - 1849	Capitão José Antônio dos Reis	1:000\$001 - 5:000\$000
26		1840 - 1849	Francisca Maria do Sacramento	1:000\$001 - 5:000\$000
28		1840 - 1849	João Evangelista de Magalhães	1:000\$001 - 5:000\$000
4		1840 - 1849	Manoel Ferreira da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
40		1840 - 1849	Maria Lucianna de Oliveira	1:000\$001 - 5:000\$000
109		1850 - 1859	Antônio Soares de Azevedo e Maria Joaquina Rodrigues	1:000\$001 - 5:000\$000
102		1850 - 1859	Eufrazia Maria de Sampaio	1:000\$001 - 5:000\$000
14		1850 - 1859	José Antônio dos Santos	1:000\$001 - 5:000\$000
15		1850 - 1859	José Pereira dos Santos	1:000\$001 - 5:000\$000
67		1850 - 1859	Leonço Pereira da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
107		1850 - 1859	Manoela dos Santos Leite	1:000\$001 - 5:000\$000
24		1850 - 1859	Thereza Maria de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
113		1860 - 1869	Amelia Augusta Soares	1:000\$001 - 5:000\$000
46		1860 - 1869	Cônego Vigário João Baptista de Figueiredo	1:000\$001 - 5:000\$000
109		1860 - 1869	Lucio Ribeiro Sampaio	1:000\$001 - 5:000\$000
119		1870 - 1879	Francisco Romão da Cruz	1:000\$001 - 5:000\$000
58		1870 - 1879	Maria Theresa Alves	1:000\$001 - 5:000\$000
153		1880 - 1888	Ephigenia Maria da Conceição	1:000\$001 - 5:000\$000
47	1830 - 1839	João Carneiro Pinto Campos	5:000\$001 - 10:000\$000	
5	1840 - 1849	Capitão Francisco de Borges Magalhães	5:000\$001 - 10:000\$000	
20	1840 - 1849	Thereza Maria de Jesus	5:000\$001 - 10:000\$000	
11	1850 - 1859	Josefa Thomazia Cupertino Gomes	5:000\$001 - 10:000\$000	

61		1850 - 1859	Maria da Costa Filgueira	5:000\$001 - 10:000\$000
3		1850 - 1859	Maria Silveira Lopes	5:000\$001 - 10:000\$000
8		1860 - 1869	Florencio Soares do Amaral	5:000\$001 - 10:000\$000
95		1860 - 1869	Francisco da Silva Bittencourt	5:000\$001 - 10:000\$000
101		1870 - 1879	Firmiano Teixeira da Fonseca	5:000\$001 - 10:000\$000
53		1870 - 1879	João de Souza Brandão	5:000\$001 - 10:000\$000
29		1880 - 1888	Julia Maria de Magalhães	5:000\$001 - 10:000\$000
31		1850 - 1859	Angélica Delfina Constança de Jesus	10:000\$001 - 20:000\$000
27		1870 - 1879	Joaquim Zepherino de Magalhães	10:000\$001 - 20:000\$000
5		1880 - 1888	Anna Eusebia Caldeira	10:000\$001 - 20:000\$000
103		1860 - 1869	Alferes José Gregório da Fonseca	20:000\$001 - 30:000\$000
31		1870 - 1879	Maria Carolina Moura	20:000\$001 - 30:000\$000
40		1840 - 1849	Capitão Monoel José Vieira	30:000\$001 - 40:000\$000
31		1850 - 1859	Angélica Rosa da Conceição	50:000\$001 - 100:000\$000
34		1850 - 1859	Cadete Luiz José Pinto Coelho da Cunha	50:000\$001 - 100:000\$000
5		1860 - 1869	Guarda Mor José da Costa Lages	Mais de 100:000\$001
106	São Domingos do Prata	1822 - 1829	Joana Maria de Jesus	500\$001 - 1:000\$000
26		1840 - 1849	Francisca Maria da Conceição	500\$001 - 1:000\$000
95		1840 - 1849	Jozefa Maria Ferreira	500\$001 - 1:000\$000
15		1850 - 1859	Anna Graciana da Silva	500\$001 - 1:000\$000
53		1870 - 1879	Maria Eulalia da Silva	500\$001 - 1:000\$000
64		1840 - 1849	Antônio Januario Messias	1:000\$001 - 5:000\$000
35		1840 - 1849	Francisco Ferreira Nunes	1:000\$001 - 5:000\$000
26		1840 - 1849	Francisco Vieira da Costa	1:000\$001 - 5:000\$000
67		1840 - 1849	José Antônio Alves	1:000\$001 - 5:000\$000
85		1840 - 1849	José Pereira dos Santos	1:000\$001 - 5:000\$000
33		1840 - 1849	Josefa de Souza Rosario	1:000\$001 - 5:000\$000
15		1840 - 1849	Maria Carlota de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
26		1850 - 1859	Alferes Silverio Dias Bicalho	1:000\$001 - 5:000\$000
13		1850 - 1859	Anna Francisca de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
101		1850 - 1859	Anna Rita de Azevedo	1:000\$001 - 5:000\$000
15		1850 - 1859	Antonia Romana de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
36		1850 - 1859	Francisco da Costa Guimarães	1:000\$001 - 5:000\$000
14		1850 - 1859	José Jacintho	1:000\$001 - 5:000\$000
33		1850 - 1859	Luis Domingues Gomes	1:000\$001 - 5:000\$000
62		1850 - 1859	Manoel Gonçalves Santiago	1:000\$001 - 5:000\$000
20		1850 - 1859	Quirino Soares Fonseca	1:000\$001 - 5:000\$000
51		1850 - 1859	Simão Vilela da Cunha	1:000\$001 - 5:000\$000
43		1860 - 1869	Emilianna Emilia de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
49		1860 - 1869	Jofefa Maria Assumpção	1:000\$001 - 5:000\$000
58		1860 - 1869	Maria Barbara de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
33		1860 - 1869	Luis Ribeiro Costa	1:000\$001 - 5:000\$000
39		1860 - 1869	Maria Rosa Innocencia	1:000\$001 - 5:000\$000
36		1860 - 1869	Maria Thereza de Nazareth	1:000\$001 - 5:000\$000
33		1860 - 1869	Marianna Francisca do Sacramento	1:000\$001 - 5:000\$000
43		1870 - 1879	Emilio Pinto Ferreira de Quiroz	1:000\$001 - 5:000\$000
56		1870 - 1879	João Batista de Araujo Lima	1:000\$001 - 5:000\$000
56		1870 - 1879	João Domingues Gomes Vieira	1:000\$001 - 5:000\$000
55		1870 - 1879	José Bento Fernandes de Castro	1:000\$001 - 5:000\$000
50		1880 - 1888	Manoel Gomes Domingues	1:000\$001 - 5:000\$000
50		1880 - 1888	Maria Joaquina de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
39		1880 - 1888	Rita Firmina Ferreira	1:000\$001 - 5:000\$000
22		1840 - 1849	Francisco Pereira Lopes	5:000\$001 - 10:000\$000
32		1850 - 1859	Antônio José da Costa	5:000\$001 - 10:000\$000
8		1850 - 1859	Furtuoza Thereza de Vasconcelos	5:000\$001 - 10:000\$000
14		1850 - 1859	Joaquina Custodia da Trindade	5:000\$001 - 10:000\$000
46		1850 - 1859	José Caetano dos Santos	5:000\$001 - 10:000\$000
101		1850 - 1859	José Dias Torres de Amorin	5:000\$001 - 10:000\$000
69	1850 - 1859	José Vieira Servas	5:000\$001 - 10:000\$000	
2	1860 - 1869	Clara Maria de Jesus	5:000\$001 - 10:000\$000	
50	1860 - 1869	Maria Joana de Jesus	5:000\$001 - 10:000\$000	
53	1870 - 1879	João Domingues Gomes	5:000\$001 - 10:000\$000	
53	1870 - 1879	José Ferreira Bastos	5:000\$001 - 10:000\$000	
50	1880 - 1888	Maria Theodora de São José	5:000\$001 - 10:000\$000	
20	1840 - 1849	Albina Maria de Jesus	10:000\$001 - 20:000\$000	
108	1850 - 1859	Narciza Clementinada Purificação	10:000\$001 - 20:000\$000	

47		1850 - 1859	Escolastica Pereira da Silva	10:000\$001 - 20:000\$000
62		1850 - 1859	Maria Izabel de Abreu	10:000\$001 - 20:000\$000
80		1860 - 1869	Antônio Ferreira da Motta	10:000\$001 - 20:000\$000
34		1860 - 1869	João Ferreira da Motta	10:000\$001 - 20:000\$000
37		1860 - 1869	Maria Barbosa de Jesus	10:000\$001 - 20:000\$000
46		1860 - 1869	Reverendo José Joaquim da Encarnação	10:000\$001 - 20:000\$000
106		1860 - 1869	Narciza Pimenta da Fonseca	10:000\$001 - 20:000\$000
122		1870 - 1879	Capitão Manoel Vilella de Magalhães	10:000\$001 - 20:000\$000
53		1870 - 1879	Maria Jacinta de Jesus	10:000\$001 - 20:000\$000
11		1870 - 1879	Maria Narciza Glória	10:000\$001 - 20:000\$000
46		1880 - 1888	Anna Thereza Maria de Jesus	10:000\$001 - 20:000\$000
35		1830 - 1839	Capitão Francisco de Paula Rodrigues e Silva	20:000\$001 - 30:000\$000
16		1880 - 1888	Antônio Vieira Guimarães	20:000\$001 - 30:000\$000
62		1870 - 1879	Paulo Antônio Ferreira da Motta	30:000\$001 - 40:000\$000
127		1850 - 1859	Manoel Gomes Lima	50:000\$001 - 100:000\$000
21		1860 - 1869	Manoel Vieira Guimarães	50:000\$001 - 100:000\$000
43		1870 - 1879	Emerencianna Albina de Jesus	50:000\$001 - 100:000\$000
59		1880 - 1888	José Vieira Marques	50:000\$001 - 100:000\$000
151		1840 - 1849	Vicente Correia Ramos	Menos de 500\$000
91		1870 - 1879	Izabel Porciana de Jesus	Menos de 500\$000
47		1880 - 1888	Francisca Deodolinda Martins	Menos de 500\$000
1		1822 - 1829	Antônio Francisco Macieira	500\$001 - 1:000\$000
14		1850 - 1859	Rosa Maria e Joaquim da Rosa e Souza	500\$001 - 1:000\$000
15		1850 - 1859	João Baptista Gonçalves	500\$001 - 1:000\$000
41		1822 - 1829	Maria Francisca Aguiar	1:000\$001 - 5:000\$000
12		1830 - 1839	Joaquim dos Reis Patricio	1:000\$001 - 5:000\$000
52		1840 - 1849	Capitão Marcelino Nunes de Souza	1:000\$001 - 5:000\$000
35		1840 - 1849	Francisco Antônio dos Santos	1:000\$001 - 5:000\$000
34		1840 - 1849	Joanna Teixeira Borges	1:000\$001 - 5:000\$000
122		1840 - 1849	Joaquim Francisco Moreira	1:000\$001 - 5:000\$000
95		1840 - 1849	Joaquina Humeliana da Silveira	1:000\$001 - 5:000\$000
5		1840 - 1849	Thereza de Jesus Ferreira	1:000\$001 - 5:000\$000
26		1850 - 1859	Ana Joaquina de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
7		1850 - 1859	Ana Moreira Rodrigues	1:000\$001 - 5:000\$000
14		1850 - 1859	Joanna Angelica de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
15		1850 - 1859	Joanna Maria da Silveira	1:000\$001 - 5:000\$000
2		1850 - 1859	Custodia Luisa de Nazareth	1:000\$001 - 5:000\$000
24		1860 - 1869	José Pedro da Silveira	1:000\$001 - 5:000\$000
67		1860 - 1869	Luis Pereira Braga	1:000\$001 - 5:000\$000
150		1860 - 1869	Maria da Conceição	1:000\$001 - 5:000\$000
51		1860 - 1869	Maria Luiza	1:000\$001 - 5:000\$000
71		1860 - 1869	Sebastião dos Santos Ferreira	1:000\$001 - 5:000\$000
132		1860 - 1869	Maria Senhorinha da Conceição	1:000\$001 - 5:000\$000
33		1870 - 1879	Luiza França	1:000\$001 - 5:000\$000
101		1880 - 1888	Anna Francisca da Rocha	1:000\$001 - 5:000\$000
106		1880 - 1888	Joanna Rosa de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
67		1840 - 1849	José Pereira Lima	5:000\$001 - 10:000\$000
15		1850 - 1859	Joaquina Dias da Rocha	5:000\$001 - 10:000\$000
59		1850 - 1859	Venancio da Costa Santos	5:000\$001 - 10:000\$000
24		1870 - 1879	Maria Anselma de Jesus	5:000\$001 - 10:000\$000
35		1880 - 1888	Joaquim de Souza Fernandes	5:000\$001 - 10:000\$000
50		1880 - 1888	Manoel Dias Duarte	5:000\$001 - 10:000\$000
51		1850 - 1859	José Gonçalves Guedes	10:000\$001 - 20:000\$000
107		1860 - 1869	Maria Dias da Silva	10:000\$001 - 20:000\$000
24		1870 - 1879	Joaquim Roberto da Fonseca	10:000\$001 - 20:000\$000
8		1880 - 1888	Antônio Thomaz de Figueiredo Neves	10:000\$001 - 20:000\$000
49		1880 - 1888	Maria Candida de Magalhães	10:000\$001 - 20:000\$000
33		1880 - 1888	Sargento Mor Manoel Dias de Freitas	10:000\$001 - 20:000\$000
51		1850 - 1859	Rodrigo Ferreira de Carvalho Penna	20:000\$001 - 30:000\$000
31		1870 - 1879	José Francisco dos Santos	20:000\$001 - 30:000\$000
24		1880 - 1888	José Ricardo Pessoa de Faria	20:000\$001 - 30:000\$000
20		1840 - 1849	Thereza Gonçalves de Moreira Penna	30:000\$001 - 40:000\$000
140		1850 - 1859	Antônio Caldeira Brant	30:000\$001 - 40:000\$000

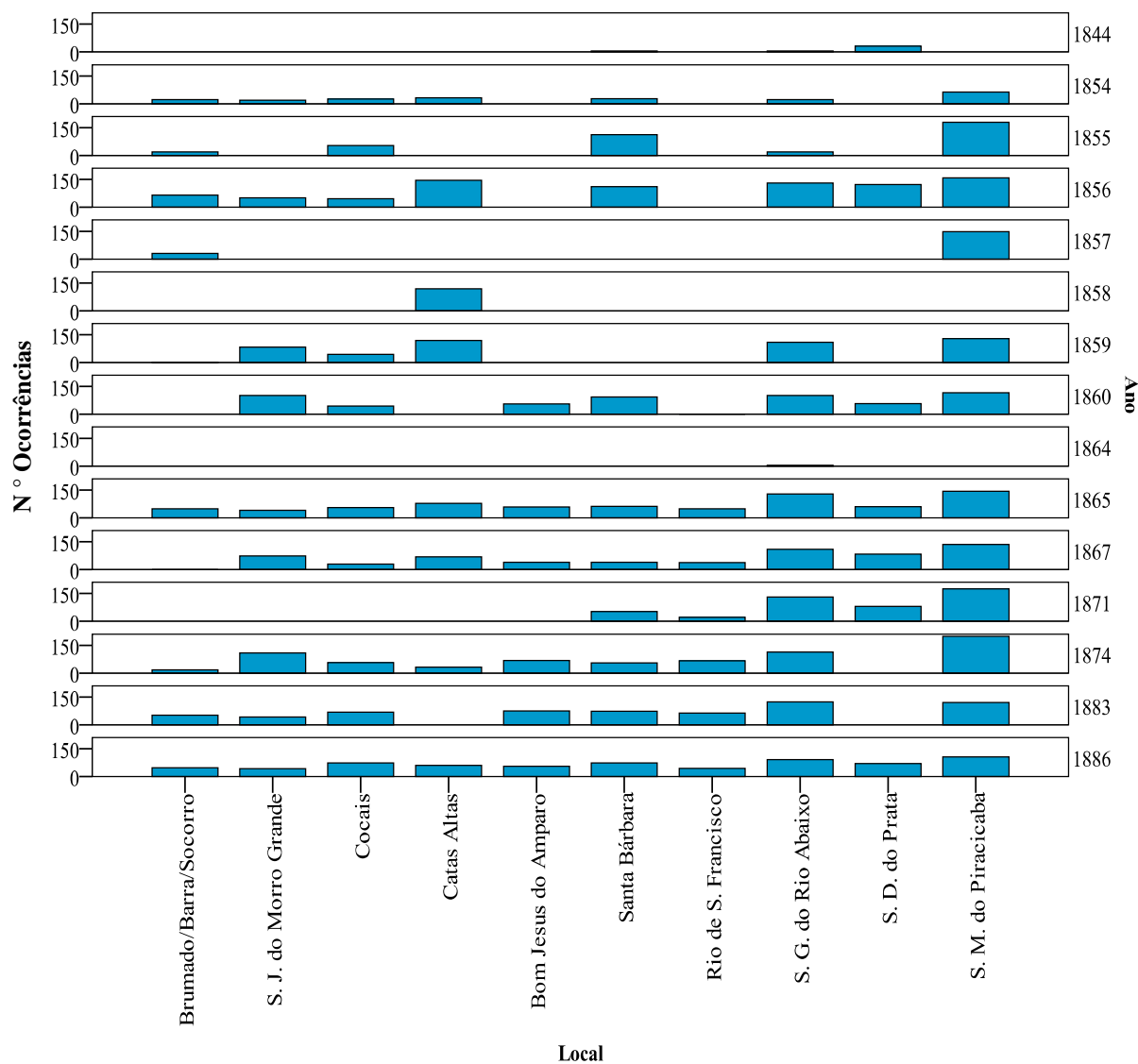
4		1850 - 1859	Genoveva Moreira Ferreira Penna	50:000\$001 - 100:000\$000
47		1870 - 1879	Tem. Cor ^{el} Antônio Thomas de Figueiredo Neves e esposa	50:000\$001 - 100:000\$000
14	São João do Morro Grande	1850 - 1859	João Ferreira dos Santos	Menos de 500\$000
19		1840 - 1849	Joana Martins Marques	500\$001 - 1:000\$000
52		1850 - 1859	Mariana Ignacia de Jesus	500\$001 - 1:000\$000
19		1822 - 1829	João Martins Marques	1:000\$001 - 5:000\$000
35		1840 - 1849	Anna Ritta Ferreira	1:000\$001 - 5:000\$000
34		1840 - 1849	Bazília Maria de Souza	1:000\$001 - 5:000\$000
15		1850 - 1859	José Marcon	1:000\$001 - 5:000\$000
31		1850 - 1859	Ana Casimira de Aguiar	1:000\$001 - 5:000\$000
26		1860 - 1869	Candida Marcelina de Souza Coutinho	1:000\$001 - 5:000\$000
46		1880 - 1888	Umbelina Maria de São José	1:000\$001 - 5:000\$000
20		1830 - 1839	Antônio Francisco da Costa	5:000\$001 - 10:000\$000
43		1870 - 1879	Emerencianna Francisca de Almeida	5:000\$001 - 10:000\$000
146		1880 - 1888	Alexandre Muniz Pinto Coelho	5:000\$001 - 10:000\$000
79		1880 - 1888	Maria Martins Marques	5:000\$001 - 10:000\$000
36	1860 - 1869	Maria José Ribeiro	30:000\$001 - 40:000\$000	
18	São Miguel do Piracicaba	1822 - 1829	Joana Maria do Espírito Santo	Menos de 500\$000
56		1830 - 1839	Felisberta Cassemira da Fonseca	Menos de 500\$000
152		1850 - 1859	Vicente Ignacio da Silva	Menos de 500\$000
109		1860 - 1869	Luiza Maria da Cruz	Menos de 500\$000
43		1822 - 1829	Maria Rodrigues de Carvalho	500\$001 - 1:000\$000
63		1850 - 1859	Maria Benedicta	500\$001 - 1:000\$000
69		1850 - 1859	Rosa Francisca de Jesus	500\$001 - 1:000\$000
7		1870 - 1879	Germanno Marques de Oliveira	500\$001 - 1:000\$000
53		1870 - 1879	Gracianna Maria do Nascimento	Menos de 500\$000
11		1822 - 1829	Alferes Gaspar Morreira de Alvarenga	1:000\$001 - 5:000\$000
18		1822 - 1829	Joanna F.	1:000\$001 - 5:000\$000
19		1822 - 1829	Joaquim Brandão de Melo	1:000\$001 - 5:000\$000
39		1830 - 1839	Maria Flavia de Santa Ursula	1:000\$001 - 5:000\$000
20		1830 - 1839	Antônio de Souza Monteiro	1:000\$001 - 5:000\$000
13		1830 - 1839	Baltazar Gonçalves Martins	1:000\$001 - 5:000\$000
41		1830 - 1839	Sarg. Mor João Martins de Oliveira Salazar	1:000\$001 - 5:000\$000
11		1830 - 1839	Genoveva Luiza do Espírito Santo	1:000\$001 - 5:000\$000
43		1830 - 1839	Maria Jacintha de Oliveira	1:000\$001 - 5:000\$000
43		1830 - 1839	Francisco Fernandes Alla	1:000\$001 - 5:000\$000
26		1840 - 1849	Felisberto Antônio de Araujo	1:000\$001 - 5:000\$000
26		1840 - 1849	Firmina Vitoria da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
47		1840 - 1849	Germana da Costa Pereira	1:000\$001 - 5:000\$000
17		1840 - 1849	Juliana Maria da Assunção	1:000\$001 - 5:000\$000
11		1840 - 1849	Manoel Antônio Pereira	1:000\$001 - 5:000\$000
48		1840 - 1849	Anna Rosa de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
61		1850 - 1859	Anna Maria de Azevedo	1:000\$001 - 5:000\$000
14		1850 - 1859	Capitão João de Abreu e Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
59		1850 - 1859	João Antônio Villela de Araujo	1:000\$001 - 5:000\$000
14		1850 - 1859	João José de Souza	1:000\$001 - 5:000\$000
35		1850 - 1859	Joaquim Ferreira	1:000\$001 - 5:000\$000
14		1850 - 1859	Joaquina Maria da Conceição	1:000\$001 - 5:000\$000
62		1850 - 1859	Maria Antônia da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
53		1850 - 1859	Reverendo Antônio Villela de Araujo	1:000\$001 - 5:000\$000
76		1850 - 1859	Theodora Angelica dos Santos	1:000\$001 - 5:000\$000
1		1860 - 1869	Antônio Brandão de Mello	1:000\$001 - 5:000\$000
32		1860 - 1869	Antônio Gomes de Araujo	1:000\$001 - 5:000\$000
16		1860 - 1869	Antônio Rodrigues Nunes	1:000\$001 - 5:000\$000
22		1860 - 1869	José Antônio Ferreira Bastos	1:000\$001 - 5:000\$000
32		1860 - 1869	Luis José Dias Torres	1:000\$001 - 5:000\$000
33		1860 - 1869	Luiza Maria de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
37		1860 - 1869	Maria Thereza de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000
62	1870 - 1879	Maria Isidora Ferreira	1:000\$001 - 5:000\$000	
62	1870 - 1879	Policarpo José Dias	1:000\$001 - 5:000\$000	
99	1870 - 1879	Maria Jacintha de São José	1:000\$001 - 5:000\$000	
44	1880 - 1888	Anna Theodora de Magalhães Drumond	1:000\$001 - 5:000\$000	
35	1880 - 1888	Claudina Maria de Jesus	1:000\$001 - 5:000\$000	
3	1880 - 1888	Joaquina Bittencourt	1:000\$001 - 5:000\$000	
35	1880 - 1888	Maria Antônia de Lacerda	1:000\$001 - 5:000\$000	

46		1880 - 1888	Umbelina Gomes da Silva	1:000\$001 - 5:000\$000
31		1822 - 1829	Cap. Anastacio Antônio de Azevedo Barros	5:000\$001 - 10:000\$000
18		1840 - 1849	Joana Gomes Pereira	5:000\$001 - 10:000\$000
67		1840 - 1849	Major João Gonçalves Barros	5:000\$001 - 10:000\$000
14		1850 - 1859	Floriano Gomes de Mello	5:000\$001 - 10:000\$000
14		1850 - 1859	Guarda mor Felício Pereira Barroso	5:000\$001 - 10:000\$000
123		1850 - 1859	Felippe Anastacio de Azevedo Barros	5:000\$001 - 10:000\$000
18		1850 - 1859	Justino José dos Santos	5:000\$001 - 10:000\$000
11		1860 - 1869	Rufino Ferreira da Costa	5:000\$001 - 10:000\$000
51		1870 - 1879	Severino José de Miranda	5:000\$001 - 10:000\$000
12		1870 - 1879	Francisco Caetano da Silva	5:000\$001 - 10:000\$000
50		1880 - 1888	Maria Leopoldina de Almeida Machado	5:000\$001 - 10:000\$000
16		1880 - 1888	Tem. Coronel Antônio Thomé Rodrigues	5:000\$001 - 10:000\$000
10		1830 - 1839	Alferes Manoel Jorge dos Anjos	10:000\$001 - 20:000\$000
66		1840 - 1849	Claudina Maria da Conceição	10:000\$001 - 20:000\$000
48		1840 - 1849	Claudio José da Costa	10:000\$001 - 20:000\$000
16		1850 - 1859	Anna Maria Gonçalves Pereira	10:000\$001 - 20:000\$000
12		1850 - 1859	Ritta Jacintho Gomes de Freitas	10:000\$001 - 20:000\$000
7		1850 - 1859	Ignacia Rosa da Silva	10:000\$001 - 20:000\$000
102		1860 - 1869	Antônio Teixeira Bastos	10:000\$001 - 20:000\$000
139		1870 - 1879	Innocencio Vieira Bittencourt	10:000\$001 - 20:000\$000
49		1880 - 1888	Maria Ignacia Ferraz	10:000\$001 - 20:000\$000
144		1870 - 1879	Alferes Francisco Alves Torres	20:000\$001 - 30:000\$000
93		1830 - 1839	Anna Rosa de Magalhães	30:000\$001 - 40:000\$000
21		1860 - 1869	Flavio Antônio de Azevedo Barros	40:000\$001 - 50:000\$000
19		1850 - 1859	Alferes João de Souza Monteiro	50:000\$001 - 100:000\$000
S/I		1870 - 1879	João Antônio de Monlevade	Mais de 100:000\$001
13	Bom Jesus do Amparo	1860 - 1869	Francisca Maria de Jesus	500\$001 - 1:000\$000
27		1880 - 1888	João Dias Victor	500\$001 - 1:000\$000
90		1850 - 1859	Joaquim Gomes Lima	1:000\$001 - 5:000\$000
5		1860 - 1869	Maria Teixeira Firme	1:000\$001 - 5:000\$000
2		1870 - 1879	Cassemiro Fernandes de Oliveira	1:000\$001 - 5:000\$000
2		1880 - 1888	Francisco Ignacio da Rocha	1:000\$001 - 5:000\$000
5		1880 - 1888	Antônio Luiz da Fonseca	1:000\$001 - 5:000\$000
10		1850 - 1859	José Teixeira Dias	5:000\$001 - 10:000\$000
4		1870 - 1879	Manoel Coelho Linhares	5:000\$001 - 10:000\$000
102		1880 - 1888	Antônio José Ferreira Pitoca	5:000\$001 - 10:000\$000
146		1860 - 1869	Maria Candida de Jesus	10:000\$001 - 20:000\$000
37		1860 - 1869	Anna Ignacia de Oliveira	20:000\$001 - 30:000\$000
147		1880 - 1888	Antônio Dias Duarte	30:000\$001 - 40:000\$000
25		1870 - 1879	Maria Candida de São José	Mais de 100:000\$001

Fonte: APHMS. Inventários *Post-Mortem*, Caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

ANEXO B.3 – CAPÍTULO 2: GRÁFICO 1

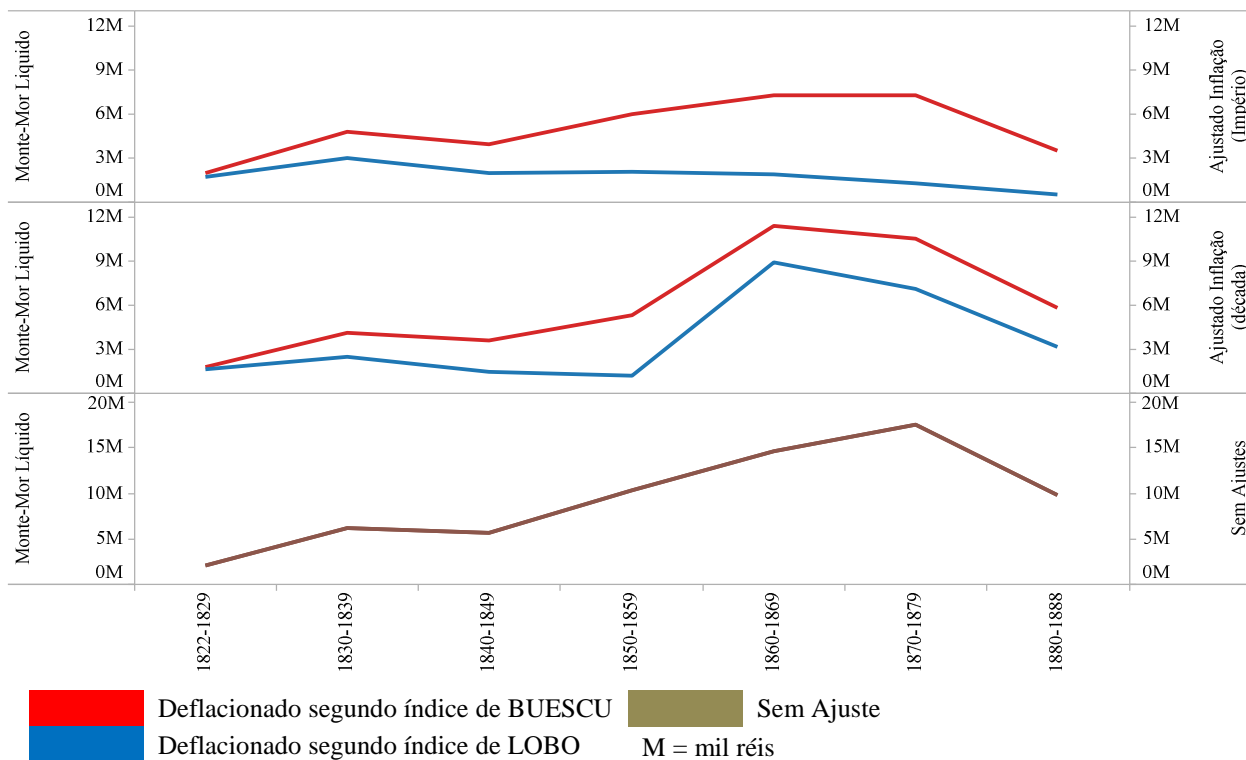
Gráfico 1 - Impostos cobrados na vila e nas freguesias de Santa Bárbara, 1854 - 1886



Fonte: APHMS. Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

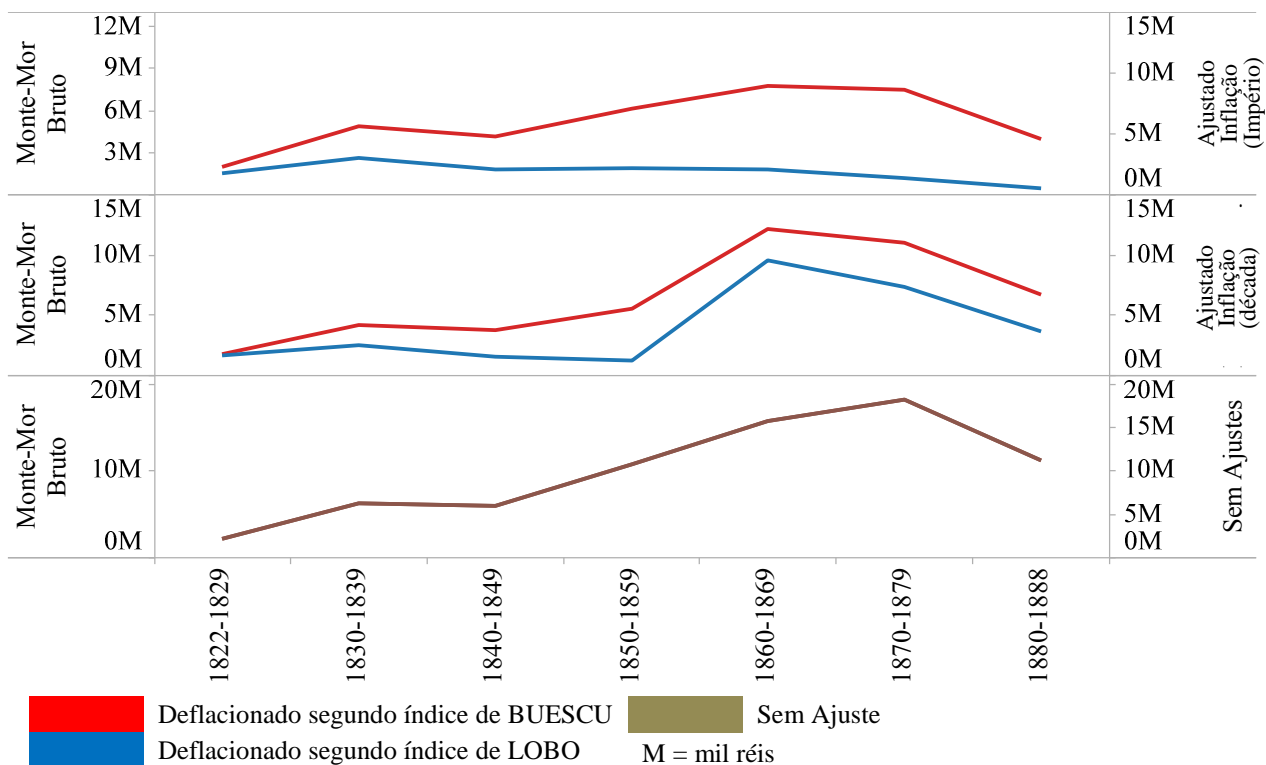
ANEXO B.4 – CAPÍTULO 2: GRÁFICOS 1 A 3

Gráfico 1 - Média da Soma dos Monte-Mor-Líquido, termo de Santa Bárbara, 1822-1888



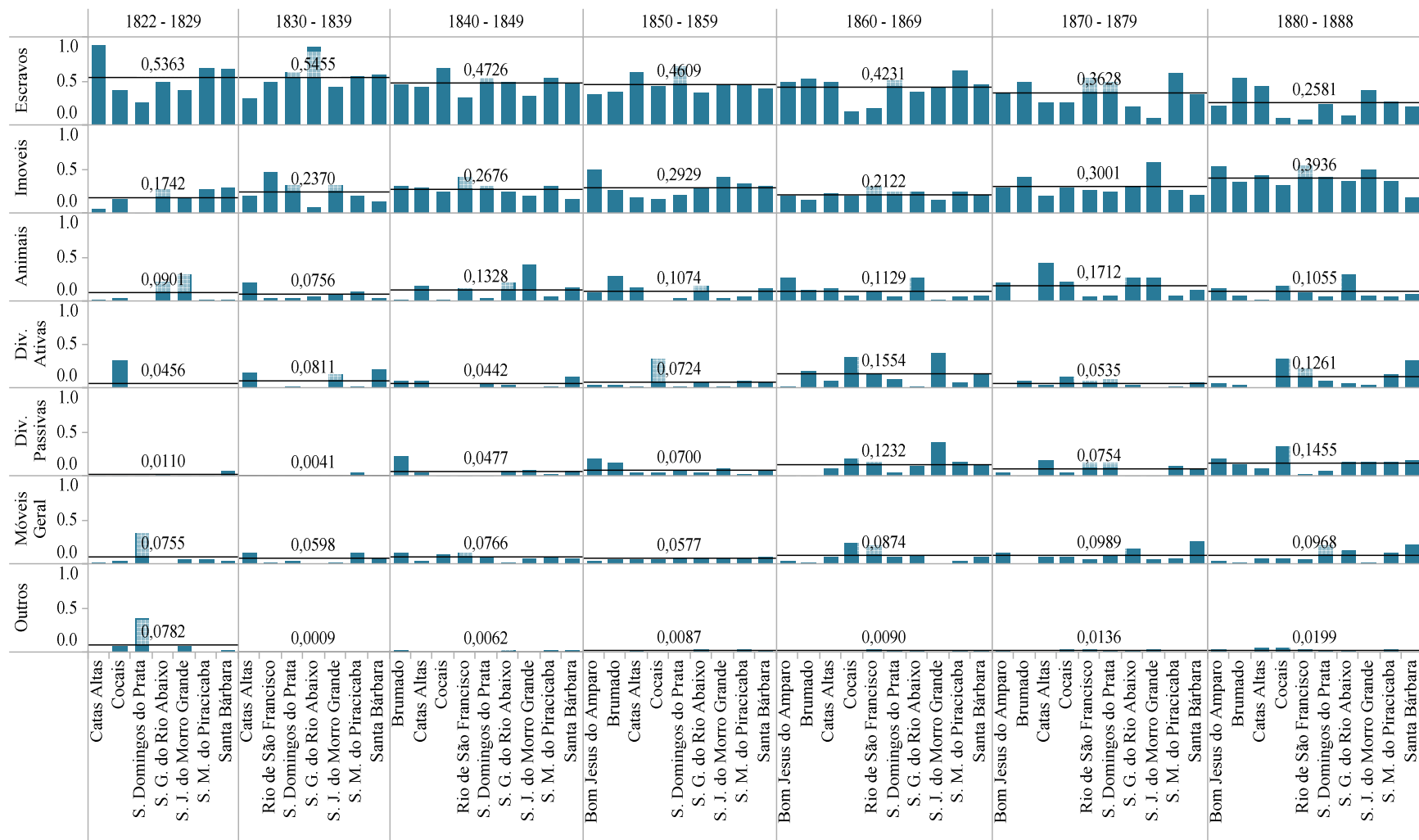
Fonte: APHMS. Inventários *Post Mortem*, Caixas diversas, 1822-1888. Santa Bárbara.

Gráfico 2 - Média da Soma dos Monte-Mor-Bruto, termo de Santa Bárbara, 1822-1888



Fonte: APHMS. Inventários *Post Mortem*, Caixas diversas, 1822-1888. Santa Bárbara.

Gráfico 3 - Percentagem do valor dos bens inventariados em relação ao Monte-Mor (Bruto), termo da vila de Santa Bárbara, 1822-1888.

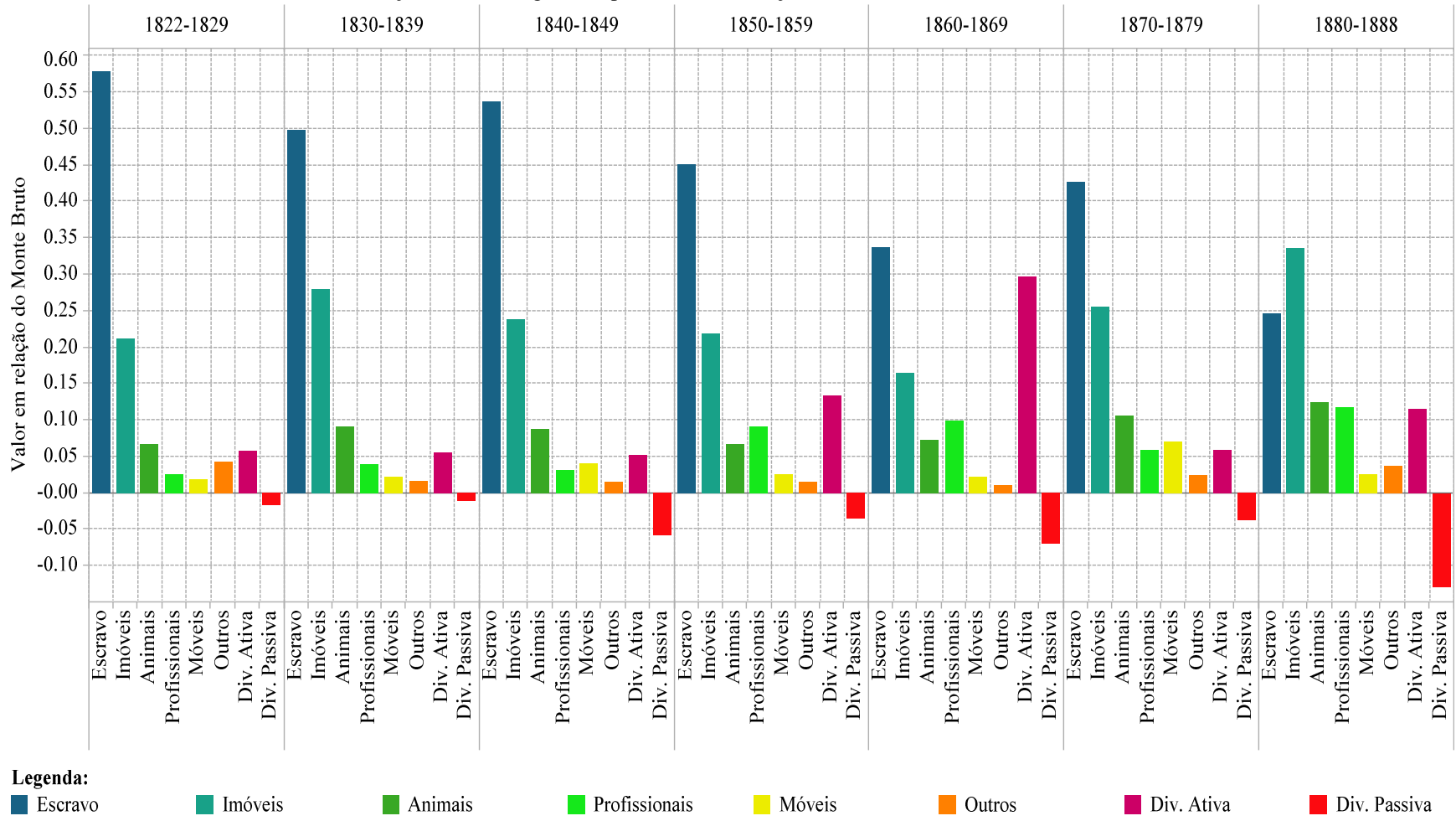


Fonte: APHMS. Inventários *Post Mortem*, Caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

Legenda: ____ Média

ANEXO B.5. – CAPÍTULO 2: GRÁFICO 1

Gráfico 1 - Distribuição dos bens segundo o percentual em relação ao Monte-Mor Bruto, termo de Santa Bárbara, 1822-1888



Outros = Dote e direitos de ações sobre ingênuos / Profissionais = ferramentas e instalações móveis, produtos agropecuários, dinheiro, títulos e ações.

Fonte: APHMS. Inventários *Post-Mortem*, Caixas diversas, 1822-1888, Santa Bárbara.

ANEXO B.6 – CAPÍTULO 2: TABELAS 1 E 2

Tabela 1 - Distribuição da posse de terras por freguesias, termo de Santa Bárbara, 1822-1888

Terras (Alqueires)											
	Bom Jesus do Amparo	Brumado	Catas Altas	Cocais	Rio de São Francisco	S. Domingos do Prata	S. Gonçalo do Rio Abaixo	S. João do Morro Grande	S. Miguel do Piracicaba	Santa Bárbara	Total
1-5		2		2	3	3	2	1	8	4	25
6-10	1	1	3	1		5	5	2	1	2	21
11-20	1		5	1	2	12	3		6	3	33
21-30	3		1	2		6	6	2	7	5	32
31-50	1		6	1	3	9	8	1	6	4	39
51-100	1	1	3	5		4	3	1	9	3	30
101-200	2		2		1	7	4		9	4	29
201-300	1		1	1		4	2		1	2	12
301-500				1		1					2
Mais de 501	3			1	1	1	2		1	2	11
Total	13	4	21	15	10	52	35	7	48	29	234

Fonte: APHMS. Inventários Post-Mortem, Caixas diversas, 1822-1888. Santa Bárbara.

Tabela 2 - Distribuição percentual da posse de terras ao longo das décadas, termo de Santa Bárbara, 1822-1888

Terras (Alqueires)								Total
	1822-1829	1830-1839	1840-1849	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888	
1-5	16,7%		5,1%	11,8%	7,1%	20,0%	6,7%	10,7%
6-10	16,7%		10,3%	8,8%	4,8%	13,3%	6,7%	9,0%
11-20		25,0%	15,4%	16,2%	11,9%	4,4%	26,7%	14,1%
21-30	16,7%	25,0%	30,8%	13,2%	9,5%	8,9%	3,3%	13,7%
31-50	16,7%	25,0%	15,4%	17,6%	31,0%	8,9%	6,7%	16,7%
51-100			12,8%	8,8%	14,3%	11,1%	26,7%	12,8%
101-200	33,3%		7,7%	13,2%	11,9%	13,3%	13,3%	12,4%
201-300		25,0%	2,6%	5,9%	4,8%	4,4%	6,7%	5,1%
301-500						4,4%		0,9%
Mais de 501				4,4%	4,8%	11,1%	3,3%	4,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: APHMS. Inventários Post-Mortem, Caixas diversas, 1822-1888. Santa Bárbara.

ANEXO B.7 – CAPÍTULO 2: TABELA 1

Tabela 1 - Cobrança de impostos nominal, segundo a frequência ao longo das décadas e as atividades tributadas, 1850-1888.

Atividades	1856	1865	1874	1886	Atividades	1856	1865	1874	1886
Agropecuária e derivados (1)	373	431	402	245	1 e 7	0	0	0	4
Comércio (2)	190	120	122	132	1 e 8	0	0	0	5
Fábricas (3)	5	7	5	22	1 e 9	0	0	0	1
Fogos (4)	3	0	3	3	2 e 5	0	0	0	1
Mineração (5)	4	1	1	8	2 e 7	0	0	0	1
Serviço (6)	2	0	4	10	2 e 8	0	0	0	15
Transporte (7)	0	0	0	6	3 e 5	0	1	0	0
Rancho (tropa) (8)	0	0	1	5	6 e 9	0	0	0	2
Diversos (11)	0	0	0	7	1, 2 e 3	0	0	1	0
1 e 2	73	57	47	41	1, 2 e 4	1	0	2	0
1 e 3	22	8	20	4	1, 2 e 5	1	0	0	1
1 e 4	0	0	1	1	1, 2 e 9	0	0	0	1
1 e 5	7	3	1	0	1, 2 e 8	0	0	0	7
1 e 6	0	0	0	1	1, 7 e 8	0	0	0	1
Total 1856:	681	Total 1865:	628	Total 1874:	610	Total 1886:	524		

Fonte: APHMS. Seção da Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864-65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

Cobranças agrupadas em categorias:

Agropecuária e derivados: aguardente, barril, corte, criador, engenho de cana, engenho de serra, moinho;

Comércio: açougues, botica, casa de negócio, farmácia, mascate;

Fábrica: fábrica, fábrica de ferro;

Fogos: fábrica de pólvora, fogos;

Mineração: engenho de socar, engenho de mineração;

Serviço: advogado, cartório, dentista, médico;

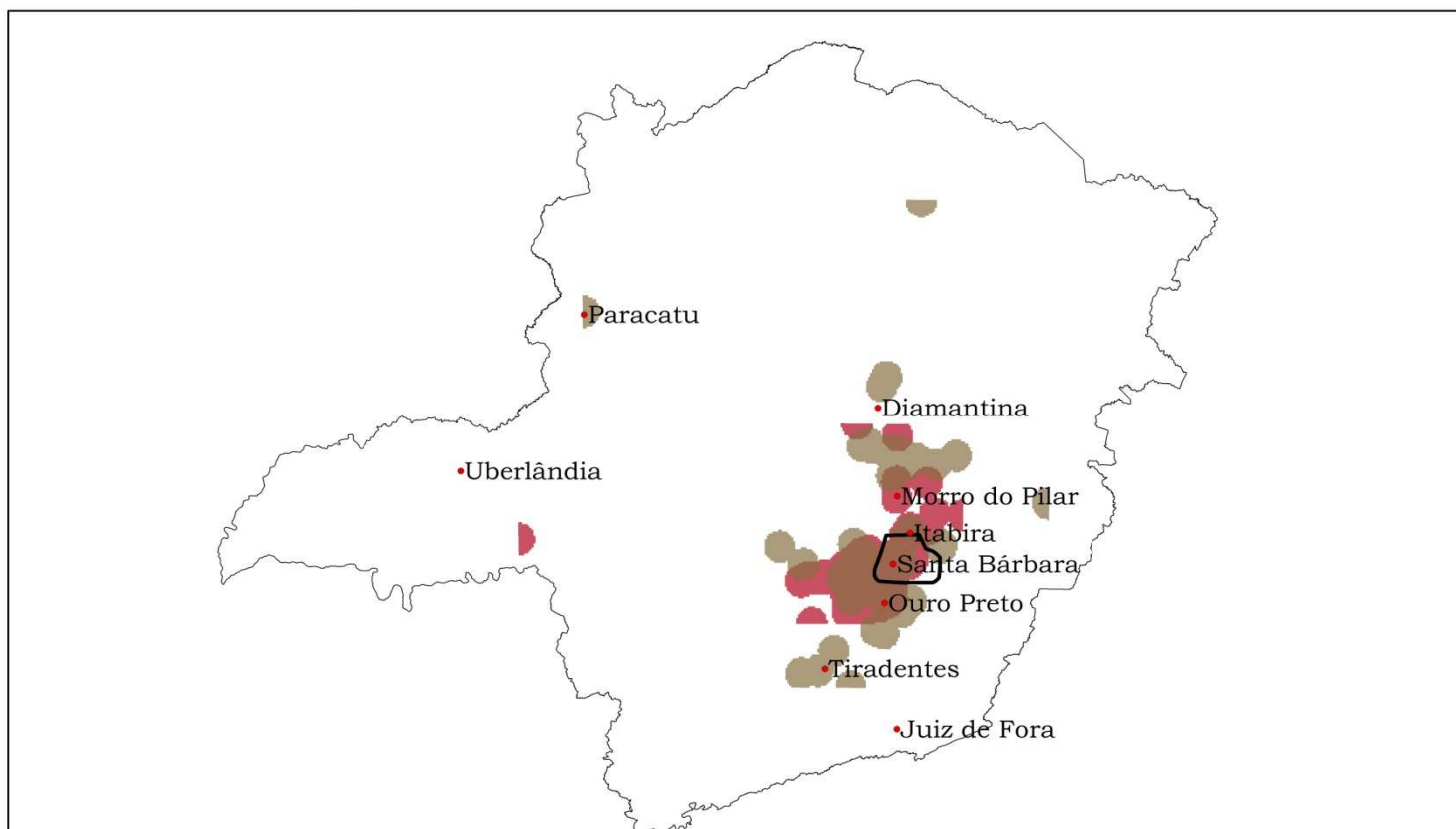
Transporte: carretos, carro;

Rancho (tropa): rancho;


Diversos: curtume, espetáculos, loteria, vender lavrado, serra d'água.

ANEXO C.1 – CAPÍTULO 3: FIGURA 1

Figura 1 - Reservas minerais de Ouro e Ferro, MG



Legenda:

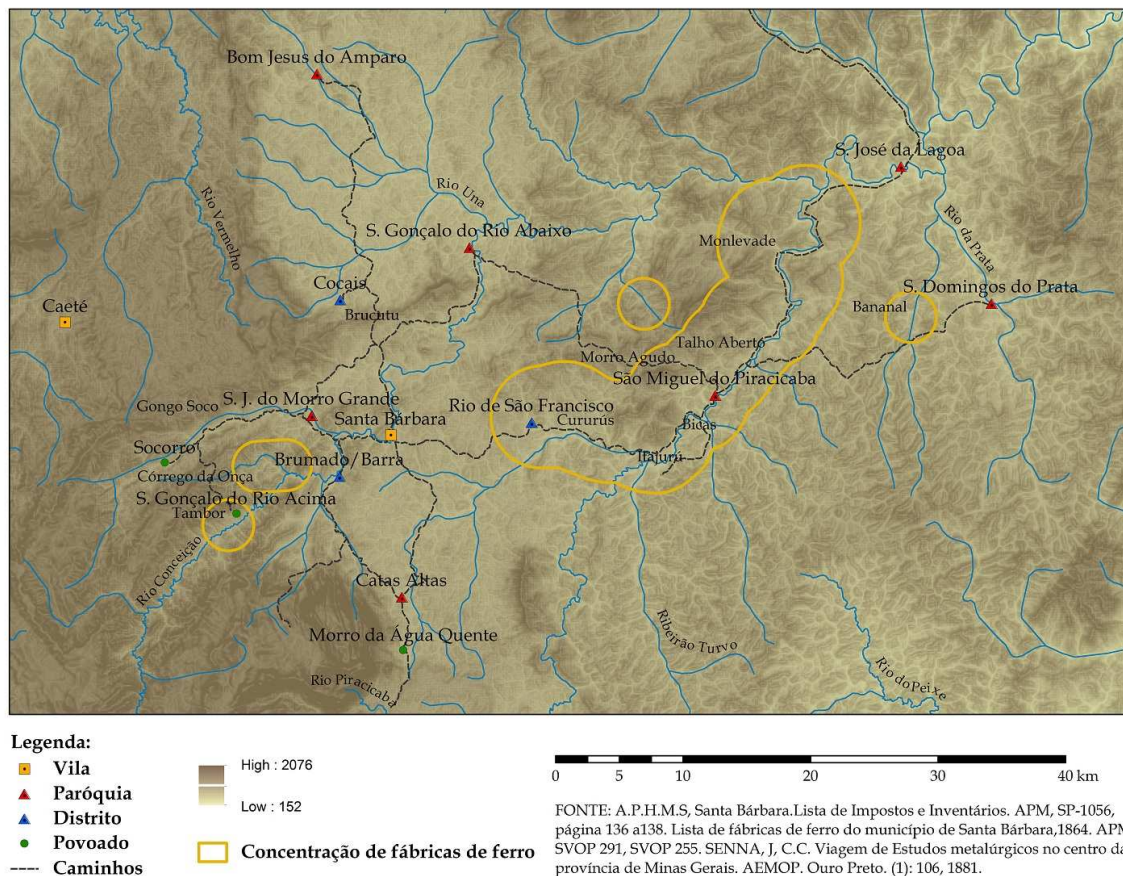
-  Área de Estudo
-  Ouro
-  Ferro

0 87,5 175 350 525 700
Kilometers

Fonte: O mapa foi elaborado com base nas informações disponibilizadas pelo IBGE no site: <ftp://geofp.ibge.gov.br/>

ANEXO C.2 - CAPÍTULO 3: FIGURA E TABELA 1

Figura 1 - Áreas de maior concentração de fábricas de ferro, termo de Santa Bárbara- MG



Os caminhos foram construídos com base em informações de mapas e dos viajantes estrangeiros que visitaram a região no século XIX. Os mapas utilizados foram confeccionados no século XX, todavia apresentam detalhes sobre caminhos de tropa e outras rotas que serviram de base. Além dos mapas, utilizou-se os relatos de viajantes e as descrições de tempo gasto e do espaço percorrido entre diferentes localidades. A tabela a seguir evidencia o caminho percorrido para se chegar ao traçado do mapa acima.

Tabela1 - Informações de Viajantes sobre distâncias entre freguesias (estrada), século XIX

Partida	Chegada	Distância	Condições da Via	Viajante	Mapa (Léguas)	Mapa (Km)
Serra de Cocais	Gongo Soco	4 léguas	Ótima	Gardner, Langsdorff	3,9 léguas	26,38 Km
Gongo Soco	Povoado da Barra	2,5 léguas		Gardner	2,4 léguas	15,79 Km
Fazenda Itajuru	Santa Bárbara	5 léguas		Sait-Hilaire	5,4 léguas	35,69 Km
Fazenda Itajuru	Catas Altas	9 léguas		Sait-Hilaire	7,8 léguas	51,65 Km
Brumado (Barra)	Catas Altas	2,5 léguas		Sait-Hilaire	2,1 léguas	13,88 Km
Cocais	Catas Altas	5 léguas		Pohl	5 léguas	33,4 Km
Santa Bárbara	Brumado	0,5 léguas		Langsdorff	1,2 léguas	8,36 Km
Santa Bárbara	Cocais	3 léguas		Casal	2,5 léguas	16,76 Km
Cocais	Santa Bárbara	2, 5 léguas		Langsdorff	2,5 léguas	16,76 Km
Itajurú	Itabira	10 a 12 Léguas		Sait-Hilaire	10,4 léguas	68,58 Km
Gongo Soco	Brumado	2, 5 léguas		Langsdorff	2,4 léguas	15,78 Km

FONTE: GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*: principalmente nas províncias de Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1975. SAINT-HILAIRE, Augusto de *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo/Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1975. POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*: empreendida nos anos de 1817 a 1821 e publicada por ordem de sua majestade o imperador da Áustria Francisco Primeiro. Segunda Parte. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951. SILVA, Danuzio Gil Bernardino da. (Org). *Os diários de Langsdorff*. Vol. I. Rio de Janeiro e Minas Gerais (8 de maio de 1824 a 17 de fevereiro de 1825). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. COSTA, Iraci del Nero da (compilador). *Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações*. Boletim de História Demográfica. São Paulo, FEA-USP, 1(1), 1994. CASAL, Manuel Aires do. *Coreografia Brasílica*. 1º ed. 1817. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976.

ANEXO C.3 – CAPÍTULO 3: TABELA 1

Tabela 1 - Lista de inventariados com tenda de ferreiro entre seus bens, termo da vila de Santa Bárbara, 1822 – 1888.

Caixa	Data	Inventariado	Naturalidade	Monte-Mor	Escr.	Atividades (estimativa)	Imposto
31	1828	Anastácio A. de Azevedo Barros	S. M. do Piracicaba	8:174\$568	32	Mineração, agropecuária, tecelagem	
35	1836	Francisco de P. Rodrigues e Silva	S. D. do Prata	25:610\$366	51	Agropecuária	
10	1839	Manoel Jorge dos Anjos*	S. M. do Piracicaba	14:723\$520	31	Agropecuária, carpintaria	Moinho (filhos)
40	1844	Manoel José Vieira	Santa Bárbara	30:737\$737	45	Agropecuária, tecelagem	Moinho, engenho (filhos)
20	1845	Albina Maria de Jesus	S. D. do Prata	18:703\$395	18	Agropecuária, rancho de tropa, tecelagem, carpintaria	
31	1850	Angélica Rosa da Conceição	Santa Bárbara	63:161\$040	52	Mineração, agropecuária	Engenho de cana, moinho (marido)
73	1845	Manoel Dias Masso	Rio de São Francisco	3:404\$700	4	Agropecuária, carpintaria	
69	1851	Jose Vieira Servas	S. D. do Prata	7:760\$000	12	Agropecuária, carpintaria	
19	1854	Alferes João de Souza Monteiro	S. M. do Piracicaba	58:875\$858	35	Agropecuária, rancho de tropa, tecelagem	Engenho de cana, moinho
127	1854	Manoel Gomes Lima	São D. do Prata	68:254\$136	41	Agropecuária, tecelagem, carpintaria, empresta dinheiro	Engenho
12	1854	Ritta Jacintha Gomes de Freitas	S. M. do Piracicaba	20:040\$106	10	Agropecuária, comércio, empresta dinheiro (menos que o acima)	Moinho, mascate e casa de negócio (marido)
15	1856	José Pereira dos Santos	Santa Bárbara	3:866\$300	0	Agropecuária	
14	1857	Joanna Angelica de Jesus	S. G. do Rio Abaixo	2:898\$000	4	Agropecuária, tecelagem	
48	1857	Rev. Germano Gonçalves Viegas	Catas Altas	15:650\$000	10	Religioso, agropecuária	Moinho, criador, engenho de cana
167	1860	Guilherme Ventura Fortuna	Rio de São Francisco	19:638\$568	11	Mineração, agropecuária, comércio	Moinho e casa de negócios
11	1862	Rufino Ferreira da Costa	S. M. do Piracicaba	8:037\$900	4	Agropecuária, tecelagem	Moinho
102	1865	Antônio Ferreira Bastos	São M. do Piracicaba	12:384\$260	12	Agropecuária	
43	1865	Emelianna Emilia de Jesus	S. D. do Prata	4:085\$961	3	Agropecuária	Moinho (marido)
13	1867	Francisca Maria de Jesus	Rio de São João	643\$000	0	Agropecuária	
156	1867	José Soares da Silva	Rio de São Francisco	2:017\$680	0	Agropecuária, tecelagem, carpintaria	Moinho
37	1868	Maria Thereza de Jesus*	S. M. do Piracicaba	2:581\$630	1	Agropecuária, tecelagem	
24	1869	Anna Candida de Souza Coutinho	Brumado	64:411\$275	23	Mineração, agropecuária	Mineração, moinho (marido)

47	1871	Antônio T. de Figueiredo Neves	S. G. do Rio Abaixo	94:012\$561	56	Mineração, agropecuária, comércio	Moinho, engenho de cana, casa de negócio, criador
130	1871	Manoel Honorio de Magalhães	Rio de São Francisco	27:588\$200	17	Mineração, agropecuária, tecelagem	Engenho e moinho
122	1871	Villela de Magalhães	S. D. do Prata	15:326\$635	13	Agropecuária, tecelagem, carpintaria	Moinhos
43	1872	Emilio Pinto Ferreira de Queiroz	S. D. do Prata	4:841\$050	4	Agropecuária	Moinho (sócio)
84	1872	Marianna Angelica da Conceição	Catas Altas	7:522\$385	4	Agropecuária, carpintarias, comércio	Moinho, criador (filho)
144	1872	Francisco Alves Torres	S. M. do Piracicaba	24:358\$891	25	Agropecuária, rancho de tropa, tecelagem	Moinho e engenho
11	1873	Maria Narciza Da Glória	São D. do Prata	13:055\$734	11	Agropecuária, tecelagem	Moinho (inventariada), engenho de cana (marido)
62	1874	Paulo Antonio Ferreira da Motta	S. D. do Prata	37:796\$322	14	Agropecuária, carpintaria, tecelagem, comércio	Moinho (inventariada), Casa de negócio (filho)
7	1877	Germano Marques de Oliveira	S. M. do Piracicaba	725\$200	2	Agropecuária	Criador, moinho e engenho de cana (filhos)
25	1878	Maria Candida de São José	Rio de São João	148:853\$944	47	Agropecuária, tecelagem	Criador, Casa de negócio, moinho, engenho (filhos)
130	1880	Manoel da Assumpção Torres	S. G. do Rio Abaixo	39:336\$032	10	Agropecuária, carpintaria	Moinho e corte
106	1884	Joanna Rosa de Jesus	S. G. do Rio Abaixo	1:659\$600	0	Agropecuária	Criador, moinho, engenho de cana (marido)
46	1885	Anna Thereza Maria de Jesus	S. D. do Prata	14:147\$996	8	Agropecuária	Casa de negócio e moinho (marido)

* Casal

Fonte: APHMS. Inventários. Amostra de Inventários. Santa Bárbara.

ANEXO C.4 – CAPÍTULO 3: TABELA 1

Tabela 1 - Cobrança de impostos por fábrica de ferro, Termo da Vila de Santa Bárbara, 1850 – 1888.

Localidade	Nome do Proprietário	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888
S. J. do Morro Grande/Brumado	Antonio Feliciano Guimaraes				1
S. J. do Morro Grande/Brumado	Antonio Jacinto Pinto Coelho	2			
S. J. do Morro Grande/Brumado	Antonio Lopes de Magalhaes	3	2		
S. J. do Morro Grande/Brumado	Antonio Marques da Rocha	1	3	1	
S. J. do Morro Grande/Brumado	Antonio Pires			1	
S. J. do Morro Grande/Brumado	Barbara Maria da Cruz				1
S. J. do Morro Grande/Brumado	Egas Munis Pinto Coelho		1		
S. J. do Morro Grande/Brumado	Egas Norberto Pereira				2
S. J. do Morro Grande/Brumado	Emídio Munis de Gouveia				1
S. J. do Morro Grande/Brumado	Francisca Maria Gomes			1	2
S. J. do Morro Grande/Brumado	Francisco Barbosa da Silva				1
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joana Soares Gouveia				1
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joao dos Santos			1	
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joao Gonçalves dos Santos	3	3		2
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joao Jacinto de Aguiar		1	1	
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joao Joaquim de Araujo				2
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joao Matheos				1
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joao Pereira da Costa		2	1	2
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joao Pereira da Costa Junior				1
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joao Soares de Gouveia	3	2	1	
S. J. do Morro Grande/Brumado	Joaquim Gonçalves de Gouveia			1	2
S. J. do Morro Grande/Brumado	Jose Barbosa			1	
S. J. do Morro Grande/Brumado	Jose Carlos da Costa	1	1		
S. J. do Morro Grande/Brumado	Jose Carlos Marques	2			
S. J. do Morro Grande/Brumado	Jose Celestino Rodrigues	3	2		
S. J. do Morro Grande/Brumado	Jose Pereira da Costa		1		
S. J. do Morro Grande/Brumado	Jose Pires Marinho				2
S. J. do Morro Grande/Brumado	Manoel Ferreira Mendes				2
S. J. do Morro Grande/Brumado	Maria Carolina				1
S. J. do Morro Grande/Brumado	Maria Eugenia			1	
S. J. do Morro Grande/Brumado	Thome Pereira Guimaraes	2			
S. J. do Morro Grande/Brumado	Umbilina de Castro		1		
S. J. do Morro Grande/Brumado	Vigario da Vara			1	
TOTAL		20	19	11	24
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Anastacio Antonio da Silva Pessoa		1		
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Anastacio Correia da Silva Pessoa			1	
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Antonio Fernandes Dinis	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Antonio Fernandes Dinis Junior	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Antonio Ferreira da Costa				2
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Antonio Gomes de Albuquerque	1			

S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Antonio Justiniano Carneiro	1	2		
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Antonio Luis		1		
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Antonio Luis dos Santos			1	
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Custodia Rodrigues Leal	1	1		
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Custodio Rodrigues Leal		2		
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Eduardo Ernesto Tavares Paiva	4	1	2	2
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Eulalio Ribeiro de Freitas	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Felisberto de Souza Monteiro	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Flavio Antonio de Azevedo Barros	4	1		
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Francisco Antonio de Castro	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Francisco Cupertino Gomes	4			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Francisco de Alves e Silva	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Francisco Ferreira da Costa	4	1	1	
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Francisco Ferreira da Silva			1	
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Francisco Valamiel Rodrigues	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Germano A. de Azevedo Barros	2			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Ignacio Pereira de Oliveira			1	
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Inocencio Tavares de Paiva				1
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Joao Antonio de Azevedo Barros			1	2
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Joao Antonio Monlevade	4	2	2	2
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Joao Baptista de Figueiredo*		2	2	1
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Joao Jose Carneiro de Miranda			1	2
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Joao Severiano de Magalhaes	2			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Joaquim Domingues	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Joaquim Teixeira da Silva	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Jose Fernandes da Silva				2
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Luis Antonio dos Santos			1	
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Luisa Altina Gomes Pereira		1	2	
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Manoel Gonçalves Santiago	1			
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Maria Joana Ferreira da Costa				2
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Severiano de Magalhaes			1	
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Vicente Augusto da Silva Martins	4	2	2	2
S. D. do Prata/S. M. do Piracicaba	Vicente Correia da Silva Pessoa	4	2	2	2
TOTAL		45	19	21	20
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Antonio Ferreira Guimaraes			1	
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Inocencio Vieira Bittencourt	2	1		
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Joao Jose de Abreu				1
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Joao Jose de Araujo			1	1
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Jose Bento Coelho de Albuquerque		2	2	1
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Jose Caldeira Brant			1	
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Jose Joaquim de Araujo	1	3		
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Lucinda R. de Araujo				2
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Manoel de Araujo Lima	2	1		
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Manoel Jose de Araujo		1	2	2
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Manoel Ribeiro da Costa	2			
Santa Bárbara/R. S. Francisco	Modesto Augusto de Araujo				2

TOTAL		7	8	9	7
São Gonçalo do Rio Abaixo	Elidio Gonçalves Guedes				1
São Gonçalo do Rio Abaixo	Joao de Aguiar		1		
São Gonçalo do Rio Abaixo	Joao Gonçalves Barcellos	2	3		
São Gonçalo do Rio Abaixo	Joao Gonçalves Guedes				1
São Gonçalo do Rio Abaixo	Joaquim Roberto da Fonseca**			2	
TOTAL		2	4	2	2
Catas Altas	Manoel Moreira de Figueiredo	3			
TOTAL		3			

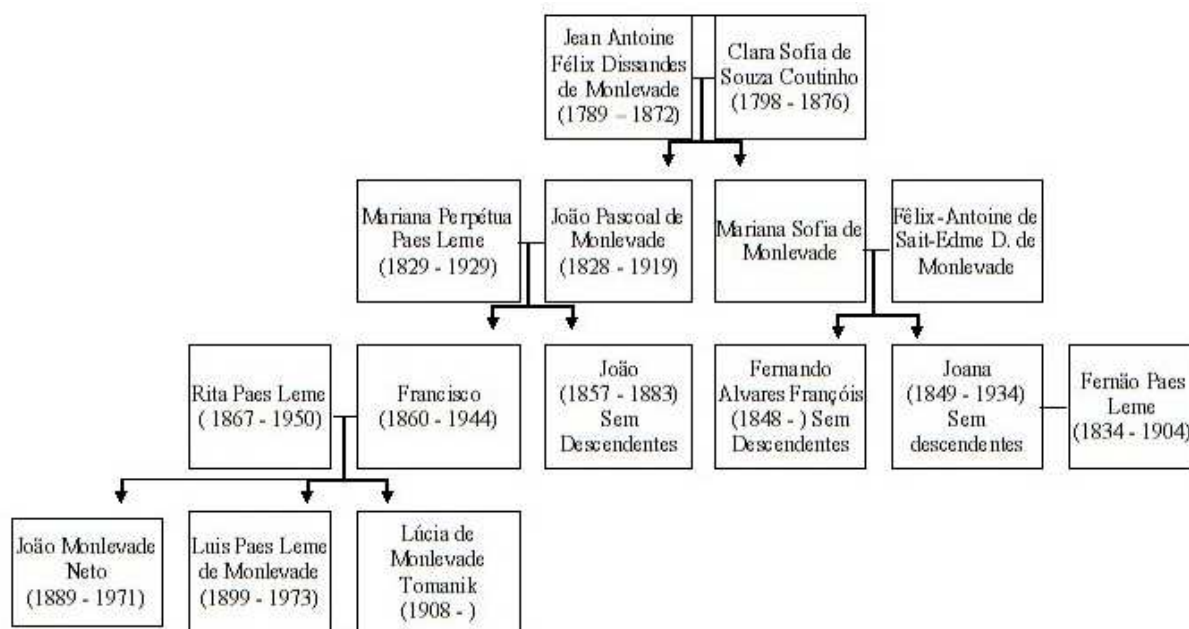
* A partir de 1874, consta o nome de sua esposa, Ana de Freitas Gomes Figueiredo.

** No ano de 1871, a cobrança é feita no seu nome, no ano de 1874, esta é direcionada à sua esposa, Guilhermina Clementina de Magalhães.

Fonte: APHMS. Câmara Municipal de Santa Bárbara, Caixas 1854-55-56/1857-58-59/1864 -65/1867-68-69/1870-71/1872-73-74/1882-83/Avulsos.

ANEXO D.1 – CAPÍTULO 4: FIGURA 1

Figura 1 - Árvore Genealógica: Família Monlevade (Brasil)



ANEXO D.2 – CAPÍTULO 4: TABELA 1

Tabela 1 - Famílias escravas nas propriedades dos Monlevade, 1872

Escrava (mãe)	Escravo (pai)	Ocupação (mãe)	Ocupação (pai)	Filhos	Idade (1875)	Estado Civil	Cônjuge	Ocupação	Habilidade	Local
Benvinda	Ancelmo	Roceiro	Roceiro	Angelo	32	Solteiro	Não	Tropeiro	S/I	2
				Juvenal	30	Solteiro	Não	Tropeiro	S/I	2
Andreza	Bartolomeo	Roceiro	Carvoeiro	Efigenia	7	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Lucia	Braz	Roceiro	Roceiro	Crysostomo	18	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Ambrozina	14	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Crispim	12	N/A	N/A	Roceiro	S/I	2
				Francisca	10	N/A	N/A	N/A	S/I	2
				Cirillo	6	N/A	N/A	N/A	S/I	2
S/I	Caetano		Carvoeiro	Aniceto	38	Solteiro	Não	Tropeiro	Regular	1
Luiza	Casemiro	Roceiro	Carvoeiro	Sergio	16	Solteiro	Não	Tropeiro	Regular	1
				Theophilo	9	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Maria Luiza	12	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Maria Casemira	5	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Joaquina	Clemente	Roceiro	Roceiro	Joaquim Bento	14	Solteiro	Não	Roceiro	Regular	1
				Antonia(Antonica)	15	Solteiro	Não	Roceiro	Inteligente	1
				Venancia	20	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Honorio	27	Solteiro	Não	Tropeiro	S/I	2
				Jacinto	22	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Christiano	23	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Maria Caetana	27	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
Generosa	18	Solterio	Não	Roceiro	S/I	2				

				Colita	24	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
Barbara	Cipriano	Costureira	Ferreiro	Joaquim	16	Solteiro	Não	Ferreiro	Aprendiz	1
				Laurindo	14	Solteiro	Não	Roceiro	Regular	1
				Severiano	12	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Cypriano	7	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Izabel	10	N/A	N/A	N/A	N/A	2
Thereza	Felisberto	Caseiro	Carvoeiro	Elias	30	Solteiro	Não	Ferreiro	Regular	1
				Jose Carlos	24	Solteiro	Não	Ferreiro	Aprendiz	1
Juliana	Fernando	Roceiro	Roceiro	Eva	11	N/A	N/A	N/A	S/I	2
Emilia	Firmiano	Copeira	Ferreiro	Belmiro	14	Solteiro	Não	Roceiro	Menino	1
				Maria do Carmo	7	N/A	N/A	N/A	N/A	1
S/I	Francisco		Roceiro	Maria Josephina	21	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Manuel Borges	27	Solteiro	Não	Tropeiro	S/I	2
Francelina	Geraldo	Roceiro	Carreiro	Joana	15	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Pio	12	N/A	N/A	Roceiro	S/I	2
				Gregório	5	N/A	N/A	N/A	S/I	2
				Francisa	N/A	N/A	N/A	N/A	S/I	2
Emerenciana	Herculano	Roceiro	Roceiro	Candido	16	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Libania	13	N/A	N/A	Roceiro	S/I	2
				Luciana	8	N/A	N/A	N/A	S/I	2
Joaquina	Januario	Costureira	Carvoeiro	Estevão	8	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Theodorico	5	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Valentina	9	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Florencia	Joaquim Manoel	Lavadeira	Carvoeiro	Feliciano	30	Solteiro	Não	Carpinteiro	Regular	1
Balbina	Julio	Engomadeira	Carreiro/ Carvoeiro	Moyses	18	Solteiro	Não	Ferreiro	Inteligente	1

Beatriz	Leandro	Roceiro	Roceiro	Rachel	11	N/A	N/A	Roceiro	S/I	2
				Florentino	12	N/A	N/A	Roceiro	S/I	2
				Virgilio	13	N/A	N/A	Roceiro	S/I	2
Ignacia	Modesto	Roceiro	Ferreiro	Flavia	7	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Modestinho	17	Solteiro	Não	Ferreiro	Aprendiz	1
				Jose Alves	11	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Albina	S/I	Roceiro		Francisco	6	N/A	N/A	N/A	S/I	1
Julia	S/I	Engomadeira		Balduino	7	N/A	N/A	N/A	S/I	2
				Regina	N/A	N/A	N/A	N/A	S/I	2
S/I	Rodrigo	S/I	Carpinteiro	Calisto	14	N/A	N/A	Roceiro	S/I	2
				Graciano	15	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
Carolina	S/I	Mucama		Lucindo	25	Solteiro	Não	Ferreiro	Inteligente	1
				Bernardino	32	Solteiro	Não	Ferreiro	Regular	1
				Dioga	19	Solteiro	Não	Mucama	Inteligente	1
				Eleonora	14	Solteiro	Não	Costureira	Inteligente	1
				Diogo	16	Solteiro	N/A	Carroceiro/ Carvoeiro	Aprendiz	1
				Maria da Glória	7	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Claudina	S/I	Roceiro		Luiza	16	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
Colita	S/I	Roceiro		Joaquina	4	N/A	N/A	N/A	S/I	2
Custódia	S/I	Roceiro		Martha	5	N/A	N/A	N/A	S/I	2
Eugenia	S/I	Roceiro		Manoel	5	N/A	N/A	N/A	S/I	2
Firmina	S/I	Costureira		Leopoldina	18	Solteiro	Não	Roceiro	Regular	1
				Aninha	15	Solteiro	Não	Mucama	Inteligente	1
				Lauriana	14	Solteiro	Não	Costureira	Inteligente	1
				Eliza	6	N/A	N/A	N/A	N/A	1

				Victoria	4	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Henriqueta	S/I	Roceiro		Jose Camillo	8	N/A	N/A	N/A	S/I	2
				Izabel	5	N/A	N/A	N/A	S/I	2
Ignez	S/I	Roceiro		Rosalia	N/A	N/A	N/A	N/A	S/I	2
Januária	S/I	Costureira		Jorge	5	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Jovita	S/I	Roceiro		Henriqueta	32	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Maximiano	27	Solteiro	Não	Tropeiro	S/I	2
Mariana	S/I	Lavadeira		Cecilia	20	Casado	Barnabé	Roceiro	Regular	1
Narciza	S/I	Costureira		Joaquim Pedro	14	Solteiro	Não	Roceiro	Regular	1
				José Balbino	7	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Ambrozina	12	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Theodora	S/I	Costureira		Primo	6	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Rosa Lima	12	N/A	N/A	Costureira	N/A	1
				Olimpio	18	Solteiro	Não	Ferreiro	Aprendiz	1
Francisca	Sanches	Roceiro	Carvoeiro	Placido	30	Solteiro	Não	Fundidor/Ferreiro	Hábil	1
Sarafina	Valeriano	Horteleiro/ Carvoeiro	Roceiro	Sofia	8	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Justina	6	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Felicidade	Venancio	Roceiro	Tropeiro	Jose Venancio	7	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Augustina	10	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Luiza Calisto	6	N/A	N/A	N/A	N/A	1
				Brigida	5	N/A	N/A	N/A	N/A	1
Mãe ausente				Manuella	13	Solteiro	Não	Costureira	N/A	1
				Dorcelina	9	N/A	N/A	N/A	S/I	1
Maria Gôrda		Roceiro		Simão	25	Solteiro	Não	Roceiro	S/I	2
				Francelina	33	Casado	Geraldo	Roceiro	S/I	2
Orfão				Juvenio	12	N/A	N/A	Roceiro	S/I	2

				Fausta	13	N/A	N/A	Roceiro	S/I	2
--	--	--	--	--------	----	-----	-----	---------	-----	---

Local de moradia: 1- Fazenda Monlevade/2- Fazenda Serra

Fonte: APHMS. Santa Bárbara-MG. Inventário e partilha dos bens de João Antonio de Monlevade, 1875.